



**JOSEMEIRE ALVES PEREIRA**

**O TOMBAMENTO DO “CASARÃO DA BARRAGEM”  
E AS REPRESENTAÇÕES DA FAVELA EM BELO HORIZONTE**

**CAMPINAS, 2012**





Universidade Estadual de Campinas  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas  
Programa de Pós-Graduação em História

**JOSEMEIRE ALVES PEREIRA**

**O TOMBAMENTO DO “CASARÃO DA BARRAGEM”  
E AS REPRESENTAÇÕES DA FAVELA EM BELO HORIZONTE**

**Orientadora: Profa. Dra. SILVANA BARBOSA RUBINO**

**Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, para obtenção do título de Mestre em História, na área de concentração Política, Memória e Cidade.**

**ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO FINAL DA DISSERTAÇÃO DEFENDIDA PELA ALUNA  
JOSEMEIRE ALVES PEREIRA, E ORIENTADA PELA PROFA. DRA. SILVANA BARBOSA RUBINO.  
CPG, 11/06/2012.**

**CAMPINAS, 2012**

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA POR  
CECÍLIA MARIA JORGE NICOLAU – CRB8/3387 – BIBLIOTECA DO IFCH  
UNICAMP

|       |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               |
|-------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| P414t | <p>Pereira, Josemeire Alves, 1978-<br/>O tombamento do “Casarão da Barragem” e as<br/>representações da favela em Belo Horizonte / Josemeire<br/>Alves Pereira. - - Campinas, SP : [s. n.], 2012.</p> <p>Orientador: Silvana Barbosa Rubino.<br/>Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de<br/>Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.</p> <p>1. Favela – Belo Horizonte (MG). 2. Representações<br/>sociais. 3. Memória. 4. Aglomerado Santa Lúcia. I. Rubino,<br/>Silvana, 1959- II. Universidade Estadual de Campinas.<br/>Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III.Título.</p> |
|-------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|

Informação para Biblioteca Digital

**Título em Inglês:** “Casarão da Barragem” monumentalization process  
and favela’s representation in Belo Horizonte

**Palavras-chave em inglês:**

Slums – Belo Horizonte (MG)

Social representations

Memory

Aglomerado Santa Lúcia

**Área de concentração:** Política, Memória e Cidade

**Titulação:** Mestre em História

**Banca examinadora:**

Silvana Barbosa Rubino [Orientador]

Regina Helena Alves da Silva

Sidney Chalhoub

**Data da defesa:** 11-06-2012

**Programa de Pós-Graduação:** História

**JOSEMEIRE ALVES PEREIRA**

***O tombamento do "Casarão da Barragem" e as representações da favela em Belo Horizonte.***

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas sob a orientação da Profa. Dra. Silvana Barbosa Rubino.

Este exemplar corresponde à redação final da Dissertação defendida e aprovada pela Comissão Julgadora em 11 / 06 / 2012.

BANCA

Profa. Dra. Silvana Barbosa Rubino (orientadora)

Profa. Dra. Regina Helena Alves da Silva

Prof. Dr. Sidney Chalhoub

Profa. Dra. Leonardo Barci Castriota (suplente)

Profa. Dra. Cristina Meneguello (suplente)

Campinas, 2012



*Às moradoras e aos moradores do Aglomerado Santa Lúcia/Morro do Papagaio (Belo Horizonte); em especial, às pessoas cuja história de luta pelo direito a viver plenamente na cidade inspirou a realização deste trabalho:*

*Ione Pires Ladislau, Lourdes de Souza Lopes, Antônio dos Santos (Taú) (in memoriam), Divina Nunes dos Santos (in memoriam), Eunice (Tia Nicinha) (in memoriam), Izaltina da Silva Ferreira (in memoriam), José Pedro Moreira (in memoriam), Marilda dos Santos Batista (in memoriam), Tia Santa (in memoriam) e Miltes Maria de Jesus (in memoriam).*

*À D. Izabel Rocha de Magalhães (in memoriam).*

*À memória dos meus irmãos Josimar, Marcos Paulo e Cleber Júnio.*

*Às duas mulheres que protegem, em todas as dimensões, a minha existência, inspirando vida e sabedoria: “Mãe Merê” e minha avó, Maria.*

*À Cris e ao Inaiê, e à Karine, com admiração e afeto.*

*Ao Vine, que um dia trouxe na alma sounds of mandolins.*



## AGRADECIMENTOS

Um tempo pleno de desafios, o ciclo que ora se conclui por meio deste trabalho. Muitas pessoas participaram dele comigo e contribuíram para que a experiência do Mestrado e a estadia em Campinas constituíssem algo mais que mera “passagem”. Deixo, então, os meus mais sinceros agradecimentos àquelas e àqueles que me ajudaram a compreender os sentidos de cada um desses desafios e a transformá-los em aprendizado.

À Professora Silvana Rubino, pela orientação.

Aos Professores Sidney Chalhoub e Cristina Meneguello que, durante o Exame de Qualificação, ofereceram críticas e sugestões fundamentais para o desenvolvimento deste trabalho. Ao Professor Sidney e à Professora Regina Helena Alves da Silva agradeço pelas preciosas contribuições durante a Defesa da Dissertação. E também aos Professores Leonardo Barci Castriota e à Cristina Meneguello, por aceitarem participar da banca.

Às Professoras Stella Bresciani e Isabel Marson, e aos colegas da linha de pesquisa “Cultura, Cidade e Patrimônio”; bem como aos colegas do grupo de estudos dirigido pelas Professoras Silvana Rubino e Cristina Meneguello. Agradeço, em especial, ao Marco Henrique Zambello pela leitura atenta e propositiva da primeira versão de um texto que fundamentou o Capítulo I desta dissertação; às sugestões de Regina Soares de Oliveira, Wagner Rodrigues, Flávio Carnielli, e Beatriz Rodrigues. À Daniela Pistorello, pela generosidade do olhar e pelos diálogos profícuos sobre o trabalho.

Aos Professores André Luiz Teixeira, Mary Brito Guimarães e Mary Brito D’Andrea, que como educadores comprometidos com o potencial transformador do próprio ofício, abriram portas e ajudaram a construir caminhos novos, quando tudo parecia repercutir como um sonoro “não”...

À Professora Regina Helena Alves da Silva, cuja atuação coerente e profundamente atenta às demandas sociais e políticas do nosso tempo me fez redimensionar as possibilidades do trabalho com a pesquisa em História, ainda durante o curso de Graduação, na UFMG.

Aos Professores Rodrigo Ednilson de Jesus, Shirley Aparecida de Miranda, Nilma Lino Gomes e Maria Aparecida Moura, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), e aos colegas dos Programas Conexões de Saberes na UFMG e Ações Afirmativas na UFMG, pelas parcerias, pelo aprendizado.

À equipe do “Projeto Memória”, com quem foram divididas, entre 2005 e 2007, as primeiras inquietações sobre o “Casarão da Barragem”.

Às pessoas que compartilharam, por meio de entrevistas, suas memórias e/ou percepções acerca dos temas abordados nesta pesquisa: Dona Ione Pires Ladislau, Dona Lourdes de Souza Lopes, Dona Marta Duarte Rodrigues, Paulo Augusto dos Santos, Paulo Roberto Braga, Michele Abreu Arroyo, Arnaldo Godoy. Além destas, algumas que nos deixaram, ao longo dos últimos anos: D. Maria Izabel Rocha de Magalhães, Sr. José Pedro Moreira e Izaltina da Silva Ferreira (Tia Neném). Em muitos dos momentos mais desafiadores do percurso de elaboração desta pesquisa, foi a história de vida de muitas delas o principal motivo de força e inspiração para que eu prosseguisse. A estas o meu mais profundo respeito e minha admiração.



Sou grata à Cleusa Eustáquio Ferreira, filha de Tia Neném, ao Darci José Martins (Nozinho), ao Ricardo Louvera e ao Flávio, netos e bisnetos dos primeiros moradores do Aglomerado, pelas informações prontamente concedidas sobre sua família.

À Karine Teixeira Damasceno, ao Marcos Vinícius dos Santos Dias Coelho, à Evani Tavares Lima, ao Juvenal Lima Gomes, à Cristiane Santos Souza e ao Vinebaldo Aleixo de Souza Filho agradeço pela leitura de diferentes versões de alguns capítulos desta dissertação. A contribuição de vocês foi inestimável!

Sem o apoio de Karine, Cristiane, Vinebaldo, Marcos, Robério Souza e Ana Flávia Magalhães Pinto, alguns dos desafios vividos durante esse tempo seriam intransponíveis. O afeto, as trocas intelectuais, a partilha das inúmeras inquietações que vivenciamos juntos ou individualmente em Campinas fizeram dessa experiência algo decisivamente fundamental para a minha formação.

À amizade e ao apoio de Nil César, Maurício do Carmo Ferreira, Gláucia Valverde Caetano, Catharina Rocha, Márcia Maria Cruz e Dona Olaura Generoso. E ao Olavo Cosme da Silva, que me incentivou a arriscar os vãos necessários.

Sílvia Regina Lorenso Castro, Elisângela Gonçalves Silva, Vanessa Beco e Larissa Amorim Borges, mantiveram viva a fé na ancestralidade e o compromisso com a transformação da vida, em momentos cruciais. E o querido amigo João Samuel Rodrigues Júnior esteve sempre presente, me amparando em tempos de tempestade...

Catharina Rocha auxiliou, ainda, com a transcrição da maior parte das entrevistas utilizadas, na realização de fotos do “Casarão da Barragem” e no envio de algumas fontes.

Por fim, agradeço aos funcionários do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte, da Diretoria de Patrimônio da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte – especialmente à sua Diretora Michele Abreu Arroyo – e das Bibliotecas da Escola de Arquitetura da UFMG e do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH/Unicamp), cujo atendimento extremamente solícito e profissional viabilizou o acesso a parte da documentação utilizada na pesquisa. E, em especial, à Maria Aparecida Vieira Pereira (Cida) e à Ana Jaqueline Mattos, do Departamento de História da Unicamp.

O Programa Internacional de Bolsas da Fundação Ford custeou, durante dois anos, a realização deste trabalho, por meio da concessão de uma bolsa de estudos que, dentre outros recursos, me possibilitou a realização de uma experiência de intercâmbio na Universidade do Arkansas (EUA), entre março e maio de 2010. Nesse período, a acolhida generosa de Nora Elena e Steve Skattebo, Fabian e D. Nely; da querida Jo Ann Diercouff; de Alannah Massey e toda a equipe do Spring International Language Center, legou grande aprendizado.

Agradeço ainda ao apoio imprescindível da Professora Fúlvia Rosemberg e de toda a equipe da Fundação Carlos Chagas, cujo trabalho fundamentado no profissionalismo, na ética e na sensibilidade tem, certamente, contribuído para a ampliação e transformação das condições de acesso à Pós-Graduação no país a grupos historicamente aliados deste espaço de produção do conhecimento.

À minha mãe, Emerenciana, graças a quem pude concluir mais esta etapa de estudos e ao meu pai, Feliciano, cuja trajetória sempre inquieta e inspira.



*É porque a cidade só desenvolve através das favelas.  
Porque é dentro das favelas que tá o pedreiro, que tá o bombeiro, que tá o  
eletricista, que tá a doméstica deles, né? Tá aonde?  
Tá dentro das “periferias”.  
Então isso que não entra na cabeça deles...*  
**José Pedro Moreira**



## RESUMO

O “Casarão da Barragem Santa Lúcia”, uma edificação construída no século XIX, foi tombado pelo Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte, em 1992, a pedido dos moradores da favela onde está situado – o Aglomerado Santa Lúcia. Considerado um caso singular, à época, por ter se originado de um pedido da comunidade, o tombamento ocorreu no momento em que as políticas públicas municipais de preservação estavam em plena consolidação, frente a um acelerado processo de renovação urbana, que ameaçava a existência de prédios antigos, evocados por alguns grupos como signos da memória coletiva local. O “Casarão”, cujas características arquitetônicas remetem aos primórdios da história da cidade, passava a ser reapropriado pelos moradores do Aglomerado, que reivindicavam, além do tombamento, sua transformação em um centro cultural. Este acontecimento torna-se emblemático por enunciar uma reflexão cara à trajetória das relações entre as favelas e o poder público, em Belo Horizonte: afinal, quais os sentidos de se transformar em “bem cultural” e patrimônio da cidade, uma construção que remete também à memória de uma favela – essa forma de inserção no espaço urbano considerada, historicamente, pela administração municipal, um dos maiores problemas urbanos e sociais, um “quisto” a ser “extirpado do tecido urbano”?

Partindo desta questão, a pesquisa discute as representações construídas sobre as favelas, em Belo Horizonte, em momentos distintos da história da cidade. A análise empreendida a partir de documentação administrativa, entrevistas e da legislação que orienta as políticas urbanas, bem como as que dizem respeito à preservação do patrimônio, apresenta a memória como campo fértil de disputas pela construção de novas representações da favela, sendo mobilizada pelos moradores do Aglomerado Santa Lúcia, a partir dos anos 1990, como elemento importante, na luta pelo direito à cidade.

**Palavras-chave:** Favela, Representações Sociais, Memória, Belo Horizonte, Aglomerado Santa Lúcia



## ABSTRACT

“Casarão da Barragem Santa Lúcia” was built in the nineteenth century. It had been declared as a monument by the Cultural Heritage Council of Belo Horizonte (Minas Gerais – Brazil) in 1992. That was considered a single case since it originated from a *favela* community request. This event becomes emblematic by setting out a new element in the history of relationships between the government and the slums population in the city: after all, what are the senses to monumentalize a build that is symbol of a space historically rejected by society?

On this issue, the research discusses the representations on *favelas* in Belo Horizonte, at different moments, by both the municipal government and the *favela* residents. The analysis undertaken from administrative documents, interviews and urban and heritage preservation legislation suggest that *favelas* memory is a fertile ground to building new *favela*’s social representations, for the right to exist symbolically and effectively in the city.

**Key-words:** Favela (Slum), Social Representation, Memory, Belo Horizonte, Aglomerado Santa Lúcia



## LISTA DE FIGURAS

|           |                                                                                                                            |        |
|-----------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------|
| FIGURA 1  | Planta Geral da Cidade de Minas, organizada sobre a Planta Geodésica, Topográfica e Cadastral de Belo Horizonte, 1895..... | p. 38  |
| FIGURA 2  | Vista da Barragem Santa Lúcia, a partir do Bairro Luxemburgo.....                                                          | p. 85  |
| FIGURA 3  | Planta da Fazenda do Cercadinho, 1894.....                                                                                 | p. 107 |
| FIGURA 4  | Ex-Colônia Afonso Pena, 1928.....                                                                                          | p. 109 |
| FIGURA 5  | Mapa Levantamento Jurídico-Legal Aglomerado Santa Lúcia.....                                                               | p. 122 |
| FIGURA 6  | Detalhe do Mapa Levantamento Jurídico Legal Aglomerado Santa Lúcia.....                                                    | p. 124 |
| FIGURA 7  | Vila Barragem Santa Lúcia, 1976.....                                                                                       | p. 126 |
| FIGURA 8  | Vista Parcial do “Casarão da Barragem”, 2010.....                                                                          | p. 153 |
| FIGURA 9  | Construção do Reservatório do Cercadinho.....                                                                              | p. 200 |
| FIGURA 10 | Morador da Vila Santa Rita de Cássia ao lado de parte da rede da Adutora da Mutuca, 2005.....                              | p. 200 |
| FIGURA 11 | Igreja São Francisco de Assis.....                                                                                         | p. 200 |
| FIGURA 12 | Casarão do Museu Histórico Abílio.....                                                                                     | p. 200 |
| FIGURA 13 | Detalhe do Prédio da Estação Central.....                                                                                  | p. 200 |
| FIGURA 14 | Igreja de São José.....                                                                                                    | p. 201 |
| FIGURA 15 | Teatro Municipal, 1906.....                                                                                                | p. 201 |
| FIGURA 16 | Demolição Cine Metrópole, 1983.....                                                                                        | p. 201 |



## **TABELA**

TABELA I      Aglomerado Santa Lúcia – Dados Gerais

p. 221



## LISTA DE SIGLAS

|            |                                                                                        |
|------------|----------------------------------------------------------------------------------------|
| APCBH      | Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte                                            |
| ASCOM      | Assessoria de Comunicação Social do Município – Prefeitura Municipal de Belo Horizonte |
| AUM        | Associação dos Universitários do Morro                                                 |
| AVSI       | Associação dos Voluntários para o Serviço Social Internacional                         |
| CEBs       | Comunidades Eclesiais de Base                                                          |
| CDPCM – BH | Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte            |
| CHISBEL    | Coordenação de Habitação de Interesse Social de Belo Horizonte                         |
| CNRC       | Centro Nacional de Referência Cultural                                                 |
| DBP        | Departamento Municipal de Habitação e Bairros Populares                                |
| DPHAN      | Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional                              |
| DIPC       | Diretoria do Patrimônio Cultural – Fundação Municipal de Cultura de Belo Horizonte     |
| DOPS       | Departamento de Ordem Política e Social                                                |
| FNPM       | Fundação Nacional Pró-Memória                                                          |
| GTZ        | Deutsche Gesellschaft Für Technische Zusammenarbeit                                    |
| IAPI       | Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários                                 |
| IAB-MG     | Instituto dos Arquitetos do Brasil – Seção Minas Gerais                                |
| IBGE       | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística                                        |
| IEPHA-MG   | Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais                 |
| IPHAN      | Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional                                 |
| IRFED      | Institut International de Recherche et de Formation, Educations et Développement       |
| MHAB       | Museu Histórico Abílio Barreto                                                         |
| MEC        | Ministério da Educação                                                                 |
| PBH        | Prefeitura Municipal de Belo Horizonte                                                 |
| PGE        | Plano Global Específico                                                                |
| PRODECOM   | Programa de Desenvolvimento de Comunidades                                             |
| PROFAVELAS | Programa Municipal de Regularização de Favelas em Belo Horizonte                       |
| SAGMACS    | Sociedade de Análises Gráficas e Mecanográficas Aplicadas aos Complexos Sociais        |
| SERFHAU    | Serviço Federal de Habitação e Urbanismo                                               |
| SE-4       | Setor Especial-4                                                                       |
| SMC        | Secretaria Municipal de Cultura de Belo Horizonte                                      |
| SMC        | Sociedade Mineira de Cultura                                                           |
| SPHAN      | Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional                                   |
| SUDECAP    | Superintendência de Desenvolvimento da Capital                                         |
| UCBSL      | União Comunitária da Barragem Santa Lúcia                                              |
| UDC        | União de Defesa Coletiva                                                               |
| UNESCO     | Organização das Nações Unidas Para Educação, Ciência e Cultura                         |
| URBEL      | Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte                                               |
| UFMG       | Universidade Federal de Minas Gerais                                                   |
| ZEIS-I     | Zona Especial de Interesse Social-I                                                    |



## SUMÁRIO

|                                                                                                                            |            |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| <b>INTRODUÇÃO.....</b>                                                                                                     | <b>1</b>   |
| Deslocamentos.....                                                                                                         | 11         |
| <b>CAPÍTULO 1 – BELO HORIZONTE E AS FAVELAS.....</b>                                                                       | <b>21</b>  |
| 1.1 A NOVA CAPITAL E OS DESAFIOS DA MODERNIZAÇÃO.....                                                                      | 29         |
| 1.1.1 Pensamento e prática urbanísticos no Brasil.....                                                                     | 32         |
| 1.1.2 O Plano e a Cidade.....                                                                                              | 34         |
| 1.2 “UMA URBE DE GRAVES E IMPREVISÍVEIS DESAFIOS”.....                                                                     | 42         |
| 1.2.1 Formação de favelas na constituição de Belo Horizonte.....                                                           | 46         |
| 1.2.2 Consolidação das favelas e políticas de “desfavelamento”.....                                                        | 52         |
| 1.2.3 A eloquência das representações.....                                                                                 | 56         |
| 1.3 O DISCURSO PÚBLICO SOBRE AS FAVELAS NA “CIDADE JARDIM”.....                                                            | 59         |
| 1.3.1 Memória, Representação e Poder.....                                                                                  | 82         |
| <b>CAPÍTULO 2 – O CASARÃO DA BARRAGEM SANTA LÚCIA:<br/>OUTRAS REPRESENTAÇÕES DA FAVELA NA CIDADE.....</b>                  | <b>85</b>  |
| 2.1 PARA ALÉM DO HORIZONTE PLANEJADO.....                                                                                  | 85         |
| 2.2 O “CASARÃO DA BARRAGEM”.....                                                                                           | 88         |
| 2.2.1 Nos Tempos do Arraial.....                                                                                           | 97         |
| 2.2.2 A Colônia Afonso Pena.....                                                                                           | 105        |
| 2.2.3 Bárbara, Maria, Nominato e Antônio Pedro na Capital:<br>Origens da produção do espaço no Aglomerado Santa Lúcia..... | 113        |
| 2.3 LUTAS PELO DIREITO À CIDADE.....                                                                                       | 126        |
| 2.3.1 “Pra tirar do perigo”.....                                                                                           | 126        |
| 2.3.2 Do mutirão à memória: por outras representações da favela.....                                                       | 144        |
| <b>CAPÍTULO 3 – A MEMÓRIA DAS FAVELAS E AS POLÍTICAS DE<br/>PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO EM BELO HORIZONTE.....</b>           | <b>153</b> |
| 3.1 ADVENTO DAS POLÍTICAS DE PRESERVAÇÃO EM BELO<br>HORIZONTE.....                                                         | 157        |
| 3.1.1 Patrimônio e Identidade Nacional.....                                                                                | 162        |
| 3.1.2 Políticas de preservação em Belo Horizonte.....                                                                      | 170        |
| 3.2 “SALVANDO” MEMÓRIAS.....                                                                                               | 180        |
| 3.2.1 Políticas de memória nos anos 1990: concepções e desafios.....                                                       | 188        |
| 3.2.2 “Aventureiros, desclassificados e malfeitores”.....                                                                  | 193        |
| <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>                                                                                           | <b>203</b> |
| <b>FONTES E REFERÊNCIAS.....</b>                                                                                           | <b>207</b> |
| <b>ANEXOS.....</b>                                                                                                         | <b>221</b> |



## INTRODUÇÃO

Em 22 de outubro de 1992, o Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte (CDPCM-BH)<sup>1</sup>, ao final de uma reunião ordinária, decidia unanimemente, pelo tombamento de um casarão situado no complexo de favelas do Aglomerado Santa Lúcia. A origem do pedido de tombamento era algo inusitada, diante do perfil dos demais bens tomados como objetos de avaliação do Conselho, à época: tratava-se de uma solicitação encaminhada pela União Comunitária da Barragem Santa Lúcia (UCBSL)<sup>2</sup>, uma associação local de moradores. O tombamento de um bem referente a uma favela constituía, assim, ato inédito até então, na trajetória de atuação do Conselho do Patrimônio.

A “Casa da Fazendinha” ou “Fazenda Velha”, como é conhecida pelos moradores, foi denominada no Processo de Tombamento, como “Casarão da Barragem”<sup>3</sup>. Trata-se de uma edificação cuja construção inicial ocorreu na segunda metade do século XIX, e que é apontada pela documentação, como a provável sede de uma fazenda situada no Arraial do Curral Del Rei, terras que originaram a atual capital de Minas Gerais, Belo Horizonte. As terras da antiga Fazenda do Cercadinho foram adquiridas, em 1894, pelo Governo do Estado, por ocasião da construção da Nova Capital. Ali, entre 1899 e 1914 funcionou a Colônia Agrícola Afonso Pena, que fornecia gêneros alimentícios e materiais para a cidade em construção. Após a extinção da Colônia, as terras foram parceladas, dando origem aos atuais bairros da região Sul de Belo Horizonte.

O velho Casarão foi incorporado à paisagem constituída pelas casas de

---

<sup>1</sup> Doravante, “Conselho do Patrimônio”.

<sup>2</sup> Doravante, “União Comunitária”.

<sup>3</sup> Nos arquivos da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, que integram o Processo de Tombamento do Casarão da Barragem, há referências ao imóvel como “edificação situada à Av. Arthur Bernardes, 3.120”, “bem cultural tombado” e, nos estudos técnicos, como o Projeto de Restauro e Agenciamento para Novo uso do Espaço (1998), que integra o mesmo Processo, é utilizada a denominação “Casarão da Barragem Santa Lúcia” ou “Casarão da Barragem”. (Cf. BELO HORIZONTE. Prefeitura. Secretaria Municipal de Cultura. **Processo 01 004 713 9649–Casarão da Barragem Santa Lúcia**. Acervo da Diretoria de Patrimônio da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte). Faremos referência tanto à denominação dos moradores quanto à da Prefeitura.

alvenaria que caracterizam a arquitetura da favela<sup>4</sup> do Aglomerado Santa Lúcia. Ele pode ser tomado como referencial importante para a compreensão da dinâmica de produção do espaço urbano onde está localizado e da própria cidade.

A Cidade de Minas – primeira denominação da nova cidade, em 1891 substituída por “Belo Horizonte” – foi projetada em fins do século XIX como novo centro administrativo de Minas Gerais, para atender às demandas políticas e econômicas do Estado, acentuadas pela emergência do regime republicano no país. Concebido a partir do signo da modernidade e da própria República<sup>5</sup>, o empreendimento vinculava-se a um projeto de reorganização econômica do Estado; nele as noções positivistas de progresso moral e material articulavam-se, no intuito das elites locais de promoverem a chamada modernização mineira<sup>6</sup>, também por meio de uma base urbana industrial<sup>7</sup>. O processo de formação de favelas na capital assim projetada – considerando-se as representações correntes que entendem o fenômeno, no país, como um problema urbano, uma “chaga social”<sup>8</sup> – teria constituído, na interpretação de diversos administradores da cidade, uma

<sup>4</sup> Romulo Mattos, analisando as representações das favelas na obra de Lima Barreto, refere-se a uma “arquitetura informal” praticada nas favelas do Rio de Janeiro em fins do século XIX e início do XX. Segundo o autor, nas descrições da imprensa à época, como o Jornal *O Dia*, esses espaços emergiam na cidade como “extensos aldeamentos de casas construídas com folhas de latas de gasolina, ripas de caixa de batata e caixões de automóveis”. Cf. MATTOS, MATTOS, Rômulo Costa. **As favelas na obra de Lima Barreto**. URBANA, ano 2, nº 2, 2007. Dossiê: Cidades, Imagem, História e Interdisciplinaridade. CIEC/UNICAMP.

<sup>5</sup> SALGUEIRO, Heliana Angotti. **Engenheiro Aarão Reis: O Progresso Como Missão**. Belo Horizonte: Ed. Fundação João Pinheiro. Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1997. (Col. Centenário); SILVA, Regina Helena Alves; SILVEIRA, Anne Jackeline Torres. **Cenas de um Belo Horizonte**. Belo Horizonte, Prefeitura Municipal de Belo Horizonte – PBH, 1994; MELLO, Ciro Flávio Bandeira de. A noiva do trabalho – uma capital para a República. In: DUTRA, Eliana Regina de Freitas. **BH – Horizontes Históricos**. Belo Horizonte: Ed. C/Arte, 1996.

<sup>6</sup> De acordo com Tito Flávio Rodrigues de Aguiar (2006, p. 34), os debates políticos que precederam a mudança da capital do Estado, entre as décadas de 1880 e 1890 evidenciavam preocupações das elites políticas e econômicas quanto à necessidade de que o novo centro administrativo propiciasse a superação do sensível atraso no desenvolvimento em relação aos centros econômicos do país – Rio de Janeiro e São Paulo. A noção de “modernização mineira” remete, assim, especialmente à de progresso econômico. (Cf. AGUIAR, Tito Flávio Rodrigues. **Vastos Subúrbios da Nova Capital: formação do espaço urbano na primeira periferia de Belo Horizonte**. 2006. 443 p. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006. Ver também: DULCI, Otávio Soares. **Política e Recuperação econômica em Minas Gerais**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999).

<sup>7</sup> Cf. AGUIAR, op. cit.

<sup>8</sup> VALLADARES, Licia do Prado. **A invenção da favela: do mito de origem à favela.com**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

expressão dos “desvios” produzidos pela dinâmica de produção do espaço, em relação ao plano original e aos projetos de modernização. Aos olhos dos gestores, este fenômeno tornou-se um grande desafio, que engendrou posturas diversas do poder público municipal, variando entre o negligenciamento e a mal sucedida política de desfavelamento, tendendo – não de maneira consensual – a partir da década de 1980, à urbanização desses espaços, que continuavam a se reproduzir e expandir.

Desde então, as noções de desfavelamento e urbanização, empregados pelos administradores e estudiosos para designarem a natureza dos distintos projetos destinados a solucionar o “problema” da favela, constituem expressões de uma das representações correntes sobre espaço: a de que se trata de um tipo de assentamento apartado daquilo que é considerado urbano na cidade. Assim, se os projetos de desfavelamento têm por finalidade eliminar fisicamente este espaço por meio da remoção dos moradores, os de “urbanização” visam, em geral, promover nestes mesmos espaços, melhorias – demandadas, em geral, pelos próprios moradores –, buscando “incorporá-los” à cidade.

Fator relevante na consolidação e expansão das favelas na cidade foi a ação coletiva dos moradores. Organizados, desde meados dos anos 1950, por meio de associações – em alguns momentos reunidas em instituições como a Federação de Trabalhadores Favelados de Belo Horizonte –, passaram a atuar junto aos governos, reivindicando, inicialmente, a garantia do direito à moradia<sup>9</sup> e, ao longo dos anos 1970 e 1980, a implementação e ampliação de ações como a abertura de vias, instalação de rede de esgoto e saneamento básico, iluminação e instalação de equipamentos públicos como escolas e postos de saúde.

Considerando-se as nuances de tensão e negociação que têm marcado, desde meados do século passado, as relações entre o poder público e os moradores de favela na cidade, a solicitação da União Comunitária para que fosse tombado o casarão apresenta-se como uma iniciativa que evidencia uma das dimensões desta relação, caracterizada também pelo reconhecimento do poder público municipal como um dos interlocutores relevantes

---

<sup>9</sup> OLIVEIRA, Samuel Rodrigues. *“A favela vem à cidade e não é para sambar”*: o movimento de favelas de Belo Horizonte (1959 – 1964). 2008. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2008.

nos esforços por constituir melhorias nas condições de vida da população favelada<sup>10</sup>; pela garantia, enfim, de direitos.

A forma e os termos do ofício encaminhado ao Conselho do Patrimônio indicam, ademais, que as lideranças conheciam em alguma medida e buscavam se apropriar de um repertório de práticas administrativas e dos instrumentos legais disponíveis, para articular o diálogo com o poder público. No documento, a União Comunitária requer da Prefeitura, além do tombamento do imóvel, o seu aproveitamento para uso dos moradores, por meio da instalação de “um Centro Cultural com biblioteca, oficinas, cursos de formação cultural, como prevê a lei orgânica do município de Belo Horizonte”<sup>11</sup>. Além disso, pretendia-se estruturar uma gestão coletiva do Centro Cultural com o apoio da Secretaria Municipal de Cultura de Belo Horizonte.

Contudo, o sentido conferido pelos moradores ao papel do tombamento daquele imóvel como marco identitário do lugar evoca, ao mesmo tempo, uma problematização acerca das representações da favela na cidade e da importância destas representações nas disputas envolvidas na produção do espaço urbano. Se, a partir dos anos 1950, como veremos, o direito à moradia constituía a razão principal de articulação e luta dos favelados, é significativo notar que a partir da década de 1990, os esforços ainda sejam direcionados para a reivindicação de reconhecimento do direito deste grupo à cidade.

O episódio do Tombamento do Casarão da Barragem, ao envolver a mobilização das noções de memória e patrimônio pelos moradores do Aglomerado Santa Lúcia, nos provoca, então, a considerar a relevância das disputas no campo das representações sociais para a dinâmica das relações que se estabelecem entre os sujeitos que atuam a partir da favela – espaço social, cultural e racialmente segregado na cidade – e a própria cidade.

Cabem, aqui, algumas considerações iniciais acerca do que estamos compreendendo, à luz das questões suscitadas pelo caso em estudo, por *representações*. O

<sup>10</sup> Dentre os demais poderíamos identificar: os políticos, a mídia, a Igreja e, especialmente, a articulação com lideranças de outras favelas da cidade. Mais recentemente, Organizações Não Governamentais – ONGs e outras instituições internacionais também compõem a rede de parcerias mobilizada pelas lideranças.

<sup>11</sup> BELO HORIZONTE. Prefeitura. Fundação Municipal de Cultura. **Processo 01 004 713 9649 – Casarão da Barragem Santa Lúcia**. Acervo Diretoria de Patrimônio Cultural Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (DIPC-PBH).

próprio conceito tem sido objeto de intenso debate, nas últimas décadas. Em geral, os estudiosos pontuam a ampliação do emprego do termo, como consequência das transformações metodológicas e conceituais que caracterizam o campo das ciências humanas, desde a década de 1960<sup>12</sup>; indicam também a carência de um trabalho de análise aprofundada acerca dos significados conferidos às representações.

No caso da historiografia produzida no Brasil, Francisco José Calazans Falcon<sup>13</sup> creditou a ampliação do uso da expressão especificamente ao processo de consolidação da história cultural, decorrente da renovação no campo da história das ideias, no período entre os anos 1960/70 e 1990/95. No âmbito destas transformações, a reformulação do conceito apresentada por Roger Chartier, eleva as *representações* à posição de “conceito-chave”, que passa a servir de alternativa aos historiadores críticos da noção “de ideologia” e também resistentes às “mentalidades”<sup>14</sup>

Para o mesmo período, as historiadoras Maria Helena Rolim Capelato e Eliana Regina de Freitas Dutra<sup>15</sup>, analisando a utilização do conceito na produção acadêmica com foco na história política do Brasil, notaram a predominância de certa indistinção no emprego das *representações* e em relação com outros termos que podem até estar a ele articulados, tais como “imaginário”, “imagem”, “ideologia” e “memória. A partir desta constatação, as autoras desenvolvem uma reflexão aprofundada sobre o conceito, a partir das principais matrizes teóricas que o fundamentam. Dentre as abordagens por elas consideradas, destacam-se as de intelectuais como Cornélius Castoriadis, Claude Lefort, Pierre Bourdieu, Norbert Elias e Roger Chartier.

Em nosso estudo dialogamos, especialmente, com as contribuições de Bourdieu e Chartier, incorporando também as reflexões do historiador Carlo Ginzburg acerca das

<sup>12</sup> CHARTIER, Roger. Introdução. In: **A História Cultural: entre práticas e representações**. Tradução Maria Manuela Galhardo. 2.ed. Alges/Portugal: Difel, 1988 [2002]; CHARTIER, Roger. O mundo como representação. São Paulo. **ESTUDOS AVANÇADOS** 11(5), 1991, p. 173-191.

<sup>13</sup> FALCON, Francisco J. Calazans. História e Representação. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; MALERBA, Jurandir (Orgs.). **Representações: Contribuição a um debate transdisciplinar**. Campinas/SP: Papyrus, 2000; FALCON, F. J. C. História das Ideias. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História**. 2.ed. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 1997 [2011].

<sup>14</sup> Ibidem, p. 105.

<sup>15</sup> CAPELATO, Maria Helena Rolim; DUTRA, Eliana. Representação Política: reconhecimento de um conceito na historiografia brasileira. In: CARDOSO, C. F.; MALERBA, J. (Orgs.). **Representações: Contribuição a um debate transdisciplinar**. Campinas/SP: Papyrus, 2000.

representações.

Ginzburg, assim como Chartier, parte da definição conferida ao termo pelo Dicionário Furètiere que faz referência ao uso da expressão, entre os séculos XIII e XVI, para designar tanto os manequins de cera, madeira ou couro que eram depositados sobre o catafalco real durante os funerais dos soberanos franceses e ingleses, quanto o leito fúnebre vazio e coberto com um lençol mortuário para “representar” o soberano defunto.<sup>16</sup> Ginzburg destaca a dupla significação do termo nesta acepção antiga que apresenta tanto uma evocação mimética – a capacidade de tornar visível uma ‘realidade’ ausente, sugerindo sua presença; quanto se refere a algo cuja função é a de “substituir” a realidade representada, evocando a ausência da mesma. No ensaio “Representação: a palavra, a idéia e a coisa”<sup>17</sup>, o historiador italiano sublinha esse caráter ambíguo da representação, interessado, contudo, em compreender uma questão específica: como e em que momento a *abstração* passa a ser elemento constituinte da *representação*.

Para respondê-la, Ginzburg empreende um intenso exercício de investigação histórica, em que analisa elementos de semelhança e distinção entre os fenômenos de representação similares aos observados na França e Inglaterra do Antigo Regime e os rituais fúnebres dos imperadores romanos ou dos incas, até o século XVI. Ele articula as semelhanças em torno dessas práticas rituais para discutir o estatuto da imagem, a partir dos estudos sobre os sentidos etimológicos dos *kolossói* gregos e da função atribuída às relíquias pelos fiéis cristãos da Europa medieval.

É a partir deste ponto que o autor apresenta sua conclusão, fundamentando-a na seguinte argumentação: a diminuição do temor à idolatria e o processo de domesticação das imagens propiciaram a proclamação do dogma da *transubstanciação*, compreendida por Ginzburg como de importância decisiva na história da percepção das imagens. A *transubstanciação* marca a descontinuidade entre a função intermediadora dos *kolossói*, na relação do sujeito atuando no presente com o além, e a “presença real”. É a partir dela que a *abstração* passa a operar como elemento constitutivo das representações. A

<sup>16</sup> Cf. GINZBURG, Carlo. Representações: a palavra, a idéia e a coisa. In: **Olhos de Madeira**: nove reflexões sobre a distância. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia Das Letras, 2001, p. 85-86; CHARTIER, op. cit., p. 20.

<sup>17</sup> Cf. GINZBURG, op. cit.

*transubstanciação* é a “vitória da abstração”. Sem este processo, afirma Ginzburg, “(...) sem esse desencantamento do mundo das imagens, não teríamos tido nem Arnolfo di Cambio, nem Nicola Pisano, nem Giotto. A ‘idéia da imagem como representação no sentido moderno do termo’, de que Gombrich falou, nasce aqui.”<sup>18</sup> Representar significa, portanto, evocar a presença real de um ser ausente, sem a conotação de mediação. Consideramos, assim, que a representação é o próprio ser ausente tornado real, por meio dos sentidos conferidos a partir dos rituais ou da forma como o coletivo se apropria do processo de construção de sentidos.

Na Introdução ao livro “A história cultural entre práticas e representações”, Roger Chartier nos sugere que as representações são formas de apreensão da realidade. O autor, que neste texto ocupa-se em discutir os pressupostos da chamada história cultural, afirma nesse sentido, que a fonte histórica é um instrumento de mediação dessa realidade, que pode ser apreendida por meio de suas representações, já que estas “realidades de múltiplos sentidos” são passíveis de leitura e de apropriação<sup>19</sup>.

Categoria cara ao debate sobre representações a partir da história cultural tal como defendida pelo autor é a de *apropriação*. Dialogando com as abordagens estruturalista e hermenêutica desta noção, Chartier a considera enquanto relacionada a uma “história social das interpretações, remetidas para as suas determinações fundamentais (que são sociais, institucionais, culturais) e inscritas nas práticas específicas que as produzem”<sup>20</sup>. Esta reformulação distancia-se do entendimento de Michel Foucault sobre a *apropriação*, que se referia a uma “apropriação social dos discursos”, enquanto procedimento fundamental do processo de circunscrição destes discursos a determinados grupos de poder e posição reconhecidos para tal fim. Do mesmo modo, a abordagem da história cultural proposta por Chartier para o conceito distancia-se ainda do sentido que a hermenêutica define, para este último, como “momento do trabalho de refiguração da experiência fenomenológica, postulada como universal, a partir de configurações textuais

---

<sup>18</sup> Ibidem, p. 102.

<sup>19</sup> CHARTIER, op. cit., p. 11.

<sup>20</sup> Ibidem, p. 26.

particulares.”<sup>21</sup> Para ele, trata-se de atentar para as condições e processos que determinam, concretamente, as “operações de construção de sentido”, reconhecendo, em contraposição à “antiga história intelectual”, que “as inteligências não são desencarnadas” e que “as categorias aparentemente mais invariáveis devem ser construídas na descontinuidade das trajetórias históricas”<sup>22</sup>.

Categoria central para a história cultural – descrita, pelo autor, como “análise do trabalho de representação”, e destinada, portanto a compreender “o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade é construída, pensada, dada a ler”<sup>23</sup> – as representações referem-se ao trabalho de classificação e exclusão que “constituem na sua diferença radical, as configurações sociais e conceituais próprias de um tempo ou espaço”<sup>24</sup>. Neste sentido, as representações do mundo social, estão sempre inseridas em “um campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação”<sup>25</sup>. Chartier considera, ainda, que as representações constituem, assim, “matrizes de discursos e práticas diferenciadas” que são mobilizadas pelos grupos sociais e sujeitos na construção do mundo social e na “definição contraditória das identidades”. Desse modo, as “lutas de representações” significam tanto quanto as “lutas econômicas”, ante o desafio de compreender como os grupos exercem suas práticas de imposição ou tentativas de imposição de sua própria concepção de mundo social, valores e dominação.

Consideramos, também, alguns aspectos das proposições de Pierre Bourdieu<sup>26</sup>, acerca das representações sociais, que se apresentam significativos para nosso estudo, em especial, pela abordagem acerca da função do poder simbólico, definido por este autor como uma propriedade da representação. Esta categoria – a do poder simbólico –, ao que nos parece, constitui a base das concepções de Chartier acerca das representações, muito

---

<sup>21</sup> Ibidem, p. 26.

<sup>22</sup> Ibidem, p. 26-27.

<sup>23</sup> Ibidem, p. 17.

<sup>24</sup> Ibidem, p. 27.

<sup>25</sup> CHARTIER, 1988 [2002], loc. cit.

<sup>26</sup> BOURDIEU, Pierre. **A Economia das Trocas Lingüísticas**: o que Falar Quer Dizer. (Prefácio Sérgio Miceli). 2 ed., São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996 [2008] (Clássicos: 4).

embora ele não chegue a mencionar a expressão.<sup>27</sup> Para Bourdieu, os símbolos estão ligados à representação por cumprirem a função de “fazer ver e fazer crer, de dar a conhecer e de fazer reconhecer”, de participar das “definições legítimas da sociedade”.

Entendemos, assim, que as lutas no campo das representações constituem, muitas vezes, embates permeados por elementos de táticas ou de estratégias engendradas pelos atores sociais que buscam, por meio da produção de efeitos sociais favoráveis, defender identidades e interesses.

A noção de *tática* é evocada, neste estudo, considerando a acepção de Michel de Certeau, que a aborda em diálogo com a noção de *estratégia*. Buscando compreender, a partir da atenção às práticas cotidianas dos indivíduos, como é produzida a mudança social, Certeau identificará nas *táticas*, “a arte do fraco”, determinada pela ausência de poder e constituindo-se como ação calculada, diante desta condição de ausência de poder. É definida, portanto, diferentemente da *estratégia*, pela ausência de um *próprio*, a “propriedade de um lugar de poder”. Assim,

(...) a tática não tem por lugar senão o do outro. E por isso deve jogar com o terreno que lhe é imposto tal como o organiza a lei de uma força estranha. Não tem meio para se manter em si mesma, à distância, numa posição recuada, de previsão e de convocação própria: a tática é movimento 'dentro do campo de visão do inimigo' (...) e no espaço por ele controlado. Ela não tem, portanto, a possibilidade de dar a si mesma um projeto global nem de totalizar o adversário num espaço distinto, visível e objetivável. Ela opera golpe por golpe, lance por lance. Aproveita as 'ocasiões' e delas depende, sem base para estocar benefícios, aumentar a propriedade e prever saídas. O que ela ganha não se conserva. Este não lugar lhe permite sem dúvida mobilidade, mas numa docilidade aos azares do tempo, para captar no vôo as possibilidades oferecidas por um instante. Tem que utilizar, vigilante, as falhas que as conjunturas particulares vão abrindo na vigilância do poder proprietário. Aí vai caçar. Cria ali suas surpresas. Consegue estar onde ninguém espera. É astúcia.<sup>28</sup>

A *estratégia* define-se essencialmente, para este autor, pela existência de um *próprio*, a partir do qual, nas relações de força, os detentores de poder se articulam e atuam

<sup>27</sup> Na “Apresentação” da mesma obra em epígrafe, indica-se o diálogo de Chartier com a noção de *campo*, de Pierre Bourdieu, e com as *relações de interdependência*, de Norbert Elias, a partir da concepção de leitura. (Cf. CHARTIER, 1988 [2002], op. cit.).

<sup>28</sup> CERTEAU, Michel De. **A invenção do cotidiano**: As artes de fazer. 16. ed. Tradução Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994 [2009]. v. 1, p. 95.

buscando perpetuar sua condição. Envolve o cálculo estratégico ou a manipulação destas relações, viabilizado a partir da possibilidade de isolamento de um “sujeito de querer ou poder”.

A estratégia postula um lugar suscetível de ser circunscrito como algo próprio e ser a base de onde se podem gerir as relações comuns à exterioridade de alvos ou ameaças (os clientes ou os concorrentes, os inimigos, o campo em torno da cidade, os objetivos e objetos da pesquisa etc). Como na administração de empresas, toda racionalização 'estratégica' procura em primeiro lugar distinguir um 'ambiente' um 'próprio', isto é, o lugar do poder e do querer próprios.<sup>29</sup>

A ação estratégica propicia a definição do *próprio* como “uma vitória do lugar sobre o tempo”, isto é, o domínio do tempo por meio da fundação de um lugar autônomo. Além disso, há o domínio dos lugares pela vista, a partir da divisão, tornando possível uma prática panóptica, “a partir de um lugar de onde a vista transforma as forças estranhas em objetos que se podem observar e medir, controlar, portanto, e 'incluir' na sua visão.”<sup>30</sup> Em outras palavras, a estratégia torna possível prever, antecipar-se ao tempo, pela leitura de um espaço. É a “capacidade de transformar as incertezas da história em espaços legíveis”, “um tipo específico de saber”, que sustenta e determina o poder de conquistar para si um lugar próprio.

Em nosso entendimento, desta forma, as representações participam da definição, instituição e legitimação de determinada ordem social, mas também se apresentam como campo aberto de disputas que podem transformar, reconfigurar ou destituir esta ordem e contribuir para a instituição de outra. Assim, a dinâmica de constituição da memória social de um lugar participa de um jogo de disputa por representação e poder.

O tombamento do Casarão da Barragem configura, então, episódio emblemático para a compreensão das políticas públicas urbanas locais, por expor uma questão desafiadora aos gestores públicos, em especial: qual seria o sentido de tomar um bem apropriado e (res)significado pelos moradores da favela como símbolo de um espaço e

<sup>29</sup> Ibidem, p. 93.

<sup>30</sup> Ibidem, p. 94.

referência de uma memória social que não se deseja consagrar para a cidade? Um espaço ao qual as políticas urbanas buscam destituir enquanto tal, transformando-o de modo a promover sua integração aos padrões de urbanidade vigentes na cidade? Partindo destas considerações suscitadas pelo tombamento, e da abordagem acima proposta acerca das representações sociais, que iluminam nossa análise sobre as favelas, buscamos, ainda, identificar as concepções e apropriações que caracterizam a constituição da política de patrimônio, em Belo Horizonte. Por meio deste esforço, procuramos conhecer melhor a maneira como se constituem as disputas no campo do poder simbólico pela instituição e legitimação de representações sociais sobre a favela, e de que maneira estas disputas participariam da configuração das relações políticas e sociais na cidade.

## **Deslocamentos**

O tombamento do Casarão da Barragem passou a constituir-se como objeto de pesquisa durante uma experiência de participação em um projeto de Extensão Universitária. Após a conclusão do Curso de Graduação em História, na modalidade Licenciatura, pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), decidi prosseguir os estudos no Bacharelado, com vistas a aprimorar a formação para a pesquisa acadêmica. Neste período, tive a oportunidade de participar do Programa Conexões de Saberes – uma proposição do Ministério da Cultura (MEC) que, dentre outros objetivos, pretendia constituir nas 31 universidades federais onde se desenvolvia, núcleos de articulação entre as chamadas comunidades populares e as instituições universitárias, com vistas a estimular a “troca de saberes, experiências e demandas”<sup>31</sup>. Ao tomarem conhecimento de que eu morava e atuava no Aglomerado Santa Lúcia, os coordenadores do Programa, na UFMG, propuseram uma aproximação com grupos locais, para discutir possibilidades de interlocução. Representantes de dois desses grupos – a Associação dos Universitários do Morro (AUM) e o Grupo do Beco (Grupo de Teatro) – atenderam ao convite e constituímos uma equipe de

<sup>31</sup> Informações sobre o Programa Conexões de Saberes podem ser encontradas na página do MEC: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=12360:conexoes-de-saberes&catid=305:conexoes-de-saberes&Itemid=714](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12360:conexoes-de-saberes&catid=305:conexoes-de-saberes&Itemid=714).

trabalho composta, então, por moradores ligados ou não à universidade e estudantes de diversos cursos da UFMG<sup>32</sup>. Por meio de um diálogo rico e, quase sempre marcado pela tensão entre as diferentes concepções sobre o desafio de uma atuação conjunta entre sujeitos tão diferentes e com expectativas não menos diversas, foi estabelecida, como objetivo de trabalho, uma abordagem sobre a memória do Aglomerado Santa Lúcia. Ficou definido que a construção de um projeto para atender àquele objetivo deveria constituir, de fato, uma experiência coletiva; o que significava declinar de qualquer propósito de que a universidade implantasse um projeto de pesquisa acadêmica em que os moradores figurassem apenas como “guias” – no caso das lideranças ali representadas – ou objetos de uma pesquisa, ou como simples informantes. “Não queremos ser ratos de laboratório” – a força do alerta proferido por Nil César, coordenador do Grupo do Beco, norteou toda a relação ao longo da parceria que se firmou entre os moradores e o Programa, por meio do que passamos a denominar “Projeto Memória”, entre 2005 e 2007. O alerta era desafiador, explicitava tensões, mas foi assumido pelo grupo como legítimo, uma vez que as experiências de relação com a universidade, da parte dos moradores, eram quase sempre caracterizadas por uma relação avaliada por estes como desrespeitosa e, em certa medida, antiética, na perspectiva dos procedimentos metodológicos de pesquisa. Era recorrente até então, o assédio de estudantes de graduação, mestrado ou doutorado que apareciam repentinamente em busca de informantes ou depoentes para trabalhos acadêmicos, sem que os moradores fossem abordados também como sujeitos na relação de produção de conhecimento. Além disso, em geral, terminada a pesquisa de campo, a maioria dos pesquisadores não apresentava retorno algum aos moradores. Muitas vezes, chegavam a expressar o entendimento de que sua “contribuição social” já estava assegurada, pois consistiria no próprio estudo acadêmico, que criaria uma “visibilidade” para o lugar. Muitas lideranças de grupos sociais, culturais e religiosos do Aglomerado Santa Lúcia, passaram a

---

<sup>32</sup> Nesta equipe de bolsistas havia estudantes de Psicologia, Educação Física, Geografia, História, Engenharia, Ciência da Informação, Pedagogia, Filosofia e Ciências Sociais.

adotar, assim, uma postura de resistência a este tipo de conduta<sup>33</sup>. Nos projetos de extensão universitária, os moradores eram tomados, invariavelmente, como clientes de uma experiência de prestação de serviços ou como pessoas carentes, a quem se presta uma espécie de caridade ou de favor. Tratava-se, quase sempre, de experiências de treinamento para a formação acadêmica, num espaço considerado disponível e propício para tais experiências de campo, sem que fosse preciso atentar para a necessidade de maiores responsabilidades e de cuidados éticos efetivos na relação com as pessoas que ali moravam. Note-se, aqui, a significativa coincidência entre a vigência de representações que, ainda na atualidade, permeiam as práticas de produção de conhecimento sobre a favela e seus moradores, e a recorrência das mesmas ou similares representações nos discursos dos gestores de políticas públicas de combate ao processo de formação de favelas, conforme trataremos no Capítulo 1.

Definido, então, o tema, o desafio que atravessou toda a experiência foi o da construção de uma metodologia de trabalho que possibilitasse a integração da equipe e a incorporação dos conhecimentos e ações dos moradores, buscando romper com as práticas hierárquicas de produção de saberes, em que o viés científico é tomado como o único vetor a direcionar toda a ação<sup>34</sup>. Simultaneamente ao debate, a equipe passou a prospectar as informações disponíveis sobre o lugar, nos órgãos da administração pública municipal e estadual. Constatamos, de modo geral, até aquele momento, a ausência de produções

<sup>33</sup> Atenta à relação dos acadêmicos com as periferias, a Profa. Heloísa Buarque de Hollanda, que coordena o Projeto “Universidade das Quebradas”, desenvolvido com artistas moradores e atuantes em favelas do Rio de Janeiro, apresenta um testemunho elucidativo: “Eu sou da geração de 1960. Sou da época em que se ia para as favelas para ensinar os moradores, sem qualquer preocupação com o que eles pensavam ou necessitavam. Sinto que eu mudei e essa relação também. A **Universidade das Quebradas** me fez ver que é essa nova relação a que eu quero. Achei um novo lugar para falar e aprender.” Cf. BLOG ACESSO. **Heloísa Buarque de Hollanda – novas visões sobre as periferias**. Entrevista. Disponível <<http://www.heloisabuarquedehollanda.com.br/?p=1144&cat=0>>. Acesso em: 04 out. 2010. Informações sobre o referido Projeto podem ser acessadas por meio do mesmo endereço eletrônico (Grifos no original).

<sup>34</sup> A proposta de outro Projeto, coordenado pela Profa. Heloísa Buarque de Hollanda, a partir de 2010, apresenta semelhanças com a experiência do Projeto Memória, em termos de concepção, o que acena para uma tendência de estabelecimento de novas relações entre as favelas e os espaços de produção de conhecimento científico. Em entrevista à Revista Verbo 21, Heloísa declara: “A Universidade das Quebradas é um programa de extensão universitária que busca a troca de conhecimentos e culturas e se baseia na eficácia de uma ecologia dos saberes para a compreensão do mundo e da cultura contemporâneas. Assim, procuramos produzir novas formas de conhecimento, rompendo a unicidade e hegemonia do pensamento branco acadêmico.” (Cf. CORRÊA, Angelo Mendes. Heloísa Buarque de Hollanda e o longo caminho da academia para as periferias. **VERBO 21**, Ano 11, n.13, outubro 2010).

sistematizadas sobre as favelas em publicações ou instituições que se propõem a registrar e/ou promover a memória e /ou a história da cidade. Era, até então, o caso das referências ao Museu Histórico Abílio Barreto, por exemplo, situado em outro casarão do século XIX bem próximo ao Aglomerado Santa Lúcia, à Av. Prudente de Moraes, que constitui um dos limites do perímetro da área onde está localizada a favela. Nas narrativas oficiais, o casarão que pertenceu à antiga Fazenda do Leitão, nos tempos do Arraial do Curral Del Rei, e que passou a abrigar, desde os anos de 1940, o Museu da Cidade, destinado a “guardar a história da cidade”, é anunciado como o único exemplar arquitetônico remanescente do antigo Arraial do Curral del Rei. É o que observamos, por exemplo, em uma publicação produzida por ocasião dos sessenta anos do Museu, em que os textos de apresentação fazem referência a este casarão como “única edificação remanescente do Curral del-Rei (*sic*)” e “único exemplar de uma época apagada no tempo”.<sup>35</sup> O Casarão da Barragem, contemporâneo ao do Museu, mesmo tendo sido tombado pelo poder público municipal, desde 1992, continuava ignorado nas narrativas sobre a história da cidade. Curiosamente, a despeito de, no Processo de Tombamento, ter sua localização referenciada nos terrenos da ex-colônia Afonso Pena, ocupada atualmente pela favela o Aglomerado Santa Lúcia, o Guia de Bens Tombados de Belo Horizonte<sup>36</sup>, registra como parte do endereço do Casarão da Barragem, o bairro São Bento, vizinho ao Aglomerado e habitado por pessoas de classe média alta.

Não obstante, durante a pesquisa realizada pelo Projeto Memória, encontramos, no Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte, significativa documentação referente às favelas, que consta principalmente dos Fundos da Assessoria de Comunicação Social do Município (ASCOM), da Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte (URBEL) e da extinta Coordenação de Habitação de Interesse Social de Belo Horizonte (CHISBEL). Encontramos, ainda, para além do âmbito dos órgãos da administração pública, seis filmes que têm o lugar e/ou os moradores como tema, ou que utilizavam o espaço como cenário

<sup>35</sup> BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. **MHAB: 60 anos de história**. Belo Horizonte, Prefeitura Municipal de Belo Horizonte / Museu Histórico Abílio Barreto, 2003a (Caderno I).

<sup>36</sup> CASTRO, Maria Angela Reis. **Guia de Bens Tombados de Belo Horizonte**. Prefeitura Municipal de Belo Horizonte/Gerência de Patrimônio: Belo Horizonte, 2006, p. 290.

e/ou os moradores como atores ou depoentes<sup>37</sup>.

Dos debates sobre os conceitos e os usos da memória, ocorridos durante os encontros semanais da equipe, emergiu a referência ao tombamento da “Casa da Fazendinha”. Aproximamo-nos, então, de Dona Maria Izabel Rocha de Magalhães, a última proprietária que ainda residia no casarão<sup>38</sup>. Não era de conhecimento dela nem das lideranças locais, o estágio em que se encontravam, então, os desdobramentos do processo de tombamento; assim como, segundo ela, fora surpreendida pelo tombamento e pela solicitação feita pelos moradores para que fosse criado um centro cultural no casarão tombado. A partir daí, o também historiador e representante da AUM, Juvenal Lima Gomes, e eu responsabilizamo-nos por investigar, pelo Projeto, as informações sobre o referido processo. Aquele foi o primeiro contato com a documentação do Processo 01 004 713 9649 – “Casarão da Barragem Santa Lúcia”, sob a guarda da Diretoria de Patrimônio da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, a partir do qual é fundamentado o estudo que ora apresentamos.

Na ocasião foi produzido, pelo Projeto Memória, um registro em suporte audiovisual<sup>39</sup> com depoimentos de Dona Izabel sobre sua relação com a Casa. A partir do diálogo com ela, tornou-se ainda mais sensível, para a equipe, a necessidade do cuidado com os sujeitos envolvidos nas práticas de memória. No caso específico do Casarão, Dona Izabel e sua família foram relativamente ignoradas nos processos de decisão pelo tombamento. Inicialmente, nem o grupo de moradores que solicitou o tombamento, nem o poder público municipal a consideraram como interlocutora nesses processos, por estarem orientando-se em prol do interesse coletivo. Somente a partir de 1993, conforme observamos na documentação do referido Processo de Tombamento, a especificidade da

<sup>37</sup> Os filmes são: Cantos do Mundo (Fábio Britto e Simone Lara) – 31 min.; Papagaio (Bernard Belisário e Daniel Pulta) – 19min.; Macarrão com Cachaça (Evandro Domingos e Pablo Lobato) – 12 min. 21seg.; Cortejo (Projeto Memória) – 10min. 28seg.

<sup>38</sup> Dona Izabel faleceu, em Dezembro de 2010.

<sup>39</sup> *Casa da Fazendinha* (Projeto Memória e Oficina de Imagens) – 7 min. O Projeto colaborou, ainda, para a produção de *Eihá-Memória e Infância no Reino do Congo do Aglomerado Santa Lúcia* (Adir Assumpção, Tâmara Braga, Gisele Miné e Daniel Antônio Cruz) – 18min. 43 seg. Estes dois vídeos, assim como os supramencionados, integram o “Kit – Projeto Memória”, juntamente com a “Revista da Laje”. O Kit é um produto dos trabalhos desenvolvidos durante o Projeto Memória e foi distribuído para entidades e grupos do Aglomerado Santa Lúcia, e também para bibliotecas e arquivos públicos da cidade, em 2007.

condição de Dona Izabel como moradora passou a ser levada em conta nas ações que sucederam ao tombamento.

Foi naquele ano, que, diante do grave estado de degradação do Casarão, que colocava em risco tanto a edificação quanto a vida das pessoas que o habitavam, Dona Izabel recorreu ao Conselho do Patrimônio, solicitando da Prefeitura Municipal providências para a realização da reforma necessária; alegando não possuir recursos financeiros para efetuar-la, conforme orienta a legislação que organiza a proteção do patrimônio cultural do município<sup>40</sup>. A partir de então, os estudos e projetos de recuperação para o casarão passaram a considerar, por exemplo, a possibilidade de agenciamento para duplo uso do espaço: como moradia e como espaço público para uso comunitário.

Entretanto, a percepção de Dona Izabel sobre a ação da Prefeitura evidenciava temor e uma postura de enfrentamento constante por parte da moradora, que se sentia ameaçada naquilo que ela compreendia como seu direito a morar na casa que conhecera desde a infância e em relação à qual declarava ser parte de sua própria vida.

A partir das tensões que se revelavam nos depoimentos de Dona Izabel e que se relacionavam à ação fiscalizadora de órgãos da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte responsáveis por executar a preservação dos bens tombados na cidade, me aproximei da história da “Casa da Fazendinha”, estudando o Processo de Tombamento. Para além de informar sobre o episódio do tombamento, propriamente, essa documentação oferece pistas que nos suscitam interesse em compreender os significados atribuídos ao espaço da favela nos projetos arregimentados na constituição da cidade, por meio dos discursos que remetem à história de elaboração e gestão das políticas patrimoniais, especialmente a partir da década de 1980, bem como às conexões destas com as políticas urbanas.

A possibilidade de pesquisar os processos de formação de favelas em Belo Horizonte, então, apresentou-se como uma via para o desenvolvimento de um dos temas

---

<sup>40</sup> A Lei Municipal 3802 de 6 de Julho de 1984, que organiza a proteção do patrimônio cultural do município de Belo Horizonte, define o proprietário do bem tombado como responsável pela manutenção do imóvel. Na impossibilidade comprovada de cumpri-lo, o proprietário deve comunicar à Prefeitura, para que esta assumam os procedimentos necessários para garantir a preservação do mesmo bem. (Cf MINAS GERAIS. Lei No 3802 de 6 de Julho de 1984. Organiza a proteção ao patrimônio cultural do município de Belo Horizonte. **Lex**: coletânea de legislação e jurisprudência: edição Minas Gerais, Belo Horizonte, v. 21, p. 81-86, 1984. Legisl. Do Est. De Minas Gerais – Município de Belo Horizonte).

que sempre me interessaram, durante o período de formação acadêmica na graduação, e que representava um desafio em termos metodológicos, suscitando, ao mesmo tempo, uma necessidade de reflexão epistemológica que diz respeito às condições de produção do conhecimento – no nosso caso, especificamente do conhecimento histórico – por pesquisadores que o antropólogo Osmundo de Araújo Pinho<sup>41</sup> denomina como “subalternos”, por posicionarem-se como sujeitos de produção de conhecimento sobre seu próprio ambiente de vivências. Afinal, como enfrentar os desafios éticos e metodológicos inerentes a esta condição específica de pesquisa?

De todo modo, “do lugar de onde eu via as coisas”<sup>42</sup>, isto é, a partir da experiência enquanto moradora e pesquisadora, os silenciamentos sobre a história das favelas nas narrativas sobre a cidade de Belo Horizonte pareciam sobremaneira eloquentes. Ao mesmo tempo, eles apresentavam-se relevantes enquanto objetos de investigação histórica, especialmente quando deparei com a relativa escassez de produções sobre o tema<sup>43</sup> no campo da História, durante as pesquisas realizadas no âmbito do Projeto Memória e, posteriormente, quando decidi elaborar o Projeto submetido aos Processos Seletivos de Pós-Graduação, em 2008.

Busco também, desta forma, por meio desta experiência de pesquisa, refletir

<sup>41</sup> PINHO, Osmundo Araújo dos Santos. **Descentrando o Pelô**: Narrativas, Território e Desigualdades Raciais no Centro Histórico de Salvador. 1996. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1996, p. 125.

<sup>42</sup> A expressão foi utilizada pelo Prof. Osmundo Pinho ao discutir sua experiência de pesquisa. Cf. Ibidem, p. 125.

<sup>43</sup> Ressalto que me refiro, por ora, à escassez – não ausência – de produção historiográfica sobre as favelas em Belo Horizonte; tendo em conta, ainda, o amplo espectro de produção sobre o tema nas ciências sociais, referentes, sobremaneira, às experiências da cidade do Rio de Janeiro, mas também às de outros centros urbanos como Salvador e São Paulo, dentre outros. Estas, devido aos limites deste estudo, não constituem foco de nossa atenção. Não obstante, buscaremos dialogar com algumas pesquisas recentes que abordam o universo da produção das favelas, “invasões” ou “ocupações” e demais espaços segregados nestas cidades. Cf., dentre outros: ROSA, Thaís Troncon. **Fronteiras em disputa na produção do espaço urbano**: o território do “Gonzaga” de favela bairro a periferia. 2008. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual de Campinas. Campinas/SP e ROLNIK, Raquel. **A cidade e a lei**: legislação, política urbana e território na cidade de São Paulo. São Paulo: Studio Nobel: Fapesp, 1997 (Coleção cidade aberta), sobre São Paulo; SOUZA, Cristiane Santos. **Percepção e produção estética**: configuração do modo de vida em Novos Alagados no Subúrbio Ferroviário de Salvador. 2002. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2002 e LIMA, Gisele Oliveira de. **Movimento Baixa do Marotinho**: a luta pela moradia em Salvador (1974-1976). 2009. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Bahia. Salvador. 2009, sobre Salvador; VALLADARES, op. cit. sobre o Rio de Janeiro.

sobre este desafio. Tendo a considerar muito fecundas as tensões que resultam de uma atuação referenciada nestas duas esferas de experiência de produção de conhecimento – a vivência e a pesquisa. Cada uma delas, tomadas como dimensões complementares, a depender do contexto em que estou atuando, apresentam-se como oportunidades para a pesquisa. Dessarte, no trabalho com as fontes orais, por exemplo, o fato de alguns de meus entrevistados serem moradores do Aglomerado e de estes, porventura, me reconhecerem como um par, alguém “de dentro”, pode tanto constituir um facilitador do diálogo quanto um limite a ser respeitado e que também, enquanto tal, pode muito informar. O pressuposto não estranhamento que caracteriza a nossa relação pode funcionar como um elemento que permite uma exploração mais aprofundada sobre os assuntos abordados durante a entrevista, mas também significar um explícito instrumento de controle na produção da informação, quando meu interlocutor ou minha interlocutora me reconhece como igual mas ao mesmo tempo como alguém que transita nos dois espaços – o da comunidade e o da “academia”. Neste sentido, a busca pelo controle do que se quer registrar nos depoimentos apresenta-se no jogo sutil de tensões que se dá, naturalmente, neste tipo de experiência de pesquisa. Aqui não podemos ignorar que também o campo da produção acadêmica é reconhecido socialmente como espaço de poder, em que as representações que se desejam instituir, estão em disputa<sup>44</sup>.

Além disso, a experiência de produção de conhecimento referenciada na condição ambivalente de pesquisadora-moradora me impelia, amiúde, à necessidade de questionar e distinguir ora as referências acadêmicas, ora as que me constituem a partir da vivência como moradora. Em muitos momentos, foi o entrecruzamento entre ambas que me permitiu vislumbrar determinadas respostas ou soluções para os impasses que se apresentavam. Em outros, este procedimento não se mostrava viável, me demandando assumir as incompletudes inerentes a abordagens por vezes mais informadas por uma ou outra destas referências.

O objeto desta pesquisa foi se constituindo, então, em diálogo com diferentes aparatos documentais que se apresentaram como possibilidade de fontes para o estudo.

---

<sup>44</sup> BOURDIEU, op. cit.

Assim, partindo do Processo de Tombamento do Casarão da Barragem é que a própria necessidade de compreensão sobre a formação das favelas em Belo Horizonte, conforme abordamos no Capítulo 1, emergiu como tema imprescindível da pesquisa. Da mesma forma, percebemos que era preciso conhecer a trajetória das políticas patrimoniais no município, para melhor compreender o significado do ato de tombamento da Casa da Fazendinha para a cidade, experiência que é tratada no Capítulo 3. A história da constituição do Aglomerado Santa Lúcia e de suas representações por meio dos relatos de moradoras e moradores, que será tratada no Capítulo 2, apresentou-se como elo por meio do qual relacionaremos os Capítulos 1 e 3.

As fontes administrativas produzidas pela Prefeitura de Belo Horizonte são nossos principais referenciais nestes dois capítulos. Trabalhamos especialmente com os Relatórios Anuais da Prefeitura de Belo Horizonte (1899-2005) e com a Legislação produzida sobre favelas e sobre políticas patrimoniais. Por meio deles procedemos à identificação e análise de informações específicas que nos auxiliam na constituição de um relato sobre os processos de formação de favelas e de instituição de políticas de preservação patrimonial na cidade, buscando conhecer se há e em que momento(s) se dá a intersecção entre as políticas urbanas e as políticas patrimoniais tangenciadas pelas políticas públicas direcionadas às favelas. Destacam-se, em especial, as expressões utilizadas nos Relatórios Anuais da Prefeitura de Belo Horizonte para designar a favela e seus moradores. Reservamos uma parte do Capítulo 1, para a análise dessas representações.

As poucas informações institucionais, isto é, oriundas de documentação administrativa da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, sobre o Aglomerado Santa Lúcia serão cotejadas, no Capítulo 2, com as narrativas dos moradores produzidas a partir de entrevistas realizadas pela pesquisadora, entre 2006 e 2010. Algumas destas entrevistas, portanto – mais precisamente, as que foram registradas antes de 2010 –, não foram realizadas inicialmente com o intuito de pesquisa acadêmica. Elas foram empreendidas em função de uma necessidade particular por conhecer, em diálogo com moradoras antigas, o olhar destas sobre a história do lugar. A maioria destes registros está arquivada em mídia digital. Já as entrevistas realizadas em 2010 foram produzidas no âmbito desta pesquisa para o mestrado. São depoimentos mediados por roteiros semi-estruturados visando abordar

três assuntos principais: a formação do Aglomerado Santa Lúcia, por meio das narrativas sobre a história de vida das/os moradoras/es; a constituição e atuação dos movimentos sociais locais e as percepções sobre a “Casa da Fazendinha” e o tombamento. Além destas fontes, são utilizados como material de análise os registros audiovisuais produzidos durante o Cortejo da Memória<sup>45</sup>, atividade realizada pelo Projeto Memória. Cabe esclarecer, não obstante, que a abordagem destes relatos, em acordo com os propósitos da pesquisa, não se inscreve em uma proposta de produção de História Oral, no que se refere ao modo de construção da narrativa. Para os procedimentos de elaboração das entrevistas, contudo, fizemos uso de técnicas desta metodologia.

Quanto à constituição do objeto desta pesquisa, cabe esclarecer ainda que, em função da peculiaridade do mesmo, julgamos pertinente não limitar a investigação propriamente nos marcos de um recorte temporal de balizas fixas. A proposta é, então, fomentar um diálogo ou uma aproximação entre um episódio situado num passado relativamente próximo – o Tombamento do Casarão, em 1992 –, e os vários marcos que se nos apresentem como relevantes para pensar a constituição do processo de formação de favelas na cidade e suas representações.

---

<sup>45</sup> Tendo por objetivo ampliar o debate sobre a memória local, o Cortejo percorreu, durante todo o dia 5 e outubro de 2005, as principais ruas das três das cinco vilas que compõem o Aglomerado, promovendo o diálogo de uma personagem, o Seu Zé, morador antigo que estava de partida e seus conhecidos – antigas lideranças, crianças, jovens ou moradoras e moradores tão antigos quanto ele. Estes convidados relembavam com ele as estórias e histórias sobre o lugar. A atividade foi registrada pela equipe do Projeto Memória e foi utilizada ao fim do mesmo, em 2007, na produção da Revista Da Laje que integrou o Kit Memória, em que foram reunidos alguns destes registros.

## CAPÍTULO 1

### BELO HORIZONTE E AS FAVELAS

De acordo com a socióloga Licia do Prado Valladares<sup>46</sup>, a história da produção intelectual sobre o tema das favelas é caracterizada, no país, desde as origens, no início do século XX, pela recorrência a uma oposição entre a favela e a cidade. Deriva daí um conjunto de “dogmas”, que se tornou sabedoria convencional sobre o assunto e que se desdobra em noções como a de fragmentação urbana (a “cidade partida”), ou a de “cidade legal” x “cidade ilegal”, dentre outras. Reconhecendo que tal abordagem reduz as possibilidades de interpretação dessa relação enquanto algo mais complexo que o inicialmente indicado pela polarização difundida especialmente a partir dos estudos tradicionais sobre o tema, é preciso considerar, contudo, a necessidade de atentar para a existência desta dicotomia enquanto elemento constituinte das formas simbólicas e das práticas cotidianas forjadas por sujeitos moradores e não moradores de favela, nas relações que se estabelecem no espaço público da cidade. Sobretudo, se reconhecermos que a própria ideia de fragmentação é fortemente alimentada por representações construídas a partir destas relações. Assim, parece pertinente abordar tal fenômeno em uma de suas dimensões específicas, qual seja a de que constitui um dos recursos mobilizados pelos sujeitos envolvidos nas disputas discursivas e nas práticas que marcam os processos de produção do tipo de espaço que se convencionou denominar como favela.

Ainda segundo Valladares<sup>47</sup>, parte da produção intelectual da qual derivam as concepções dogmáticas sobre a favela, no Rio de Janeiro, é marcada pelos discursos de engenheiros, médicos, jornalistas e escritores, durante as primeiras décadas do século XX, preocupados com o futuro da cidade. Assim, observamos a concomitância entre a emergência do interesse desses profissionais pelas favelas e o discurso higienista segundo o qual as habitações dos pobres constituíam o principal foco de problemas de saúde física e de estética da cidade. Esta concepção, desde o século XIX, era explicitada nas campanhas

---

<sup>46</sup> Op. cit.

<sup>47</sup> Ibidem.

de combate aos cortiços, considerados o “*locus*” da pobreza; local que abrigava trabalhadores e também, nos termos da época, malandros e vagabundos, sendo todos considerados como pertencentes às “classes perigosas”<sup>48</sup>. De acordo com o que observa Licia Valladares:

Definido como um verdadeiro ‘inferno social’, o cortiço carioca era visto como antro da vagabundagem e do crime, além de lugar propício às epidemias, constituindo ameaça à ordem social e moral. Percebido como espaço propagador da doença e do vício era denunciado e condenado através do discurso médico e higienista, levando à adoção de medidas administrativas pelos governos das cidades.<sup>49</sup>

Sidney Chalhoub já observara, além disso, em “Cidade Febril”<sup>50</sup>, que o combate aos cortiços constituía também uma tentativa de controle e preservação dos “significados sociais essenciais à continuidade da instituição da escravidão”, em um contexto no qual os cativos alcançavam, cada vez mais, autonomia. Vários deles, conquistando meios de viver “sobre si” – como escravos de ganho, por exemplo –, passavam a decidir sobre sua moradia e aos meios de sustento próprio, enfraquecendo o domínio do senhor. As habitações coletivas, segundo o autor, começaram a evidenciar-se como importantes alternativas de moradia na Corte, para os escravos, “assim como para libertos e negros livres em geral”, durante as últimas décadas do século XIX.

(...) São vários os exemplos de escravos que moravam em cortiços, ou que tinham suas amásias morando em cortiços; além disso, encontram-se famílias de ex-escravos que conseguiram se reunir e passar a morar juntos em habitações coletivas após a liberdade. Com frequência, era nestas habitações que os escravos iam encontrar auxílios e solidariedades diversas para realizar o sonho de comprar a alforria a seus senhores; e, é claro, misturar-se à população variada de um cortiço podia ser um ótimo esconderijo, caso houvesse a opção pela fuga. [...] O tempo dos cortiços no Rio foi também o tempo da intensificação das lutas dos negros pela liberdade, e isto provavelmente tem a ver com a histeria do poder público contra tais habitações e seus moradores.<sup>51</sup>

<sup>48</sup> CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril**: cortiços e epidemias na Corte Imperial. São Paulo: Cia. das Letras, 1996; VALLADARES, op. cit.

<sup>49</sup> VALLADARES, op. cit. p. 24.

<sup>50</sup> CHALHOUB, op. cit.

<sup>51</sup> Ibidem., p. 28-29.

Valladares nota que somente após “uma ferrenha campanha contra o cortiço” é que despertou o interesse pela favela, que passou a ser vista como um “novo espaço geográfico e social que despontava como o mais recente território da pobreza”.<sup>52</sup> Os cortiços teriam passado a figurar, então, como “coisa do passado”, de menor importância para o higienismo. A favela emergia como principal tema dos debates sobre o futuro da capital e do próprio Brasil, tornando-se o novo alvo do discurso médico-higienista que condenava a insalubridade de suas moradias. Segundo Valladares, para a favela “se transfere o postulado ecológico do meio como condicionador do comportamento humano, persistindo a percepção das camadas pobres como responsáveis pelo seu próprio destino e pelos males da cidade”<sup>53</sup>. Tornada problema mesmo antes de sua generalização, a partir do interesse desses intelectuais pelo Morro da Providência – transformado em “Morro da Favella”, após ser habitado por soldados regressados da Guerra de Canudos<sup>54</sup> – a favela, passa a ser representada como “pertencente ao mundo antigo, bárbaro, do qual é preciso distanciar-se para alcançar a civilização”<sup>55</sup>. Esta percepção, fortemente sustentada em analogia com as narrativas de Euclides da Cunha sobre os acontecimentos de Canudos, e sobre o sertão, resultará das observações iniciais de jornalistas que visitarão os morros do Rio de Janeiro, conferindo às suas descrições caráter testemunhal. Inspirados na dualidade *sertão* versus *litoral*, que norteia a obra “Os Sertões”, de Euclides, apresentarão a oposição *favela* versus *cidade*, que observamos presente na trajetória de representações sobre a favela, ao longo do século XX.

Diante do “problema a ser resolvido”, de acordo com as denúncias dos jornalistas, observa-se a mobilização de médicos e engenheiros, debatendo sobre “o que fazer da favela”. Já nos anos 1920, este debate desencadeou uma abrangente campanha de

<sup>52</sup> VALLADARES op. cit., p. 26.

<sup>53</sup> Ibidem, p. 28.

<sup>54</sup> Referência à planta favela, que deu nome ao Morro da Favela, situado no município de Monte Santo, no Estado da Bahia, onde o exército da República enfrentou forte resistência dos combatentes de Canudos, o que atrasou a vitória do primeiro. A planta era encontrada também na vegetação que recobria o Morro da Providência. (Cf. VALLADARES, op. cit., p. 29).

<sup>55</sup> Ibidem, p. 29.

denúncia contra a “lepra esthetica”<sup>56</sup>. Nos anos 1930, o Plano Agache ecoou a mesma preocupação, diante do intento de remodelar e embelezar a cidade. O código da Construção, de 1937, seguindo as prerrogativas do Plano, constituiu a primeira legislação a impor regras de zoneamento, construção e práticas sanitárias no território do município do Rio de Janeiro<sup>57</sup>. O documento estabelecia mecanismos de controle da expansão das favelas, ao limitar a construção de habitações operárias apenas pelo governo e em áreas distantes do centro; proibir a criação de novas favelas e proscrever a efetuação de reparos ou de novas construções de barracos existentes.<sup>58</sup>

Durante os primeiros anos da República observamos a mesma matriz de representações sobre os locais de habitação dos pobres, sendo informada pelas concepções médico-higienistas, em outras regiões do país. É o que nos sugerem as análises de Raquel Rolnik e Nabil Bonduki<sup>59</sup>, para São Paulo. Os programas de reforma urbana efetuados em diversas cidades, à época, atendem às demandas de modernização pautadas pelo advento da industrialização e pelas transformações no uso do solo urbano, que passa a ser capitalizado. Em Feira de Santana, na Bahia, por exemplo, a historiadora Karine Teixeira Damasceno, constatou, por meio de um importante estudo sobre as mulheres negras e pobres da cidade<sup>60</sup>, que este tipo de transformação expulsou, paulatinamente, essas mulheres e suas famílias do centro comercial da cidade. O desenvolvimento e as transformações urbanas em outras cidades como Brasília e Salvador, já a partir dos anos 1960, engendrará o surgimento de diversas “invasões” ou “ocupações”<sup>61</sup>, conforme indicam os estudos de James Holston,

<sup>56</sup> Cf. PIMENTA, José Augusto de Mattos. Para a remodelação do Rio de Janeiro – discursos pronunciados no Rotary Club do Rio de Janeiro, 1926. Apud VALLADARES, op. cit., p. 36.

<sup>57</sup> FISCHER, Brodwyn M. **A poverty of rights: Citizenship and Inequality in Twentieth-Century Rio de Janeiro**. California (USA): Stanford University Press, 2008, p. 45.

<sup>58</sup> Ibidem, p. 45-48. (Cf. também: VALLADARES, op. cit., p. 47-49).

<sup>59</sup> Cf. ROLNIK, op. cit. e BONDUKI, Nabil. **Origens da habitação social no Brasil: Arquitetura Moderna, Lei do Inquilinato e Difusão da Casa Própria**. São Paulo: Editora Estação Liberdade; FAPESP, 1998 [4. ed, 2004].

<sup>60</sup> DAMASCENO, Karine Teixeira. **Mal ou bem procedidas: cotidiano e transgressão das regras sociais e jurídicas em Feira de Santana, 1890-1920**. 2011. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual de Campinas – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, 2011

<sup>61</sup> Termos apropriados pelos moradores de Salvador, que atribui a eles a conotação de auto-afirmação e de legitimação da luta pelo direito à moradia. (Cf. SOUZA, 2002, op. cit.).

para o caso de Brasília; e de Cristiane dos Santos Souza e Gisele Oliveira Lima<sup>62</sup>, para Salvador.

Em Belo Horizonte, o surgimento das favelas está intrinsecamente relacionado às origens da própria cidade, instituída sob o signo da modernidade e concebida a partir de orientações ideológicas balizadas por princípios semelhantes aos que fundamentaram as intervenções urbanísticas em cidades como o Rio de Janeiro. Antes mesmo da inauguração da nova Capital, em 1897, há registros da existência de assentamentos que abrigavam a população pobre e se destacavam em torno da cidade em construção. Com certo desencanto, o historiador Abílio Barreto recordou, na década de 1930, seu encontro com a cidade, em 1895, destacando a descoberta desses bairros:

A Estação de Minas<sup>63</sup> era um provisório barracão de táboas coberto de zinco, plantado no meio de uma esplanada que estava sendo preparada. Atrás dela, pelo alto da colina, acima da projetada Rua Sapucaí, ia-se adensando uma povoação de cafuas e barracões de zinco, a que o povo denominava *Favela* ou *Alto da Estação* ou *Morro da Estação*. Denominava-se *Favela* por ser muito semelhante ao morro de igual nome existente no Rio de Janeiro. Tal qual aquele bairro improvisado, onde morava a gente operária, existia igualmente o *Leitão*, outro **aglomerado humano** de gente pobre, em rumo oeste do arraial. Estes dois bairros **mescladíssimos e turbulentos**, sobretudo à noite e nos dias de descanso, puseram à prova de fogo as energias e o valor do subdelegado de polícia capitão Lopes (...) <sup>64</sup>

Notamos que a representação das favelas do Rio de Janeiro orienta a maneira como os funcionários da cidade e demais observadores classificam os primeiros bairros que abrigavam a “gente pobre” da futura capital de Minas. As cafuas e barracões, alvos de controle do estado, desde as origens da cidade, contrastavam, como que o afrontando, com o projeto de modernidade e progresso que se buscava implantar, por meio do empreendimento de construção da cidade.

No plano para a nova Capital elaborado pelo engenheiro Aarão Reis destacam-

<sup>62</sup> Cf. respectivamente: HOLSTON, James. **A cidade modernista**: uma crítica de Brasília e sua utopia. Tradução Marcelo Coelho. São Paulo, Companhia das Letras, 1993; SOUZA, 2002, op. cit. e LIMA, 2009, op. cit.

<sup>63</sup> Atual Praça da Estação, localizada na região central da cidade.

<sup>64</sup> BARRETO, Abílio. **Belo Horizonte**: memória histórica e descritiva. ed. atual. rev. e anotada. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1996. Vol. 1, p. 378-379. (Grifos nossos).

se elementos característicos de um diálogo com o pensamento urbanístico próprio do século XIX<sup>65</sup>. A cidade a ser instituída foi planejada para ser um agente de polarização, a partir da noção de centralidade, cara à economia política da época<sup>66</sup>. Da mesma forma, são marcantes nesse plano, as noções higienistas que também orientam muitas das experiências de reforma urbana empreendidas em outras cidades no mundo<sup>67</sup> e no país, no mesmo período; assim também a preocupação com a circulação. Em consonância com tais balizas expressas nos resultados da atuação da Comissão Construtora da Nova Capital, a cidade planejada para ser a capital administrativa do estado de Minas Gerais, não contemplava soluções para a moradia da população pobre: não se considerava, ao que indicam análises como as de Heliana Angotti Salgueiro e Berenice Martins Guimarães<sup>68</sup>, a possibilidade de um grande aumento da população, tampouco de uma população pobre e descendente de escravos<sup>69</sup>. Tratava-se, de acordo com Maria Auxiliadora Faria<sup>70</sup>, de uma cidade projetada, sobretudo, para abrigar as elites e atender aos interesses políticos por elas almejados. De tal sorte que, não obstante, já nas primeiras décadas do século XX, os administradores se viam às voltas com os dois núcleos de “invasões” que haviam se formado na área urbana, originalmente destinada ao abrigo dos funcionários do governo e de membros da classe política. Ao longo do tempo, a cidade viu sua população aumentar vertiginosamente<sup>71</sup> e a questão da habitação popular, passou a envolver também o processo de formação de

<sup>65</sup> Cf. a respeito, os estudos de Heliana Angotti Salgueiro sobre Aarão Reis e sobre as referências dos urbanistas franceses na construção da capital mineira.

<sup>66</sup> SALGUEIRO, 1997, op. cit., p. 151.

<sup>67</sup> A coletânea “Cidades Capitais do Século XIX”, organizada por Heliana Angotti Salgueiro, reúne análises relevantes sobre as experiências de intervenção urbana implantadas em cidades como Milão e Paris, produzidas por especialistas como Donatella Calabi (para o caso da Itália), Bernard Lepetit e Antoine Picon (para o caso de Paris). A obra contém, ainda, um texto de Salgueiro, sobre a experiência de Belo Horizonte. Cf. SALGUEIRO, Eliana Angotti (Org.). **Cidades Capitais do Século XIX: Racionalidade, Cosmopolitismo e Transferência de Modelo**. São Paulo: Edusp, 2001.

<sup>68</sup> Cf. SALGUEIRO, op. cit.; GUIMARÃES, Berenice. A concepção e o projeto de Belo Horizonte: a utopia de Aarão Reis. In: RIBEIRO, Luiz César de Queiroz; PECHMAN, Robert (Orgs). **Cidade, povo e nação: Gênese do urbanismo moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996a).

<sup>69</sup> O trabalho de Tito Flávio R. Aguiar, ao discutir os critérios de distribuição das terras das ex-Colônias Agrícolas na Capital, durante as primeiras décadas do século XX, apresenta evidências sobre a restrição à concessão de terras a antigos escravos e seus descendentes, em favor do estímulo à imigração de europeus, eleitos como elementos fundamentais de um processo de colonização que sustentaria a modernização mineira. (Cf. AGUIAR, op. cit., p. 278).

<sup>70</sup> FARIA, Maria Auxiliadora. **Belo Horizonte: espaço urbano e dominação política** (uma abordagem histórica). Revista do Departamento de História da UFMG – Belo Horizonte, Novembro de 1985.

<sup>71</sup> Cf. ANEXO 1, Gráfico 1, à p. 221.

favelas, tomado, assim como em outras cidades, como “problema social”, a ser resolvido, muitas vezes, como caso de polícia.

Durante nosso estudo, ao abordarmos a constituição das favelas em Belo Horizonte, buscando observar como este fenômeno se relaciona com as concepções urbanísticas que permeiam a história da cidade, um aspecto se destacou: embora seja considerável a produção intelectual sobre o tema das favelas, em Belo Horizonte, a partir dos anos 1950, as iniciativas predominam, sobretudo, no campo das Ciências Sociais, não deixando de ser notável a escassez de abordagens no âmbito da História, se considerarmos a relevância do assunto para os estudos históricos sobre a cidade.

Há trabalhos importantes, como a tese da socióloga Berenice Martins Guimarães, intitulada *Cafuas, Barracos e Barracões: Belo Horizonte, cidade planejada-1894-1945*<sup>72</sup>, que atenta para a história da habitação popular na cidade. Este trabalho de Guimarães é uma referência importante, sendo mencionado em quase todos os estudos sobre o tema, embora não se trate de uma pesquisa específica sobre as favelas. A dissertação defendida em 2007 pela jornalista Márcia Maria da Cruz e intitulada *Vozes da Favela na Internet: disputas discursivas por estima social*<sup>73</sup> adota como referência de análise experiências empreendidas por grupos culturais e intelectuais de moradores de favela em torno do uso da internet como instrumento de expressão e constituição identitária, relacionando experiências do Rio de Janeiro e de Belo Horizonte. Encontram-se, ainda, alguns estudos no campo da Arquitetura e do Urbanismo<sup>74</sup>, além da Geografia e das Ciências Econômicas. Mais recentemente, destacamos a dissertação de Juvenal Lima Gomes, *Condições de vida do passado, conquistas do presente: a luta das associações*

---

<sup>72</sup> GUIMARÃES, Berenice. **Cafuas, Barracos e Barracões: Belo Horizonte, cidade planejada – 1894-1945**. 1991. Tese (Doutorado em Sociologia). Rio de Janeiro/RJ, 1991.

<sup>73</sup> CRUZ, Márcia Maria da. **Vozes da Favela na Internet: disputas discursivas por estima social**. 2007. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social). Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte. 2007.

<sup>74</sup> DIAS, Alexandre Dolabela. **Análise da atuação de órgãos públicos em áreas faveladas**. Monografia (Arquitetura e Urbanismo). 1987. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 1987; FERRON FILHO, Milton Lopes. **Situação da regularização fundiária em vilas e conjuntos habitacionais populares em Belo Horizonte**. 1999. Monografia. Escola de Arquitetura e Urbanismo / Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. 1999.

*comunitárias do Aglomerado Santa Lúcia por cidadania*<sup>75</sup>. Quanto à historiografia, destacam-se as dissertações de Álisson Veloso da Cunha, *A Favela Cabana de Pai Tomás: a ocupação consentida*<sup>76</sup>, e de Samuel Rodrigues de Oliveira *A favela vem à cidade e não é para sambar*<sup>77</sup>, sobre o Movimento de Favelas de Belo Horizonte, na década de 1960.

Ainda assim, faz-se importante notar que, desde a década de 1960, a ausência de referências sobre o tema é percebida pelos profissionais a quem começa a ser delegada, pelos governos, a função de atuar sobre o “problema” da formação de favelas. Segundo o sociólogo Hiroshi Watanabe, responsável pelo primeiro levantamento sobre a população favelada produzido pelo Governo de Minas Gerais, em 1966<sup>78</sup>, até aquele momento, “em Belo Horizonte, o tema é praticamente virgem de análises mais amplas e profundas”<sup>79</sup>. Para ele, a precariedade de informações e, principalmente, a ausência de dados estatísticos mais exatos e detalhados que caracterizava as “nações subdesenvolvidas”, prejudicava sobremaneira a tarefa de planejamento.

Mesmo reconhecendo as mudanças atestadas por meio das produções dos últimos anos e que denotam uma retomada do interesse pelo tema, é significativa a constatação do relativo silêncio sobre ele, na cidade, no âmbito da produção intelectual, ao longo do século XX. Berenice Guimarães, por exemplo, em estudo realizado entre 1991 e 1996, apontava ainda a “inexistência” de informações e a “carência de dados” a respeito das vilas e favelas de Belo Horizonte<sup>80</sup>.

Para os propósitos da primeira parte deste estudo, serão discutidos, na próxima seção, aspectos da representação de Belo Horizonte na história do urbanismo no Brasil, tomando como foco a atuação do engenheiro Aarão Reis, responsável pelo planejamento e

<sup>75</sup> GOMES, Juvenal Lima. **Condições de vida do passado, conquistas do presente: a luta das associações comunitárias do Aglomerado Santa Lúcia por cidadania**. 2011. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade de Coimbra. Coimbra/Portugal, 2011.

<sup>76</sup> CUNHA, Álisson. **A favela Cabana do Pai Tomás: a ocupação consentida Memória e História**. 2003. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia-MG. 2003.

<sup>77</sup> OLIVEIRA, S. op. cit.

<sup>78</sup> No âmbito das atividades da administração do município foi produzido um primeiro mapeamento das favelas na cidade, em 1955.

<sup>79</sup> MINAS GERAIS. **Levantamento da População Favelada de Belo Horizonte**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1966, p. 6.

<sup>80</sup> Cf. GUIMARÃES, Berenice. As vilas e favelas em Belo Horizonte: o desafio dos números. In: RIBEIRO, Luiz César de Queiroz e PECHMAN, Robert (Orgs). **Cidade, povo e nação: Gênese do urbanismo moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996b, p. 352.

pelo início da execução do plano de construção da cidade. Em seguida, será abordado o processo de formação das favelas na capital mineira, atentando-se para a atuação dos órgãos públicos neste processo. Enfatizaremos, para tanto, a análise de dois tipos de documentação – a legislação referente às favelas na cidade e os Relatórios Anuais da Prefeitura de Belo Horizonte. Interessa-nos perceber, em especial, que tipo de concepções urbanísticas caracterizam o desenvolvimento da nova Capital e em que medida tais concepções auxiliam na compreensão sobre as representações e práticas que vão se constituindo sobre as favelas na história da cidade. Além disso, buscamos identificar e compreender tais práticas e representações, abordando-as como inseridas na dinâmica de constituição das relações entre os moradores de favela e a administração pública.

## 1.1 A NOVA CAPITAL E OS DESAFIOS DA MODERNIZAÇÃO

O advento da República trouxe para Minas Gerais o desafio de se articular diante de novas transformações econômicas e políticas. A proposta de criação de uma nova Capital para as Minas surge como alternativa, diante da ameaça de fragmentação político-administrativa decorrente da forma de organização federativa engendrada pelo novo regime. Além disso, em meio à intensa crise política que sucedeu à Proclamação da República<sup>81</sup>, despontava-se, no Estado, a defesa de que a nova capital atendesse aos anseios de modernização expressos por parte das elites políticas<sup>82</sup>, e compreendidos como mais coerentes com os novos tempos de República. Tal desejo de modernidade não se confunde, contudo, com uma necessidade de ruptura radical com o passado colonial. Este, ademais, servirá de referência identitária às mesmas elites que, apesar de seus interesses econômicos e políticos distintos – e, em algumas circunstâncias, divergentes –, se verão conciliadas no processo de definição e criação da nova cidade.

Cabe considerar que, neste caso, as noções de “modernização” e “modernidade” expressas nas práticas e nos discursos de intelectuais, urbanistas e políticos da época

---

<sup>81</sup> Cf. MELLO, op. cit.

<sup>82</sup> Cf. FARIA, op. cit.; AGUIAR, op. cit.

remetem aos esforços pela consolidação do regime republicano no país. A ideia de progresso, neste sentido, respalda o emprego da expressão “modernização” referindo-se tanto à implementação de novas tecnologias visando aprimorar as técnicas de produção agrícola ou industrial, quanto à reestruturação das cidades, buscando adequá-las às novas demandas econômicas. A concepção de “modernidade”, neste sentido, aproxima-se do discurso da modernização, implicando na ruptura relativa com elementos do passado colonial e expressando a compreensão das elites políticas, em especial, sobre a necessidade de transformação dos comportamentos, buscando adequar a sociedade aos novos tempos<sup>83</sup>.

Quando da fundação da Cidade de Minas, logo denominada Belo Horizonte, migraram para o antigo Arraial do Curral Del Rei representantes políticos de várias regiões do estado, trazendo consigo projetos de progresso e modernidade fortemente amparados pela tradição de uma economia agrário-exportadora, assim como os elementos culturais herdados do passado colonial. Intentavam criar ali, então, uma cidade “erguida para ser um símbolo da República no Brasil”<sup>84</sup>, um novo centro político-administrativo capaz de garantir a união das elites em torno dele, fortalecendo a autonomia do Estado frente à nação, “evitando o separatismo e a continuidade da influência de outros centros – Rio de Janeiro e São Paulo, principalmente – sobre algumas regiões de Minas”<sup>85</sup>

Segundo Marco Aurélio Gomes e Fábio José Lima, Belo Horizonte “já nasce moderna em fins do século 19”<sup>86</sup>, constituindo-se como “experiência fundamental na história do urbanismo no Brasil, pela complexidade de iniciativas em que implicou, pela escala em que se deu e pela amplitude da mobilização dos saberes técnicos que promoveu”. A iniciativa distingue-se, neste ponto, de ações urbanísticas desenvolvidas em outras

---

<sup>83</sup> AGUIAR, op. cit.

<sup>84</sup> SILVA; SILVEIRA, op. cit., p. 11. De acordo com Ciro Flávio Bandeira de Mello: “Na Minas Gerais republicana, era mister buscar na tradição e na luta libertária a identidade do regime republicano com a nação, estratégia de confirmação da legitimidade política em seu momento de encontro com as origens e os heróis nacionais. Paralela a essas construções ideológicas, construiu-se de cal e pedra a nova capital que devia casar, por seus projetos com o futuro, com as origens libertárias do passado.” (MELLO, op. cit.).

<sup>85</sup> Cf. GUIMARÃES, 1996a, op. cit, p. 124. Ver também: DULCI, Otávio Soares. **Política e Recuperação econômica em Minas Gerais**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

<sup>86</sup> GOMES, Marco Aurélio A. de Filgueira; LIMA, Fábio José Martins de. Pensamento e prática urbanística em Belo Horizonte. In: LEME, M. C. S. (Org). **Urbanismo no Brasil 1895-1965**. 2a.ed. Salvador: Edufba, 1999 [2005], p. 120.

cidades brasileiras<sup>87</sup> à época, em que as reflexões, idealizações e intervenções que lastreavam o desenvolvimento do urbanismo, definiam-se pela oposição a uma cidade antiga, colonial, à qual será necessário desconstruir e redefinir, a partir de eixos que priorizarão a higiene e a estética. Estes elementos, no caso de Belo Horizonte, como se verá, foram designados desde o plano elaborado para a cidade, pelo engenheiro Aarão Reis. No mesmo sentido, outros autores ressaltam o ineditismo do empreendimento da criação da cidade, para o Brasil “há pouco republicano”<sup>88</sup>. Para Regina Helena Alves da Silva e Jacqueline Torres da Silveira, não obstante, a cidade cumpriu bem o papel a que foi destinada:

Toda a sua história foi marcada pelo discurso autoritário da competência técnica, definindo o viver de seus habitantes (...). Cidade planejada, que se contrapunha ao desalinho das cidades coloniais portuguesas, surge traçada com régua e esquadro como um tabuleiro de xadrez por sobre as montanhas mineiras.<sup>89</sup>

Depois de determinada a mudança da capital, em 1891, e diante do acirrado impasse pela definição da localização da nova sede administrativa do Estado, uma determinação constitucional foi aprovada, assegurando a mudança sem, contudo, indicar o local. Em outubro do mesmo ano organizou-se uma Comissão, para propor os locais a serem estudados. Do trabalho desta Comissão de Estudos, chefiada, conforme já mencionado, pelo engenheiro Aarão Reis, resultou a indicação das regiões do Arraial do Curral Del Rei, de Paraúna, Barbacena e Várzea do Marçal, sendo também incluída, por pressão política, a de Juiz de Fora. Em 1893, após serem apresentados os resultados do minucioso estudo desenvolvido pela Comissão, por meio do documento intitulado *Relatório d'Estudo das Localidades indicadas para a Nova Capital*<sup>90</sup>, e a partir de uma decisão política, foi escolhido o Arraial do Curral Del Rei. Iniciaram-se, então, os trabalhos

<sup>87</sup> Berenice Guimarães aponta Belo Horizonte como a segunda cidade planejada do Brasil, sendo a primeira a ser construída. Registram-se, ainda, Teresina (1852), Goiânia (1935) e Brasília (1960). Cf. GUIMARÃES, 1992, op. cit.

<sup>88</sup> SILVA; SILVEIRA, op. cit.

<sup>89</sup> Ibidem, p. 11.

<sup>90</sup> Este documento é apontado por Heliana Angotti Salgueiro como “obra única para se estudar o nascimento da planificação urbano-territorial no País”. Cf. SALGUEIRO, 1997, op. cit. p. 150).

de planejamento e construção da cidade, sendo delegada a chefia dos mesmos ao próprio Aarão Reis, que permaneceu à frente da Comissão Construtora da Nova Capital até 1895, deixando o cargo em função de divergências políticas com o novo governo do Estado. A inauguração deu-se aos 12 de Dezembro de 1897, permanecendo a nova cidade como um grande “canteiro de obras” durante as primeiras décadas de sua história.

### **1.1.1 – Pensamento e Prática Urbanísticos no Brasil**

Estudiosos indicam três fases, ao buscarem reconstituir uma trajetória do urbanismo no Brasil. De acordo com Maria Cristina da Silva Leme<sup>91</sup>, esta trajetória tem como marco o início da construção de Belo Horizonte, em 1895, que estabeleceu uma primeira fase que se estenderia até por volta de 1930. Neste período predominou o trabalho dos “pioneiros”, militares-engenheiros. Na fase posterior, de 1930 a 1950, destacou-se a forte atuação de engenheiros e arquitetos. A atuação dos planejadores urbanos iniciou-se a partir de 1950 até 1965, quando da criação do Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU), em 1964.

No século XIX, predominava o chamado urbanismo de melhoramentos, caracterizado pela elaboração de projetos e construção de obras de infra-estrutura, projetos de ajardinamento de parques e praças e criação de legislação urbanística. O conhecimento urbanístico era produzido por meio da formação a partir dos cursos de Engenharia Civil e Engenharia-Arquitetura. A primeira geração de profissionais formara-se ainda nas Escolas Militares do Rio de Janeiro, Pernambuco e Bahia, e na Escola Central do Rio de Janeiro. São estes os profissionais que participarão, posteriormente, do corpo docente das Escolas Politécnicas de Engenharia Rio de Janeiro, São Paulo e Bahia. O campo de trabalho dos militares-engenheiros era constituído, então, pela construção de ferrovias e obras de infra-estrutura das cidades, tais como: saneamento, abertura e regularização do sistema viário e elaboração de projetos urbanísticos para as áreas centrais. Preocupações primeiras de tais projetos foram as epidemias e os problemas de circulação. Por isso, segundo a mesma

---

<sup>91</sup> LEME, Maria Cristina da Silva. A formação do pensamento urbanístico no Brasil: 1895 – 1965. In: **Urbanismo no Brasil**: 1895-1965. 2 ed. Salvador: Edufba, 2005.

autora, foram priorizados o saneamento e o alargamento das ruas, adequando-as aos novos meios de transporte. As referências de intervenção urbana eram as reformas das cidades de Paris e Viena. Tais intervenções revelaram, talvez em função disto, uma preocupação desses profissionais em enfatizar a técnica, servindo a uma intenção estética, que se apresenta, sobretudo, em alguns projetos de reforma das áreas centrais das cidades brasileiras.

Não obstante, importantes estudos abordam as transformações da cidade do Rio de Janeiro, neste período, em especial durante a gestão do prefeito Pereira Passos (1902-1906), relacionando o surgimento das favelas na então capital da República, a estas intervenções. Alguns anos antes, em fins do século XIX, a cidade assistia, conforme mencionamos, a uma intensa campanha de combate aos cortiços considerados por Licia Valladares<sup>92</sup>, como o “germe” da favela. Cabe notar que, assim, as favelas cariocas teriam suas origens referenciadas também no processo de expulsão da população constituída por pobres e ex-escravos e/ou negras e negros libertos ou nascidos livres, que habitavam os cortiços do centro da cidade, e que foram desalojados em função das reformas, passando a ocupar os morros. Note-se, ainda, que tais intervenções caracterizavam-se fortemente por noções higienistas que operavam em um contexto marcado pela vigência das teorias racialistas que, no Brasil, permeavam certo discurso liberal que debitava à herança escravista a razão pelo atraso econômico do país.

Neste sentido, segundo o discurso médico-higienista amalgamado às noções positivistas que regiam a formação e a atuação dos profissionais responsáveis por reordenar e sanear o espaço urbano desde fins do século XIX, o ideal da cidade moderna não comportava elementos que representassem tal atraso, sendo preciso *extirpá-los* do tecido urbano, recuperando-o para nele estabelecer as condições do progresso. A abertura de ruas e avenidas e as demais obras de melhoramento urbano empregadas então moldaram os

---

<sup>92</sup> VALLADARES, op. cit., p. 24.

espaços de modo a evitar a presença daquela população no centro<sup>93</sup>.

É neste período que se inaugura, como observou o historiador Sidney Chalhoub<sup>94</sup>, uma forma específica de gestão das diferenças sociais nas cidades brasileiras, amparada em dois pontos principais: a concepção de que as “classes pobres” equivalem às chamadas “classes perigosas”; e a ideia de que a cidade só pode ser gerida de acordo com critérios exclusivamente técnicos ou científicos. Estas concepções, como ressalta o autor, perpetuaram-se nas práticas de gestão da cidade, fazendo-se notar, ainda na atualidade, e “têm contribuído muito, em nossa história, para a inibição do exercício da cidadania, quando não para o genocídio mesmo de cidadãos”.<sup>95</sup>

### 1.1.2 – O Plano e a Cidade

O *Plano* elaborado por Aarão Reis para Belo Horizonte foi precedido, como já mencionado, pelo *Relatório d’Estudo das Localidades indicadas para a Nova Capital*, encomendado pelo governo mineiro por ocasião da escolha do território para instalação da cidade. Antes de abordar o *Plano* propriamente, vale à pena atentar para o *Relatório*, dada sua riqueza enquanto fonte para a compreensão de aspectos do pensamento urbanístico empregado à época

O *Relatório* aborda temas que vão desde a difusão dos processos de engenharia sanitária até o estudo do solo e aparelhamento técnico moderno; informando, ainda, sobre as leituras que Reis toma por base, ao citar autores franceses conhecidos e experiências aprovadas nas Comissões das grandes cidades européias (Londres, Amsterdam, Paris) e americanas (New York). Apesar de circunstancial, este documento constitui-se, sobretudo,

<sup>93</sup> Cf. as abordagens sobre as favelas cariocas durante a Primeira República, em: MATTOS, Rômulo Costa. **As favelas na obra de Lima Barreto**. URBANA, ano 2, nº 2, 2007. Dossiê: Cidades, Imagem, História e Interdisciplinaridade. CIEC/UNICAMP; do mesmo autor: **Pelos pobres! As campanhas pela construção de habitações populares e o discurso sobre as favelas na Primeira República**. 2008. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense. Niterói. 2008. Além de VALLADARES, 2005, op. cit. Acerca do debate sobre as teorias raciais, destacam-se, dentre outros, os seguintes trabalhos: CORREA, Mariza. **As Ilusões da Liberdade**: a Escola Nina Rodrigues e a Antropologia no Brasil. 2a.ed. Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 2000; SCHWARCZ, Lília K. Moritz. **O espetáculo das raças**. 7ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1993 [2008].

<sup>94</sup> CHALHOUB, op. cit. p. 19.

<sup>95</sup> Ibid., p. 20.

segundo Salgueiro<sup>96</sup>, “como um dos textos fundadores do conhecimento 'ecológico' regional, pela quantidade de mapas, estatísticas e gráficos – manifestações exemplares de um saber científico ou positivo”. Nele é apresentada uma comparação sistemática e minuciosa sobre as desigualdades entre as localidades aventadas para a instalação da cidade, levantando as condições naturais de salubridade e a representação da cidade como “agente de polarização e nó das vias de comunicação”<sup>97</sup>.

Quanto ao *Plano*, trata-se de documento que, segundo Marco Aurélio Gomes e Fábio José Martins de Lima<sup>98</sup>, denota conhecimento e aproximação em relação à reforma realizada por Haussmann em *Paris* e, sobretudo, ao Plano de *La Plata*, na Argentina, “com o qual, o projeto da capital mineira divide uma mesma concepção urbanística”. Da experiência francesa o documento evidencia que seu autor compartilha, principalmente, a ideia dos extensos bulevares e a importância concedida aos parques e às praças ajardinadas, cuja concepção é resultante da colaboração do arquiteto-paisagista francês Paul Villon. Fica patente no projeto para Belo Horizonte a preocupação de cunho higienista, evidenciada também pelo cuidado com o tratamento de esgotos e das águas pluviais<sup>99</sup>. De *La Plata*, Reis parece observar o sistema de quadrículas cortado por vias diagonais e fechado por um bulevar circular; além de atentar para a importância conferida às áreas verdes.

O Plano organizava a cidade, inicialmente, a partir de uma Área Urbana de 8.815.283 m<sup>2</sup>, com traçado conjugando duas tramas ortogonais deslocadas a 45 graus, circundado por uma avenida de contorno que deveria integrar diversos setores da cidade e distinguir as áreas urbana e suburbana, facilitando a administração pública. Ali prevaleciam as avenidas diagonais, projetadas como extensos bulevares, sendo a principal, a Av. Afonso Pena, marcando o eixo norte-sul. Esta estrutura articulava-se em torno de um centro administrativo: palácio do governo e secretarias, bairro de Funcionários, além de bairro Comercial conjugado com as praças do Mercado (onde está instalada, atualmente, a Rodoviária) e da Estação, e com os palácios do Congresso e da Justiça, a municipalidade, uma capela, hotel, escolas, hospital e jardim zoológico. Alguns destes equipamentos não

<sup>96</sup> SALGUEIRO, 1997, op. cit., p. 93.

<sup>97</sup> Ibidem, p. 151.

<sup>98</sup> Cf. GOMES; LIMA, 2005. Op. cit., p. 121.

<sup>99</sup> Cf. GUIMARÃES, 1996a, op. cit., p. 128.

foram construídos, devido às interferências que o projeto original sofreu, em função da mudança de governo. Ao centro, propunha-se um grande parque (800 x 800 metros), tangenciado em um de seus lados por uma avenida de sentido norte-sul: preocupação higienista e intenção de dotar a nova cidade de um espaço privilegiado de recreação. Previa-se também uma Igreja Matriz, a ser instalada no limite entre as zonas urbana e suburbana.

A Área Suburbana de 24.940.830 m<sup>2</sup> era ordenada por meio de parcelamento em lotes de proporção maiores e traçado mais flexível, com ruas mais estreitas. Abrigaria também hipódromo, cemitério, reservatórios de água, matadouro, casas de máquinas dos esgotos e oficinas do ramal férreo, tomando-se o cuidado de definir e implantar estes equipamentos a partir de preceitos higienistas.

A Área de Sítios, com 14.474.619 m<sup>2</sup>, era prevista como transição entre as zonas urbana e suburbana e a zona rural. Tinha como finalidade, em princípio, o abastecimento da cidade de gêneros alimentícios, com a implantação de pequenas propriedades. Estas regiões foram posteriormente adaptadas para a implantação de outro projeto de desenvolvimento agrícola do promovido pelo estado, e que envolvia o estabelecimento de colônias agrícolas destinadas ao assentamento de imigrantes europeus, em especial.

Embora a expectativa de Aarão Reis e da Comissão fosse de que a cidade se desenvolvesse do centro para a periferia, ocorreu o inverso, com o adensamento populacional se constituindo a partir dos bairros que se formaram do parcelamento das antigas colônias agrícolas, desde os anos 1920<sup>100</sup>.

A despeito das interpretações correntes acerca dos problemas habitacionais decorrentes do aumento da população, nos primeiros momentos de construção da cidade, sugerindo que as dificuldades de instalação se apresentavam, indistintamente, para o “grande contingente de trabalhadores, aventureiros e imigrantes”<sup>101</sup>, observamos que parte significativa daquela população de imigrantes encontrou abrigo na zona colonial formada a partir de 1914. Os bairros formados a partir do posterior loteamento destas regiões, mesmo

---

<sup>100</sup> AGUIAR, op. cit.

<sup>101</sup> Cf. GUIMARÃES, 1997, op. cit., p. 122.

quando situados no subúrbio, não se confundem, na percepção dos habitantes da cidade, com os estereótipos negativos por meio dos quais habitualmente se representam as favelas – destino provável dos outros elementos daquele grupo original de trabalhadores e “aventureiros”.<sup>102</sup>

De todo modo, a habitação para a população pobre passou a constituir um dos principais problemas urbanos, desde as primeiras décadas do século XX, explicitando novos desafios para a cidade. Já por volta dos anos 1920, segundo os registros oficiais, surgiram as primeiras vilas operárias, como proposta de solução ante o problema da escassez de habitação para aquele segmento da população.

O Prefeito Affonso Vaz de Mello em 1918, dirigindo-se ao órgão legislativo local, num discurso que em muito evidencia as concepções de tratamento para o *déficit* da habitação para os trabalhadores da capital, assim se pronunciou sobre o assunto:

No intuito de localizar definitivamente o proletariado desta Capital, que se acha na sua quase totalidade instalado provisoriamente em terrenos da zona urbana, que esta Prefeitura não poderá ceder para a construção de casinhas de mínimo valor, senão a título precário, como até agora foi feito, deseja esta administração criar Vilas Operárias, precisando, para tal fim, que o digno Conselho legisle a respeito. A Prefeitura precisa preparar-se para poder oportunamente remover grande número de operários instalados provisoriamente na área operária – Barro Preto – os quais, à vista das disposições da lei n. 138, de 16 de outubro de 1917, não poderão mais conseguir domínio definitivo dos lotes que ocuparem por compra, como ficou estabelecido nos títulos provisórios, expedidos de acordo com o dec. n. 1516, de 2 de maio de 1902, nem por concessão gratuita de conformidade com a lei n. 33 de 11 de fevereiro de 1909 e dec. n. 2486 de 30 de março do mesmo ano e nem por aforamento por faltar (*sic*) condições previstas na lei.<sup>103</sup>

<sup>102</sup> Neste aspecto observa-se que em Brasília, a população de operários que atuaram na construção da capital federal foi explicitamente segregada, já no processo de recrutamento. No entanto, alguns grupos conseguiram se fixar, ainda nos anos 1960, transformando núcleos de favelamento formados durante o processo de construção da cidade, em cidades satélites. Estas constituem, segundo James Holston, uma das formas de subversão da utopia modernista implicada no projeto de Brasília, uma vez que estavam proibidas no plano original da cidade. Cf. HOLSTON, 1993, op. cit.

<sup>103</sup> BELLO HORIZONTE. Prefeitura. **Relatório apresentado aos membros do Conselho Deliberativo da Capital pelo Prefeito Dr. Affonso Vaz de Mello em Outubro de 1918**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1918. 56 p. Acervo do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte, p. 14.



Figura 1: Planta Geral da Cidade de Minas, organizada sobre a Planta Geodésica, Topográfica e Cadastral de Belo Horizonte, S/D. Escala 1:1000. [Aprovada pelo Decreto 817, de 15 de abril de 1895. Apresenta delimitações das áreas urbanas e suburbanas com as respectivas subdivisões e loteamentos].

Fonte: ACPBH/Museu Histórico Abílio Barreto. Acervo da Coleção Comissão Construtora da Nova Capital. [Reprodução reduzida 20cm x 15,50cm].

A aparente ambiguidade dos argumentos do Prefeito Vaz de Mello, termina por revelar o caráter segregacionista da gestão do espaço urbano, à época. Por um lado justifica-se a necessidade de remoção dos operários da área central, pela ausência de “condições previstas na lei”, revogando a promessa de concessão dos títulos definitivos de propriedade, a despeito de ter sido tal promessa definida também por meio de instrumentos legais. Por outro, o Prefeito, embora reconheça a autoridade do órgão legislativo para decidir sobre o tema, busca utilizá-la para fazer prevalecer os interesses da administração municipal em remover aquele grupo da área urbana, ao invés de promover a regulamentação da ocupação, evidenciando o tipo de tratamento dispensado a um segmento da população considerado indesejado ao projeto inicial da cidade. Contudo, não foi indesejado na cidade apenas este segmento dos trabalhadores que a construíam. Por meio da legislação que rege a administração do espaço urbano, somos informados, ainda, sobre a existência de outros habitantes alvos de segregação e controle pela administração, nestas primeiras décadas:

Nos jardins públicos e praças ajardinadas, a cargo da Municipalidade, é proibida a entrada de:

- a) Pessoas ébrias, alienadas, descalças, indigentes e das que não tiverem decentemente trajadas, e bem assim das que levarem consigo cães e outros animais em liberdade, e em volume excedente de 30 centímetros de largura por 40 de comprimento;
- (...)
- c) Vendedores ambulantes, com os artigos do seu commercio.<sup>104</sup>

Todo o indivíduo que não puder ganhar a vida pelo trabalho, que não tiver meios de fortuna, nem parentes nas condições de lhe prestar alimentos nos termos da lei civil, e implorar esmolas, será considerado mendigo. Nenhum indivíduo poderá pedir esmolas, no distrito da cidade, sem estar inscrito como mendigo, no livro respectivo da Prefeitura. Feita a inscrição será entregue a cada mendigo:

- Uma placa com a designação “Mendigo” e o número da inscrição, para trazer no peito e por forma bem visível;
- Um bilhete de identidade, contendo o número da inscrição, o nome, idade, residência e designação do local destinado a estacionar, bilhete este que será

<sup>104</sup> BELLO HORIZONTE. **Decreto Nº 10**, 24 de junho de 1925. Belo Horizonte. Imprensa Oficial, 1925.

assinado pelo Doutor Diretor de Higiene (...).<sup>105</sup>

As ações do poder público que foram empregadas durante os primeiros anos da capital denotam uma preocupação estética e disciplinar como fundamento para a ordem da cidade, a partir de noções higienistas, que caracterizavam, como vimos, tanto a produção intelectual quanto as práticas políticas e administrativas da época, no país.

A dinâmica de ocupação da cidade não obedeceu ao projeto original. Inicialmente convergindo para o plano Norte-Sul, aos poucos foi se desenvolvendo no sentido Leste-Oeste, em função de importantes mudanças políticas e econômicas. Durante as duas primeiras décadas, a cidade tendia a ser caracterizada como pólo administrativo, cultural e comercial. Assim, sofreu intervenção direta do governo por meio da instalação de equipamentos que objetivavam, segundo Dias, complementar o projeto físico original, numa concepção “basicamente estética e modernista que desconsiderava a integração dos diversos estratos sociais no espaço físico”<sup>106</sup>, devendo a população de baixa renda enquadrar-se em rígidas normas, a fim de garantir a imagem do 'bom operário' e ser assimilada socialmente.

A partir de mudanças políticas vivenciadas nos anos 30 e 40, que implicaram na perda de poder dos antigos grupos oligárquicos ligados à economia agrário-exportadora, Belo Horizonte alcançou significativo desenvolvimento motivado pelo impulso às atividades comerciais e industriais e pela abertura da economia para capitais estrangeiros – num primeiro momento, por meio da forte participação da iniciativa privada e, a partir de 1935, por incentivo do próprio governo<sup>107</sup>. O estímulo à especulação imobiliária, decorrente de tais mudanças, propiciou a acumulação de capitais empregados na implantação de indústrias e fomentou a expansão da cidade. Segundo Aguiar<sup>108</sup>, o mesmo processo gerou grande valorização das áreas já preparadas para o adensamento, já que dotadas de infraestrutura e com capacidade de abrigar população numerosa, mantendo-as esvaziadas em

<sup>105</sup> BELLO HORIZONTE. **Decreto Nº 1435** de 27 de junho de 1900. Regulamento sobre Mendigos. Prefeitura da Cidade de Minas. Belo Horizonte, Imprensa Oficial do Estado de Minas Geraes, 1911.

<sup>106</sup> Cf. DIAS, 1987, op. cit., p. 7.

<sup>107</sup> Ibidem.

<sup>108</sup> Op. cit., p. 397.

relação aos subúrbios. Ante o alto preço praticado pelo mercado imobiliário, parcela considerável dos moradores da cidade – em geral os mais pobres –, via-se impedida de se estabelecer nestas regiões. Em contrapartida, entre os anos 1920 e 1940, como resultado da expansão urbana e do parcelamento das glebas na antiga zona rural, observou-se um número “impressionante” de lotes nas chamadas “vilas”.

Desprovidas, em geral, de qualquer infra-estrutura urbana, com a propriedade da maior parte de seus lotes nas mãos de especuladores, essas vilas periféricas passaram, entre o início da década de 1920 e o fim dos anos 1940, por um lento processo de povoamento, abrigando, em condições quase sempre muito precárias, moradores pertencentes às camadas mais baixas da população da cidade.<sup>109</sup>

A questão urbanística mais premente passou a ser, desde então, a regularização dos primeiros bairros desenvolvidos fora da área circunscrita pela Avenida do Contorno e a articulação dessas “duas cidades” que se estavam formando. Os anos 1930 testemunharam um debate que mobilizou diversos segmentos da cidade em torno dos problemas urbanos. Urgiam pela retomada do planejamento urbano da cidade, o que se deu, “ainda que em bases pouco consistentes”<sup>110</sup>. Em 1941 foi proposto pelo engenheiro Lincoln Continentino, um novo plano urbanístico, que visava reordenar a cidade que se constituía a partir do plano de Aarão Reis, rompendo com os propósitos iniciais deste plano. O “Plano Continentino”, como ficou conhecido, não foi aprovado e sequer acabado. Contudo, orientou as ações da prefeitura nos anos seguintes. Somente nos anos 1960 e 1970 o problema voltou a ser abordado, por meio do empreendimento de um novo plano urbanístico.

---

<sup>109</sup> Ibidem.

<sup>110</sup> Ibidem, p. 398.

## 1.2 “UMA URBE DE GRAVES E IMPREVISÍVEIS DESAFIOS”

Os estudos sobre a cidade moderna<sup>111</sup> a definem, tradicionalmente, como a grande obra do século XIX, tributária, segundo Maria Bernadete Ramos Flores e Emerson César Campos, da “sensibilidade burguesa diante do espetáculo da multidão nas ruas”<sup>112</sup> e dos demais elementos que fazem do fenômeno urbano objeto de observação, análise e intervenção, visando ao seu controle. Com efeito, o trabalho industrial e as transformações sociais e comportamentais dele decorrentes – tais como a concentração de pessoas num mesmo espaço em condições precárias de higiene, em meio ao intenso movimento de pessoas e mercadorias, e a pobreza, em especial –, apresentavam-se, aos intelectuais e administradores europeus da época como um grande desafio.<sup>113</sup> Em geral, esses estudos evidenciam a constituição de um projeto urbano que se forja a partir das demandas por responder aos problemas engendrados pelo processo de industrialização: a falta de moradias, a criminalidade, o desemprego, o controle das “classes perigosas”, das epidemias, da rejeição ao trabalho disciplinar. Este projeto tem por objetivo também a criação de novos padrões de moral e comportamentos<sup>114</sup>; além de criar mobilidade no espaço urbano e visibilizá-lo.

Com vistas a enquadrar os grupos considerados estranhos ou alheios à cidade moderna assim concebida, era preciso “identificar, classificar, conhecer, representar, intervir, dominar, no meio urbano, a ameaça de revolta, o perigo da peste, o indício da

<sup>111</sup> Em geral, estudos sobre a história da cidade, diferenciam “cidade antiga” e “cidade moderna”. Sandra Pesavento, atenta a esta distinção, trabalhará com uma noção de cidade como fenômeno associado à ideia de civilização, “reduto de nova sensibilidade” que produz formas de se representar que são reatualizadas no tempo. (Cf. PESAVENTO, S. J. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. **Revista Brasileira de História**, vol. 27, nº 53 (Abertura) – 2007, p.11).

<sup>112</sup> FLORES, Maria Bernadete Ramos; CAMPOS, Emerson César. Carrosséis urbanos: da racionalidade moderna ao pluralismo temático (ou territorialidades contemporâneas). **Revista Brasileira de História**, vol. 27, nº 53, p. 267-296 – 2007, p. 258.

<sup>113</sup> Cf., dentre outros, BENJAMIN, Walter. **Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1989; BRESCIANI, Maria Stella M. **Metrópolis: a face do monstro urbano (as cidades no século XIX)**. Rev. Brasileira de História. São Paulo. v. 5 No. 8/9setembro 1984/ abril/1985. ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora inglesa**. São Paulo: Ed. Global, 1986; STORCH, Robert D. **O Policiamento do Cotidiano na Cidade Vitoriana**. Rev. Brasileira de História. São Paulo. v. 5 No. 8/9setembro 1984/ abril/1985.

<sup>114</sup> Cf. FLORES; CAMPOS, op. cit.; BRESCIANI, op. cit.; STORCH, op. cit.

doença, o prenúncio da desordem”.<sup>115</sup> O modelo de intervenção urbanística do Barão de Haussmann, em Paris, representando essa maneira particular de conhecer, dominar e construir a cidade, tornou-se referência em diversos países, incluindo, como se sabe, as experiências brasileiras. A cidade passou a ser concebida e construída, desde então, como um sistema racional, que pode ser pensado como objeto de planificação. Médicos, engenheiros e higienistas constituíram os principais agentes na concretização deste projeto, em nome do qual buscaram disciplinar a cidade até a escala dos corpos dos indivíduos que nela vivem. Sob o olhar treinado destes profissionais, as/os cidadãs/ãos foram alvos do trabalho constante de controle de seus passos, sua saúde, sua moradia, seu trabalho e lazer, sua sociabilidade, suas organizações políticas e sociais e também o seu consumo. Estetizada, reformada e/ou saneada, por meio da atuação destes profissionais, a cidade moderna se constitui, assim, pautada pela “racionalidade técnica e científica dos planejamentos urbanos.”<sup>116</sup>

No entanto, estudar o fenômeno urbano implica em considerar não apenas a sua descrição, mas também a diversidade de possibilidades de abordagens que se apresentam para a cidade: a cidade-cultura, turística, ecológica, evento. Para desenvolvê-las, segundo Flores e Campos, o paradigma da cidade moderna já não é suficiente. Não é possível buscar definir-lhe, à cidade, uma identidade face às múltiplas redes de sociabilidade que caracterizam as grandes metrópoles e às suas “áreas marginais sem territorialidade física esboçada”. Para os mesmos autores, trata-se da “imagem de uma cidade dividida em áreas estanques com conteúdos próprios”, que abala os conceitos urbanos do século XIX, “na medida em que rompe com a noção de identidade, de objetividade, de subjetividade racionalmente constituída, e outros mitos vitorianos”<sup>117</sup>. Mais recentemente, os especialistas tendem, então, a buscar apreender às cidades como objetos polissêmicos e passíveis de análises que as tomem como “espaços praticados”, rompendo com uma tradição que privilegia a descrição. Este tipo de abordagem, entretanto, constituiu-se, ao longo do tempo, em diálogo com as mudanças de paradigmas que marcam os estudos

<sup>115</sup> CAMPOS; FLORES, op. cit., p. 269.

<sup>116</sup> Ibidem.

<sup>117</sup> Ibidem.

urbanos.

No que diz respeito à abordagem historiográfica do tema, Sandra Pesavento ressaltou que é relativamente recente e que se diferencia da chamada “história das cidades”, tradicionalmente marcada por perspectivas quantitativas, evolutivas, informativas, que “não estabelecem reflexões maiores sobre o fenômeno urbano em si”<sup>118</sup>. Tal historiografia distingue-se, ainda, de outras abordagens, tais como as de conotação marxista, predominantes durante as décadas de 1970 e 1980, no Brasil. De acordo com a mesma autora, as abordagens inspiradas no marxismo contribuem sobremaneira para a constituição de um campo de estudos sobre o urbano, no país, ainda que não tenham tomado a cidade como objeto de análise; mas por terem feito dela o lugar onde este objeto – o processo de acumulação de capital ou da formação da força de trabalho, ou ainda da “desescravização” do país e da contribuição dos imigrantes estrangeiros na formação de um mercado de trabalho livre” – se apresentava ou se constituía.

A partir dos anos 1990, de acordo com a mesma autora, com os estudos culturais, a cidade deixou de ser apenas “o *locus* privilegiado”, seja da realização da produção, seja da ação de novos atores sociais e passou a ser tratada, sobretudo, como problema e objeto de reflexão, a partir das representações sociais que produz e que se objetivam em práticas sociais. A cidade é considerada, a partir de então, por meio da produção historiográfica, como experiência constituída não apenas pela materialidade, mas também pelas suas sociabilidades e sensibilidades.

Nosso estudo toma como objeto a relação que se institui entre um modelo de cidade moderna e aquilo que seria o seu “outro”, a favela. Não almejamos produzir uma outra “versão” da história desta cidade, mas compreendê-la um pouco melhor, através da investigação de como se dá em seu seio a produção deste outro, a partir das múltiplas representações sobre ele, e que permeiam as concepções e práticas urbanísticas diversas destinadas a controlá-lo.

Considerando a pertinência da proposição de Sandra Pesavento de que a cidade é também uma realidade sensível que confere os sentidos e significados ao tempo e ao

---

<sup>118</sup> Cf. PESAVENTO, op. cit.

espaço que se realizam na mesma cidade e por causa dela, transformando-a, portanto, em um lugar portador de significado e de memória, investigaremos, nesta seção, um tipo específico de discurso produzido sobre a cidade – aquele que registram os Relatórios encaminhados pelos Prefeitos de Belo Horizonte ao poder legislativo municipal, em diferentes momentos.

A análise desta documentação explicita, tanto por meio da linguagem, quanto em função dos interlocutores a quem ela é direcionada, as concepções que os gestores têm acerca da cidade ou aquelas que eles desejam perpetuar como legítimas, ou “corretas”, mais adequadas. É o caso, em especial, das formas como são expressas as referências à favela ou aos pobres e aos favelados. Por meio delas, podemos perceber as distinções e também os traços de continuidade que marcam as concepções sobre estes referentes, em diferentes momentos da história da cidade. Em princípio, elas evidenciam uma estreita articulação entre as formas como estes espaços e sujeitos são representados nos relatos dos administradores da cidade e a maneira como figuram nos próprios projetos a eles destinados – alguns destes projetos tendo sido implementados com maior ou menor sucesso. De todo modo, tais representações se apresentam como constituintes de um imaginário<sup>119</sup> sobre a favela e as pessoas que nela vivem e que a constituem. Conhecer este imaginário é conhecer como os sujeitos que o produziram qualificam o mundo, a cidade e o outro<sup>120</sup>.

No intuito de compreender esta correspondência entre representações e práticas de agentes do poder público municipal que participam da construção do espaço urbano e em sua significação enquanto lugar, porém, julgamos necessário atentar para alguns aspectos da formação das favelas nessa cidade.

<sup>119</sup> Termo considerado, aqui, a partir de sua concepção por Cornelius Castoriadis, para quem o imaginário refere-se não à “imagem de alguma coisa”, mas à “criação incessante e essencialmente indeterminada (social-histórica e psíquica) de figuras/formas/imagens, a partir das quais somente é possível falar-se de ‘alguma coisa’”. Cf. CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*. São Paulo: Paz e Terra, 1982, p. 13.

<sup>120</sup> Pesavento remete ao imaginário como aquilo que “qualifica o mundo”, constituindo-se em “motor da ação humana”, “agente de atribuição de significados à realidade” e “elemento responsável pelas criações humanas, resultem elas em obras exequíveis e concretas ou se atenham à esfera do pensamento ou às utopias que não se realizaram, mas que um dia foram concebidas.” Cf. PESAVENTO, op. cit., p. 11. Castoriadis afirma que o que compreendemos como “realidade” e “racionalidade” são produtos do imaginário. Cf. CASTORIADIS, op. cit.

### 1.2.1 – Formação de favelas na constituição de Belo Horizonte

Característica comum à literatura que trata sobre os processos de formação de favelas no Brasil é a associação destes ao “problema” da pobreza e, em decorrência disso, à moradia para os pobres nas grandes cidades – fenômeno que estaria relacionado às transformações produzidas pelo advento da industrialização. Assim, o surgimento das favelas e a sua solução – já que são tratadas como problema social – decorreriam prioritariamente de questões e procedimentos de caráter econômico. Contudo, conforme propõem alguns pesquisadores, é importante considerar o assunto como algo mais que apenas um fenômeno urbano de ocupação de espaço, e abordá-lo também como um amplo processo de significação, do qual participam diversos sujeitos sociais, buscando legitimar-se por meio de um discurso consolidado<sup>121</sup>. Assim, é possível identificar certa “tradição” conceitual da qual emergem, além da associação favela/pobreza/moradia de pobres, outras representações tais como as que designam a favela como *chaga social*, o espaço da *falta e da carência* e, mais recentemente, como espaço associado à *violência e ao narcotráfico* ou, no pólo oposto, nas representações que intentam exaltar o lugar e seus habitantes, enunciando-os como *exóticos* ou *míticos*: é a favela como lugar da solidariedade, da pureza e da ingenuidade, ou da gente simples e humilde... Esses padrões de representação – nos lembra Márcia Cruz – perpassam distintos campos da sociedade, dentre os quais, os meios de comunicação, o discurso corrente entre as conversações cotidianas, e também os espaços onde são gestadas as políticas públicas.<sup>122</sup>

Licia Valladares<sup>123</sup> chama a atenção para a necessidade de considerar a favela em sua dimensão histórica, analisando como ela foi gradativamente construída, inventada, reinventada. Neste sentido, cabe considerar que o desenvolvimento das favelas, em Belo Horizonte, quando tomado como “problema”, apresenta uma peculiaridade: no caso da Capital de Minas Gerais, as elas instituíram-se numa cidade projetada a partir da iniciativa do Estado, o que, segundo algumas interpretações, garantiria maior controle dos governos

<sup>121</sup> CRUZ, op. cit. p. 10.

<sup>122</sup> Ibidem.

<sup>123</sup> VALLADARES, 2005, op. cit.

sobre a organização do espaço; não obstante, as sucessivas gestões da municipalidade não teriam sido bem sucedidas em adaptar a cidade às demandas decorrentes do aumento da população. Entretanto, o que observamos a partir da trajetória da administração municipal, é que as medidas de planejamento urbano foram definidas – mesmo quando afetadas por aparente negligenciamento –, ao sabor das características políticas e ideológicas de cada gestão. As soluções para os problemas urbanos foram, durante muito tempo, pontuais ou implementadas a partir de projetos e interesses políticos específicos de determinado governo, como o que ocorreu por ocasião do governo de Juscelino Kubitschek, que intentou instituir, quando responsável pela administração da cidade, nos anos 1940, uma “nova Capital”, a partir de referências à arquitetura modernista.

Durante as várias gestões do governo municipal, ao tema da habitação popular, identificado com o “problema” da habitação para os pobres – que correspondia nos discursos dos administradores, ao desafio de resolver o problema da moradia para o proletariado –, herdado das limitações engendradas pelo Plano original da cidade, será incorporado o tema das favelas, muitas vezes confundindo-se com este. Assim, segundo estudiosos e conforme mencionamos, o processo de formação das favelas, em Belo Horizonte, originou-se mesmo antes da inauguração da capital, o que fica explicitado pela existência das áreas consideradas “invasões” e às quais também já nos referimos – *Córrego do Leitão* e a *Favela ou Alto da Estação* –, que chegaram a totalizar mais de 3 mil habitantes.

O impasse sobre a moradia para os operários que trabalharam na construção da cidade resultou no surgimento de habitações provisórias, fora da área central, ainda que na área urbana, com pouca ou quase nenhuma infra-estrutura.<sup>124</sup> Neste período, conforme atestam os registros constantes do referido Relatório do Prefeito Affonso Vaz de Mello, o combate à ocupação da área central pela população pobre constituía um dos principais desafios do governo, de forma que, em 1918 foi promulgada lei proibindo a construção de barracos na Zona Urbana e vetando a doação e compra de terrenos para esta população que, a despeito das proibições, continuou no local até por volta de 1920.

---

<sup>124</sup> Além das favelas mencionadas, a Pedreira Prado Lopes, outra das mais antigas e localizada próximo à região central, tem sua origem relacionada à instalação das famílias desses operários.

Caso emblemático da ocupação desta área é a história da Favela da Barroca que só foi extinta em 1945, sendo seus moradores removidos para outras regiões da cidade, alguns tendo ocupado parte do que é hoje o Aglomerado Santa Lúcia, na zona sul da capital.

A política de remoção constituiu a prática mais empregada pela administração pública como pretensa solução para aquilo que passou a ser visto pelos administradores, como um problema para a cidade instituída sob os signos da modernidade e do progresso, aos quais a formação de favelas parecia impor-se como ameaça.

Durante as três primeiras décadas do século XX, as concepções urbanísticas vigentes foram orientadas pelas mesmas noções expressas no Plano de Aarão Reis, de modo que se tornava incompatível com noção de *cidade jardim* – epíteto empregado a partir dos anos 20 para designar a Capital –, a existência, em plena área central, de barracos que comprometiam a imagem da cidade planejada, por serem considerados anti-higiênicos. Não obstante, tais habitações pareciam ser toleradas quando não perturbassem diretamente a imagem das áreas nobres da cidade e também porque se acreditava que o processo natural de expansão acabaria impondo a extinção dos “casebres”.

Contudo, nas décadas seguintes, o que se observou foi o aumento da população favelada, concomitante ao da população geral da cidade. De acordo com levantamento feito, em 1966, pela Secretaria do Trabalho e Cultura Popular de Minas Gerais, existiam 79 favelas em Belo Horizonte, com 25.076 domicílios e uma população de 119.799 pessoas. No período entre 1955-1965, o aumento da população favelada tinha sido de 229% e a taxa de crescimento das moradias, de 168%.<sup>125</sup>

As poucas iniciativas adotadas para solucionar a demanda por habitação passaram a ocorrer somente a partir do final da década de 1940<sup>126</sup> e início dos anos de 1950. Sob o governo de Juscelino Kubitschek, no Estado, é que foi criado, em 1955, o

---

<sup>125</sup> DIAS, op. cit. p. 15. Ver também, no ANEXO 1, o Gráfico 1, com dados sobre a população geral da cidade.

<sup>126</sup> Nesse período, o Prefeito Otacílio Negrão de Lima atuou tendendo à remoção da população favelada para bairros distantes do centro.

primeiro conjunto habitacional vertical da cidade, o IAPI<sup>127</sup>, concebido como modelo de solução para a habitação popular. O novo conjunto situava-se num espaço estratégico para os projetos de modernização defendidos no discurso de JK para a cidade – a Avenida Antônio Carlos. Esta via foi concebida como um *cordão sanitário* que passaria a ligar o complexo turístico da Pampulha, que começara a ser construído como referencial de arquitetura moderna, com a participação de profissionais como Oscar Niemeyer e Lúcio Costa, e a zona boêmia da cidade – a região conhecida ainda hoje como Lagoinha. De acordo com historiadora Regina Helena Alves da Silva:

Sabia-se que a limpeza desta parte da cidade não se resolveria apenas com a delimitação da circulação de veículos e a instalação de infra-estrutura urbana básica. Os grandes problemas aí eram a prostituição e a favela da Pedreira Prado Lopes. A idéia de um 'Bairro Popular' era uma tentativa de deslocar para mais longe estas duas 'manchas' na nova face moderna da cidade. Assim se propunha um conjunto vertical para funcionários morarem com todas as necessidades instaladas ao redor da área escolhida. Pensava-se em estabelecer casas de comércio, padarias, açougues, igreja, escola, etc, de maneira que os habitantes não precisassem se deslocar dali a não ser para o trabalho. (...) Os operários sequer chegaram a ocupar o espaço da Lagoinha, e as 'manchas' acabaram não sendo removidas. Foram, no entanto escondidas pelo novo conjunto habitacional vertical.<sup>128</sup>

Considerado nesta perspectiva de problema urbano a ser solucionado, o crescimento das favelas na capital mineira, de acordo com Milton Ferron Filho<sup>129</sup>, foi resultante da ausência de políticas públicas de urbanização e regularização desse tipo de assentamento. Esta é também a interpretação dos administradores, em geral evidenciada nos Relatórios anuais da Prefeitura de Belo Horizonte. Neste sentido, até fins da década de 1970, aproximadamente, predominaram as intervenções pautadas na prática do desfavelamento, que consistia na remoção dos moradores para áreas distantes do perímetro urbano; ou mesmo de políticas de urbanização executadas através da imposição de projetos

<sup>127</sup> Como outros, construídos em diferentes regiões do país, à época, com recursos do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários, em várias cidades brasileiras, o nome do conjunto faz referência ao órgão que o financiou.

<sup>128</sup> SILVA, Regina Helena Alves, 1991, apud SILVA; SILVEIRA, op. cit.

<sup>129</sup> Op. cit., p. 4.

muitas vezes desarticulados<sup>130</sup>, gestados unicamente a partir de padrões de urbanidade que não levavam em conta as especificidades das favelas.

Além disso, alguns estudos apontam uma crítica às gestões municipais do período quanto à ausência ou deficiência das políticas públicas urbanas em Belo Horizonte, em função de uma herança de subserviência ao poder autoritário instalado durante a ditadura militar. Assim, as chamadas “lutas urbanas”, como a que mobilizou setores específicos da sociedade (arquitetos, estudantes e demais intelectuais) em torno do tema da preservação patrimonial em Belo Horizonte, na década de 1980, bem como o movimento ambientalista, dentre outros, constituirão um marco na cena política da cidade à época.<sup>131</sup>

Na interpretação de um de nossos entrevistados, entretanto, o Sr. José Pedro Moreira, o que soa como aparente negligenciamento de políticos e administradores da cidade no tocante às favelas faz parte, na verdade, de uma percepção aguçada destes últimos acerca da possibilidade de utilização das carências e demandas dos moradores, em favor próprio:

Porque parece que eles não se interessavam em mexer nisso. Porque até hoje você sabe que a tendência dos governos é manter as favelas necessitadas. Por quê? À medida que melhora as favelas, eles não têm como fazer o palanque político deles na próxima eleição. Eles ganha voto é em cima dos favelado, é em cima dos desabrigados, é do menor não sei o quê, é em cima da miséria que eles faz o palanque político deles. E a medida que eles combate a... Essa coisa melhora, aí eles não têm mais (risos). Vai ficando sem riqueza de palanque.<sup>132</sup>

Frente a esta “manipulação” política da pobreza, que alguns estudiosos também observarão como uma característica pertinente ao processo de construção da cidadania no Brasil<sup>133</sup>, podemos identificar, contudo, o surgimento de movimentos organizados de moradores de favela, que lançam mão de distintas formas de luta em defesa de direitos.

<sup>130</sup> DIAS, op. cit. p. 3.

<sup>131</sup> Cf. MIRANDA, André de Souza. **A gênese da preservação do patrimônio de Belo Horizonte: movimentos sociais e a defesa da Praça da Estação**. 2007. Dissertação (Mestrado em Arquitetura). Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte. 2007.

<sup>132</sup> MOREIRA, José Pedro. **Movimentos Sociais no Aglomerado Santa Lúcia**. Entrevistadora: Josemeire Alves Pereira. Belo Horizonte. Arquivo Digital (85 min.). Áudio. em 29.jan.2010.

<sup>133</sup> CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 10ª ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2001 [2008]; FISCHER, op. cit.

A despeito da rara referência dos estudiosos do tema a respeito<sup>134</sup>, desde, pelo menos a década de 1940<sup>135</sup>, constata-se a mobilização dos moradores diante das ações de remoção ou, na maioria das vezes, da negligência dos poderes públicos, especialmente quanto ao problema da habitação. A Federação de Trabalhadores Favelados de Belo Horizonte, teve uma importante atuação, neste sentido, a partir dos anos 1950. Naquele momento, os moradores apropriaram-se de variadas formas de organização, buscando articular os núcleos de favela entre si e também com outros coletivos como a Igreja e o movimento estudantil; negociando com órgãos públicos e/ou com políticos vinculados a concepções ideológicas diversas. É importante ressaltar que estas articulações eram perpassadas, naturalmente, por diferenças ideológicas e conflitos inerentes à dinâmica dos próprios grupos entre si e entre seus pares. Não obstante, é preciso reconhecer que elas contribuíram como fator de pressão política e de sensibilização e, juntamente, com outros fatores políticos, impulsionaram a criação de políticas públicas específicas para as demandas da favela e para a própria mudança de perspectiva em relação à finalidade destas políticas para a cidade.

Assim, é possível observar, também por meio da legislação municipal que trata sobre as ações do poder público em relação às favelas, que, se num primeiro momento, as iniciativas dos governantes são pontuais e de cunho assistencialista – bem de acordo com as características da cultura política predominante até meados da década de 1970, no país –, a partir dos anos de 1980, as concepções de direito à cidade e de gestão participativa passaram a fundamentar suas práticas e concepções.

---

<sup>134</sup> Miranda (2007, p. 69), por exemplo, afirma que, durante as décadas de 1970 e 1980, os movimentos sociais em Belo Horizonte “*se dividem, basicamente em: movimento estudantil, ambiental e de preservação do patrimônio*”. Não obstante, as narrativas de lideranças do Aglomerado Santa Lúcia dão conta de intensa mobilização dos favelados junto aos órgãos públicos, no mesmo período, reivindicando melhorias urbanas nas favelas. Cf. LOPES, Lourdes de Souza. **Movimentos Sociais no Aglomerado Santa Lúcia**. Belo Horizonte. Entrevistadora: Josemeire Alves Pereira. Arquivo Digital (166 min.). Áudio. 02.fev.2010; RODRIGUES, Marta Duarte. **Movimentos Sociais no Aglomerado Santa Lúcia**. Entrevistadora: Josemeire Alves Pereira. Belo Horizonte. Arquivo Digital (67 min.). Áudio. 23.jan.2010; MOREIRA, op. cit. É naquele período que se observam mudanças na atuação dos governos quanto aos objetivos das políticas voltadas para as favelas, com ênfase não tanto nas remoções (desfavelamento), mas na adoção de melhoramentos urbanos, tendendo à urbanização, ou voltados a “*integrar a favela à estrutura urbanística da cidade*”. (DIAS, op. cit., p. 43).

<sup>135</sup> OLIVEIRA S, op. cit.

## 1. 2.2 – Consolidação das favelas e políticas de “desfavelamento”

A especulação imobiliária, em Belo Horizonte, a partir dos anos 1930 e 1940, como vimos, foi impulsionada pelas transformações socioeconômicas do período, agravando os problemas de insuficiência quanto à infra-estrutura urbana, já anunciados pelo o contínuo aumento populacional. Este fenômeno constituiu fator importante nos processos de formação de favelas na cidade. Caracterizava-o um domínio do mercado da terra pela iniciativa privada, que conquistava dos órgãos públicos a aprovação de inúmeros bairros e vilas desprovidos dos serviços de infraestrutura necessários. Havia, também, loteamentos clandestinos à espera de legalização, característica de diversos bairros e vilas periféricos. Além disso, o elevado preço da terra expulsava para as periferias “as camadas de renda mais baixa que, mesmo obtendo legalização de suas propriedades, não suportam os ônus de impostos e taxas”.<sup>136</sup>

Diante disto, entre 1946 e 1955 nota-se uma crescente preocupação do Executivo em estudar o “problema” das favelas<sup>137</sup>, buscando “embelezar a cidade e conter a ameaça de agitação social”<sup>138</sup>. A segunda gestão do prefeito Otacílio Negrão de Lima, entre 1947 e 1951, construiu em zonas periféricas, habitações para a população expulsa das favelas centrais, conforme mencionado. Entretanto, nesta fase, o desfavelamento não foi adotado como uma política explícita, por constituir medida antipopular, num período em que a demanda por votos, durante a chamada redemocratização do país, passava a funcionar como um instrumento balizador das ações dos políticos. A despeito disto, instrumentos como a Lei Nº 0572 de 12 de Setembro de 1956 explicitam a tentativa de controle sobre os chamados “exploradores de favelas” ou os responsáveis por “obras clandestinas construídas sem observância dos dispositivos do Regulamento de Construção em vigor”, estabelecendo multa para os infratores. Não obstante, uma das reivindicações dos moradores de favela,

---

<sup>136</sup> SOMARRIBA, Maria das Mercês; VALLADARES, Maria Gezica; AFONSO, Mariza Rezende. Lutas urbanas em Belo Horizonte. Petrópolis; Belo Horizonte: Vozes; Fundação João Pinheiro, 1984. Apud. SILVA, Regina Helena Alves da.; SILVEIRA, Anny Jackeline Torres. **Cenas de um Belo Horizonte**. Belo Horizonte, Prefeitura Municipal de Belo Horizonte – PBH, 1994, p. 93.

<sup>137</sup> Cf. Portaria 0557 de 2 de abril de 1955, em que é instituída, pelo governo municipal, uma Comissão para iniciar a abordagem do “problema das favelas existentes na Capital”. BELO HORIZONTE. **Portaria Nº 0557** de 2 de abril de 1955b.

<sup>138</sup> SILVA; SILVEIRA, op. cit., p. 93.

durante a década de 1960, será maior intervenção do governo em combate à ação destes mesmos “exploradores”, denominados como os “tubarões do asfalto”<sup>139</sup>. No mesmo ano foi criado e regulamentado, por meio do Decreto Nº 0513 de 11 de Setembro de 1956 e da Lei Nº 0557 de 10 de Agosto de 1956, o Departamento Municipal de Habitação e Bairros Populares (DBP), que terá grande relevância até meados da década de 1970, para a instituição de políticas voltadas para as favelas.

Durante os anos 1950 e 1960, na esteira da necessidade de legitimação dos governos, pode ser observada forte intervenção dos políticos nas práticas associativistas dos favelados. Na gestão do prefeito Américo Gianneti, na década de 1950, foi proposta a criação de Centros Sociais nos bairros e vilas, com a ajuda da Igreja católica. Em 1955, o prefeito Celso Mello de Azevedo criou uma Comissão de Desfavelamento, com o objetivo de cadastrar as favelas e propor políticas para a “solução do problema”. No mesmo ano, intensificou-se a criação das Uniões de Defesa Coletiva nas favelas, como forma de organização coletiva autônoma, para reivindicar soluções, diante da disposição do próprio governo em tratar o assunto como “obrigação do Estado”<sup>140</sup>.

Os moradores de favelas apropriaram-se dos mecanismos de participação política disponíveis à época – como, por exemplo, a “negociação” do voto, tão almejado pelos políticos de então, e a pressão por meio da mobilização e da realização de passeatas –, enunciando significativa participação nos processos de implementação das políticas públicas. Esta participação foi caracterizada, não obstante, pela intermediação exercida pelos vereadores e outros representantes do poder público, que chegaram a integrar as assembléias e demais atividades realizadas pelos moradores de favela, muitos dos quais organizados por meio da já referida Federação dos Trabalhadores Favelados de Belo Horizonte, que era constituída, desde o início da década de 1960, por 55 associações filiadas.

Se a especulação imobiliária implicava, para os bairros periféricos em geral, em problemas de infra-estrutura, as favelas eram ameaçadas permanentemente não só pela ausência de benefícios estruturais, mas também pelo constante risco de expulsão, por serem

---

<sup>139</sup> OLIVEIRA S, op. cit.

<sup>140</sup> Ibidem.

consideradas ocupações ilegais. Assim, uma das principais bandeiras da mobilização promovida pela Federação de Trabalhadores Favelados, será a luta pelo direito de morar. A atuação deste grupo se intensificará, alcançando, inclusive, grande repercussão na mídia local, até 1964, quando foi fechado pelo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS)<sup>141</sup>, depois de crescente repressão sofrida durante o advento do regime ditatorial.

Em 1965 foi criada, por meio do Decreto Nº 1369 de 17 de dezembro, a Coordenação Municipal de Órgãos e Serviços para “superintender as providências relativas ao problema do desfavelamento de áreas e logradouros públicos da Capital”, com participação, dentre outros órgãos, do Departamento Municipal de Educação e Cultura, com representantes diretamente designados pelo Prefeito. A política de remoções foi intensificada na década de 1970, com a criação da Coordenação de Habitação Social de Belo Horizonte (CHISBEL)<sup>142</sup>, cujas atribuições, de acordo com o texto da Lei Nº 1996 de 22 de setembro de 1971, envolviam atuar no “sistema de desfavelamento de locais prioritários, selecionados de acordo com um plano municipal de obras aprovado” e também pela “fixação do favelado removido em nova moradia”. A partir de 1979 observa-se tendência à articulação entre os governos municipal, estadual e/ou federal, envolvendo também, nos anos 1980, instituições não governamentais, especialmente as ligadas à Igreja Católica, para a implantação de projetos de melhoramento urbano nas favelas. O Programa de Desenvolvimento de Comunidades (PRODECOM) constituiu o principal destes projetos, até 1984, quando foi desativado por falta de recursos do governo do estado.

Em 1983 foi criada a Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte (URBEL) que, a partir de 1986 passou a ser responsável pela elaboração de políticas públicas orientadas, a partir de então, para a urbanização e não mais exclusivamente para a remoção das favelas. A principal medida destas políticas foi o Programa Municipal de Favelas (PROFAVELAS), por meio do qual o governo municipal passou a reconhecer legalmente a existência das favelas, com a criação do zoneamento denominado Setor Especial – 4 (SE-4). A URBEL deveria proceder à urbanização e regularização jurídica dos assentamentos

---

<sup>141</sup> Ibidem.

<sup>142</sup> A CHISBEL foi criada em 1971, por meio da Lei 1996 de 22 de Setembro e reestruturada, pelo Decreto 2932 de 10 de setembro de 1976.

favelados e também produzir moradias destinadas à população de baixa renda. A implementação do PROFAVELAS envolveu a participação da Secretaria de Estado do Trabalho e Ação Social; da Associação dos Voluntários para o Serviço Social Internacional – AVSI<sup>143</sup>, instituição ligada à Igreja Católica e que implementa, ainda hoje, parcerias com a Arquidiocese de Belo Horizonte; da empresa pública de direito privado alemã – Deutsche Gesellschaft Für Technische Zusammenarbeit (GTZ)<sup>144</sup> e da Sociedade Mineira de Cultura – SMC, também vinculada à Arquidiocese, sendo representada pelo então arcebispo, Dom Serafim Fernandes de Araújo. Um dos acordos firmados entre estes parceiros e a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, por meio da URBEL tinha por objeto a desapropriação e legalização de terras ocupadas por favelas em Belo Horizonte, em favor dos moradores.

A partir dos anos 1990, especialmente durante as chamadas gestões democráticas que se instituíram com os governos Patrus Ananias (1992-1996) e Célio de Castro (1996-2000 / 2000-2004), ocorreram mudanças políticas significativas, a partir do princípio da *participação*, incorporando instrumentos como os Conselhos Fiscais ou Deliberativos e o Orçamento Participativo aos mecanismos de administração<sup>145</sup>. A concepção sobre as favelas registrada nos principais instrumentos legais desse período é balizada pela noção de *direito à cidade*, que não poderia ser negligenciado aos moradores de favela. O Plano Diretor da Cidade, instituído pela Lei N° 7165, de 27 de Agosto de 1996,

<sup>143</sup> A AVSI foi criada na Itália, em 1972, e, segundo Enrico Novara, responsável pela coordenação dos trabalhos da ONG no Brasil, “atua por meio de organismos da sociedade civil que começaram a desenvolver projetos em países em desenvolvimento. Trata-se de uma associação leiga que tem como princípio a doutrina social da Igreja.” No Brasil, a AVSI atua em projetos ligados à moradia, em diversas cidades, dentre as quais, Rio de Janeiro e Salvador, por meio de “troca cultural e intercâmbio financeiro”. Em Belo Horizonte, esta atuação se deu a partir de 1983, por ocasião da implementação do PROFAVELAS. Em 1993, a instituição buscava promover a “melhoria de infra-estrutura urbana e legalização de áreas das favelas”, concepção que coaduna com a gradual substituição das políticas de desfavelamento pelos programas de integração urbana das favelas. “Em 1994 começamos a pensar a favela como algo que pode ser recuperado do ponto de vista habitacional, como um patrimônio que pode ser melhorado com as políticas públicas.” Cf. entrevista de Enrico Novara em: COELHO, Marco Antonio. A favela como patrimônio da comunidade (Entrevista com Enrico Novara). São Paulo. **ESTUDOS AVANÇADOS** 17(48), 2003.

<sup>144</sup> Sociedade Alemã para Cooperação Técnica.

<sup>145</sup> A essa nova configuração da relação entre o governo e os movimentos sociais será direcionada crítica contundente de antigas lideranças, como o Sr. José Pedro Moreira, que também participou da União dos Trabalhadores da Periferia (UTP). Para ele, este modelo funciona, muitas vezes, como sistema de cooptação de lideranças, que já não atuam “*pelo interesse da comunidade, mas pelo interesse próprio*”. Cf. MOREIRA, op. cit.; e também GOMES, 2011.

incorporou os territórios de favela, que passaram a ser definidas, então, como Zonas Especiais de Interesse Social 1 (ZEIS 1)<sup>146</sup>, para as quais deverão ser elaboradas políticas específicas, visando a “integrá-las à malha urbana”. Foram previstos, para tanto, os Planos Globais Específicos (PGE), atualmente em fase de implantação.

### 1.2.3 – A eloquência das representações

Recentemente foi aprovada, em Belo Horizonte, uma lei municipal que institui a Semana Municipal de Luta pela Melhoria da Qualidade de Vida do Morador de Favela<sup>147</sup>. Considerando a trajetória de constituição das favelas, conforme discutida anteriormente, esta iniciativa revela uma mudança significativa em relação às concepções que orientaram as ações dos governos no que concerne ao reconhecimento desses espaços na cidade. É possível identificar algumas características que marcaram a atuação das diferentes gestões, a respeito.

Inicialmente identificadas ao problema da moradia do pobre ou do trabalhador, a tendência das sucessivas gestões administrativas da capital mineira foi a de tolerar o fenômeno enquanto ele não afetasse os padrões de urbanidade desejáveis para a época. Assim, como foi possível observar, as primeiras ações do poder público foram voltadas para a remoção da população favelada da área urbana, quando isto se fez necessário, ainda nas primeiras décadas do século XX.

A política de remoções ou desfavelamento, já comum a outras cidades do país, como o Rio de Janeiro, apresentou-se como uma constante, desde então, arrefecendo de acordo com os interesses políticos vigentes em cada gestão. Já nos anos 1950, o tema do direito à habitação e a resistência dos moradores de favela à remoção marcaram as relações entre estes e os governos, de modo que foi criada, a partir daí, uma interlocução maior dos

---

<sup>146</sup> Estas serão distinguidas em relação aos conjuntos habitacionais, que passam a ser designados como ZEIS – 3, pelo Plano Diretor. As ZEIS 1 e 3 foram instituídas pela Lei 8127 de 21 de Dezembro de 2000. As favelas foram consideradas, pelo governo municipal, desde a década de 1980 até então, conforme mencionado, como Setores Especiais – 4 (SE-4). Cf. BELO HORIZONTE. Decreto N° 4845 de 8 de novembro de 1984 e BELO HORIZONTE. Lei No. 3532, de 06 de janeiro de 1983.

<sup>147</sup> Cf. BELO HORIZONTE. Lei No 8923 de 27 de julho de 2004.

gestores com os moradores, que passaram a se organizar, então, em associações locais, tendo sua ação fortalecida por meio da integração à Federação de Trabalhadores Favelados. Nesse período passaram a ser demandadas do Estado, ações por melhorias de infraestrutura nas favelas: água e energia elétrica foram os principais objetos das solicitações encaminhadas aos governantes pelos moradores, além da repressão aos “exploradores de favelas”.

Durante a década de 1970, houve uma tendência à retomada da política de desfavelamento, muitas vezes justificada em favor de melhorias na infraestrutura urbana, como a abertura de novas vias. Nos anos 1980, com o processo de reabertura política do país, as ações se voltaram para a ampliação das melhorias urbanas nos assentamentos favelados, que passaram a ser considerados Setores Especiais no planejamento da cidade, aos quais deveriam ser direcionadas políticas específicas. Os principais projetos, naquele momento, foram implementados, em geral, por meio da parceria entre os governos municipal, estadual e federal, com participação de organizações da sociedade civil, como aquelas vinculadas à Igreja Católica e as Organizações Não Governamentais, sendo admitidos, inclusive, recursos internacionais.

Contudo, uma tendência ao reconhecimento efetivo da favela como partícipe da cidade só pode ser observada nas práticas políticas construídas nos anos 1990. Por meio de instrumentos como o Plano Diretor da Cidade, as favelas passaram a ser objeto de políticas que visem à sua integração à malha urbana. Elas passaram a ser abordadas para fins de planejamento urbano, como Zonas de Interesse Especial 1 (ZEIS 1), conforme já mencionado, e para as quais deverão ser elaborados planos específicos, que contemplem inclusive políticas de regularização fundiária.<sup>148</sup>

Segundo as informações da assessoria jurídica da Vereadora Sílvia Helena<sup>149</sup>, autora da Lei 8.923/2004, o instrumento nasceu do envolvimento social da vereadora com as “minorias”. Não nos foi possível apurar como se deu, efetivamente, a relação entre os

---

<sup>148</sup> FERNANDES, Edésio; PEREIRA, Helena Dolabela. Legalização das favelas: qual é o problema de Belo Horizonte? **PLANEJAMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS**. Brasília/DF, n.34, jan./jun. 2010.

<sup>149</sup> Comunicação pessoal recebida no dia 11/04/2012. SÍLVIA, Vereadora. **Sobre Lei 8923 – Qualidade de Vida em Vilas e Favelas de Belo Horizonte** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <josemeire@gmail.com> em 11 abr. 2012.

moradores de favela e a vereadora, para a criação da Lei. De todo modo, percebemos, uma vez mais, a atuação destes sujeitos na construção de mais um instrumento de luta pelo respeito aos direitos de cidadania, consagrados – é importante lembrar – pela Constituição Federal de 1988, também como resultado da organização dos movimentos populares.

Não obstante, a mudança de uma representação das favelas enquanto algo a ser extinto, para outra, que reconhece o seu pertencimento à cidade, evocando como direito dos moradores à melhoria em sua qualidade de vida, nos convida também a entender os conceitos aferidos à favela e aos favelados, pelos gestores públicos.

Ora, o próprio entendimento de que a favela deve ser integrada à malha urbana explicita a crença de que haveria algo que as separa. E, a julgar pelos programas que têm sido instituídos como modelos para solucionar este 'problema', tais como o *Vila Viva*, já implementado, até 2011, em 12 favelas de Belo Horizonte, por meio de recursos do Governo Federal, trabalha-se com uma noção de urbanização de favelas que, inevitavelmente, afeta seus elementos culturais constituintes. A forma das construções, por exemplo, que substitui a arquitetura caracterizada pela predominância de casas autoconstruídas em alvenaria e dispostas em becos e ruas estreitas por edifícios projetados aos moldes dos conjuntos habitacionais, certamente altera as dinâmicas de sociabilidade entre os moradores. As melhorias de infra-estrutura, com a abertura de ruas, saneamento e a instalação de escolas, posto de saúde e espaços de lazer são, indiscutivelmente, um avanço para a melhoria da qualidade de vida, direito daquela população. Não obstante, o que aparece como questão, diante desse tipo de política, é que nela ainda prevalece uma concepção da favela, como o espaço do caos, da desordem que, para ser integrado à cidade, precisa ser submetido a um padrão urbanístico adequado ao modelo de cidade vigente. Outro aspecto que tem suscitado intenso debate por ocasião da implantação do Programa é o negligenciamento de uma efetiva política de legalização dos terrenos, a despeito do que é anunciado nos registros publicitários do *Vila Viva*, difundidos pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte.

Ademais, merece destaque um aspecto da referida lei que institui a Semana Municipal de Luta pela Melhoria da Qualidade de Vida do Morador de Favela. É que esta seria destinada “a informar e a conscientizar a população de vila e favela sobre sua

realidade e sobre a possibilidade de melhorar sua qualidade de vida”, delegando à Prefeitura Municipal a função de promover as necessárias ações de conscientização. À época, o Prefeito Fernando Pimentel vetou os artigos da Lei que se referiam à responsabilidade do Executivo na realização de tais atividades, considerando-as incompatíveis com o exercício da liberdade de organização da sociedade. Não obstante, o detalhe que é importante ressaltar, por ora, é a imagem do morador de favela, tomado em coletivo, como incapaz de perceber a própria “realidade”, que precisa ser alterada e que, para tanto, prescinde de um processo de “conscientização”. Este tipo de concepção – e aqui não desconsideramos que ela possa participar tanto da leitura dos elaboradores da lei, quanto dos próprios moradores, acerca das favelas e dos favelados – remete novamente à necessidade de analisarmos com mais atenção o papel dessas representações na produção das identidades dos moradores de favela.

### 1.3 O DISCURSO PÚBLICO SOBRE AS FAVELAS NA “CIDADE JARDIM”

As primeiras referências dos administradores de Belo Horizonte, às habitações dos pobres na cidade inauguram elementos que se apresentarão como uma constante, nas percepções sobre o assunto, ao longo do tempo. Analisando os Relatórios Anuais da prefeitura de Belo Horizonte<sup>150</sup>, observamos como isto se pronuncia nas narrativas construídas sobre a cidade por meio desta documentação. Tais elementos, expressos na

---

<sup>150</sup> Os Relatórios são destinados a diferentes interlocutores, ao longo do tempo, a depender das mudanças relativas aos regimes políticos vivenciados no país e/ou às especificidades políticas da cidade. Assim, entre 1899/1900 e 1928, os documentos são dirigidos ao Conselho Deliberativo da Cidade de Minas, órgão legislativo do município. Com o advento da instalação do Governo de Getúlio Vargas, os Relatórios referentes ao exercício dos anos de 1929, 1930 e 1931 correspondem a textos elaborados por técnicos diretores e chefes de serviço e encaminhados ao Prefeito de cada gestão. Em 1936, a prestação de contas do exercício do governo municipal, referente ao ano de 1935, que marca o início da fase ditatorial da Era Vargas, é remetida ao Governador Benedito Valladares. O Relatório de 1936 é enviado à Câmara Municipal, mas os demais, até 1941 voltam a ser direcionados ao Governador. Em 1949, passam a ser direcionados à Câmara Municipal de Vereadores de Belo Horizonte. Os Relatórios estão classificados pelo Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte – APCBH em quatro séries: Relatórios apresentados ao Conselho Deliberativo da Capital (1899-1929); apresentados por funcionários aos Prefeitos (1930-1967); apresentados pelos Prefeitos aos Governadores (1935-1941) e apresentados à Câmara Municipal pelos Prefeitos (1936-2005). São disponibilizados aos pesquisadores e ao público em geral, contudo, em ordem cronológica, visando oferecer acesso aos registros das gestões.

linguagem empregada para referir-se a esta população e ao problema habitacional ao qual ela é sempre vinculada, evidenciam, em especial, um traço que se perpetua naquelas narrativas, desde as primeiras décadas até pelo menos os anos 1980 do século XX: a recorrência de concepções baseadas no paradigma médico-higienista característico de um “discurso competente”<sup>151</sup> sobre a cidade e suas formas de organização.

Este discurso, assim caracterizado, consolida-se com o pensamento urbanista que se forja no século XIX<sup>152</sup>, e é configurado a partir do valor aferido ao saber técnico como gerador ou mesmo condicionante do progresso<sup>153</sup>. Ele orienta fortemente a constituição das experiências urbanísticas brasileiras desde fins daquele século, por meio dos projetos de melhoramento e, especialmente, de remodelação dos principais centros urbanos a partir de moldes sanitaristas. Contudo, a vigência de traços desse paradigma conformando um *continuum* ao longo da trajetória das experiências urbanísticas, como bem observaram Gunn e Correia<sup>154</sup>, é significativa. Sobretudo se consideramos a multiplicidade de sentidos que vêm sendo aferidos às cidades, nos estudos produzidos em diversas áreas do conhecimento. E, ainda mais, quando percebemos que tal continuidade envolve, especialmente, as abordagens sobre as favelas e/ou habitações para os pobres.

Desde o surgimento dos primeiros assentamentos caracterizados como favela na cidade, os gestores públicos do município manifestam preocupação em lidar com as habitações improvisadas pelos trabalhadores na região central e nas adjacências do perímetro urbano da Capital, como já tratado. Assim, as expressões utilizadas para descrever a demanda por eliminar os barracões demonstram o modo como este tipo de habitação, associado à época, aos cortiços, são representados como focos de insalubridade e de degeneração moral:

---

<sup>151</sup> CHAUÍ, Marilena. O discurso competente. In: **Cultura e Democracia: O discurso competente e outras falas**. São Paulo: Cortez, 2007.

<sup>152</sup> GUNN, Philip e CORREIA, Telma de Barros. O urbanismo: a medicina e a biologia nas palavras e imagens da cidade. In: BRESCIANI, Maria Stella Martins (Org.). **Palavras da Cidade**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2001.

<sup>153</sup> OSTOS, Luciana Moreira Barbosa. Vilas e favelas: planejamento e representações. In: LIBÂNIO, Clarice de Assis (Org.). **Pensando as favelas de Belo Horizonte – Ensaios**. Belo Horizonte: Favela é isso Aí, 2007.

<sup>154</sup> Op. cit.

Os barracões convertidos em habitações ou commodos de aluguel precisam ser combatidos, como medida de salubridade e de moral, e não se compreende a admissão de cortiços em uma cidade moderna como Bello Horizonte, planejada em um conjunto harmônico e perfeito, de modo a sempre se preservar a sua esthetica e hygiene. (...) a proliferação de barracões constitue um attentado flagrante às boas condições sanitárias da cidade; a lei mencionada tem produzido salutaes effeitos na zona urbana, pois a maioria dos barracões tem sido voluntariamente demolidos pelos proprietários, ou applicados a mera dependencia dos predios, de sorte que, impondo-se equal providencia aos barracões suburbanos, é de esperar-se identicos resultados na sua applicação (*sic*).<sup>155</sup>

Note-se, antes de mais, a associação entre as habitações dos operários e os cortiços. Se considerarmos que a provável referência dos administradores de Belo Horizonte eram os cortiços cariocas, torna-se inevitável a lembrança de que parcela significativa dos que os habitavam era composta por trabalhadores negros livres e libertos; assim como o fato de que o mesmo discurso médico-higienista que esteve a serviço do combate a esses cortiços era, cerca de trinta anos depois, mobilizado pelos gestores da capital mineira, para combater os “barracões” que abrigavam os trabalhadores anônimos que atuavam na construção da mesma cidade.

Além disso, as expressões *barracões* e *cafua*s são especialmente recorrentes nos Relatórios das primeiras décadas do século XX para designar tais habitações. Os sentidos atribuídos aos dois vocábulos, conforme registros do Dicionário Hauaiss<sup>156</sup> denotam o quão curiosamente os mesmos são compatíveis com o paradigma médico-higienista que se constitui e é constituído pelas práticas urbanísticas desde então. Assim, para o vocábulo *barracão* são eloquentes as designações que o associam a “abrigo”, “casa provisória”, que serve de abrigo mas também de depósito para a guarda de utensílios, material de construção, etc. Registra-se, ainda, sua equivalência à expressão *casa tosca*, sendo utilizado com esta acepção, no Rio de Janeiro. Para o termo *cafua*, as definições são ainda mais elucidativas: “cova, caverna”; “lugar escuro, **escondido**”; “lugar, canto, **esconderijo**”; “habitação **rústica, miserável** ou **imunda**”; “casebre, choça”, “taberna ou

<sup>155</sup> BELLO HORIZONTE. Prefeitura. **Relatório apresentado aos membros do Conselho Deliberativo pelo Prefeito Flavio Fernandes dos Santos. Setembro de 1923.** Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1923. 171 p. Acervo do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte, p. 23.

<sup>156</sup> HAUAISS, Antônio et al. **Dicionário Houiss da língua portuguesa.** Rio de Janeiro, RJ: Objetiva, 2009. 1986 p.

outro **estabelecimento escuro, imundo e em desordem**”, dentre outros<sup>157</sup>.

Até então, a preocupação dos governos era com os núcleos que se haviam instalado na região central da cidade. Segundo Guimarães<sup>158</sup>, é a partir dos anos 1930, em função da constituição paulatina de uma nova concepção de modernidade e planejamento urbano voltada para “conter a desordem urbana e promover o desenvolvimento da cidade”, que os governos passam se preocupar com a ocupação das regiões periféricas derivada dos processos de remoção daquelas populações pobres que habitavam o centro. Criou-se, então, uma nova justificativa para a remoção das favelas, mesmo que localizadas fora do centro da cidade: a necessidade de realizar obras de natureza sanitária e urbanística de interesse da coletividade. Pela primeira vez, também, ainda segundo Guimarães, observa-se, em Belo Horizonte, a associação de uma imagem de periculosidade às favelas, que passaram a ser considerados “possíveis focos de epidemia e criminalidade – o ambiente onde prolifera a marginalidade”<sup>159</sup>. Deste novo processo de remoção somente escaparam as ocupações localizadas em regiões geograficamente mais elevadas da cidade, ou naquelas difíceis de serem urbanizadas e que não apresentavam, portanto, interesses para o mercado. A Prefeitura foi vencida, contudo, pela resistência dos moradores de alguns destes núcleos, que voltavam a ocupar o mesmo local alvo das remoções, refazendo os mesmos núcleos. Alguns destes existem ainda hoje, como é o caso da Pedreira Prado Lopes, das Vilas Pindura-Saia, Acaba Mundo e dos Marmiteiros que resistiram a vários processos de remoção. É o que se observa também, pelos relatos dos moradores, quanto ao processo de constituição do Aglomerado Santa Lúcia.

Moradores de algumas favelas, contudo, como os da Barroca, tendo sofrido vários processos de remoção, foram deslocando-se da região central até abrigarem-se em regiões que não prejudicavam os interesses políticos e econômicos da cidade. Formada em 1902, a partir da primeira remoção ocorrida na cidade e que afetou os moradores das favelas Córrego do Leitão e Alto da Estação, a Barroca localizou-se durante aproximadamente quarenta anos na região central. Conhecida como “latolândia” da Capital,

<sup>157</sup> Grifos nossos.

<sup>158</sup> Cf. GUIMARÃES, 1992, op. cit., p. 2.

<sup>159</sup> Ibidem.

de acordo com Berenice Guimarães, ia deslocando-se ao longo da Avenida Olegário Maciel, na região central da cidade. Assim, em 1942, a Barroca, que originalmente se localizava na região do bairro Barro Preto, encontrava-se no bairro Gutierrez, na região onde existe atualmente a sede da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. De lá, seus últimos moradores foram expulsos, indo ocupar parte da Vila dos Marmiteiros e formando o Morro do Querosene, na Avenida Raja Gabaglia, fora do perímetro urbano, na região Oeste da cidade.

Nota-se, na documentação, maior recorrência ao termo *favela* a partir de meados dos anos 1940, quando as autoridades da administração municipal e estadual, diante da ineficácia da política de remoção, começam a preocupar-se ainda mais com os efeitos do crescimento populacional da Capital. Na década de 1950, quando pela primeira vez o termo foi empregado pelo Recenseamento Geral<sup>160</sup>, sua utilização consolidou-se, nos Relatórios analisados, designando o tipo de assentamento constituído por habitações precárias e dispostas em “aglomerações” – expressão que, considerando o contexto em que é empregada, parece indicar mesmo a dificuldade em definir conceitualmente aquela forma cada vez mais abrangente de ocupação do solo urbano.

Em 1955, o Relatório do Prefeito Celso de Mello Azevedo registra a ação do recém-criado Serviço do Plano Diretor, que fez o primeiro mapeamento das favelas, auxiliando a atuação da Comissão de Desfavelamento:

Inestimável pode ser considerado o auxílio prestado pelo Serviço do Plano Diretor à Comissão de Desfavelamento, na elaboração de plantas ampliadas de todas as favelas da Capital, o que possibilitou se realizasse com bom êxito o senso predial e populacional de 23 aglomerações (sic) caracterizadas como favelas.<sup>161</sup>

No esforço por desvendar e controlar este fenômeno, destacou-se a atuação do Serviço do Plano Diretor. Este, tendo sido criado em 1953, tinha por finalidade “corrigir” os males decorrentes do “crescimento desordenado da Cidade” – dentre os quais é enquadrado, assim, o fenômeno da produção e expansão das favelas – e disciplinar o

<sup>160</sup> VALLADARES, op. cit., p. 70.

<sup>161</sup> BELO HORIZONTE. Prefeitura. **Relatório Anual de 1955**. Belo Horizonte: [s.n], 1955b. 38 p. Acervo do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte, p. 10.

desenvolvimento deste crescimento a partir de então, “dentro das modernas normas da técnica urbanística”:

Não seria excessivo repisar (*sic*), ainda uma vez, a enorme tarefa que está a cargo de um órgão – o Serviço do Plano Diretor – destinado a racionalizar a urbanização da Cidade, praticamente sem nenhuma disciplina urbanística desde a extinção da Comissão Construtora, em 1897. O crescimento horizontal da Cidade para além dos limites da Avenida do Contorno processou-se sem o menor planejamento das necessidades da população que nessa parte foi fixar residência. [...] Em verdade, deveria órgão semelhante ter existido desde a instalação da nova Capital de Minas Gerais, em incessante funcionamento.<sup>162</sup>

Dentre as ações do órgão, segundo este mesmo documento, estava a incumbência de realizar estudo em parceria com o Departamento Municipal de Habitação e Bairros Populares (DBP), prevendo inclusive a criação de um “parque residencial para favelados nos terrenos da ex-colônia Afonso Penna”<sup>163</sup> e um levantamento topográfico da favela da Pedreira Prado Lopes, para posterior projeto de desfavelamento.

O mesmo Relatório explicita reiteradamente percepções da pobreza como patologia, ao descrever as ações de cunho assistencial, médico-sanitária e médico-hospitalar destinadas aos moradores de vilas e periferias, assim como ao referir-se ao papel do próprio DBP – cuidar do problema da habitação na cidade:

A Administração Municipal vem cumprindo importante imperativo de ordem social, assegurando através de seus serviços de finalidade social, hospitalar e para-hospitalar (*sic*), médico-sanitária e agora o de habitação popular, uma importante **assistência moral** e material do indivíduo, procurando impor um ambiente salubre nos diversos cantos da Cidade, onde impera o desconforto e o abandono, causas de verdadeiros **quistos de promiscuidade e miséria**.<sup>164</sup>

Não vigorava, naquele momento, uma compreensão da função do Estado como

<sup>162</sup> BELO HORIZONTE. Prefeitura. **Relatório Anual de 1956**. Belo Horizonte: Divisão de Documentação e Estatística da Prefeitura de Belo Horizonte, 1956b. 223 p. Acervo do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte, p. 45.

<sup>163</sup> Note-se que ao mencionar a região da ex-colônia Afonso Penna, onde se localiza atualmente o Aglomerado Santa Lúcia, o Relatório não faz referência aos nomes dos núcleos dispersos que começavam a se consolidar como as atuais vilas Estrela, Barragem Santa Lúcia, Santa Rita de Cássia (ou Morro do Papagaio), Esperança e São Bento, conforme veremos no Capítulo 2.

<sup>164</sup> BELO HORIZONTE, 1956b, op. cit., p. 77. (Grifos nossos).

provedor de direitos, em relação à pobreza e aos pobres. O tom do discurso nos relatos dos administradores sugere que o poder público municipal, ao prestar serviços de assistência social, educação, saúde e habitação a esta população, assumia uma responsabilidade que não fazia parte de suas funções. São constantes, neste sentido, as reclamações dos Prefeitos quanto a estarem promovendo tais serviços sem os recursos que deveriam vir do Estado e da União, considerando que o aumento da população, criando novas demandas, era um fenômeno decorrente de fatores econômicos afetos a contextos sociais e políticos mais abrangentes.

Modernos conceitos de administração pública, amadurecidos pelas lutas de classe que recrudesceram durante o primeiro quartel do século, trouxeram aos governos incumbências que antes não se configuravam nitidamente dentro de suas atribuições. E assim, a assistência social, em seus variados aspectos, impõe-se como um traço inevitável da fisionomia dos novos tempos, que invocam uma atuação mais ampla dos poderes constituídos.

(...)

Aos governos municipais o pesado ônus devia atingir, como atingiu, de maneira mais direta, pela sua íntima identidade com as aspirações populares, cujos apelos se encaminham naturalmente para o poder mais próximo (*sic*). É tão flagrante a realidade que emerge desse convívio de interesses, que já mostramos, em outro capítulo, como a Prefeitura é forçada, em muitos setores, a invadir a área de competência de outros níveis de governo.

(...)

É justo ressaltar que a Municipalidade de Belo Horizonte tem emprestado aos imperativos de ordem social a importância que lhes é devida. E uma cidade que atingiu tais dimensões, os problemas não apenas se multiplicam, mas aprofundam raízes na complexa sociologia urbana. De maneira que, neste delicado campo, são grandes as dificuldades e os encargos da Administração. Cabe-lhe desviar considerável soma de recursos para os serviços de finalidade hospitalar, para-hospitalar e médico-sanitária e igualmente o de habitação popular, que se enquadra com alta racionalidade no sistema de valorização humana em todos os sentidos.<sup>165</sup>

Não obstante, a narrativa que descreve a prestação de tais “serviços” pela Prefeitura é elucidativa quanto às concepções acerca da população pobre que compunha o

<sup>165</sup> BELO HORIZONTE. Prefeitura. **Relatório Anual de 1957**. Belo Horizonte: [s.n], 1957. 215 p. Acervo do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte, p. 80.

grande percentual de migrantes<sup>166</sup> que, continuamente, se instalavam na Capital, em busca de acesso aos mesmos serviços – saúde, educação, emprego –, em decorrência de situações de extrema pobreza e carência de investimentos públicos nas regiões originárias. Ainda em 1956, a gestão do Prefeito Celso de Mello Azevedo assim apresentava as realizações referentes a tais serviços, no ano anterior:

Os serviços de assistência social, através de seus 8 centros sociais, visam à recuperação dos **indivíduos desajustados** e **desamparados**, proporcionando-lhes assistência moral e material, indispensável muitas vezes a suas próprias subsistências.<sup>167</sup>

Na interpretação dos gestores públicos municipais da época, aquela “massa” não submetida por completo ao controle da gestão da cidade e que passava a ser associada ao “problema da favela”, começava a ser desvelada por meio do primeiro mapeamento das favelas realizado pelo Serviço do Plano Diretor, em 1955, conforme anteriormente indicamos. O saber técnico-científico empregado naquele estudo visava, estrategicamente, conhecer para controlar o campo do desconhecido que representava o fenômeno, tomado como consequência do crescimento desordenado da cidade. Não obstante, os 36.432 mil favelados contabilizados pelo Mapeamento, eram considerados no Relatório Anual de 1956, referente à Gestão Celso Mello de Azevedo, indistintamente como “indivíduos desajustados” e “desamparados”, e estariam, nas palavras dos administradores, “disseminados em 8.905 unidades residenciais, que por sua vez se agrupavam em 23 núcleos de favelamento maiores e menores.” Eram compreendidos, portanto, como carentes de recursos materiais e morais, significando grave ameaça social, destoando da ordem social idealizada para a cidade.

Partindo desta concepção sobre os moradores de favela, ainda em 1955, a Prefeitura investiu em uma abordagem assistencialista – consoante com o espírito populista

<sup>166</sup> O Levantamento da População Favelada de Belo Horizonte, publicado pela Secretaria de Estado do Trabalho e Cultura Popular, em 1966, registra o percentual de 82,89% de migrantes oriundos de diversas regiões do Estado. Dentre os demais, 1,28% eram nativos da capital, 7,10% de outros Estados e 8,73% não declararam a origem. (Cf. MINAS GERAIS. Levantamento da População Favelada de Belo Horizonte. Belo Horizonte, 1966).

<sup>167</sup> BELO HORIZONTE, 1956b, op. cit., p. 77.

da época<sup>168</sup> – junto à população moradora de favela, visando exercer controle<sup>169</sup> sobre ela e seu comportamento. Assim, a criação do Departamento de Habitações e Bairros Populares, resultante das reivindicações dos moradores<sup>170</sup> é apresentada nos Relatórios como o principal instrumento mobilizado nos esforços do poder público municipal para conter a “proliferação” daquilo que era compreendido como uma ameaça aos destinos da cidade. Cabia ao DBP, pois, de acordo com o Prefeito Celso de Mello Azevedo, abrir “novos rumos no campo da assistência social e na transformação urbanística de vários pontos da Capital”.

Em 1957, os esforços pelo combate às favelas continuam sendo considerados tarefa desafiadora, conforme podemos aferir da avaliação feita pelo mesmo prefeito:

A repressão às favelas constitui, um dos problemas de gravidade mais ostensiva, em Belo Horizonte. Cidade nova, com índices de crescimento singular, a formação de favelas haveria de tornar-se consequência lógica dos fluxos de população que, atraídos por condições de vida melhor, convergiriam, para a Capital mineira, grandes problemas assoberbantes. [...] O esforço de contenção do fenômeno de proliferação dos agrupamentos clandestinos, em vários pontos da Cidade, não sofreu solução de continuidade, em 1957, a despeito das enormes dificuldades inerentes a esse trabalho. [...] O dramático problema de habitação, que responde pelo **quisto social** das favelas nas grandes cidades, tem desafiado as administrações, dada a extrema complexidade que oferece. Esta realidade é muito mais flagrante numa Capital que, como Belo Horizonte, se expande em ritmo que subverte o trato de muitas questões.<sup>171</sup>

Nesse período continuava a prevalecer a crença em que a eliminação das favelas implicava na assistência material e “correção” moral dos indivíduos, com vistas à sua integração social. A assistência social voltava-se, então, ao “amparo a desvalidos, desajustados e menores”, como podemos observar no excerto do mesmo Relatório:

É tarefa de valor social que ninguém desconhece. A **recuperação de indivíduos que se colocam à margem do curso normal da vida** apresenta-se como problema de extrema agudeza nos grandes centros, por fatores e condições que julgamos desnecessário enumerar. Aos poderes públicos, incumbe dar-lhes assistência moral

<sup>168</sup> GUIMARÃES, 1992, op. cit., p. 13.

<sup>169</sup> Por vezes, os relatórios referem-se à “repressão” às favelas, não deixando explícito tratar-se ou não de combate por meio da ação policial, como se verificará mais tarde, com a criação da Coordenação de Habitação Social de Belo Horizonte – CHISBEL, que utilizará deste recurso.

<sup>170</sup> Cf. GUIMARÃES, 1992, op. cit.

<sup>171</sup> BELO HORIZONTE, 1957 op. cit., p. 70. Grifo nosso.

e material, de maneira a devolver-lhes os elementos necessários à sua integração na coletividade.<sup>172</sup>

A configuração de uma “questão habitacional” pelo poder público municipal, que justificou a criação do DBP, é recorrentemente associada ao “problema da favela”, decorrente do crescimento desordenado da capital. Neste sentido, as favelas, que constituiriam, em princípio, um problema ligado ao déficit habitacional da cidade em crescimento, são tomadas como um dos alvos dos esforços do Serviço do Plano Diretor, na promoção “racionalizada” do (re) ordenamento da cidade. Mas a questão habitacional, quando relacionada às favelas, é predominantemente tratada como problema de ordem médico-sanitária e moral, devendo ser combatido como tal, conforme evidencia a linguagem utilizada na referência dos gestores ao problema. O discurso público sobre o assunto, não obstante, paradoxalmente, explicita certa preocupação dos gestores em utilizar os termos mais adequados politicamente, ao referir-se à população alvo destas ações. Os relatos administrativos explicitam, então, o entendimento de que é preciso, afinal, *estirpar o quisto*, para reordenar a cidade aos moldes dos preceitos urbanísticos em voga. Contudo, isto deve ser feito de maneira humanizada, muito embora seja possível observar a continuidade das práticas de remoção<sup>173</sup>, assim como uma retomada gradativa de métodos repressivos, como os que nos relatam moradores do Aglomerado Santa Lúcia, então em franca consolidação<sup>174</sup>. No Relatório de 1958, o item “Repressão às favelas” é remetido ao tema mais abrangente da “Fiscalização de Posturas, Concessões e da Propriedade”, estando associado ao subitem, “Serviços Urbanos”. Assim registra, então, o relatório:

Neste capítulo, a melhor referência que se pode fazer a esses esforços da atual administração é a criação do Departamento de Habitação e Bairros Populares cujas realizações se alinham a outra parte deste Relatório. Basta dizer que a Municipalidade encarou o problema das favelas com um critério tão elevado, sob o ponto de vista humano e social, que certamente o inspirará as administrações das grandes cidades brasileiras (*sic*). (...) A moradia constitui angustioso capítulo na vida das populações pobres dos grandes centros. Os favelamentos, portanto, não são peculiares a Belo Horizonte, que os tem, como outras capitais, de modo a

<sup>172</sup> Ibidem.

<sup>173</sup> GUIMARÃES, 1992, op. cit.

<sup>174</sup> Cf. Capítulo 2.

constituírem problema de delicada e difícil solução. **Extinguir, por métodos enérgicos os humildes e doentios agrupamentos humanos não basta. É preciso dar-lhes remédio adequado, imbuído do sentimento cristão e de larga visão social.**<sup>175</sup>

A descrição do projeto de construção do Conjunto Habitacional Santa Maria, considerado então, o “ponto alto” da ação do DBP, oferece-nos uma compreensão ainda mais abrangente acerca dos elementos que compõem as representações das populações pobres na cidade e, em especial, dos moradores de favela. Constituindo-se numa das primeiras ações daquele órgão, o primeiro Conjunto Habitacional Popular da cidade foi construído por iniciativa do poder público municipal, entre 1952 e 1963, para abrigar moradores da favela da antiga Cerâmica Santa Maria, atualmente, Barragem Santa Lúcia, uma dos núcleos que integram o Aglomerado Santa Lúcia, e populações também removidas de outras regiões alvos de políticas de desfavelamento por meio de remoção implementadas pelos governos municipais, conforme já mencionado <sup>176</sup>.

O Conjunto Residencial Santa Maria marcou o início de uma efetiva campanha em favor do desfavelamento da Capital Mineira, que carrega como o peso de 34 favelas. Daí a seriedade com que o DBP vem enfrentando o problema. (...) Constitui-se de noventa e seis apartamentos, distribuídos em seis edifícios. Cada unidade possui dois quartos, sala, cozinha, instalações, área de serviço e fogão a gás.<sup>177</sup>

O projeto envolvia, além da construção dos prédios que abrigariam os desalojados pelas ações de desfavelamento, obras complementares destinadas à criação de meios de *correção* e fixação dos novos moradores, tais como: “a Escola 'Mestre Paranhos', para 350 alunos, mercado com 22 'boxes', Igreja, posto médico-dentário e social, campo de esportes, recanto infantil, rede elétrica e de abastecimento de água, três caixas d'água e outras obras”<sup>178</sup>. Por meio deste complexo, a prefeitura buscava também moldar o

<sup>175</sup> BELO HORIZONTE. Prefeitura. **Relatório de 1958 Apresentado à Egrégia Câmara Municipal pelo Prefeito Celso Mello de Azevedo em Janeiro de 1959**. Belo Horizonte: [s.n], 1959 [1958]. 227 p. Acervo do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte (grifos nossos).

<sup>176</sup> O Conjunto Santa Maria distingue-se, assim, do referido IAPI, quanto à finalidade, por estar inserido nos esforços diretos pelo desfavelamento.

<sup>177</sup> BELO HORIZONTE, 1959 [1958] op. cit., p. 31.

<sup>178</sup> Ibidem., loc. cit.

comportamento e os hábitos daquilo que considerava como meros “agrupamentos” humanos que se apresentavam, fatalmente, como obstáculo ao que é sugerido nas entrelinhas dos discursos dos gestores públicos como o ideal de cidade moderna. Os esforços por disciplinar essas populações “estrangeiras”, por meio de práticas como as que foram empregadas na construção do Conjunto Santa Maria assemelham-se, assim, a medidas “curativas” destinadas a evitar o ressurgimento dos “quistos de promiscuidade e miséria”<sup>179</sup>, extirpando suas raízes. As expressões que integram o teor das avaliações das gestões dos prefeitos Celso de Mello Azevedo e Amintas de Barros, acerca do tratamento dispensado pela prefeitura ao assunto, são significativamente eloquentes a este respeito:

Foi em 1957 que o DBP, com recursos próprios e em caráter de autarquia, tomou o grande impulso capaz de, dentro de 10 a 14 anos, suprimir da paisagem urbana, **o espetáculo melancólico** das favelas, **recuperando** para uma vida social mais sadia e proveitosa milhares de famílias que vivem em condições praticamente marginais.<sup>180</sup>

O problema da moradia nos grandes centros urbanos há de ser sempre angustioso, enquanto existir a desordenada fuga das populações rurais, em busca de melhores oportunidades de trabalho. Vê-se, portanto, que a extinção das favelas é uma questão que depende de soluções extensas e profundas por parte dos governos. Mas a própria **fatalidade** desses aglomerados realça a importância do órgão municipal que lhes move sistemático **combate**, dentro de um esquema racional e humano. Esta missão cabe ao Departamento Municipal de Habitação e Bairros Populares. Suas atividades foram das mais proveitosas em 1959, isto a começar pelos **trabalhos educativos** no Conjunto residencial Santa Maria. Como se sabe, **é necessária a integração dos moradores em suas novas condições de vida, pois do contrário esses blocos residenciais se transformariam de pronto em modernas favelas**. Nessa linha educativa prosseguiram (ilegível) no ano findo as **tarefas orientadoras** como cursos práticos para senhoras e crianças, ministrando ensinamentos de higiene, pré-natal, corte e costura, educação social e cristã e assuntos relativos à missão dos pais, esposos, etc. Campanhas pela água filtrada, facilitando a compra de filtros, combate às moscas, e da boa alimentação, pela compra de produtos da horta do Conjunto. Realizaram-se ainda outras atividades, abrangendo aspectos diversos, como organização de bazar, farmácia, organização de Conselhos de Moradores e serviço de aplicação de injeções e curativos.<sup>181</sup>

<sup>179</sup> BELO HORIZONTE, 1956 op. cit.

<sup>180</sup> Ibidem., p. 32.

<sup>181</sup> BELO HORIZONTE. Prefeitura. **Relatório de 1959 Apresentado à Egrégia Câmara Municipal pelo Prefeito Amintas de Barros em Fevereiro de 1960**. Belo Horizonte: [s.n], 1960 [1959]. 189 p. Acervo do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte, p. 155.

Nestes registros, de modo geral, os moradores do Conjunto Santa Maria, enquanto favelados, não são tomados como sujeitos, ou interlocutores na relação com os agentes do poder público. A concepção que prevalece, no período, é a de que os moradores de favela são agrupamentos<sup>182</sup> de indivíduos perigosos por serem vinculados a um ambiente de promiscuidade, desordem e pobreza e, portanto, não adequados à vida urbana, concebida a partir de determinados ideais de ordem, higiene e saúde. Não obstante, tais indivíduos seriam ainda passíveis de controle através de sua recuperação, a ser promovida por meio de um projeto que combina intervenção técnica-urbanística, assistência social, educação e, de modo significativo, a atuação religiosa, uma vez que se considera que “é preciso dar-lhes remédio adequado, imbuído do sentimento cristão e de larga visão social”<sup>183</sup>.

Ainda que não seja o foco de nossa investigação, a recorrência do discurso que remete à dimensão religiosa e moral das ações associadas ao combate à favela merece atenção, pois não é casual. Entre os anos 1940 e 1960, o Pe. Joseph-Louis Lebret, como nos lembra Licia Valladares, exerceu forte influência sobre urbanistas e parte da elite dirigente do Brasil. Nos anos 1950 e 1960, o núcleo de Belo Horizonte da– Sociedade de Análises Gráficas e Mecnográficas Aplicadas aos Complexos Sociais (SAGMACS) criada a partir da atuação de Lebret no Brasil, elaborou dois estudos importantes sobre a população em na cidade. Em 1958 foi publicado o “Estudo da Aglomeração de Belo Horizonte” e, em 1962, o “Relatório para o Plano Diretor de Belo Horizonte, MG”.<sup>184</sup>

O religioso da Ordem dos Dominicanos já era conhecido na França pelo papel fundador que exerceu no movimento internacional *Économie et Humanisme* e criou, em 1958, o *Institut International de Recherche et de Formation, Educations et Développement*, voltado para a formação de especialistas em cooperação técnica, com a finalidade de

---

<sup>182</sup> O emprego da expressão “agrupamento” chama a atenção por sugerir a compreensão das favelas como “organismos” amorfos, uma aglomeração de indivíduos não integrados às regras de sociabilidade. Da mesma forma, a palavra parece também evidenciar um esforço por distinguir esses indivíduos assim classificados do conjunto “saúdável” da cidade.

<sup>183</sup> BELO HORIZONTE, 1959 [1958], op. cit., loc. cit.

<sup>184</sup> Cf. CESTARO, Lucas R. **A SAGMACS e o estudo da “Estrutura Urbana da Aglomeração Paulistana”**. 2009. Dissertação (Mestrado em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo). Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Engenharia de São Carlos – Universidade de São Paulo. São Paulo. 2009.

promover “um desenvolvimento harmonioso e uma civilização solidária”<sup>185</sup> Licia Valladares sugere que a vinda do religioso para o país, deu-se num contexto em que “a vida política no Brasil se caracterizou por uma presença crescente dos comunistas, e pela necessidade de a Igreja Católica reagir à ascensão do marxismo”<sup>186</sup>.

Ainda segundo a autora,

a abordagem de Lebret, propondo uma alternativa humanista e solidária para solucionar problemas sociais, tanto seduziu os jovens católicos brasileiros, quanto uma grande parte da elite envolvida na busca de uma via ao mesmo tempo antiimperialista e anticomunista que permitisse impulsionar as mudanças sociais e o desenvolvimento econômico.<sup>187</sup>

Lebret visitou o Brasil, por várias vezes, entre 1947 e 1965, tendo sido convidado, inicialmente, em 1947, pelo dominicano Romeo Dale, prior de São Paulo. Entre maio e setembro daquele ano, o Padre ministrou na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, o curso de Introdução Geral à economia Humana, para um público heterogêneo que reunia quadros da alta administração, engenheiros, médicos e membros da elite católica paulista. No mesmo ano, com o “apoio influente dos dominicanos”, ele criou estruturas permanentes que lhe permitiriam introduzir o pensamento do grupo *Économie et Humanisme*, tais como os escritórios de planejamento da SAGMACS, nas cidades de São Paulo, Belo Horizonte, Recife e Rio de Janeiro, bem como similares em outros países da América Latina.

---

<sup>185</sup> VALLADARES, op. cit., p. 78.

<sup>186</sup> Ibidem, p. 79.

<sup>187</sup> Ibidem.

Os escritórios da SAGMACS no Brasil tiveram grande repercussão em função da formação dos técnicos e também pelas pesquisas realizadas<sup>188</sup>. No caso de Belo Horizonte, parece pertinente inferir esta influência, a partir das características do discurso público, no período, sobre as favelas. Assim, ao longo da década de 1950, observamos, nos Relatórios analisados, a expressão de uma intenção humanista e cristã, nas ações voltadas para a população favelada, que matiza de maneira bastante singular as concepções de fundo moralizante e médico-higienista sobre as favelas.

Além da menção ao Conjunto Santa Maria, destaca-se a referência da documentação da década de 1950, à construção de Centros Sociais nas “vilas e bairros distantes”, dentre outras ações que indicam timidamente demandas dos moradores. Samuel Rodrigues de Oliveira<sup>189</sup> discorre sobre intensa atividade das Uniões de Defesa Coletiva, Associações de Defesa Coletiva ou Comissões de Defesa Coletiva, reunidas na Federação dos Trabalhadores Favelados de Belo Horizonte.

O Relatório de 1956 sugere que as sedes de alguns destes núcleos foram construídas pela prefeitura, atendendo a demandas locais. Tais obras inserem-se como ações de Assistência Social: “Por solicitação de dirigentes das organizações associativas, o órgão construiu sedes nas seguintes favelas: Vila Senhor dos Passos, Santa Lúcia, Vila Estrela, Pedreira Prado Lopes e Vila São Jorge.”<sup>190</sup> Santa Lúcia e Vila Estrela são, atualmente, núcleos do Aglomerado Santa Lúcia. Estes centros aparecem nos relatos administrativos da época associados às ações de “Assistência Hospitalar” e “Assistência Social e Médica”:

Além do Hospital, que presta assistência hospitalar e para-hospitalar, mantém a Prefeitura uma rede de 8 Centros Sociais, tendo 3 deles começado a funcionar na atual administração, e 23 Postos Médicos e Dentários, espalhados pelos nossos diversos bairros e vilas. Os serviços prestados nestes estabelecimentos são dos mais valiosos e 1955 destaca-se dos demais anos pelo enorme incremento apresentado (...).<sup>191</sup>

No mesmo Relatório, as ações voltadas para as pessoas pobres e, ao que sugere

---

<sup>188</sup> Ibidem.

<sup>189</sup> OLIVEIRA S, 2008, op. cit.

<sup>190</sup> BELO HORIZONTE, 1956 op. cit., p. 82.

<sup>191</sup> BELO HORIZONTE, 1955 op. cit., p. 23.

a referência aos barracões e às pessoas “que realmente necessitam”, são referenciadas ao tema “Assistência Médica e Social”, nos seguintes termos:

O serviço social, atendendo a 26.033 pessoas no exercício findo, prestou auxílios substanciais a pessoas realmente necessitadas, aviando receitas, distribuindo medicamentos, reconstruindo barracões, e prestando auxílios diversos, inclusive financeiro.<sup>192</sup>

Embora o Relatório não explicita bem as ações desenvolvidas nos Centros Sociais, nem informe sobre as relações entre as lideranças comunitárias que os houvera solicitado e a prefeitura, no que diz respeito à gestão destes espaços, a vinculação dos mesmos como estabelecimentos de “prestação de serviços” da prefeitura, às ações de ordem médica é digna de nota. A criação dos Centros Sociais, assim, parecem figurar, em princípio, dentro da mesma lógica implícita na criação do Conjunto Santa Maria: constituem espaços por meio dos quais se busca promover o controle da população favelada na cidade.

Tem sido promovida assistência aos moradores das favelas, onde o DBP vem construindo centros sociais para reuniões educativas. Nada menos que 14 favelas já possuem os seus respectivos centros, com resultados animadores. Em cinco favelas já foram construídos chafarizes, atendendo a apelos dos moradores. A oito núcleos desse tipo foi prolongada rede elétrica, para efeito de administração pública. Outro trabalho do Departamento refere-se à assistência educacional. Para tanto, já se fizeram obras em cinco centros populacionais. Trata-se de praças de esportes, acréscimos de escolas e salão de reuniões.<sup>193</sup>

Todavia, os Centros Sociais, assim como as demais ações mencionadas acima pelo Relatório de 1958, também apontam para um aspecto relevante dos processos de formação de favelas na cidade: aparecem como resultado dos esforços de organização dos moradores de favela pelo direito à cidade, evidenciada nos movimentos associativistas, que constituem uma forma distinta dentre as formas de resistência empregadas pelos grupos que se constituem a partir da experiência coletiva de luta pela consolidação das possibilidades

---

<sup>192</sup> Ibidem, p. 22.

<sup>193</sup> BELO HORIZONTE, 1959 [1958] op. cit. p. 31.

de viver na cidade. A emergência de coletivos com poder de negociação com os órgãos públicos<sup>194</sup> – que até então tinham tentado combater, sem sucesso, a “proliferação” de tais grupos por meio de ações de repressão, utilizando inclusive do expediente da força policial –, evidencia a emergência de um campo de lutas que não se caracteriza mais apenas pelo confronto direto e explícito.

Neste ponto, se considerarmos a narrativa institucional como um elemento das estratégias mobilizadas pelo poder público, com vistas a reproduzir e/ou legitimar sua condição de dominação, a referência, ainda que indireta, à existência do outro – o favelado – como agente é significativa. Neste caso, o outro, não detentor de um “próprio” estaria agindo por meio de táticas, em contraposição ao poder dominante. O que observamos é que o discurso destinado a registrar o controle e a disciplina, a reafirmar o lugar e a condição de poder da administração pública municipal, é perpassado por ou deixa escapar indícios de práticas de *subversão herética*<sup>195</sup> à própria representação dos dominantes sobre o espaço e os comportamentos que desejam controlar para garantir a integridade do próprio campo de poder.

Não por acaso, o teor dos relatos sobre as ações da prefeitura acerca do *problema das favelas* modifica-se, paulatinamente, a partir de 1959. Desde então, a ação do Departamento de Habitação e Bairros Populares (DBP) já não é descrita como redentora e exemplar. Ao contrário, considerando a favela como um fenômeno produzido por fatores mais abrangentes do que aqueles decorrentes dos próprios limites de planejamento da cidade, reclama-se o envolvimento de outras esferas dos poderes públicos na elaboração e implementação de soluções. No Relatório de 1959, o tema é abordado na sessão que trata sobre “Fiscalização de Posturas”, relacionado, agora ao aumento das “construções clandestinas” – de acordo com o Relatório de 1959, naquele ano, “dos 3.320 autos de infração registrados pelo Departamento de Fiscalização, 187 referiam-se a construções clandestinas” –, “que todos os anos se contam em número elevado, impondo constante

<sup>194</sup> Considere-se a experiência da Federação de Trabalhadores Favelados, já mencionada (Cf. OLIVEIRA S, op. cit.).

<sup>195</sup> Para Bourdieu, a *subversão herética* refere-se ao enunciado performativo direcionado à transformação do mundo social por meio da modificação das representações desse mundo que também contribuem para a constituição de sua realidade. (Cf. BOURDIEU, op. cit., p. 118).

fiscalização”<sup>196</sup>. O trabalho realizado pelo DBP passa a contar com a atuação do serviço do Departamento de Fiscalização:

A repressão às favelas, que é importante setor da **Fiscalização**, faz-se através de processos humanos, pelo trabalho do Departamento Municipal de Habitação e Bairros Populares [...]. Conforme é óbvio, todavia, o trabalho desenvolvido pelo Departamento de Fiscalização e pela autarquia municipal, não podem, por si só, apresentar senão resultados parciais, eis que a solução definitiva do problema dependeria de uma ação mais ampla e abrangente dos poderes públicos federais, estaduais e do Município. (*sic*) O fenômeno decorre de fatores complexos, cujas causas têm que ser extirpadas, sem o que nenhuma solução poderá ser definitiva e completa. A repressão à formação de áreas faveladas, para a qual conta o Departamento de Fiscalização da Prefeitura, com um limitado número de servidores, que ademais desenvolvem suas atividades em outros campos do setor fiscal, envolve delicados e complexos aspectos sociais e humanos. Ao poder público não é lícito ser estranho a tais ângulos do problema. A despeito disso, pôde o Departamento de Fiscalização da Prefeitura, no exercício findo, apresentar uma apreciável soma de serviços prestados na repressão às favelas.<sup>197</sup>

Na descrição dessa mudança estratégica frente ao insucesso das abordagens do governo municipal buscando conter o processo de formação de favelas na cidade é notável a continuidade do emprego de algumas expressões. A despeito de uma maior aproximação do poder público em relação às lideranças comunitárias<sup>198</sup>, como parte da estratégia de combate às favelas, a permanência do uso de expressões correntes nos Relatórios anteriores sugere que não houve ruptura, no âmbito das representações sobre o fenômeno, o lugar e seus sujeitos, que possa ser observada na narrativa produzida pelos gestores a respeito. Assim, encontramos na documentação a presença de expressões que se referem à necessidade de “extirpar”, “eliminar os agrupamentos marginais”, “beneficiar os aglomerados humanos com processos educativos”<sup>199</sup>, ou ainda a reincidência da percepção da favela como o principal problema da cidade, na década de 1970, depois de longo período de silêncio sobre o assunto, nos Relatórios dos anos 1960. No Relatório de 1979, por exemplo, o Prefeito Maurício Teixeira Campos assim avalia a cidade: “(...) não vemos Belo Horizonte como uma cidade inviável. E, sim, uma 'urbe' de graves e imprevisíveis

<sup>196</sup> BELO HORIZONTE, 1960 [1959] op. cit., passim.

<sup>197</sup> Ibidem., p. 97.

<sup>198</sup> OLIVEIRA S, op. cit.

<sup>199</sup> Todas constantes do Relatório de 1959, assim como nos anteriores.

desafios”<sup>200</sup>. O único desafio mencionado pelo Prefeito, no documento, contudo, refere-se às favelas:

O maior deles (dos desafios) reside, certamente, no constante surgimento e crescimento das favelas. Trata-se de fenômeno incontornável a simples nível municipal, uma vez que sua existência se liga a raízes de natureza socioeconômica, e nem se poderia imaginar a sua extirpação a não ser através de mudanças estruturais básicas.<sup>201</sup>

A recorrência de tais expressões remete à força das representações que atravessam os diversos campos discursivos, integrando o caráter sócio-histórico da dinâmica destas relações e contribuindo para a sua produção.

Quanto ao relativo e intrigante silêncio dos Relatórios dos anos 1960 sobre o tema, a despeito da contínua expansão do processo de formação de favelas atestada pelos dados dos relatórios dos anos 1950 e 1970, julgamos pertinente analisar as condições da produção destes documentos, em comparação com os demais. Tomamos como referenciais, os documentos dos anos 1950 e 1970, para cotejá-los com os dos anos 1960, por destacarem – com intensidades diferentes – a favela como problema principal da cidade.

Os Relatórios Anuais da Prefeitura de Belo Horizonte referentes à década de 1950 são especialmente elucidativos acerca da abordagem dispensada pelo poder público municipal aos processos de formação de favelas na cidade, no período. Dentro do conjunto desta documentação, eles são os que contém maior quantidade de registros referentes ao assunto, o que sugere a emergência das favelas como fenômeno percebido como relevante para a administração pública, por serem consideradas como evidência de uma ameaça desafiadora ao desenvolvimento da cidade.

Ao contrário do que ocorrera naquele período anterior, os Relatórios da década de 1960 chamam a atenção por seu caráter lacunar no que toca ao tema. Dentre estes, apenas os documentos de 1960, 1961 e 1962, mencionam as favelas, sem aprofundar as análises, mas indicando mudanças importantes na percepção do fenômeno. Assim, em

<sup>200</sup> BELO HORIZONTE. Prefeitura. **Relatório do Exercício de 1979 Enviado à Egrégia Câmara Municipal pelo Prefeito Maurício de Freitas Teixeira Campos em Março de 1980**. Belo Horizonte: Tipografia da PBH, 1980 [1979]. 254 p. Acervo do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte, p. 2.

<sup>201</sup> Ibidem.

1960, a gestão Amintas de Barros reitera a dificuldade de solução do problema da moradia por meio das práticas de desfavelamento:

Seria repetição desnecessária insistir nos aspectos angustiosos do problema da moradia nos grandes centros. As dificuldades de solução que se deparam (*sic*) neste particular são tais, que desafiam esforços de sucessivas administrações. À medida que se executa o desfavelamento de uma área, outros núcleos habitacionais dêsse tipo surgem e estendem-se pelas diversas partes da cidade, como um fenômeno incontrolável do seu crescimento.<sup>202</sup>

Em 1961, registra-se “o estudo detalhado do problema das favelas”, na sessão de “Patrimônio”<sup>203</sup>, juntamente com a menção a ações que indicam um esforço por identificar e controlar os bens que integrariam o patrimônio da municipalidade:

Ocorreu neste ano o estabelecimento e completa reorganização dos serviços a cargo desta Divisão, visando inicialmente, o controle da documentação dos bens imóveis, a remodelação do Cemitério do Bonfim, o levantamento imobiliário dos bens desta natureza, pertencentes ao município e um estudo detalhado do problema das favelas, bem como da construção de capelas-velório e sobretudo, pelas providências tomadas na grande luta para a defesa do patrimônio municipal, em todas as áreas do município, atingindo agora, os terrenos das jazidas de minério de ferro, as matas para a proteção dos mananciais, as linhas das adutoras e as cercas e tapumes levantadas para a proteção dos bens imóveis do patrimônio (*sic*) municipal.<sup>204</sup>

Reapresenta-se, aqui, a preocupação dos administradores com o controle do território da cidade. Esta constatação remete àquela concepção da favela como resultado da negligência dos governos quanto ao controle do espaço público<sup>205</sup>, a partir da década de 1920. O estudo mencionado pelo Relatório de 1961 promoveu levantamento, vistoria e retificação das divisas dos terrenos do Município, nos quais foram arrolados, dentre outros,

<sup>202</sup> BELO HORIZONTE. Prefeitura. **Relatório de 1961 Apresentado à Egrégia Câmara Municipal pelo Prefeito Amintas de Barros em Fevereiro de 1962**. Belo Horizonte: [s.n], 1962 [1961]. 135 p. Acervo do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte, p. 114.

<sup>203</sup> Trata-se do conjunto de bens materiais – em especial os diziam respeito às terras públicas – do município, não se confundindo com a concepção de “patrimônio cultural” estabelecida, como veremos, a partir dos anos 1980.

<sup>204</sup> BELO HORIZONTE. Prefeitura. **Relatório de 1962 Apresentado à Egrégia Câmara Municipal pelo Prefeito Amintas de Barros em Janeiro de 1963**. Belo Horizonte: [s.n], 1963 [1962]. 119 p. Acervo do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte, p. 47.

<sup>205</sup> DIAS, op. cit.; GUIMARÃES, 1992, op. cit.

a antiga Fazenda do Cercadinho e alguns lotes da Ex-colônia Agrícola Afonso Pena, ocupada pelo Aglomerado Santa Lúcia. Promoveu-se também estudo sobre “os terrenos da municipalidade ocupados por favelas e indicação de providências para a solução do problema, com a aquisição de áreas para a formação de núcleos residenciais populares às margens das vias férreas e cursos d’água”<sup>206</sup>. Não há referência à atuação do Departamento de Habitações Populares, excetuando-se uma breve menção, na Introdução. Não há também, nenhuma informação sobre o Serviço do Plano Diretor, nem aos setores de Serviços Urbanos e Fiscalização de Posturas, aos quais estiveram relacionadas as ações de combate às favelas, conforme discutido acima, especialmente a partir dos Relatórios dos anos 1950.

No auge da emergência do movimento dos trabalhadores favelados, registrou-se a construção de sedes sociais nas vilas<sup>207</sup> e favelas. Além disso, a única referência do Relatório de 1962 diz respeito, ainda, a providências adotadas quanto ao cuidado com o Patrimônio do Município. Na sessão referente a este tema consta o seguinte:

Em 1962 foi realizado um estudo indicando a necessidade de uma solução para as favelas, transformando estes locais, quando de urbanização difícil, em parques arborizados, depois da remoção dos favelados para as áreas a serem desapropriadas pela Prefeitura às margens das ferrovias para a formação de Cidades Satélites Populares.<sup>208</sup>

A partir daí, nota-se um relativo silêncio sobre um fenômeno que se apresentara tão relevante até então. Como vimos, a despeito da destacada atuação do Departamento de Habitação e Bairros Populares (DBP) apresentada nos Relatórios anteriores, o processo de formação de favelas em Belo Horizonte intensificou-se. O que explicaria, então, a escassez

---

<sup>206</sup> Ibidem, p. 48.

<sup>207</sup> Em Belo Horizonte, “Vila” equivale, atualmente, a “favela” (Cf. GUIMARÃES, 1996b, op. cit.). Embora não tenha sido possível, até então, aferir o processo de consolidação do uso da primeira expressão, que nos anos 1920 designava os “conjuntos de casinhas” construídos pela iniciativa privada que as alugava para a população pobre, se considerarmos a caracterização negativa e o uso predominantemente pejorativo do termo “favela”, ela parece sugerir um esforço de autodenominação e de posituação da imagem daqueles núcleos.

<sup>208</sup> BELO HORIZONTE. Prefeitura. **Relatório de 1961 Apresentado à Egrégia Câmara Municipal pelo Prefeito Amintas de Barros em Fevereiro de 1962**. Belo Horizonte: [s.n], 1962 [1961]. 135 p. Acervo do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte, p. 22.

– e, durante determinado período, mesmo a ausência – de referências a este fato nos relatos administrativos dos anos 1960?

A forma de elaboração dos documentos<sup>209</sup>, evidenciando a predominância de dados estatísticos em detrimento de avaliações mais pormenorizadas do trabalho das gestões que atuaram na prefeitura à época sugere, especialmente a partir de 1964, uma ausência de transparência e certo despreço pelo compromisso de prestação de contas, constituindo um elemento que nos permite começar a entender esta questão. O Relatório de 1963, do Prefeito Jorge Carone Filho, comparado aos anteriores, apresenta-se extremamente lacônico em termos de avaliação e de relato das ações, quase se limitando à apresentação dos dados numéricos. No que diz respeito ao nosso tema, não há menção às ações do DBP, nem às favelas. Quanto à Assistência Social, que nos documentos da década anterior constituía item frequentemente relacionado às ações do DBP e/ou à questão habitacional e às favelas, o referido Relatório remete apenas às ações da primeira-dama que teria criado “um serviço de assistência social”. O documento apresenta indícios de uma administração não compromissada de fato com a gestão da cidade; denota tons de discurso e práticas populistas e pautadas pela falta de transparência<sup>210</sup>. Algo semelhante ocorre quanto ao Relatório de 1964, do Prefeito Oswaldo Pieruccetti, que declara logo no início do documento:

Sem analisarmos detalhadamente cada setor, deixamos à apreciação e julgamento da Egrégia Câmara Municipal de Belo Horizonte, os dados coligidos e os resultados das pesquisas (*sic*) realizadas nos diversos setores da Administração Municipal.<sup>211</sup>

<sup>209</sup> Observa-se que não há um padrão contínuo quanto ao formato dos Relatórios. Nota-se, contudo, que durante as primeiras décadas predominam relatos constituídos por avaliações mais aprofundadas acerca dos problemas da cidade, indicando-se, de modo mais detalhado ao órgão legislativo ou ao Estado, as medidas recomendáveis ou que foram adotadas para solucionar tais demandas. Nota-se o traço da orientação técnica-científica, que caracteriza o refinamento das análises. Os relatórios dos anos 1920, referentes a gestões dirigidas, predominantemente por engenheiros, são exemplares neste sentido. Destaca-se, distintamente, nos relatórios das décadas de 1950, o tom claramente político nos relatos destinados a prestar contas das ações das gestões ao Poder Legislativo do município.

<sup>210</sup> O prefeito foi deposto em 1965, durante a Ditadura Militar, pela Câmara de Vereadores sob acusação de corrupção.

<sup>211</sup> BELO HORIZONTE. Prefeitura. **Relatório de 1964 Apresentado à Egrégia Câmara Municipal pelo Exmo. Sr. Prefeito. Fevereiro de 1965**. Belo Horizonte: [s.n], 1965 [1964]. 101 p. Acervo do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte, p. 1.

Os demais relatórios não apresentam referência alguma ao tema, a não ser a informação de que o Departamento de Habitação, em função da reforma administrativa instituída por meio do Decreto 1562 de 28.9.1967, passava a ser submetido à Secretaria de Serviços Urbanos. Correspondentes ao advento do Golpe Militar de 1964 e seus desdobramentos referentes à intervenção nos governos locais, estes documentos, apresentam relatos caracterizados por descrições sucintas das ações da Prefeitura, expressando o caráter tecnicista das gestões. Este aspecto em si, não explica a ausência de referências às favelas, uma vez que estas poderiam constar como objetos da atuação dos órgãos municipais responsáveis pelos temas afetos aos cuidados de planejamento, regulação e fiscalização urbanos. Contudo, cabe lembrar o já mencionado abalo sofrido pela organização do movimento de favelas, nos anos 1960, atestado pela repressão e extinção da Federação de Trabalhadores Favelados, o que marca uma mudança nas relações entre as lideranças e os representantes dos poderes públicos<sup>212</sup>, tendendo à retomada e ao paulatino fortalecimento do emprego de práticas de remoção – característica da concepção de desfavelamento que orientara as ações do poder público na primeira metade do século XX. O uso de métodos repressivos, associado a uma efetiva redução das políticas sociais, no âmbito do governo municipal, durante o período militar, justificariam, assim, a ausência de referências ao tema das favelas nos Relatórios entre 1964 e 1969.

Somente a partir de meados da década seguinte a documentação analisada voltou a tratar do assunto. Destaca-se a referência à Regulamentação da Lei No. 2622/76 – Uso e Ocupação do Solo, sancionada em novembro de 1976; bem como ao aumento de requerimentos de reconhecimento do Usucapião dos terrenos, que aumentara de 10 pedidos enviados à Prefeitura, em 1975, para 300, em 1976.<sup>213</sup> Além disso, menciona-se a criação e a atuação da Coordenação de Habitação de Interesse Social (CHISBEL) e a ocorrência de reuniões com moradores e associações comunitárias. Não obstante, na compreensão dos gestores, o “constante surgimento e crescimento das favelas” segue constituindo o maior

---

<sup>212</sup> OLIVEIRA S, op. cit.

<sup>213</sup> BELO HORIZONTE. Prefeitura. **Relatório do Exercício de 1977 Enviado à Egrégia Câmara Municipal pelo Prefeito Luiz Verano em Março de 1978**. Belo Horizonte: Tipografia da PBH, 1978 [1977]. 177 p. Acervo do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte.

dos problemas de uma “‘urbe’ de graves e imprevisíveis desafios”. As raízes deste problema, sendo “de natureza socioeconômica”, nas palavras do prefeito Maurício de Campos, só poderiam ser *extirpadas* por meio de mudanças estruturais básicas<sup>214</sup>.

### 1.3.1 – Memória, Representação e Poder

Um dos aspectos mais fortemente evidenciados pela análise dos Relatórios Anuais da Prefeitura de Belo Horizonte, conforme foi apresentado na sessão anterior, é o predomínio de representações sobre a favela como “fenômeno”, produto de fatores econômicos e sociais diversos, mas no qual não se reconhece a atuação dos moradores como sujeitos. É significativa, neste sentido, a constatação de que mesmo quando um Relatório registra a existência de interlocução com as lideranças representantes das favelas, estas não aparecem no enunciado da administração municipal como agentes. Antes, o que se busca perpetuar, talvez pela natureza mesma destas fontes, é a atuação dos governos – de uma gestão ou de um prefeito – no sentido de conduzir o controle de um problema. Tanto no caso das pessoas que habitam as favelas da cidade quanto daquelas que habitavam os barracões e cafuas característicos dos primeiros anos da cidade, em tais representações os possíveis sujeitos são subsumidos nas definições “aglomerado”, “grupamento humano” e, naturalmente, “favela”. A própria maneira como são articuladas no discurso público que se constitui na documentação analisada as institui como expressões da conotação negativa que marca as representações sobre as favelas e seus habitantes, nesses discursos. Associadas à aparente neutralidade dos significados a que remetem tais expressões – “grande quantidade de coisas ou pessoas”, “ajuntamento”, “multidão”, segundo a definição do Dicionário Houaiss; ou ainda, e de maneira mais eloquente, “amontoado”, no Aurélio, para o vocábulo “aglomeração”, por exemplo –; estão as referências à necessidade de “extirpar”, “reprimir”, “combater” algo que é apreendido como nocivo para a cidade. Explicitando a concepção de uma natureza amorfa constituindo o fenômeno do “favelamento”, estas expressões indicam também o esforço contínuo de identificação deste fenômeno, por meio de sua classificação

---

<sup>214</sup> BELO HORIZONTE, 1980 [1979], op. cit.

como elemento estranho, que não cabe na ordem social e urbana – um corpo nocivo que precisa ser *extirpado* do tecido urbano. A despeito de podermos acessá-la nas entrelinhas e em alguns raros momentos durante a leitura dos documentos administrativos analisados, a identificação destas pessoas, assim como de suas aspirações quanto ao direito de viver na cidade e à relação com o poder público, é filtrada pelas estratégias discursivas que sustentam um poder dominante, explicitando-o, ao mesmo tempo e, assim também, reafirmando-o. Estas estratégias são sustentadas por um aparato teórico que compõe o discurso do poder público municipal e que é acionado para articular sua legitimação.

Como foi possível observar, em relação às favelas, as intervenções da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, mesmo que em resposta às reivindicações da população, são orientadas de acordo com os interesses políticos de cada gestão e seus projetos – ou da ausência deles – para a cidade, pela prática assistencialista, pelo desfavelamento ou pela urbanização, sendo esta última entendida como a necessidade de incorporação das favelas à cidade. De todo modo, o saber que é tomado como referência na concepção e implementação destas intervenções é aquele que se expressa como discurso competente, utilizado para combater o “principal problema” de Belo Horizonte. Assim, é possível perceber que é especialmente o olhar técnico-científico do engenheiro, do sociólogo, do jurista ou do arquiteto e do urbanista que serão acionados para dizer, quase sempre à revelia dos próprios sujeitos, quem são os favelados e o que é a favela. Disto parecem resultar as principais representações sobre estes últimos, fundamentalmente marcadas, como vimos, pelo paradigma médico-higienista e/ou sanitarista, a partir do qual estas pessoas são identificadas, classificadas e inseridas no exercício contínuo de instituição da ordem social.

Não obstante, se considerarmos como Bourdieu<sup>215</sup> que as categorias utilizadas para a produção desta ordem social são produzidas como resultado de “lutas por poder”<sup>216</sup>, é preciso conhecer como se apresenta e se comporta nestas disputas este *outro* até aqui definido pelas representações dos produtores do discurso reconhecido socialmente como discurso oficial sobre a cidade.

---

<sup>215</sup> BOURDIEU, 1996, op. cit.

<sup>216</sup> Segundo o autor, “[...] as classificações práticas estão sempre subordinadas a funções práticas e orientadas para a produção de efeitos sociais.” (BOURDIEU, 1996 [2008], op. cit. p. 107).

No próximo capítulo trataremos estas questões a partir dos olhares e da produção discursiva deste *outro*, aproximando-nos dele por meio dos depoimentos de moradores do Aglomerado Santa Lúcia acerca de suas experiências de viver na cidade de Belo Horizonte, morando em uma favela e sendo reconhecidos e autorreconhecendo-se como tais. Perceberemos, neste exercício, e tendo por referência o tombamento do Casarão da Barragem, expressões diversas da prática da memória sendo mobilizadas na constituição das narrativas sobre os lugares, as pessoas e as ações destas no tempo e no espaço; representações e auto-representações construídas a partir da memória, que nos desafiam a visitar os discursos destinados a produzir identidades, questionando-os, em exercício de diálogo para o qual são convidadas vozes diversas e muitas vezes dissonantes, conflitantes – as do presente e as do passado; as que participam diretamente do debate público sobre a cidade e sobre a favela, mas também aquelas que se revelam alheias ao mesmo debate sendo, contudo, fundamentais para a compreensão de aspectos relevantes deste último; vozes, enfim, que dão a conhecer perspectivas variadas sobre o que significa viver na favela e identificar-se ou não como favelado, em momentos distintos da história da cidade.

## CAPÍTULO 2

### O CASARÃO DA BARRAGEM SANTA LÚCIA: OUTRAS REPRESENTAÇÕES DA FAVELA NA CIDADE



Figura 2 – Vista da Barragem Santa Lúcia, a partir do Bairro Luxemburgo. O Casarão da Barragem ao centro.

Fonte: Acervo pessoal de Sílvia Lorenzo Castro [200-?].

#### 2.1 PARA ALÉM DO HORIZONTE PLANEJADO...

Em 1984, as terras da Fazenda do Cercadinho, pertencentes a José Cleto da Silva Diniz e localizadas no antigo Arraial do Curral Del Rei, foram desapropriadas por ocasião da construção da nova capital administrativa do Estado de Minas Gerais. Na região foi instalada, entre os anos de 1899 e 1914, a Colônia Agrícola Afonso Pena que, inserida no projeto de modernização agrícola do Estado, abastecia principalmente de gêneros alimentícios e madeira a cidade em construção.

Após a extinção da Afonso Pena, suas terras foram parceladas pelo governo<sup>217</sup>, favorecendo um processo de especulação imobiliária que originou, mais tarde, a formação de bairros, muitos dos quais podem ser caracterizados como de classe média e média alta. É o caso do Santo Antônio, Luxemburgo, Santa Lúcia, Cidade Jardim e São Bento.

Contudo, aos olhares de qualquer transeunte que passe, nos dias atuais, pelo alto da Avenida Prudente de Moraes, que corta a região, um daqueles bairros difere-se da paisagem geral conformada pela arquitetura característica dos demais: o Aglomerado Santa Lúcia. Trata-se de um conjunto formado, atualmente, por cinco núcleos de favela – a Vila Santa Rita de Cássia (ou Morro do Papagaio<sup>218</sup>), a Vila Estrela, a Barragem Santa Lúcia, a Vila Esperança (Bicão) e a Vila São Bento. A ocupação destes núcleos teve início em momentos distintos, ao longo do século XX, sendo a do mais antigo deles – a Vila Estrela – datada de aproximadamente cem anos. O Aglomerado estende-se sobre uma área de 460.000 m<sup>2</sup> e, possui uma população atual de 16.014 habitantes, segundo dados da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte.<sup>219</sup>

Aos pés da Barragem Santa Lúcia, com um pouco de atenção, é possível avistar o Casarão da Barragem, construção antiga e em ruínas, rodeado por casas de alvenaria coroadas por antenas parabólicas, que se erguem a partir do complexo esportivo Parque Jornalista Eduardo Couri.

A despeito do tombamento, o espaço segue relativamente ignorado pela cidade. A relativa invisibilidade do Casarão da Barragem pôde ser constatada em 2006, quando integrantes do Projeto Memória registraram, em vídeo, depoimentos de frequentadores do Parque sobre o Casarão. Os entrevistados, moradores e não moradores da favela apresentavam percepções variadas, quando arguídos sobre o tombamento. Os locais – crianças e mulheres, em sua maioria –, remetiam a “Fazenda Velha” ao “tempo dos

---

<sup>217</sup> AGUIAR, op. cit., p. 252-343.

<sup>218</sup> Como é também conhecido o Aglomerado Santa Lúcia.

<sup>219</sup> Cf. Tabela 1, no Anexo I. Durante as duas últimas décadas, as informações sobre a população do Aglomerado Santa Lúcia era objeto de controvérsias, ante a precariedade das práticas de aferição de dados sobre o lugar por órgãos de pesquisa como o próprio IBGE. Durante esse período, a imprensa apontava, geralmente, 35.000 habitantes e a prefeitura já chegou a indicar 14.000. Os dados aparentemente mais atualizados são os que resultam das pesquisas do Plano Geral Específico que trabalham com o número de 16.000 habitantes (BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. **Plano Global Específico – PGE / Levantamento de Dados Aglomerado Santa Lúcia**. Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, 2003b).

escravos”, alguns conheciam Dona Izabel, a proprietária, mas não sabiam muito mais a respeito da história do lugar. Dentre os não moradores, era comum a surpresa ao identificar, na paisagem típica do morro, uma construção que evoca, por sua arquitetura, outros tempos e espaços. Nenhum deles sabia que aquele casarão, cujas ruínas se enunciam vivas, como que sobrevivendo ao esquecimento, foi objeto de uma ação de Tombamento, por meio da qual deveria ser reconhecido como patrimônio da cidade.

“Olha que novidade, hein!! [*Olhando para o Casarão*] Impressionante isso aí! [...] É bem antiga mesmo! Que legal! Aí – vivendo e aprendendo!!! [*Risos*]”.<sup>220</sup> As nuances de expressão contidas na reação de um dos entrevistados denotam o impacto que lhe causou a descoberta.

Podemos inferir que o caráter de invisibilidade do Casarão, deve-se, em grande medida, ao não atendimento à solicitação dos moradores pela restauração e transformação do bem tombado em um espaço cultural público. Vinte anos após o tombamento, o estado de degradação do imóvel, já constatado em 1992, acentuou-se, não tendo sido objeto de uma política efetiva de preservação. Apesar do notável empenho de alguns técnicos da Gerência de Patrimônio<sup>221</sup>, obstáculos diversos impediram a realização dos projetos de restauro e agenciamento do espaço. Os principais desafios foram de ordem técnica, relacionados à gestão da política de patrimônio, no início dos anos 1990. Em decorrência disso, houve também uma dificuldade de diálogo ante a resistência da proprietária em deixar o casarão, para a realização das reformas – ela alegava sentir-se ameaçada pelo órgão público e temia ser definitivamente removida de sua casa, pela Prefeitura! Notamos também que houve um arrefecimento do envolvimento da União Comunitária, devido às mudanças de gestão da associação e também à complexidade das tensões que passaram a permear a relação entre a proprietária e os órgãos da Prefeitura.

Não obstante, convém lembrar, como indicamos anteriormente, que há um negligenciamento acerca da existência do Casarão da Barragem nos discursos oficiais sobre as origens da cidade, embora ele seja identificado no Processo de Tombamento como “a

---

<sup>220</sup> CASA da Fazendinha. Produção: Projeto Memória, Oficina de Imagens, et. al. Belo Horizonte: Projeto Memória, 2005. DVD (7min.), son. color. In: KIT Memória. Belo Horizonte: Projeto Memória, 2005.

<sup>221</sup> A Gerência de Patrimônio, órgão responsável por executar ações ligadas à preservação do patrimônio na cidade, corresponde, atualmente, à Diretoria de Patrimônio da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte.

antiga sede da Fazenda do Cercadinho”, pertencente a José Cleto da Silva Diniz, até 1894.

Ao examinar os documentos que integram o Processo de Tombamento, observamos que há lacunas acerca de sua história, que sinalizam como possível explicação para o negligenciamento do Casarão enquanto referencial de memória para a cidade. Elas dizem respeito, especialmente, ao período de funcionamento da Colônia Afonso Pena, mas também, ao período de ocupação do lugar pelos atuais moradores do Aglomerado Santa Lúcia.

Neste capítulo discutiremos a produção do espaço do Aglomerado Santa Lúcia, partindo da investigação acerca da história do Casarão, que tomamos como “testemunho” das transformações que ocorreram na região da antiga Fazenda, durante a história de Belo Horizonte.

## 2.2 O “CASARÃO DA BARRAGEM”

No Guia de Bens Tombados de Belo Horizonte<sup>222</sup> o Casarão da Barragem é descrito como construção de estilo “ecclético 1ª fase com influência neoclássica”, de uso residencial tanto na origem como na atualidade, e tombado integralmente em nível municipal, em 22 de outubro de 1992. Arquiteto e construtor da edificação são desconhecidos e a data de construção é registrada, no Guia, como sendo 1894. Esta última informação, contudo, parece equivocada, considerando que a data refere-se, na verdade, à transferência da Fazenda do Cercadinho com suas benfeitorias ao Governo do estado de Minas Gerais, por ocasião da construção da nova Capital. A Fazenda possuía, à época, duas casas denominadas respectivamente, “Fazenda Velha” e “Fazenda Nova”, sendo esta última indicada no Processo de Tombamento, como sendo o Casarão da Barragem.

A estas informações foram associadas, no Guia, duas imagens fotográficas por meio das quais pode ser percebido o estado de grave degradação em que se encontrava o imóvel. O caráter lacunar dos dados, bem como o aspecto de ruína do casarão, contrasta aparentemente, com o objetivo de “preservação” que o instrumento do tombamento

---

<sup>222</sup> CASTRO M, op. cit., p. 290.

confere, em princípio, a determinado bem, e evidencia que pouco se conhece sobre o casarão tombado.

De fato, a documentação constante no Processo de Tombamento do imóvel apresenta um aspecto relevante que caracterizou o atendimento parcial à solicitação dos moradores: o tombamento ocorreu antes dos procedimentos técnicos pertinentes, não sendo acompanhado por um dossiê “técnico-histórico-documental”, conforme prática vigente à época. As informações que subsidiaram a decisão dos Conselheiros constavam do material encaminhado pela União Comunitária da Barragem Santa Lúcia e que constituía um pequeno dossiê com o ofício de solicitação do tombamento, ao qual segue uma lista de assinaturas dos moradores; registros fotográficos do casarão e um breve histórico do lugar, elaborado em colaboração com a historiadora Regina Persechini Côrtes.

Neste último documento, intitulado “Informações Históricas sobre o imóvel situado à Av. Arthur Bernardes, 3120, Barragem Santa Lúcia”, consta a seguinte exposição:

É praticamente inexistente uma bibliografia que apresente dados consistentes sobre a ocupação da Barragem Santa Lúcia e da Casa de fazenda que se encontra neste local.

Esta região, hoje ocupada por uma favela abriga no meio de seus casebres uma construção feita em adobe, de aproximadamente 100 anos que provavelmente foi a sede da Fazenda do Cercadinho.

Originalmente, quando da fundação da Capital, esta fazenda com aproximadamente 200 alqueires pertencia a José Cleto da Silva Diniz. No início do século parte destas terras foram desapropriadas para demarcação da futura “Colônia Afonso Pena” que tinha por objetivo formar o cinturão verde da Capital recém-criada.

Observando o mapa do município de Belo Horizonte de 1940 podemos encontrar o registro da Ex-colônia agrícola justamente na região hoje denominada “Favela da Barragem Santa Lúcia”.

Em um relatório de 1894 que faz parte do processo de desapropriação da Fazenda do Cercadinho encontramos uma descrição da área.

As terras eram servidas por um grande manancial de águas abastecidos por vários correios e uma lagoa. A Fazenda do Cercadinho fazia divisa com a Fazenda do Bom Sucesso e também a Fazenda do Cercado primitiva posse de João Leite da Silva Ortiz, terras estas que originaram Belo Horizonte.

As terras da Fazenda do Cercadinho “possuía matas em que se encontravam boas madeiras de construção e de difícil exploração e sua cultura limitava-se a do café, cana, mandioca, milho e feijão.

Havia também uma sede (fazenda nova), compreendendo uma casa de habitação ‘(possivelmente o imóvel em estudo)’ moinho, engenho de farinha, moinho e engenho de açúcar. Em frente a casa há outras edificações, tudo esta quase novo e em bom estado de conservação”. (sic)<sup>223</sup>

Côrtes apoiava-se, na obra do historiador Abílio Barreto “Belo Horizonte: Memória Histórica e Descritiva”, publicado em dois volumes, em 1928 e 1936, respectivamente; e, provavelmente, no documento produzido pelo engenheiro Georg Verchineider e intitulado “Fazenda do Cercadinho – Relatório”, datado de 25 de novembro de 1894. Este último documento faz parte do *Processo de Tombamento da casa e terreno do viúvo e herdeiros de Luiza M. Carvalho – Fazenda do Cercadinho*<sup>224</sup>, que integra, atualmente, a Coleção “Comissão Construtora da Nova Capital”, do acervo do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte.

As informações coligidas por Côrtes, embora sucintas, foram essenciais como ponto de partida para o conhecimento da história do casarão. Até então, quase nada se sabia a respeito dele. Não havia nenhuma menção a ele no discurso público sobre os exemplares arquitetônicos que remetem aos tempos do Arraial do Curral Del Rei, como já ressaltamos. E mesmo na Barragem, as informações que circulavam sobre a “Casa da Fazendinha” eram marcadas pela especulação de que ela havia sido construída “no tempo dos escravos”<sup>225</sup>.

O ex-Presidente da União Comunitária da Barragem Santa Lúcia, Paulo Luís da Silva recordou, durante entrevista concedida para a nossa pesquisa, que foi preciso chamar a atenção dos moradores para a importância da “Fazenda Velha”:

---

<sup>223</sup> CÔRTEZ, Regina. Persechini. Histórico. In: BELO HORIZONTE. Prefeitura. Fundação Municipal de Cultura. **Processo 01 004 713 9649 – Casarão da Barragem Santa Lúcia**, Op. cit.

<sup>224</sup> BELO HORIZONTE. Comissão Construtora da Nova Capital. **Fazenda do Cercadinho: Relatório**. Tombamento da casa e terreno do viúvo e herdeiros de Luiza M. Carvalho – Fazenda do Cercadinho. Belo Horizonte, 1894a. Coleção “Comissão Construtora da Nova Capital”. Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte.

<sup>225</sup> Depoimento de moradora. Cf. CASA, 2005, op. cit.

(...) Mas eu vejo assim, o pessoal tinha aquilo lá como uma fazenda mesmo. Uma fazenda velha que tava lá e depois a comunidade foi crescendo em volta e... Ficou lá. (...) Aí houve, houve – a mudança foi essa, né... Porque a gente começou a conscientizar as pessoas que era importante (*sic*)... A gente ter uma... Um bem ali na comunidade, tombado pelo patrimônio, né (...).<sup>226</sup>

E acrescenta:

(...) se ela tivesse sido recuperada. Fosse um processo aonde fosse uma casa comunitária, onde você pudesse fazer uma reunião de grupo de jovem, entendeu? Fazer um... Alguma coisa é... Social para comunidade. Acabou que num fez nada, né.<sup>227</sup>

Após o tombamento, ao longo dos anos 1990, foram produzidos estudos mais aprofundados que possibilitaram a caracterização do casarão. O primeiro deles atendia a uma nova solicitação dos moradores, que se dirigiram à Professora Marina Wasner Machado, Presidente do Centro de Estudos, Pesquisa e Extensão (CEPEX), da Escola de Arquitetura da UFMG, para requerer parceria na elaboração de um projeto de restauro do imóvel, após o tombamento. Em 1993, uma equipe de estagiárias coordenada pelas Professoras Marina Ewelín Wasner Machado e Angela Maria Garcia deu início ao estudo arquitetônico do Casarão. Foi estabelecida parceria entre a Escola de Arquitetura da UFMG e a Secretaria Municipal de Cultura da Prefeitura, para a realização do projeto, que estava previsto para ser concluído em Agosto do mesmo ano. Um parecer técnico produzido em 1996 pelo Serviço de Bens Culturais da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, aponta morosidade na execução do “levantamento inicial proposto no programa de trabalho”, que só foi entregue em Outubro de 1996, depois de longo tempo de interrupção. Segundo o documento:

Há duas versões quanto a morosidade da execução do levantamento inicial. As estagiárias da Escola de Arquitetura encontraram dificuldades para chegar ao local (não ter ninguém em casa, cães soltos, entre outras). Já os moradores dizem que não ocorreu problema ou impedimento algum na elaboração deste trabalho.<sup>228</sup>

---

<sup>226</sup> SILVA, Paulo Luiz da. **Movimentos Sociais no Aglomerado Santa Lúcia**. Belo Horizonte. Entrevistadora: Josemeire Alves Pereira. Arquivo Digital (83min.). Áudio. 01.mar.2010.

<sup>227</sup> Ibidem.

<sup>228</sup> BELO HORIZONTE. Prefeitura. Fundação Municipal de Cultura. Serviço de Bens Culturais. Relatório 02 out 1996. In: BELO HORIZONTE. Prefeitura. Fundação Municipal de Cultura. **Processo 01 004 713 9649 – Casarão da Barragem Santa Lúcia**, Op. cit.

O resultado do estudo, entretanto, foi utilizado como base para outras ações da prefeitura relacionadas ao imóvel. O material produzido a partir dele é composto por levantamento planialtimétrico, levantamentos fotográfico e histórico, além do diagnóstico da situação do casarão – realizados em 1994. Porém, o projeto de restauração previsto não foi elaborado, segundo o referido parecer, “por se tratar de objeto extremamente complexo”<sup>229</sup>.

Além desta iniciativa, constam da documentação um anteprojeto e uma Proposta de Agenciamento e Uso de Espaço, produzidos, respectivamente, em 1997 e 1998<sup>230</sup>. Estes estudos, de caráter propositivo aprofundaram as investigações técnicas e históricas a respeito do imóvel. O documento de 1997, submetido à apreciação do Conselho do Patrimônio, em reunião ocorrida em 08 de julho de 1997, considerava a existência de interesses distintos sobre o destino do “futuro Casarão” (*sic*)<sup>231</sup> e propunha como alternativa “pensar o remanejamento do espaço físico da edificação conciliando os interesses em jogo. De um lado *moradia* para abrigar uma família numerosa e, de outro lado, *equipamento público* voltado para o atendimento comunitário”.<sup>232</sup> De acordo com esta proposta:

O espaço *moradia* foi desenvolvido tendo como referência o uso atual que os ocupantes do Casarão fazem dos seus espaços. Nesse sentido, a cozinha e alguns quartos, foram preservados e a parte de uso comum foi adaptada para o programa do Centro cultural desenvolvido com o perfil de um Centro Comunitário.

(...)

O novo agenciamento de espaços foi pensado na perspectiva da adaptação do Casarão a um uso misto de residência e serviços. A *moradia* e o *Centro Comunitário* funcionarão na mesma edificação, porém de modo independente. O programa de necessidades para a moradia, que considerou o uso atual por parte dos moradores, foi definido com os compartimentos de cozinha, 4 quartos, banheiro e 2 salas. A área de 140m<sup>2</sup> reservada para este espaço residencial foi dividida no térreo e no porão. Para o Centro Comunitário, o programa definido

---

<sup>229</sup> Ibidem.

<sup>230</sup> Ver, em BELO HORIZONTE. Prefeitura. Fundação Municipal de Cultura. **Processo 01 004 713 9649 – Casarão da Barragem Santa Lúcia**, op. cit.: BELO HORIZONTE. Prefeitura. Fundação Municipal de Cultura. Casarão da Barragem Santa Lúcia – Projeto de restauração/novo agenciamento de espaços: estudo preliminar. 1997, e BELO HORIZONTE. Prefeitura. Fundação Municipal de Cultura. Casarão da Barragem Santa Lúcia – Proposta de Restauração e Agenciamento de Espaços. 1998.

<sup>231</sup> Anteprojeto de Uso e Agenciamento de Espaço, 1997. In: BELO HORIZONTE. Prefeitura. Fundação Municipal de Cultura. **Processo 01 004 713 9649 – Casarão da Barragem Santa Lúcia**, op. cit.

<sup>232</sup> Ibidem.

tem os compartimentos de galeria/biblioteca, administração, salas de apoio e multi-uso, banheiros e acessos.<sup>233</sup>

No Projeto de 1998, contudo, foi priorizada a realização de uma intervenção que visasse a “reconstrução” do imóvel, e a destinação de uso apenas para moradia, indicando-se que a solicitação de criação de um centro comunitário / cultural foi postergada por orientação do Conselho Deliberativo do Patrimônio, que havia decidido “que o assunto seria discutido oportunamente, entre moradores, comunidade e poder público”<sup>234</sup>. Dentre os objetivos vinculados à nova proposta foram elencados: permitir o funcionamento do Casarão, facilitar sua leitura e “transmitir integralmente ao futuro os seus componentes”, permitindo “sua continuidade ao longo do tempo e do espaço, como um bem cultural tombado pelo Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município”<sup>235</sup>. Um aspecto desta proposta, contudo merece atenção. Trata-se da clara opção pela “reconstrução” do espaço, e a “reintegração edifício-cidade-paisagem”, eliminando os “acréscimos” e demais signos que registram as marcas de seu uso pelas pessoas pobres que o ocuparam a partir das mesmas referências culturais que constituem a sociabilidade dos moradores da favela.

Apresentando análise do edifício e a relação ocupantes-usos, o documento registra:

O Casarão da Barragem encontra-se localizado no sopé de encosta ocupada por habitações multifamiliares de baixa renda – na favela Santa Lúcia – de frente para a Barragem com o mesmo nome. A área apresenta arborização média, a par das erosões que circundam a base que estrutura o casarão. As modificações agregadas ao volume da edificação ressaltam na paisagem diversificada que compõe o aglomerado da encosta. Um dos blocos que compõe o partido do casarão teve a sua cobertura em telhas francesas substituída por telhas de fibrocimento. No porão foram acrescentados vãos que escapam à modulação das aberturas. Outros vãos foram emparedados e/ou tiveram as suas esquadrias alteradas. A estrutura da varanda encontra-se destruída. Na parte posterior e lateral esquerda do casarão foram anexadas ampliações sem nenhuma adequação à linguagem dos elementos preexistentes. Também na parte lateral esquerda, de maneira independente, foi construído um bloco contínuo em alvenaria de tijolos, sem revestimento, com estrutura de concreto armado.<sup>236</sup>

---

<sup>233</sup> Ibidem.

<sup>234</sup> Ibidem.

<sup>235</sup> Ibidem., passim.

<sup>236</sup> Ibid.

Em seguida propõe:

Para o desenvolvimento do projeto de restauração do Casarão da Barragem, considerou-se o estado avançado de deterioração dos seus componentes. **A intervenção sobre o Casarão implica também numa reconstrução, esta entendida como uma ação para reestabelecer, com o máximo de exatidão, o seu estado anterior.** Os critérios observados levam em conta primeiramente a sua configuração original, como a eliminação das intervenções posteriores feitas sem critério de adequação, em relação à linguagem arquitetônica do Casarão. As modificações alteraram o seu partido principalmente, pelo fechamento de vãos, pela substituição de parte do telhado, pela destruição da escada frontal e pela incorporação de anexos. **A componente estética da edificação foi bastante afetada por essas interferências** que, acrescidas às degradações por ação de intempéries, dentre outras, prejudicaram substancialmente a sua forma.<sup>237</sup>

A despeito do haver um reconhecimento, neste documento, acerca do peso do “caráter histórico” que teria influenciado o tombamento do casarão; esta proposta restringe a dimensão histórica do casarão à linguagem arquitetônica que compõe suas formas originais. Em outra passagem, o documento de 1997, que subsidiou o de 1998, registra a identificação de duas partes, referentes a períodos distintos de construção:

A reconstrução em função do estado de conservação péssimo, implica na necessidade de substituição e consertos que atingem 80 a 100% dos elementos arquitetônicos avaliados. Entretanto, mesmo com as perdas incorporadas, sobressaem elementos que permitem referenciar a intervenção. A retomada aqui proposta leva em conta os **dois períodos de construção, um mais antigo e outro mais recente, detectados no momento em que se (sic) fez o diagnóstico sobre o seu estado de conservação.**

(...) À parte mais antiga, **que segue os princípios de ocupações presentes no momento da fundação da cidade**, e à parte construída posteriormente, foram anexadas outras construções e feitas adaptações emergenciais, como o telhado em amianto que substituiu o telhado original. Às paredes de adobe que remetem ao estado original do Casarão foram incorporadas outras, em alvenaria de tijolos furados, que serviam também para o fechamento de vãos. Os períodos posteriores de construção de anexos e adaptações, por não agregarem qualidade foram eliminados, os compartimentos.<sup>238</sup>

---

<sup>237</sup> Ibid. Grifos nossos.

<sup>238</sup> Anteprojeto..., 1997, op. cit.

Observamos uma prevalência do critério de valoração estética, em detrimento da historicidade do espaço, que fica limitada à compreensão de um passado circunscrito e valorizado na linguagem arquitetônica que remete às construções coloniais típicas do Arraial do Curral Del Rei e, no caso do “período posterior”, aos padrões de construção dos primeiros anos da Capital. Como ressalta o estudo, “os períodos posteriores de construção de anexos e adaptações”, referentes à ocupação pelos moradores da favela – é preciso acrescentar –, “por não agregarem qualidade foram eliminados”<sup>239</sup>.

O Projeto não foi executado e, depois dele, de acordo com a documentação do Processo de Tombamento, a única referência a um esboço de iniciativa de interferência no espaço – a despeito do explícito e reiterado alerta quanto ao estado de degradação do Casarão<sup>240</sup> – é um relatório de reunião realizada entre membros da empresa Clam – Engenharia e Meio Ambiente e técnicos da Gerência de Patrimônio Histórico e Urbano de Belo Horizonte, em 09 de abril de 2001<sup>241</sup>. A Clam havia sido contratada, pela Prefeitura, para desenvolver estudos que subsidiariam o Plano Global Específico (PGE) do Aglomerado Santa Lúcia, ao qual já fizemos referência. Durante a reunião, foram discutidas as medidas de intervenção propostas pela empresa para o uso e ocupação do casarão, destacando-se a decisão, “após diversas reuniões multidisciplinares entre os técnicos”, de que a proposta de intervenção deveria “atender a algumas demandas prementes da comunidade de maneira a proporcionar o aumento da capacitação técnica dos moradores e, conseqüentemente, a melhoria da renda familiar.” Prevvia-se, para tanto, que a edificação deveria ser “restaurada de modo a possibilitar o funcionamento de diversos projetos sociais e culturais, além de servir como local de reuniões do futuro ‘governo local’ a ser instaurado”. O documento não indica a participação da comunidade nem da moradora

---

<sup>239</sup> Ibid.

<sup>240</sup> Dentre outros documentos constantes no Processo de Tombamento, ver: MAGALHÃES, Maria Izabel Rocha. Carta ao Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte – 14 de abril de 1996; BELO HORIZONTE. Prefeitura. Fundação Municipal de Cultura. Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte. Parecer sobre edificação tombada localizada à Av. Arthur Bernardes, 3120, 1996b; BELO HORIZONTE. Prefeitura. Fundação Municipal de Cultura. Ofício CDPCM/EXTER/179-96 de 28 de novembro de 1996. In: BELO HORIZONTE. Prefeitura. Fundação Municipal de Cultura. **Processo 01 004 713 9649 – Casarão da Barragem Santa Lúcia.**

<sup>241</sup> CLAM ENGENHARIA. Ata de Reunião da CLAM ENGENHARIA MEIO AMBIENTE com representantes da Gerência de Patrimônio, para tratar de diretrizes/proposta de projeto para uso e ocupação do Casarão. 2001. In: BELO HORIZONTE. Prefeitura. Fundação Municipal de Cultura. **Processo 01 004 713 9649 – Casarão da Barragem Santa Lúcia**, op. cit.

do casarão, Dona Izabel, nestas decisões. E, como observamos, foi banido o propósito de adaptar o casarão aos múltiplos usos do espaço, incorporando o de moradia, como havia sido proposto nos Projeto de Restauração e Agenciamento do Espaço, em 1997 e 1998. Ainda de acordo com o relatório da Clam, “as medidas apresentadas foram consideradas satisfatórias pelos técnicos da Gerência de Patrimônio Histórico Urbano, que se prontificaram a elaborar um parecer favorável no caso destas serem encaminhadas ao Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte”<sup>242</sup>.

Estes documentos de 1997, 1998 e 2001 – os dois primeiros, em especial, que se dedicavam a compor também um “Histórico” da edificação, que subsidiasse as propostas de intervenção – pouco avançavam em relação às informações apresentadas por Regina Persechini Côrtes, no que diz respeito ao conhecimento sobre os estatutos de propriedade e uso do Casarão, ao longo do tempo, nem sobre as relações sociais concernentes aos diversos usos que haviam sido feitos dele. Baseavam-se, essencialmente, nas informações fornecidas pela historiadora, ampliando-as timidamente, a partir de pesquisa dos documentos do Processo de Tombamento do Casarão, e de fontes como o referido relatório de 1894, produzido pela Comissão Construtora da Nova Capital.

Partindo da análise deste mesmo relatório buscamos identificar, então, informações que nos permitam compreender a que outras memórias o Casarão da Barragem remete.

---

<sup>242</sup> Ibid.

### 2.2.1 Nos Tempos do Arraial

À época da transferência da Fazenda do Cercadinho para o Estado – nos informa o Relatório da Comissão Construtora da Nova Capital – havia, dentre as benfeitorias, “duas casas de habitação”, uma “Fazenda Velha” e outra, denominada “Fazenda Nova”. A mesma informação consta, como vimos, do histórico produzido por Regina Persechini Côrtes, que argumenta, a partir daí, sobre a probabilidade de que o casarão em estudo tivesse sido a “Fazenda Nova”, sede do Cercadinho.

O Relatório<sup>243</sup> não apresenta informações sobre a data de construção de nenhuma das Fazendas. A despeito da impossibilidade de atestarmos, a partir deste documento, ter sido o Casarão da Barragem uma das sedes do Cercadinho, trata-se do resultado de um minucioso estudo que nos oferece elementos relevantes para a compreensão de aspectos das relações sociais e de trabalho que possivelmente estiveram associadas, nos primórdios da história de Belo Horizonte, ao casarão tombado em 1992. O Relatório aponta, ainda, para os interesses específicos que levaram o Governo a empreender a desapropriação da Fazenda.

O documento indica desde as características hidrográficas e os limites geodésicos da região até as benfeitorias encontradas na Fazenda, às vésperas de sua desapropriação.

A fazenda (*sic*) do Cercadinho é limitada: a leste, pela linha de divisa d'águas da Serra do Curral; ao Norte, pela linha de divisa d'águas de um contraforte d'essa mesma Serra; ao Sul, pela linha de divisa d'águas de um outro contraforte da referida Serra do Curral; e ao Ocidente, por uma linha convencional. Esta última linha é determinada pelo alinhamento do Caminho que do Belo Horizonte se dirige à fazenda do Bom Sucesso, desde a estaca 3 até a estaca 39; e deste ponto pelo alinhamento 39=0, 70=115 até a estaca 33.

A fazenda do Cercadinho é, além d'isto, cortada de leste a oeste por dois outros contrafortes: um *a*, secundário que parte do limite Norte, e o outro A que se destaca da própria Serra do Curral.

---

<sup>243</sup> Cf. BELO HORIZONTE. Comissão Construtora da Nova Capital. **Fazenda do Cercadinho: Relatório...**, op. cit. A partir daqui, todas as citações sobre o engenheiro Georg Verchineider são referenciadas no mesmo documento.

Estas informações corroboram a argumentação de Côrtes sobre a correspondência entre o terreno do Cercadinho e a atual localização do Aglomerado Santa Lúcia e adjacências, conforme verificado também pela equipe do Plano Global Específico, em relatório de 2003<sup>244</sup>, e também pela narrativa dos moradores sobre as características do lugar, nos primeiros anos de ocupação.

Verchineider dedica boa parte do Relatório aos aspectos geográficos do lugar, que atestavam, nas palavras do engenheiro, “sua importancia sob o ponto de vista hidrigraphico”(sic). A este respeito, afirma:

Desta exposição physica do terreno, se depreheende facilmente que devem existir tres cursos d’agua principaes, cuja importancia é facil apreciar. O primeiro, cuja bacia é muito limitada, tem pouca agua: é o Corrego da Chacara. O segundo, muito mais importante que os outros dous, é o Corrego do Cercadinho, cujas cabeceiras estão situadas entre a Serra do Curral e o Contraforte A. A bacia deste corrego é grande: abrange não só a bacia representada no Croquis, isto é, à margem direita e esquerda do curso d’agua, como também recebe as aguas da bacia da Lagoa Seca.

Com effeito, ao nórt e a montante da depressão de onde desce o corrego do Cercadinho, existe uma bacia similar a que se observa ao Sul. Como indica o croquis, essa bacia é fechada pouco além da depressão por uma elevação do terreno, pouco pronunciada, mas suficiente para reter as aguas. A bacia sul esgota-se naturalmente pela superficie do solo, enquanto a do Norte escoas suas aguas pelo sub-sólo por infiltração.

Sobre o terreno é facil avaliar a extensão da bacia das Cabeceiras do Cercadinho e portanto sua importancia sob o ponto de vista hidrographico.

A direção e inclinação das rochas estratificadas, que se notam n’esta região da Serra, levam racionalmente as aguas à confluencia das duas bacias secundarias do Corrego do Cercadinho. Este corrego, como é facil de verificar, só tem real importancia quando recebe as aguas da Lagoa Seca pelas fontes numerosas e abundantes que se encontram à sua margem direita, isto é, ao norte e sob as rochas estratificadas.

O regimen quasi constante do Corrego do Cercadinho, mesmo no tempo das maiores seccas, é uma outra prova do escoamento das aguas da bacia da Lagoa Seca, para o curso d’agua em questão.

O terceiro curso d’agua denominado Corrego da Grotta Funda, tem uma bacia muito limitada relativamente à precedente e de importancia secundaria. O volume de suas aguas é no entanto superior ao do Corrego da Chacara.

---

<sup>244</sup> BELO HORIZONTE, 2003b, op. cit.

Esta indicação do Relatório acerca dos aspectos hidrográficos parece ter orientado, inicialmente, o principal interesse da Comissão nas terras do Cercadinho, à época da construção da Capital: o abastecimento de água à região inserida no perímetro urbano da cidade. Vestígios da construção do sistema de adutoras que, incluía as bacias do Cercadinho podem ser, ainda hoje, encontrados na Vila Santa Rita de Cássia. Em diversos pontos do Beco Santa Rita, paralelo à Rua São Tomás de Aquino e à Av. Nossa Senhora do Carmo, moradores deparam, em seus quintais, com uma tubulação de ferro envelhecido, que, até a década de 1990, aproximadamente, servia também para o abastecimento de água no local. Dona Ione Pires Ladislau, moradora da Vila Estela, testemunhou, surpresa, a operação dos funcionários da Companhia de Saneamento do Estado de Minas Gerais – COPASA, no início dos anos 2000, que revelou, no terreno onde está situada sua residência, a existência de complexa rede de tubos da adutora da Mutuca, que atendia ao mesmo propósito de abastecimento da região central da cidade.

Dona Marta Duarte Rodrigues, moradora nascida na Vila Santa Rita, lembra dos tempos em que, ainda criança, ajudava à família a buscar água na “Torneira do Divino”, construída por volta da década de 1970, já com anuência do governo municipal. A “Torneira” fora instalada na antiga região do “Ladrão”<sup>245</sup>, fonte de água que resultou da iniciativa dos moradores em cortar o cano da adutora, diante da precariedade de acesso a esse tipo de recurso, antes da instalação da “Torneira”:

(...) Cortou. Juntou um muncado de homem e mulher e cortamos o cano lá, que a gente não agüentava mais buscar água no Chuá. Porque, antes, a gente tinha que buscar água no Chuá, ou então lá nas volta, na biquinha – que a biquinha tá lá até hoje. Quando eu quero matar a saudade eu vou lá na biquinha. A biquinha ela tem lá até hoje assim, né, ela é pra cá, antes do Ponteio, perto dos eucaliptos. A biquinha tá lá até hoje. Então tinha que ir ali...<sup>246</sup>

A “biquinha” a que se refere Dona Marta é, provavelmente, uma das nascentes indicadas no Relatório, em 1894. Esta era uma das alternativas dos moradores para suprir a

---

<sup>245</sup> FIG. 10, p. 199.

<sup>246</sup> RODRIGUES, 2010, op. cit.

demanda por água e foi fundamental para fixação dos primeiros habitantes, diante da hostilidade das condições de sobrevivência no lugar.

O Relatório de Verchineider argumentava, ainda, sobre a inadequação da maior parte da fazenda para a agricultura, por tratar-se de região “montanhosa, salvo pequenas porções do terreno na confluência dos córregos e um terreno a sudoeste (...)”. A outra parte das terras apresentava-se, “com inclinações mais ou menos fortes, que não permitem o emprego do arado.” O engenheiro não descartou definitivamente, contudo, a possibilidade de uso das terras para fins agrícolas, ressaltando a indicação de que “a linha que separa o campo dos mattos, capoeirões e capoeiras, determina aproximadamente aquela que separa os terrenos agrestes dos que se prestam à cultura.” Acerca destes últimos, a parte produtiva da Fazenda, afirma:

A Fazenda Velha é constituída por uma casa de habitação, um moinho, um engenho de café, um de farinha de mandioca, e cenxalas (*sic*) inhabitadas e quasi inhabitaveis. Tudo, como indica o nome da fazenda, é velho; mas poderia ainda servir durante alguns annos, apoz dispendiosas reparações.

A Fazenda Nova comprehende uma casa de habitação, moinho, engenho de farinha, moenda e engenho de assucar. Em frente à casa há outras edificações para paiões e outras dependencias.

Tudo esta quase novo e em bom estado de conservação. Um rego leva à Fazenda Nova uma parte d’água do Corrego do Cercadinho. Ambas as fazendas estao situadas à margem da estrada do Bom Sucesso.

A Fazenda do Cercadinho ainda possui mattos, em que se encontram boas madeiras de construção, infelizmente de difficil exploração; e sua cultura limita-se à de café, cana, mandioca, milho e feijão, de que a mais importante é a do café, avaliada approximadamente em 60000 pés.

Sua área é de 200 alqueires para mais ou para menos.

A prospecção de possibilidades de utilização da fazenda para fins de produção agrícola orientou, provavelmente, outro empreendimento fundamental para o projeto de modernização levado a cabo pelo Governo do Estado de Minas Gerais, à época: a implementação dos núcleos coloniais, a que já fizemos menção e dos quais trataremos adiante. Este propósito, no entanto, como explica Aguiar<sup>247</sup>, não estava previsto no Plano

---

<sup>247</sup> Opt. cit.

original. De forma que não é possível afirmar que a Fazenda do Cercadinho havia sido desapropriada com a finalidade imediata de abrigar a Colônia Afonso Pena, como apontou Regina Persechini Côrtes.

Não obstante, a região do Cercadinho e das fazendas adjacentes constituía fontes de recursos naturais de grande interesse para as demandas da construção da capital, de modo que a aquisição das fazendas poderia ser considerada um investimento relevante para os projetos de modernização. Assim, a negociação entre os antigos proprietários do Cercadinho e a Comissão Construtora da Nova Capital, estabeleceu a venda dos terrenos e todas as benfeitorias da Fazenda ao Governo do Estado, por quarenta contos de réis. Além disso, ficou acertado que o Governo transferiria para José Cleto da Silva Diniz, “um lote de terreno” que deveria ser “situado no mesmo lugar da propriedade (...) vendida ou em suas imediações”, nos termos da Escritura de Compra e Venda da Fazenda do Cercadinho ao Estado de Minas Gerais, datada de 19 de Dezembro de 1894.<sup>248</sup> A família gozaria, ainda, da possibilidade de entregar as duas casas principais, até 30 de Janeiro do ano seguinte, e as demais até 31 de março do mesmo ano, podendo até aquela data realizar colheita de plantações existentes na Fazenda, bem como retirar engenhos e demais equipamentos. Além das benfeitorias descritas no Relatório de 1894, a Escritura menciona a existência de uma casa e um cafezal que não haviam sido descritos no inventário e que pertenciam a Cândido Lúcio da Silveira e sua mulher, Rita Maria da Silveira.

O registro mais antigo referente à propriedade da Fazenda do Cercadinho, que consta do Processo de tombamento de casa e terreno do viúvo e herdeiros de Luiza M. de Carvalho, é uma “Certidão de Compra e Venda”, que data de período imediatamente posterior à promulgação da Lei de Terras, em 1850. Em de 1º de Julho de 1856, Joaquim Lúcio da Silveira e sua companheira, Francisca J. da Silva Dinis, autodeclarados “senhores e possuidores de hum pedaço de terras de culturas”<sup>249</sup>, parte das quais haviam herdado do Vigário Manoel Roberto da Silva Dinis e outra parte, “da Fazenda do Calafate”, vendiam

---

<sup>248</sup> BELO HORIZONTE. Comissão Construtora da Nova Capital. **Escritura de Compra e Venda da Fazenda do Cercadinho ao Estado de Minas Gerais**. Tombamento da casa e terreno do viúvo e herdeiros de Luiza M. Carvalho – Fazenda do Cercadinho, op.cit.

<sup>249</sup> BELO HORIZONTE. Comissão Construtora da Nova Capital. **Certidão de Compra e Venda**. Tombamento da casa e terreno do viúvo e herdeiros de Luiza M. Carvalho – Fazenda do Cercadinho. Cercadinho, 1º de Julho de 1856 [1894]. Coleção “Comissão Construtora da Nova Capital”, op. cit.

esta última a um certo Francisco Luis de Carvalho, que tornou-se sogro de José Cleto da Silva.<sup>250</sup> Em meados do século XIX, houve ainda um outro proprietário – o Capitão Antônio Vaz de Melo, que até 1854, possuía “90 alqueires no Cercadinho, divisando com as fazendas do Cercado, Bom Sucesso, Calafate e Lagoa Seca”<sup>251</sup>.

As terras do Cercadinho, pelo que podemos aferir das informações que constam nos documentos analisados, pertenceram até o final do século XIX a uma mesma família e a seus pares, membros das elites locais. É o que atesta a relação de nomes de proprietários da fazenda, conforme registrado na Escritura de Compra e Venda, em 1894:

Saibam quantos esta pública escriptura de compra e venda virem que no ano de mil oito centos noventa e quatro, aos dezenove dias do mez de dezembro, nesta localidade de Bello Horizonte em o escriptorio Central da Comissão Constructora da Nova Capital do Estado de Minas Geraes, onde eu Tabellião vim e sendo ahi perante mim e as duas testemunhas abaixo nomeadas e assignadas compareceram: de uma parte como outorgantes vendedores José Cleto da Silva Diniz por si e como tutor de seus filhos menores orphãos, Manoel Caetano de Carvalho e sua mulher Dona Maria Marcellina, Miguel Antonio da Silveira e sua mulher Dona Francisca Candida de Jesus, Joaquim Francisco da Silveira e sua mulher Dona Maria Carvalho Diniz representado (*sic*) por seu bastante procurador Doutor João Pinheiro da Silva, por bem das procurações e Alvará do Juizo de Direito de Sabará que no fim desta vão transcriptas, por André da Silva Diniz e os menores puberes Dona Felisberta Maria de Jesus, Dona Petrina, viuvo e herdeiros de Dona Luisa Maria de Carvalho (*sic*) e Candido Lucio da Silveira por si e como representante de sua mulher Dona Rita Maria da Silveira por bem da procuração que tambem no fim desta vai transcripta; e de outra parte como outorgado comprador o Estado de Minas Geraes, legitimamente representado (...) das leis e decretos vigentes pelo Engenheiro Chefe da Comissão Constructora da Nova Capital do Estado de Minas Geraes Doutor Aarão Reis, pessoas conhecidas por mim Tabellião e das duas testemunhas abaixo nomeadas e assignadas. E pelos outorgantes vendedores e seu procurador me foi dito perante as mesmas testemunhas que sendo senhores e possuidores de uma fasenda de cultura e de criação nos arredores desta capital conhecida pelo nome de Cercadinho e anexa a esta parte da fasenda do Calafate que houveram por meação e herança de sua finada mulher e mãe Dona Luiza Maria de Carvalho (...).<sup>252</sup>

<sup>250</sup> TASSINI, Raul de. Verdades históricas e pré-históricas de Belo Horizonte: antes Curral del Rei. Belo Horizonte: [S.n.], 1947 apud BARRETO, 1996. v. 1, op. cit., p. 247.

<sup>251</sup> BARRETO, op. cit., p. 198.

<sup>252</sup> BELO HORIZONTE. Comissão Construtora da Nova Capital. **Escritura de Compra e Venda da Fazenda do Cercadinho ao Estado de Minas Gerais**, op. cit.

Pelo exposto, ficam evidenciadas as relações entre as famílias Silva Diniz e Silveira; estes últimos descendentes dos primeiros habitantes do Arraial do Curral Del Rei e possuidores de outras grandes fazendas que divisavam com o Cercadinho, como a do Leitão<sup>253</sup>. No antigo Arraial, naquele tempo, os casamentos entre famílias de proprietários e mesmo no interior das próprias famílias, asseguravam a perpetuação da terra como patrimônio das elites.

Segundo Abílio Barreto, a antiga fazenda do Cercadinho, “com grande sobrado, varanda na fachada e senzalas”, fora demolida devido ao aterro para a construção de uma estrada de ferro, restando dela ainda, algumas moendas, em 1815. Considerando a denominação de “Fazenda” designada às sedes da Fazenda do Cercadinho, podemos inferir que se tratasse da demolição de uma antiga construção, provavelmente anterior àquelas arroladas por Verchineider no Relatório de 1894.

O Relatório produzido em 1894 informa que tanto a “Fazenda Velha” quanto a “Fazenda Nova” estavam “situadas à margem da estrada do Bom Sucesso”, que aparece na Planta da Fazenda<sup>254</sup> como “Caminho do Bom Sucesso”. Além disso, informa o documento: “um rego leva à Fazenda Nova uma parte da água do Córrego do Cercadinho”. Na Planta da Fazenda do Cercadinho, também assinada por Verchineider e integrante do Processo de Tombamento de 1894, é possível localizar as duas fazendas, no “Caminho do Bom Sucesso”, que partia de região próxima ao Córrego do Leitão em direção à Fazenda do Bom Sucesso. A “Fazenda Velha” estava situada na parte superior do mapa e a “Nova” nas proximidades do Córrego do Leitão, em direção à divisa do Cercadinho com a Fazenda de Illydio Ferreira da Luz.

Esta constatação é coerente com a afirmação de que o Casarão da Barragem teria sido a “Fazenda Nova”, especialmente se considerarmos também a informação de Dona Izabel, a proprietária mais recente, que conheceu a “casa” na década de 1960. Em

---

<sup>253</sup> Outras informações sobre estas famílias, bem como sobre a formação do Arraial do Curral Del Rei podem ser acessadas em BARRETO, Abílio. **Belo Horizonte: Memória Histórica e Descritiva**. ed. atual. rev. e anotada. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1996. Vol 1 (Coleção Mineiriana. Série Clássicos).

<sup>254</sup> Cf. FIG. 3, à p. 107.

entrevista ao Jornal “Bom Vizinho”<sup>255</sup>, em 1996, ela mencionou a existência de “três córregos” nos espaços onde, desde a década de 1970, pelo menos, passara a funcionar um campo de futebol. No córrego do Leitão, hoje totalmente canalizado, os filhos de Dona Izabel nadavam e pescavam. Além disso, em diversos documentos do Processo de Tombamento do Casarão consta a referência à correspondência entre o terreno em que se desenvolveu a favela e a ex-colônia Afonso Pena. Assim consta, por exemplo, na mencionada Proposta de Restauração e Agenciamento do espaço:

Ao observarmos o mapa do *Município de Belo Horizonte*, de 1940, constatamos o registro da ex-colônia agrícola justamente na região denominada hoje de ‘Favela da Barragem Santa Lúcia’. Em 1942, no levantamento cadastral elaborado na administração do prefeito Juscelino Kubitschek (1938-1942).<sup>256</sup>

A correspondência entre as características topográficas e dos aspectos hidrográficos da região do Cercadinho e a descrição de moradores como Dona Izabel, indica a coerência da afirmação de Côrtes de que o casarão teria sido, provavelmente, a Fazenda Nova. Esta proposição é fortalecida quando observamos, na Planta da Fazenda, a localização das duas fazendas.

Contudo, não foi possível encontrar, na documentação consultada, informações sobre a destinação das Fazendas “Velha” e “Nova”, após sua aquisição pela Comissão Construtora, junto com as demais benfeitorias e o terreno da Fazenda do Cercadinho; o que constitui uma sensível lacuna no conhecimento acerca da relação da Casa da Fazendinha com as construções referidas no Relatório de 1894. As informações mais acessíveis sobre o

<sup>255</sup> A matéria intitulada “Barragem Santa Lúcia – Recuperando um espaço de convivência e lazer”, trata da construção do Parque Jornalista Eduardo Curi, inaugurado pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte em 1996. Destacam-se os aspectos da paisagem e da formação da região onde o Parque está instalado, mencionando a existência de “uma casa tombada pelo Patrimônio Histórico de BH (sic), no alto da rua Principal.” Cf. BARRAGEM Santa Lúcia Recuperando um espaço de convivência e lazer. Revista “O Bom Vizinho”, Belo Horizonte, 08 Ago de 1996. In: BELO HORIZONTE. Prefeitura. Fundação Municipal de Cultura. **Processo 01 004 713 9649 – Casarão da Barragem Santa Lúcia**, op. cit.

<sup>256</sup> Cf. BELO HORIZONTE. Prefeitura. Fundação Municipal de Cultura. Casarão da Barragem Santa Lúcia – Proposta de Restauração e Agenciamento de Espaços. 1998, op. cit. Neste documento, os autores referem-se às mesmas fontes analisadas no nosso estudo, tomando a “Fazenda do Cercado”, como sendo a do “Cercadinho”. Contudo, as descrições constantes do Relatório assinado pelo engenheiro Georg Verchineider, em 1894 e, em especial, a Planta da Fazenda do Cercadinho, indicam a correspondência entre as características topográficas desta última Fazenda e o lugar ocupado pelos moradores do Aglomerado Santa Lúcia. No histórico que consta do Projeto de 1998 há, ainda, uma indistinção entre o Cercadinho e a fazenda de Illydio Ferreira da Luz, vizinha da primeira.

“Casarão”, após esse período, foram colhidas a partir de depoimento dos moradores do Aglomerado Santa Lúcia, e remetem com maior ênfase, à década de 1950, aproximadamente, quando começava a ocorrer o adensamento da ocupação do lugar.

Entre a negociação de transferência da Fazenda do Cercadinho para o Estado, em 1894, até formação do atual Aglomerado Santa Lúcia, contudo, uma transformação importante – à qual já fizemos referência – se processou no espaço da antiga Fazenda. A instalação do Núcleo Agrícola Afonso Pena nas antigas terras do Cercadinho constitui um acontecimento de significativa relevância para a conhecimento da produção do espaço urbano, naquela região. Ainda mais, nos ajuda a compreender como a produção desse espaço engendrou a formação dos núcleos da favela que ocupa, atualmente, grande parte da antiga Colônia e que foi considerada, no discurso público sobre a cidade, parte do problema mais grave na “urbe de graves e imprevisíveis desafios”. A partir dela buscaremos, ainda, a seguir, identificar elementos que permitam melhor conhecer a origem do Casarão.

### **2.2.2 A Colônia Afonso Pena**

A instalação de núcleos coloniais em regiões que no Plano da Nova Capital estavam reservadas às áreas de sítios e subúrbio, configurou, no entendimento de Tito Flávio Rodrigues de Aguiar<sup>257</sup>, um empreendimento do governo mineiro que articulava dois projetos de modernização: um de feição urbana – concretizado pela criação da nova capital –; outro de base agrícola.

Como parte do segundo empreendimento, e contrariando as expectativas iniciais do engenheiro Aarão Reis, foi estabelecida uma zona rural constituída por cinco núcleos coloniais, entre 1898 e 1899, na Cidade de Minas. A partir de 1898, foram inaugurados os núcleos Córrego da Mata – posteriormente rebatizado de Américo Werneck, em homenagem ao então Secretário da Agricultura do Governo de Minas Gerais – e Carlos Prates. Os outros núcleos – Bias Fortes, Adalberto Ferraz e Afonso pena – foram instituídos em 1899. Os núcleos eram administrados diretamente pela Secretaria de Agricultura,

---

<sup>257</sup> Op. cit.

Comércio e Obras Públicas, por meio do Decreto n. 1.273, de 11 de abril de 1899. A definição e a divisão dos lotes coloniais ficaram a cargo da Repartição de Terras e Colonização, aos cuidados dos agrimensores do 1º Distrito de Terras e Colonização.<sup>258</sup>

O projeto visava transformar as práticas agropecuárias no estado, por meio do estímulo à fixação de imigrantes que pudessem contribuir para a consolidação dos núcleos enquanto “centros de pequena lavoura”, que serviriam de modelo para iniciativas futuras do governo, em relação aos planos de modernização. Buscava-se também, por meio dele, promover a diversificação da produção agropecuária, diante do desafio imposto aos administradores e políticos mineiros de consolidarem a economia do estado perante as transformações da época.

Assim, o Regulamento dos Núcleos Coloniais estabelecia a concessão de lotes, de forma a garantir, ao Estado, o controle do empreendimento de colonização. Para garantir a fixação dos colonos, oferecia-se a aquisição de terrenos nos núcleos, com pagamento a prazo, com a intenção de que os colonos iniciassem imediatamente a produção, formando o capital necessário para o pagamento das terras.

Nas restrições que marcavam o regulamento, podemos identificar a intenção de se atrair colonos que demandassem o mínimo de apoio do governo mineiro e que pudessem ainda assim levar adiante o empreendimento de colonização. Estava clara também a intenção de se favorecer colonos europeus em lugar de atender a demandas por terras que, certamente, eram também colocadas na época por brasileiros, especialmente os pertencentes às classes mais baixas, dentre eles antigos escravos e seus descendentes.<sup>259</sup>

---

<sup>258</sup> Ibidem, p. 257.

<sup>259</sup> Ibidem, p. 258



A opção por trabalhadores europeus, defendida nos debates políticos do estado e do país, indica as concepções que nortearam a política econômica em Minas Gerais, durante os primeiros anos de experiência republicana. Segundo Aguiar, o perfil de colonos a serem beneficiados era o de agricultores, preferencialmente europeus, “que através do seu trabalho e de seus costumes pudessem se converter em exemplos para as populações locais e contribuir para o progresso do estado”<sup>260</sup>. Além disso, almejavam-se os “operários diligentes”, que depois de participar da construção da capital, eventualmente se interessassem pelo trabalho agrícola, que serviria para abastecer de gêneros alimentícios e materiais à capital.

A política de imigração foi praticada em Minas, fundamentalmente por meio de subvenções disponibilizadas pelo Governo. No período entre 1908 e 1914, 6.646 estrangeiros se estabeleceram no estado<sup>261</sup>, beneficiados pela retomada da participação do Governo Federal na política migratória do estado. Em 1912, em Belo Horizonte, um recenseamento municipal registrou a presença de 4.381 moradores estrangeiros em Belo Horizonte, correspondendo a cerca de 11% do total de 38.882 habitantes. Havia uma predominância de italianos: 2.963, ou 68% dos imigrantes e seus descendentes. Nos núcleos suburbanos, havia um total de 458 italianos; o que correspondia a 73% dos estrangeiros que viviam na zona colonial.<sup>262</sup>

Contrariando as expectativas de promoção de uma colonização a partir da imigração de europeus, contudo, a escassez de recursos públicos fez com que o Governo do Estado reconsiderasse os planos iniciais e admitisse a elegibilidade de brasileiros – homens solteiros, sem filhos; casais mais velhos, sem filhos e também moradores da cidade que se interessassem pela posse de terrenos, sem se estabelecer na colônia, mas contratando trabalhadores assalariados para o cuidado da terra.

---

<sup>260</sup> Ibidem, p. 280.

<sup>261</sup> MONTEIRO, 1973, p. 121 apud AGUIAR, op. cit., p. 284.

<sup>262</sup> Ibidem, p. 286.

Embora houvesse demanda por terras da parte de brasileiros pertencentes às classes mais baixas, inclusive de ex-escravos e descendentes, a ausência de referências às origens étnicas dos colonos brasileiros nos relatórios da Repartição de Terras e Colonização, impossibilita, segundo o autor, a aferição quanto à possível participação desse grupo nos núcleos<sup>263</sup>.

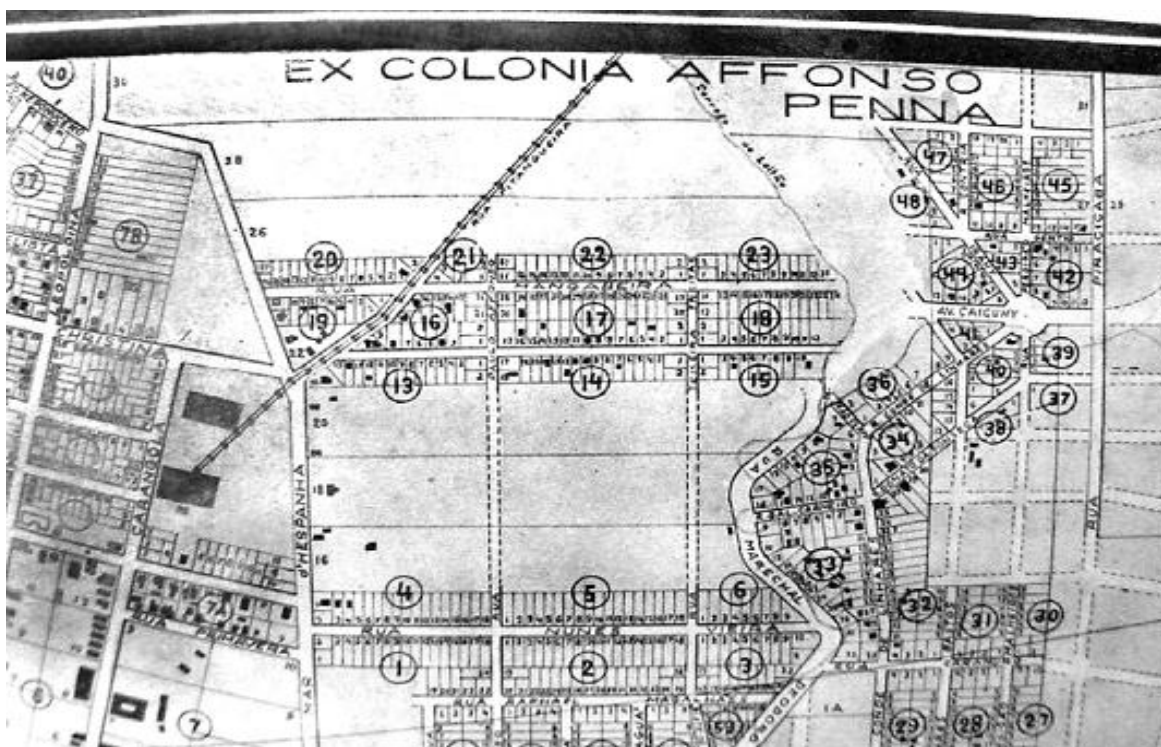


Figura 4: Ex-colônia Afonso Pena, 1928.

Fonte: BELLO HORIZONTE. Prefeitura. *Planta Geral da cidade de Belo Horizonte, organizada pela 1ª Seção da Subdiretoria de Obras em 1928/1929*. Belo Horizonte, 1929. Escala 1:5.000. Reprodução fotográfica reduzida. 15,0x9,0cm. Acervo APCBH (apud AGUIAR, 2006).

A Colônia Afonso Pena, instituída por meio do Decreto n. 1.276, de 14 de abril de 1899, ocupava “todo o vale do córrego do Leitão a montante da área urbana, incorporando as terras da antiga fazenda do Leitão”.<sup>264</sup> Sua área original compreendia 612,3 hectares e era dividida em 89 lotes coloniais, com área média de 6,8 hectares. O núcleo apresentava aspectos comuns com os demais: baixa densidade populacional, lotes de grandes dimensões, malha viária rarefeita, ausência de espaços que favorecessem maior

<sup>263</sup> AGUIAR, op. cit., Passim, p. 279-288.

<sup>264</sup> Ibidem, p. 271.

sociabilidade entre os colonos. A extensão de seus lotes, assim como nos núcleos Adalberto Ferraz e Bias Fortes, propiciava o desenvolvimento de cultivos extensivos e a formação de pastos para a criação de animais.<sup>265</sup>

Aguiar apurou, ainda, que, em 1900, a população instalada nos terrenos da Colônia que abrangia a antiga Fazenda do Cercadinho totalizava 258 pessoas. Em 1910 era constituída, contudo, por apenas 163 moradores. Em 1903, havia, entre os colonos da Afonso Pena, uma predominância de brasileiros, que correspondiam a 101 agricultores ou 71% da população do núcleo. Dentre estes, contavam-se: 54 homens, 47 mulheres, 31 crianças menores de 12 anos e 70 crianças maiores de 12 anos. Quanto ao índice de instrução, 72 pessoas sabiam ler e escrever. Em 1910, havia somente 83 brasileiros, correspondendo a 51% do total de habitantes: 49 homens, 34 mulheres, 46 menores de 12 anos e 37 maiores de 12 anos; apenas 51 pessoas sabiam ler e escrever.

Dentre os estrangeiros, houve um predomínio de agricultores italianos, cuja participação na colônia aumentou, no mesmo período, de 26 para 41 pessoas – 18% e 25%, respectivamente. Registra-se ainda, no mesmo período, a presença de portugueses – representados em 3% e 1% da população da Colônia, respectivamente –; e de espanhóis, cuja participação aumentou de 11 para 38 pessoas, ou seja 8% e 23% dessa população<sup>266</sup>.

Dentre as atividades desenvolvidas na Colônia, além da produção de frutas e hortaliças, registrou-se a existência de olarias que fabricavam telhas e tijolos. Estas características rurais, afirma Aguiar<sup>267</sup>, eram também comuns às colônias Adalberto Ferraz e Bias Fortes, e “certamente perduraram ao longo dos anos 1920 e 1930” – ou seja, mesmo depois que as ex-colônias foram formalmente incorporadas à zona suburbana da capital, a partir de 1912.

A emancipação das colônias, ou seja, sua liberação em relação à tutela do Governo do Estado, ocorreu em 1911, para os núcleos Américo Werneck, Carlos Prates, Adalberto Ferraz e Bias Fortes; e, em 1914, a Afonso Pena. Buscava-se, com isso, transformar os espaços rurais das colônias em espaços urbanos, o que não se deu de imediato, como já assinalamos.

---

<sup>265</sup> Ibidem, p. 270.

<sup>266</sup> Cf. sobre os colonos estrangeiros desta Colônia: AGUIAR, 2006, p. 431.

<sup>267</sup> Ibidem, p. 395.

Após a emancipação, as colônias foram parceladas em lotes menores, atendendo aos interesses de negociantes de terras, dentre os quais se encontravam pessoas pertencentes às elites econômicas de Belo Horizonte; e firmas, como a Silvério Silva & Alvim e a Anastasia, Barros & Cia. Esta última, adquiriu grande parte dos terrenos da ex-colônia Afonso Pena. Segundo Aguiar:

Anastasia, Barros & Cia. Ltda. (...) parcelaram 196,5 hectares, nas ainda pouco urbanizadas ex-colônias Bias Fortes e Afonso Pena, sendo apenas três hectares no antigo núcleo Bias Fortes, produzindo no total 3.587 lotes. Como maior parte da ex-colônia Afonso Pena permaneceu pouco ocupada até o início dos anos 1970, é possível que os lotes produzidos por Anastasia, Barros & Cia. Ltda. tenham constituído por longo tempo um estoque especulativo, nas mãos dessa firma ou de outros investidores privados.<sup>268</sup>

Os 3.515 lotes que correspondiam aos terrenos adquiridos pela Anastasia, Barros & Cia. Ltda. foram aprovados como subdivisões da ex-colônia Afonso Pena, pela Prefeitura de Belo Horizonte em 22 de Dezembro de 1928. Além dos lotes desta firma, foram aprovadas, entre 1928 e 1929, as subdivisões pertencentes aos seguintes proprietários: Luiz e Vicente Innecco – 301 lotes; Silvério Silva & Alvim – 114 lotes; Octaviano Rocha – 53 lotes; Joaquim Machado de Magalhães – 60 lotes; Orlando Belgrano – 73 lotes e Poni & Josué e Josué Pezzi – 195<sup>269</sup>.

Ainda de acordo com Aguiar:

Pela extensão da gleba subdividida, os terrenos parcelados por Anastasia, Barros & Cia. Ltda. talvez fossem os que hoje formam o bairro Santa Lúcia. Reforça essa possibilidade o fato de estar no relatório de Jefferson Baleeiro uma lista das ruas aprovadas em 1928 e 1929 da qual constam nomes de várias das ruas desse bairro: por exemplo, as ruas Copérnico, Halley, Kepler, Laplace e Ptolomeu. É possível, também, que alguns dos lotes parcelados por essa firma tenham sido invadidos e hoje façam parte dos aglomerados do Morro do Papagaio e Santa Lúcia.<sup>270</sup>

A maior parte dos demais bairros que atualmente ocupam a região correspondente à ex-colônia Afonso Pena formou-se somente a partir dos anos 1970.

---

<sup>268</sup> Ibidem, p. 379.

<sup>269</sup> Ibidem, p. 241.

<sup>270</sup> Ibidem, p. 279.

Exceções foram o bairro Santo Antônio, que já em 1910 apresentava característica residencial, tendo adensado seu povoamento a partir de 1930<sup>271</sup>; e os bairros Coração de Jesus, contemporâneo ao Santo Antônio e que teve esta denominação oficializada no final da década de 1940<sup>272</sup>, e Cidade Jardim. Este último foi resultado de uma iniciativa do governo municipal, que entre as décadas de 1940 e 1950, desenvolveu ali um projeto de criação de um bairro para classe média alta da capital. A região conhecida como Coração de Jesus originou, a partir dos anos 1950, a bairros de classe média, como o Vila Paris; e, nos anos 1960, o Luxemburgo. Os demais se formaram a partir da abertura da Avenida Prudente de Moraes, sobre o curso do córrego do Leitão e seus afluentes. Dentre estes bairros, o Belvedere, que se estendeu sobre a região descrita nos estudos de Verchineider como “Lagoa Seca”, na divisa com o atual município de Nova Lima; e o São Bento, cujo adensamento populacional ocorreu, principalmente, a partir do final dos anos 1980. Estes dois últimos constituem também bairros de classe alta.

O início da formação do Aglomerado Santa Lúcia ocorre, assim como a do Santo Antônio, a partir de 1910, com a chegada dos primeiros moradores à região conhecida como Vila Estrela. É a partir da narrativa dos descendentes destes moradores e também de outros que chegaram ao lugar em momentos distintos, que prosseguimos nossa investigação sobre o Casarão da Barragem e a produção do Aglomerado.

---

<sup>271</sup> BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. **Histórias de Bairros [de] Belo Horizonte: Regional Centro-Sul**. Prefeitura Municipal de Belo Horizonte/Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte, 2008, p. 34.

<sup>272</sup> Ibid. p. 25.

### 2.2.3 Bárbara, Maria, Nominato e Antônio Pedro na Capital: Origens da produção do espaço no Aglomerado Santa Lúcia

Era um dia daqueles tantos que se ocultaram nas memórias. Um dia esquecido no ano de 1912, em que afluíam para a recém-inaugurada Capital das Minas Gerais muitos trabalhadores migrantes, oriundos de diversas regiões do Estado. Bárbara Senhorinha, mãe de Dona Ione Pires Ladislau, que é uma das moradoras mais antigas do Aglomerado Santa Lúcia, chegava com eles. Bárbara, então com 14 anos de idade, deixara o município de Bonfim, na região de Paraopeba e arriscava-se, na Capital, juntamente com a mãe, Maria Pereira e os irmãos Eponina e Henrique. Maria nascera em fins do século XIX, como “ventre-livre”, e já era viúva quando chegou a Belo Horizonte. Assim como muitos destes migrantes, cuja história pouco se conhece, Maria e sua família buscavam acessar, em Belo Horizonte, as aparentemente promissoras oportunidades de trabalho e qualidade de vida melhor que a cidade oferecia.

Como afirmou Jeffrey Adelman:

(...) os fatores que estimularam o êxodo rural nos anos 1910 e 1920 foram as secas no norte do estado, a pobreza das regiões vizinhas à cidade, a necessidade e a possibilidade de se buscar tratamento médico na capital e a vontade de fugir ao isolamento da vida rural: o desejo de escapar de um campo pouco compensador levou muitos homens e mulheres jovens para Belo Horizonte. Salários relativamente altos os empurraram para a capital. (...) Com a expansão das linhas de trem, a assistência médica tornou-se possível para mineiros que viviam a uma distância relativamente grande de Belo Horizonte. Os registros de pacientes do maior hospital da cidade, a Santa Casa, sugerem a relação direta entre a disponibilidade de transporte ferroviário, a assistência médica e a migração para a cidade. (...) Por fim, a ânsia por movimento, essa qualidade tão prezada da ambiência urbana, empurrou [em direção à Belo Horizonte] outros das fazendas isoladas e das localidades sonolentas que só tinham vida aos domingos. (...) o desejo por contato social pode ter sido particularmente intenso nos pouco povoados Norte e Oeste do estado. Esse anseio por contato humano poderia ser satisfeito em Belo Horizonte, a mais populosa cidade de Minas, situada de quatro a quatorze horas de trem<sup>273</sup>

Naquele tempo, o canteiro de obras que ainda caracterizava a cidade inaugurada

---

<sup>273</sup> ADELMAN, Jeffrey. Urban planning and reality in republican Brazil: Belo Horizonte, 1890-1930. 1974. 276 p. Tese (Doutorado em História) – Indiana University, Bloomington. Acervo Biblioteca da Escola de Arquitetura/UFMG. Apud AGUIAR, op. cit., p. 310-311.

às pressas, em 12 de Dezembro de 1897, contrastava a propaganda de progresso alardeada pela própria iniciativa de sua construção e pelas comemorações de sua inauguração. Para os que chegavam à Estação de Minas, como Abílio Barreto nos descreveu, as primeiras impressões sobre a cidade registravam a visão da Favela da Estação, à qual muitos associavam uma conotação negativa e referenciada nos resultados da segregação urbana que se operava, à época, na capital do país, como vimos no Capítulo 1. O termo *favela* já se estendia, então, à Capital de Minas, para designar um tipo semelhante de uso de assentamento.

A *Favela da Estação* e a do *Leitão* contrariavam as expectativas de muitos que esperavam encontrar, na Nova Capital, o propagandeado progresso. Ainda assim, a julgar pelo constante aumento populacional que caracterizava a dinâmica de ocupação da cidade no período – a expectativa inicial era de 30.000 habitantes e, em 1920, a população já constituía 55.563 habitantes<sup>274</sup> –, as perspectivas sobre a capital pareciam mais positivas, para os milhares de trabalhadores pobres que migravam das áreas rurais.

Ante os desafios da vida na nova cidade, operavam em favor destes migrantes as redes de relações já estabelecidas nas cidades de origem e que, mantidas, apesar da distância, serviam de suporte, quando da instalação de familiares e amigos na capital. A jovem Bárbara, quando chegou a Belo Horizonte com a mãe, já conhecia, desde a infância, a família de Teodolindo Pires Fernandes, com quem depois se casou. Ele havia chegado ali com os pais, Ana Maria e Nominato José Fernandes, antes de 1912 e a solidariedade entre as famílias propiciou a instalação da de Bárbara na cidade.<sup>275</sup>

O relato de D. Ione, filha de Bárbara e Teodolindo, é esclarecedor quanto à maneira como aquelas famílias se articulavam, por meio dessas redes, em torno da criação de condições de fixação na cidade:

Eles tinham comunicação... Usava muito recado de um lugar para outro. Levavam de longe recado de um lugar para outro. (...) Eles tinham comunicação com a família do papai [que já morava em Belo Horizonte]. Aí a vovó já arranjou

---

<sup>274</sup> BARRETO, 1950, p. 183, apud AGUIAR, op. cit., p. 377.

<sup>275</sup> LADISLAU, Ione Pires. **História de Vida**. Belo Horizonte. Entrevistadora: Josemeire Alves Pereira. Arquivo Digital (124 min.). Áudio. 22.ago.2007.

emprego numa pensão aí na [Rua] Antônio de Albuquerque (...). A mamãe já tinha 14 anos, arranjou emprego numa outra casa, logo de chegada, né. Quer dizer, não montaram casa, não. Ficavam assim. (...) E o meu tio ficou muito tempo com um funcionário de Secretaria... Ficou muito tempo com ele. E depois de um tempo, alugaram casa. (...) Primeiramente eles moraram no “Bom Será”, um quarteirão de casas [do tipo] chalezinho que eram alugados para “gente simples”. Morava muita gente simples no [Bairro] Santo Antônio. Porque também tinham muitas casas que tinham porão. E quem alugava era gente que não tinha muito recurso. Podia até ser funcionário...<sup>276</sup>

Na cidade recém-inaugurada, a população pobre que chegava precisava improvisar alternativas de moradia. Em geral, o abrigo no próprio emprego, no caso dos empregados domésticos, consistia na solução ideal. Este, aliás, foi um procedimento padrão que identificamos também nos relatos de outras mulheres moradoras do Aglomerado Santa Lúcia, que chegaram ao lugar em momentos distintos<sup>277</sup>. Várias delas viveram durante muitos anos, trabalhando em “casa de família” e “morando no serviço”, antes de se mudarem para o Morro, ao constituírem a própria família.

Já nos tempos da chegada de Bárbara a Belo Horizonte, contudo, percebemos que viver no próprio espaço era desejo fortemente alimentado e, logo que se criavam condições – mesmo que não as ideais, como o aluguel –, aqueles trabalhadores apropriavam-se das opções disponíveis. Assim, o bairro Santo Antônio, que faz divisa com o Aglomerado Santa Lúcia, atualmente, ficou conhecido, durante as primeiras décadas do século XX, como “o bairro das empregadas”, ou da “gente simples”, que, em favor das transformações dos interesses do mercado imobiliário, foi paulatinamente expulsa da região.

Muitas destas pessoas moravam nas “vilas de casinhas”, como o “Bom Será”, mencionado por Dona Ione. Segundo Barreto<sup>278</sup>, tratava-se de “habitações simples, formando pequenos conjuntos, construídas em áreas da zona suburbana por empresários, alguns deles ex-funcionários da Comissão Construtora da Nova Capital, para serem alugadas a trabalhadores pobres”, como também nos conta Dona Ione.

<sup>276</sup> LADISLAU, op. cit.

<sup>277</sup> ALVES, Josemeire. As histórias de vida das mulheres do Aglomerado Santa Lúcia: representações sociais e identidade coletiva. In: LIBÂNIO, Clarice de Assis (Org.). **Pensando as favelas de Belo Horizonte**. Belo Horizonte: Favela é Isso Aí, 2007 (Coleção Prosa e Poesia no Morro – Vol. 4 – Ensaios).

<sup>278</sup> Op. cit, p. 638.

No caso da família de Bárbara e Teodolindo, entretanto, depois de se casarem a alternativa foi morar no terreno em que já havia se fixado o pai dele, nas terras que pertenciam a um certo senhor Mário, fazendeiro para o qual trabalhavam, além do Sr. Nominato, pai de Teodolindo, o Sr. Antônio Pedro, dentre outros. Os dois últimos, juntamente com suas famílias foram os primeiros habitantes da Vila Estrela.

O Sr. Antônio Pedro da Silva e sua esposa, Dona Maria Eulália dos Santos – oriundos da Serra do Cipó e de Paraopeba<sup>279</sup>, respectivamente –, instalaram-se ali desde 1910, com sua primeira filha, Santa que, assim, como D. Ione é uma das primeiras moradoras nascidas no lugar. Segundo D. Ione:

O papai veio morar aqui porque o vovô tinha feito umas casinhas, um ranchinho pra eles aqui. Eles [os pais de Teodolindo] eram mais na frente da rua. E como era muito deserto aqui, só tinha essa casa vizinha – era a mãe e o pai e o primeiro filho, né, a primeira filha, que era a Santa. Então, o papai achava que ficava muito difícil pra eles, um deserto. Porque o vovô já não trabalhava mais. Porque ele [o avô] trabalhava era capinando esses sítios, por aí...<sup>280</sup>

Antônio Pedro, assim como alguns membros da família de Dona Ione, conseguiu emprego nas fazendas dos colonos instalados na Colônia Afonso Pena. Antônio Pedro e Nominato trabalharam em diversas funções, dentre as quais, a de lavradores, nas fazendas e vendedores de lenha e hortaliças na região da Savassi<sup>281</sup>, próximo ao antigo bairro dos Funcionários, dentro do perímetro urbano da capital. As mulheres, em geral, conseguiam empregos de empregadas domésticas, como nos relatou dona Ione.

Isaltina da Silva Ferreira – que preferia ao nome o apelido de “Tia Neném” – era uma dentre os oito filhos de Antônio Pedro. Ela nos relatou, em entrevista realizada em 2007, no âmbito do “Projeto Memória”, lembranças da família e das histórias contadas pelos pais sobre a vida, durante os primeiros anos na capital:

---

<sup>279</sup> Região central do estado.

<sup>280</sup> LADISLAU, op. cit.

<sup>281</sup> A região da Savassi, onde em 1941 fora instalada a “Padaria Savassi”, tornou-se um conhecido centro comercial na região Centro-Sul de Belo Horizonte, próximo à Avenida do Contorno.

Vieram pra trabalhar. A vida era muito difícil, sabe?! Pelo fato de ser roça. Aí eles vieram pr'aqui, papai começou com a lavoura. Os moços do lado de lá era rico, deu ele para plantar, pra cuidar daquilo (...).

Ele vendia, trabalhava numa lenharia lá onde é a Savassi. Onde é a Savassi hoje, papai trabalhou muitos anos lá. O pessoal chamava [Danilo], o pessoal da Savassi. Aí ele plantava muita horta, vendia verdura pra Savassi toda. Era verdureiro e a gente quando cresceu foi trabalhar na casa de família.<sup>282</sup>

O terreno onde ainda hoje residem os descendentes do Sr. Antônio Pedro, na Vila Estrela, foi herdado, segundo Tia Neném, do patrão, um certo Sr. Mário:

Ele não comprou não. Esse doutor foi que deu, que isso aqui era tudo roça, e ele era que plantava as coisas. Então deu esse pedaço todo; tudo da [Avenida] Prudente Moraes [até] aqui. Tudo deu pra ele. Então ele cuidava. Tinha um arrozal (...).<sup>283</sup>

A condição desse terreno difere dos demais que foram mais densamente ocupados, especialmente a partir das décadas de 1940 e 1950, constituindo o Aglomerado Santa Lúcia. Parte destes últimos, de acordo com prospecção realizada pelo Plano Global Específico – PGE Aglomerado Santa Lúcia<sup>284</sup>, são terras públicas e de particulares (pessoas físicas e jurídicas). As terras que seriam dos descendentes do Sr. Antônio Pedro, são consideradas espólio da família; o que tem impedido, inclusive, até o momento, a sua desapropriação, pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, para a construção de um Parque Ecológico, aprovado como demanda dos moradores do bairro Santo Antônio, nos últimos anos.

O relato de Tia Neném sobre a doação das terras pelo patrão é corroborada pelo que era estabelecido no Regulamento dos Núcleos Coloniais, no que diz respeito ao perfil dos proprietários. Como vimos, eram admitidos como beneficiários, nos núcleos agrícolas, colonos brasileiros que se dispusessem a cultivar a terra, mesmo que não diretamente, utilizando para tanto, mão-de-obra assalariada. Nominato e Antônio Pedro parecem ter

---

<sup>282</sup> FERREIRA, Izaltina da Silva. **Entrevista à Revista da Laje – Projeto Memória**. Entrevistadores: Josemeire Alves Pereira; Juvenal Lima Gomes. Belo Horizonte. Arquivo Digital (60 min. Aprox.). Áudio. 28.nov.2007.

<sup>283</sup> Ibid.

<sup>284</sup> BELO HORIZONTE, 2003b, op. cit.

conseguido emprego, como assalariados, nestas condições. Além disso, como nos lembra Aguiar:

É provável que, com a crise econômica dos anos 1897-1906, um número razoável de colonos tenha preferido deixar seus lotes nas vizinhanças da nova cidade para buscar trabalho em outras regiões, antes do prazo determinado na concessão dos lotes para o início das amortizações. O início dessas amortizações, por volta de 1903, teria desencorajado muitos colonos que, nos anos que se seguiram ao estabelecimento dos núcleos, não conseguiram prosperar e não encontraram no governo mineiro o apoio que esperavam. Abandonar os lotes pode ter sido, então, a única alternativa para esses colonos em dificuldades. Outros, porém, podem ter optado por tentar conservar a posse da terra, deixando algum preposto cultivando o lote, enquanto buscavam trabalho fora da cidade. Além disso, evidências indicam que a Repartição de Terras e Colonização demorava algum tempo para declarar o lote vago e tomar providências para cobrar o débito e para estabelecer novo colono nas terras abandonadas.<sup>285</sup>

Pode ter sido por esta via que Antônio Pedro tenha adquirido o terreno habitado ainda hoje pelas duas famílias mencionadas e que preserva, em função do trabalho dele, segundo Tia Neném, a área verde que se tornou objeto de interesse dos moradores do Santo Antônio<sup>286</sup>.

É possível que o pai de Tia Neném tenha sido designado como “preposto”, para cuidar da fazenda, na ausência do patrão. Mas é provável também, que lhe tenha sido cedido o terreno, antes da emancipação da colônia, tendo ele permanecido ali, depois da mudança do Sr. Mário. A identificação da situação jurídica das terras que integram o Aglomerado Santa Lúcia somente foi realizada – parcialmente – a partir dos anos 2000, por ocasião do desenvolvimento do Plano Global Específico, com vistas a subsidiar políticas específicas de habitação para a região. No Mapa 16 concernente ao Levantamento Jurídico-Legal que integra o estudo<sup>287</sup>, a região onde se localizam as terras em questão, corresponde à área CP – 4 – M, Quadra 40 e inclui os lotes 4, 5 e 7, designados como de “Propriedade

---

<sup>285</sup> AGUIAR, op. cit., p. 283.

<sup>286</sup> O episódio da construção do Parque tem gerado revolta entre os descendentes de Antônio Pedro e de outros moradores da Vila Estrela, que se consideram desrespeitados tanto pela Prefeitura quanto pelos moradores do Santo Antônio. Em 2007, quando realizamos a entrevista com Tia Neném, havia boatos de que estava prevista a construção de um muro que separasse os limites da favela da área do futuro parque, o que deixaria bastante explícito o caráter segregacionista em relação aos moradores da favela.

<sup>287</sup> Cf. FIG. 5, à p. 122.

Indeterminada”<sup>288</sup>. De todo modo, o que sabemos é que diante da alegação da família de que o terreno foi doado, tendo sido, inclusive classificado juridicamente como “espólio do Senhor Antônio Pedro”<sup>289</sup>, a construção do parque demandaria negociação para a transferência da propriedade, o que não era do interesse de Tia Neném e seus familiares, em 2007:

Então eles vieram aqui e mediram, até as tomadas de luz. (...) falou assim: “há ... vocês vão ter que sair, da casa de Fizinho pra cá, até chegar na rua”. Eu falei: “Há meu filho, aqui é minha natureza eu não saio fácil daqui não”. Aí teve uma jornalista da TV Alterosa aqui. Ele falou assim: “lote aqui no Santo Antônio, um lote é quatrocentos mil...” (...) Então ele perguntou pra mim: “O que representa aqui pra senhora?” Eu falei: “pra mim é igual representa o céu, porque hoje em dia é uma malandragem louca, mas aqui todo mundo respeita muito a nossa família. Graças a Deus, ninguém nunca mexeu com a gente, nunca, graças a Deus”.<sup>290</sup>

Quando o Sr. José Pedro Moreira, chegou com a família – os pais e oito irmãos –, ainda criança, à região que hoje correspondente à Barragem Santa Lúcia, em 1954, testemunhou a seguinte situação:

Aqui tinha duas fazenda. (...) Era a fazenda do Diomar – era lá em baixo, quase no final donde que é... Que eles fez aquela pracinha ali, pracinha da Lagoa, no final da Lagoa. Ali era a fazenda do Diomar. E no córpo que construíram os muinho d’água. E aqui, nesse rumo aqui a cima, era a fazenda do Anastasia. (...) A família Anastasia<sup>291</sup> (risos). Um pedaço desse terreno aqui era deles. A Casa da Fazendinha, ali tava dentro do terreno do Diomar. Ali era Colônia Afonso Pena. Dentro da lagoa tinha a olaria velha e tinha aquela fazenda. (...) Essas fazenda tinha tomador de conta, mas eles num... (...) [os proprietários] não interferiam... Que eles passavam mesmo a fazenda. Tinha gente que tomava conta, mas... [Os proprietários] já não moravam mais. Era só mesmo a fazenda, demarcando aqueles território ali. (...) Que quando eles fizeram o reservatório em cima, estragaram o terreno, né!? Então, qualquer dia eles pararam de pagar imposto. A prefeitura também... Então, ficou aquele negócio que nem era da Prefeitura e nem era dos fazendeiros.<sup>292</sup>

<sup>288</sup> BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. **Plano Global Específico – PGE / Levantamento de Dados Aglomerado Santa Lúcia**. Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, 2003.

<sup>289</sup> FERREIRA, op. cit.

<sup>290</sup> Ibidem.

<sup>291</sup> Tratar-se-ia da família do atual governador do Estado de Minas Gerais, Antônio Augusto Anastasia.

<sup>292</sup> MOREIRA, 2010, op. cit.

Àquela época, como vimos, as terras da ex-colônia já haviam sido parceladas e grande parte delas era mantida com fins de especulação imobiliária. Entretanto, a “Fazenda do Diomar” preservava uma olaria – a Cerâmica Santa Maria. Provavelmente trata-se da única olaria existente na Colônia Afonso Pena, em 1920, conforme consta do Relatório do Prefeito Affonso Vaz de Mello.<sup>293</sup> Aguiar identificou, em seu estudo sobre os subúrbios da Capital, o registro da existência de olarias na mesma Colônia, destinadas à produção de “tijolos e telhas”.<sup>294</sup>

Depois de longo silêncio, portanto, aqui reencontramos a Casa da Fazendinha! E somos informados sobre o vínculo entre ela e a Cerâmica, que emerge da narrativa do Senhor José Pedro e de outros moradores antigos, como elemento que constitui a memória comum acerca da ocupação da Barragem. A Casa foi o único elemento que restou da olaria.

Na Cerâmica Santa Maria trabalharam a tia Neném e seu irmão, Milton Neves, provavelmente nos anos 1930 e 1940; o próprio Sr. José Pedro Moreira e familiares, nos anos 1950; e também parentes de Dona Izabel, última proprietária do Casarão, que havia se casado com Milton. A lembrança imediata de Tia Neném quando indagada, em 2007, sobre o lugar preferido dela na Barragem Santa Lúcia foi a seguinte:

Na Barragem eu trabalhei muito na cerâmica, na olaria lá, Trabalhei muitos anos ali na Barragem. (...) o nosso encarregado chamava-se Melquíades. Mas eu acho que tudo aí [Morro do Papagaio, Vila São Bento e Barragem] pertencia mesmo ao doutor Mário. (...) Doutor Mário era um fazendeiro grande que morava do outro lado, onde é a Prudente de Moraes hoje, sabe? Do lado assim da barragem, ali tinha poucas casas. Eu trabalhei muitos anos na olaria, depois trabalhei ali onde é o Makenzie<sup>295</sup> hoje, o senhor Josué. Isso aí eu me lembro.<sup>296</sup>

Dona Izabel relata:

Antes de mim morou um pessoal que era proprietário da cerâmica, né. E de todo

---

<sup>293</sup> BELLO HORIZONTE. Prefeitura. **Relatório apresentado aos membros do Conselho Deliberativo da Capital pelo Prefeito Dr. Affonso Vaz de Mello em Outubro de 1921**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1921. 79 p. Acervo do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte, p. 47.

<sup>294</sup> AGUIAR, op. cit. , p. 395.

<sup>295</sup> Clube recreativo localizado, atualmente à Rua Congonhas, no Bairro Santo Antônio, na Região Centro-Sul de Belo Horizonte.

<sup>296</sup> FERREIRA, op. cit.

esse Aglomerado. (...) Hoje é o campo de futebol. Aí fizeram a lagoa. Desapropriaram aquele povo que... Que trabalhavam (*sic*) ali. Eram colonos, né, e viviam ali mesmo. Então... Até, na época, eu achava muito significativo, porque eu gostava muito da cerâmica, gostava muito daquele trabalho, daquele movimento deles. A minha tia morava lá dentro. E... Ela veio da roça com a família e alojou-se ali... Veio todo mundo trabalhar. Ela fazia adobro (*sic*) Depois o meu finado marido também trabalhou dentro da... Dessa lagoa. Ele trabalhou num... Limpando forno.<sup>297</sup>

E o Sr. José Pedro assim recordou:

E naquela época, aonde é a lagoa hoje, ali era uma cerâmica. Inclusive os primeiros tijolos foram... Que construíram a nossa casa aqui, foi tijolos tirados lá da cerâmica, lá embaixo. (...) Os pessoal já morou lá, porque a cerâmica já estava desativada. Então eles moravam ali. (...) É, que antigamente aqui chamava Colônia Afonso Pena. Essa região da Barragem aqui chamava Colônia Afonso Pena. Então, o pessoal – geralmente alguns até descendentes de empregados que foram dessa cerâmica –, morava (...).<sup>298</sup>

A partir destes registros, somos informados de que o Casarão da Barragem foi habitado pela família de Augusta Gonçalves Nogueira e seu marido Mário Nogueira, proprietário da Cerâmica Santa Maria, até meados dos anos 1950, quando teria sido vendida para um morador da Barragem. Dona Izabel, chegou a conhecer Augusta<sup>299</sup>:

(...) eu tenho retrato com a proprietária daqui. (...) A Dona Maria Augusta? É... É ela que um dia falou comigo assim... Parece que um pouco embargada. Ela falou pra mim, que ela não teve o privilégio de morar na casa, de continuar na casa, mas que eu cuidasse e continuasse firme, que um dia ela seria minha, por direito. E assim, fiquei eu, assim... Sempre esperando alguma coisa, né.<sup>300</sup>

---

<sup>297</sup> MAGALHÃES, Izabel Rocha. **Entrevista concedida à equipe do Projeto Memória**. In: CASA da Fazendinha. Produção: Projeto Memória, Oficina de Imagens, et. al. Belo Horizonte: Projeto Memória, 2005. DVD (7min.), son. color. In: KIT Memória. Belo Horizonte: Projeto Memória, 2005.

<sup>298</sup> MOREIRA, op. cit.

<sup>299</sup> “Dona Augusta Gonçalves Nogueira” é o nome da Escola Estadual instalada na Barragem, em clara homenagem à antiga moradora. A Escola está situada à Rua Copérnico Pinto Coelho, N° 13, a poucos quilômetros da Casa da Fazendinha.

<sup>300</sup> MAGALHÃES, op. cit.

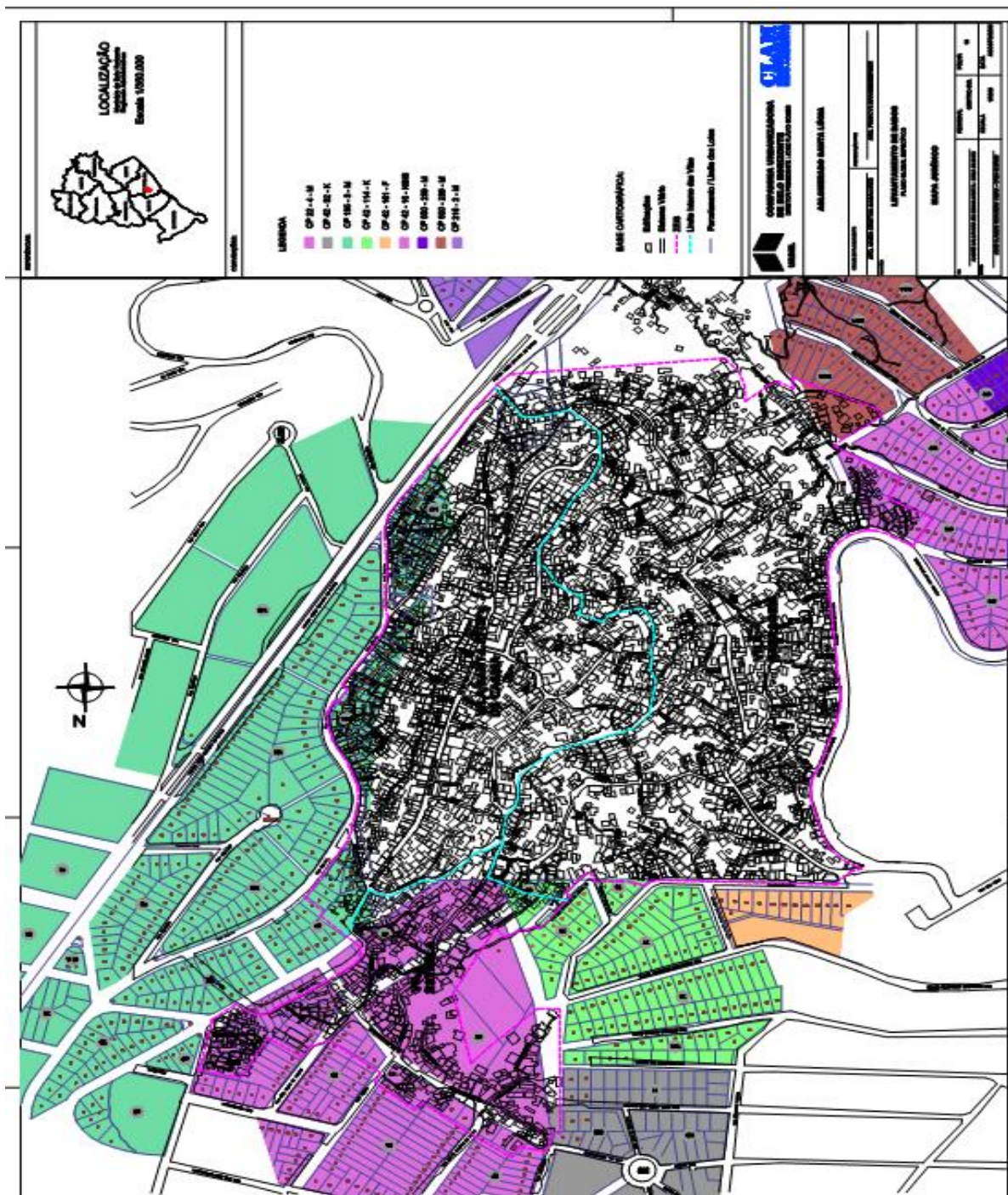


Figura 5: Mapa Levantamento Jurídico-Legal Aglomerado Santa Lúcia (Escala 1:2000)

Fonte: BELO HORIZONTE. Plano Global Específico – PGE / Levantamento de Dados Aglomerado Santa Lúcia. Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, 2003. (Reprodução Fotográfica Reduzida: 20,2cm x 15,08cm)

Não se sabe o motivo pelo qual a Cerâmica foi desativada, e nem há clareza sobre a origem dos Nogueira e de sua relação com a ex-colônia Afonso Pena. Contudo, é possível que tivessem relação de parentesco com um certo André Nogueira, antigo habitante do Arraial do Curral Del Rei, que, de acordo com Raul Tassini, fora um dos proprietário de uma antiga fazenda, “localizada no final da estrada que passa no Cercado cuja sede foi demolida pouco antes de 1891” (*sic*)<sup>301</sup>. Afirma Tassini que “André Nogueira deixou parte da fazenda para seus negros e parte para Nossa Senhora; posteriormente, estas terras foram para as mãos do Estado”.<sup>302</sup>

Esta informação remete, de imediato, à história narrada pela família de Tia Neném, sobre a herança recebida do patrão do Sr. Antônio Pedro. Aqui vale registrar que, assim como para a família de Dona Ione, se trata de famílias negras; cujos antepassados haviam migrado para Belo Horizonte, no período Pós-Abolição. É certo que, segundo Tia Neném, não havia referência a lembranças sobre escravidão nos assuntos familiares, quando ela era criança<sup>303</sup> – o que nos sugere que seus pais não foram escravos. Além disso, não é possível saber se o Sr. Antônio Pedro chegou a conhecer André Nogueira. Mas, caso se trate de um membro da mesma família de Mário Nogueira, seria plausível considerar uma outra possibilidade que justifique a doação das terras para Antônio Pedro: não se trataria de algo incomum entre os Nogueira, já que alguém na família Nogueira já havia adotado atitude semelhante, em favor dos próprios escravos ou ex-escravos, no passado<sup>304</sup>.

De todo modo, esta possível relação familiar entre André e Mário Nogueira remete, ademais, a informações que permitem melhor caracterizar o Casarão Tombado em 1992. Como já discutimos, pela localização coerente com as descrições da Planta da Fazenda do Cercadinho e também, a partir das informações de que o Casarão registra signos de linguagens arquitetônicas que remetem a dois períodos de construção, é bastante provável que a Casa da Fazendinha tenha sido, originalmente, de fato, a sede mais recente

---

<sup>301</sup> TASSINI apud BARRETO, 1996, v. 2, op. cit, p. 223.

<sup>302</sup> Ibidem.

<sup>303</sup> FERREIRA, op. cit.

<sup>304</sup> Estes dados revelam a necessidade de aprofundamento sobre as relações de trabalho nos núcleos coloniais, durante aquele período; o que não será possível, contudo, dentro dos limites deste nosso estudo.

[illegible]

Sabemos, não obstante, que a casa em questão esteve vinculada a um movimento característico das atividades desenvolvidas durante a experiência da fazenda olaria. Assim, acreditamos que a antiga sede da Fazenda do Cercadinho possa ter sido aproveitada pelos proprietários que a teriam adquirido enquanto colonos do Núcleo de Santa Maria. Afonso Pena, e no mesmo terreno instalaram a Cerâmica Santa Maria. As intervenções arquitetônicas da 2ª fase, mencionadas nos estudos para Restauro e Requalificação para Uso do espaço, em 1997 e 1998, teriam sido agregadas nesse período.

<sup>305</sup> Op. cit., p. 429.

Mário Nogueira, após a morte do marido; e, de acordo com o relato do Sr. José Pedro, foi ocupada por antigos funcionários da Cerâmica. Segundo Tia Neném, era do seu irmão, Milton Neves, a fazenda: “era ele quem comandava”, dizia, sem mencionar datas.<sup>306</sup>

Um recibo de compra e venda da casa em questão, datado de 05 de Agosto de 1972, foi apresentado por Dona Izabel, à Prefeitura, como comprovante de propriedade do casarão, em 1993. Nele, o proprietário imediatamente anterior, um certo Clarimundo Ribeiro, informa ter residido na referida casa, “situada na Fazenda velha, Barragem Santa Lúcia, ex-colônia Afonso Pena”, desde 1953.<sup>307</sup> Não foi possível identificar a relação entre o Sr. Clarimundo e os Nogueira. Sabemos, contudo, que ele possuía vínculos de parentesco com Dona Izabel, e que transferira a casa para ela e o esposo. Em uma carta manuscrita enviada por ela à Prefeitura, em 1996, em que requeria providências dos órgãos públicos para urgente reforma do Casarão, Dona Izabel registrava o seguinte:

Meu nome é (...) Maria Izabel Rocha de Magalhães sou viúva a quase 16 anos tenho 7 filhos e 11 netos entre eles uma casada há pouco tempo, e todos moram comigo nesta residência desde 1972. Antes morava um dos meus tios, que a vendeu para mim e meu marido, que no ano de 1980 começou a dar entrada nos papéis pedindo imposto predial, incluindo uso capiau e lote, para a prefeitura. Pois era uma época em que estavam desapropriando varias família (digo indenizando) mas foi paralizado o processo quando ele morreu em 82. (*sic*).<sup>308</sup>

A condição de propriedade, no caso, era bastante singular. Por se tratar de terreno situado em uma favela, Dona Izabel não possuía outros comprovantes oficiais de propriedade, como a escritura do imóvel. No Mapa do Levantamento Jurídico-Legal<sup>309</sup> o casarão parece em área ainda não caracterizada juridicamente pelo estudo<sup>310</sup>, o que limita as interpretações sobre a identidade dos antigos proprietários.

<sup>306</sup> FERREIRA, op. cit.

<sup>307</sup> RIBEIRO, Clarimundo. Recibo de compra e venda – 05 de agosto de 1982. In: BELO HORIZONTE. Prefeitura. Fundação Municipal de Cultura. **Processo 01 004 713 9649 – Casarão da Barragem Santa Lúcia**, op. cit.

<sup>308</sup> MAGALHÃES, Maria Izabel Rocha. Carta ao Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte – 14 de abril de 1996. 1996a. In: BELO HORIZONTE. Prefeitura. Fundação Municipal de Cultura. **Processo 01 004 713 9649 – Casarão da Barragem Santa Lúcia**.

<sup>309</sup> Cf. BELO HORIZONTE, 2003b, op. cit.; FIG. 5, p. 122; FIG. 6, p.126.

<sup>310</sup> Ibidem, p. 138-157; 154. No mesmo estudo, a região onde estão instadas as famílias descendentes do Sr. Antônio Pedro e Nominato, corresponde à Área CP – 4 – M, Quadra 40, que inclui os lotes 4, 5 e 7, de “Propriedade Indeterminada”.

De todo modo, pelo exposto, temos que a partir dos anos 1950, a casa passou a ser habitada por moradores da favela, inscrevendo-se, a partir daí, na paisagem que foi se formando como resultado da ocupação cada vez mais intensificada do lugar.

## 2.3 LUTAS PELO DIREITO À CIDADE

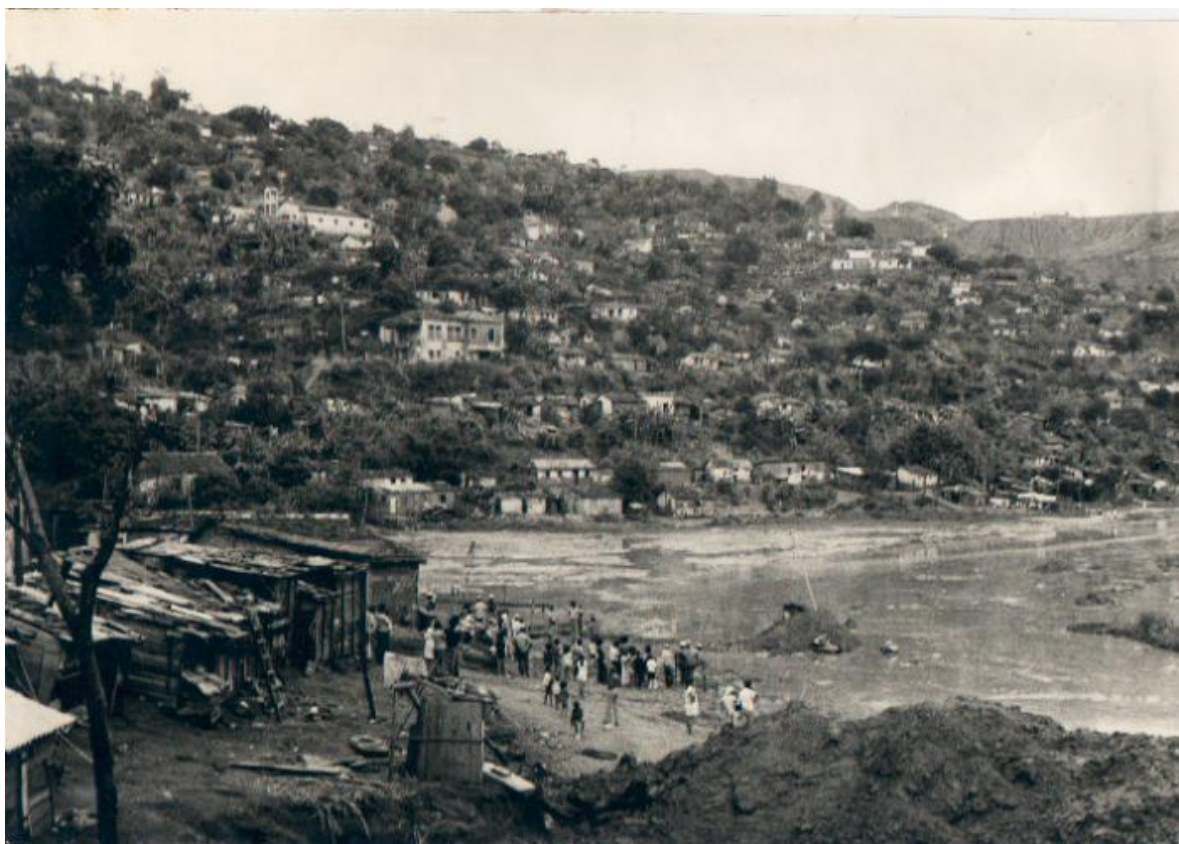


FIGURA 7: Vila Barragem Santa Lúcia, 1976.

Fonte: Acervo SUDECAP – Superintendência de Desenvolvimento da Capital – PBH, 1976.

### 2.3.1 – “Pra tirar do perigo”

A formação da Barragem Santa Lúcia, como vimos, iniciou-se a partir da Cerâmica Santa Maria, cuja sede teria sido o Casarão da Barragem. Antigos funcionários da Cerâmica e seus descendentes, após a desativação da olaria, ocuparam o casarão e as habitações que já haviam se constituído em torno dele. A partir dos anos 1950, esses

moradores passaram a acolher familiares ou amigos que migravam para Belo Horizonte em busca de melhores condições de vida.

O Sr. José Pedro, que chegou à cidade com a família nos anos 1940, assim nos contou:

Vim pr’aqui aos cinco anos de idade – ou seja, em mil do novecentos e quarenta e sete. (...) Mudamos primeiro para o [bairro] Santo André. Moramos um ano no Santo André e de lá, depois de um ano morando no Santo André, nos mudamos pr’aqui; que a gente já tinha alguns parentes que moravam aqui.<sup>311</sup>

Percebemos, a partir deste relato, que as redes de relações que observamos quando da experiência de fixação das famílias de Antônio Pedro e Nominato, na Vila Estrela, operavam também, nessa nova etapa de ocupação do lugar. Contudo, a solidariedade entre os moradores e os que chegavam, constituía-se a partir de uma situação de ameaça quanto à possibilidade de fixar moradia, não enfrentada do mesmo modo pelos primeiros moradores da Vila Estrela. Para manterem-se na Barragem, criavam formas de enfrentamento da repressão do poder público municipal:

(...) A Prefeitura arranhou um esquema de não deixar o pessoal ocupar o terreno. Mas esse negócio deles foi em vão, porque... [Tinha] gente precisando morar. Então, fazia aquele mutirão. Passava aqui de noite, parecia até assombração: era um punhado de gente trabalhando!

Quando o pessoal descobriu que de dia eles não deixavam construir, e se comesse [a] construir, no outro dia, assim que eles chegavam derrubavam; então o que o pessoal fazia? Ajuntava e ficava lá embaixo. Assim que o pessoal da Cavalaria e da Prefeitura saía, eles já subia com o material de mudança e ia construir de pneu, e tudo e fogueira... Construía e já entrava. E quando eles chegavam no outro dia, os moradores já estavam dentro das casas. [...] Aí eles não podiam mais... dirrubar.

(...)

É gente que conhecia alguém que morava aqui, interessava [em] mudar pra cá; então, já arrumava. Já arrumava aquele esquema: “lá tem que ser construído de noite!” A pessoa já vinha, já olhava o terreno e já combinava com o pessoal daqui. Então, de noite, assim que os home saía [os policiais da Cavalaria], ajuntava aquelas formiguinha e construía a casa (*risos*). E no outro dia, quando eles chegassem, a casa já tava pronta. Pra nós era uma segurança... Que na época era pouca casa, né?

---

<sup>311</sup> MOREIRA, 2010, op. cit.

Então, quanto mais gente chegasse era mais segurança [que] nós tinha, que seria mais difícil tirar nós.<sup>312</sup>

Naqueles tempo, como vimos no Capítulo 1, o poder público municipal estava fortemente engajado na tarefa de combate às favelas. A partir de meados dos anos 1950, os governos municipal e estadual passaram a investir em pesquisas sobre as favelas que existiam na capital, passando a identificá-las como problema de complexa solução. O combate aos “quistos de promiscuidade e miséria”, já iniciado desde os anos 1940, intensificou-se por meio das políticas de “desfavelamento”, que constituíam, a rigor, a remoção dos moradores das favelas instaladas na região central ou terrenos de maior interesse para a especulação imobiliária e para os projetos de urbanização da cidade. Os removidos, sem alternativa, passavam a ocupar regiões mais distantes do perímetro urbano.

As razões que motivaram a busca dos moradores do Aglomerado Santa Lúcia, por Belo Horizonte eram diversas. Em consonância com as afirmações de Adelman<sup>313</sup> destacam-se, em especial, as demandas por acesso a serviços de saúde e a busca por emprego. Em 2002, vinte mulheres moradoras do Aglomerado foram entrevistadas pelo Grupo do Beco, para a montagem de um espetáculo teatral. As narrativas que construíram para contar a história da própria vida evidenciam, dentre os principais motivos que as levaram a migrar para Belo Horizonte: “busca por uma vida melhor”, “saúde do marido”, “busca por emprego”, “falta de emprego”, “trabalho” ou a morte de algum membro da família<sup>314</sup>. Evidenciando a mesma situação, o Sr. José Pedro recordou, durante a entrevista, as condições precárias de vida da família dele, no município de Pompéu, em Minas Gerais, à época em que decidiram se mudar para a capital:

Mas eu lembro das coisas que eu via... Eu via meu pai chorar, por não ter nada pra dar pra gente. Eu via minha mãe sair... Meu pai e minha mãe sair pra pescar... Pra chegar e jogar aquele peixe na água e botar sal grosso. Pegavam aqueles cocho de pasto e botar aquilo pra gente comer. Eu vi minha mãe cozinhar canjiquinha em resto de cocho de boi [tosse], (...) no interior. Então, chegava (...) de tempo e eles jogavam aquilo na água e cozinhava pra gente comer. E meu pai doente – que meu pai adoeceu. Então foi o motivo que nós viemos. A minha mãe falou: “Oh! Vão

---

<sup>312</sup> Ibidem.

<sup>313</sup> ADELMAN, 1974, op. cit.

<sup>314</sup> ALVES op. cit., p. 68.

bora daqui, se não vai morrer à míngua todo mundo aqui.” E jogamo as coisa e conseguimo um carro de uma fazenda lá, que nos trouxe pra Belo Horizonte. Jogamo tudo e viemo pr’aqui, certo? Na loucura. Então, depois que nós chegamos aqui, foi que meu irmão conseguiu um emprego, meu irmão mais velho. Minha irmã mais velha empregou. Meu pai, mesmo com doença de pulmão começou a trabalhar numa obra aí. (...) Lá [no interior] eles mexiam era com pasto, fazenda. É isto. Roça. (...) <sup>315</sup>

As lembranças do Sr. José Pedro revelam como repercutiam na vida de muitos desses migrantes, os principais acontecimentos da vida política e econômica da época. Juvenal Lima Gomes<sup>316</sup>, sublinha o processo de mecanização do campo que resultou no êxodo rural que se intensificou a partir da década de 1960. Além disso, desde os anos 1930, afirma Aguiar<sup>317</sup>, o projeto de modernização regional do governo mineiro passou a se concentrar gradativamente na especialização industrial, “buscando redefinir os vínculos da economia mineira com os mercados nacional e internacional”<sup>318</sup>. Entre 1940 e 1950, os investimentos destinados a promover o desenvolvimento da economia mineira voltavam-se para a industrialização, que passou a se consolidar em pólos localizados na região da metropolitana da capital. Diante da crise no campo e das promessas de vida melhor em Belo Horizonte, a persistência dos migrantes pobres em permanecer na cidade, a despeito das condições adversas de habitação e qualidade de vida em geral justifica-se: ali ainda era possível conseguir emprego, ainda que de baixa remuneração; além de ser possível usufruir de tratamentos de saúde, praticamente inexistentes nas cidades de origem.

Contudo, na percepção do jovem José Pedro, as condições precárias de vida no morro soavam injustas:

Olha, assim que eu cheguei em Belo Horizonte – que no interior eu tinha uma vida... Minha família teve duas fases. Teve uma fase muito boa e teve uma fase que a gente comia folha do mato e resto dos animais nos cochos, sabe? Então, eu via os fazendeiros comendo e bebendo e você... Nem o resto. Que cê comia o resto dos animais lá. Cê tinha que entrar lá e o fazendeiro não podia ver que cê tava pegando o resto dos animais, né? Chegamos pra Belo Horizonte e começamos a ver essa coisa. Pessoas é... Morando nos caixotes – que antigamente não tinha casa. Então era aqueles caixotes, aquelas coisa horríveis e ninguém se enchia por conta disso.

---

<sup>315</sup> MOREIRA, 2010, op. cit.

<sup>316</sup> GOMES, 2011, op. cit., p. 36.

<sup>317</sup> Op. cit., p. 392

<sup>318</sup> Ibid.

Então foi me criando, por dentro de mim, toda revolta, sabe? Aquela revolta de ver essa desigualdade tão grande. Quando uma pessoa pega um pão come um pedaço dele e joga ele fora, mas não tem coragem de dá pra um que tá passando fome, sabe?<sup>319</sup>

Foi nesta época, que ele começou a participar da mobilização em prol de reivindicações de melhorias para o lugar. Continuando o depoimento acima, afirmou:

Então, esse foi um dos motivos por qual eu comecei a participar dos movimentos comunitários. Eu entrei para começar essa luta de movimento comunitário aos dezesseis anos. Que eu via aquela injustiça toda...<sup>320</sup>

O Sr. José Pedro lembrou também das características do lugar, entre os últimos anos da década de 1940 e meados de 1960, quando ele começou a atuar como liderança<sup>321</sup> na Barragem Santa Lúcia:

E quando nós mudamos pr’aqui, aqui não tinha nada. A condução daqui era lá embaixo, onde é que é o museu<sup>322</sup> hoje. (...) Era o bonde que vinha até ali. Daí pra cima a gente vinha a pé. Aqui [apontando para o alto do bairro Vila Paris] existia o Mosteiro<sup>323</sup> que tava no meio do mato aqui. E aonde é o [Colégio] Pitágoras hoje, que era o Colégio Sagrado Coração de Jesus. E assim, ficava isolado no meio do mato aí... Mas não tinha mais nada. (...) Daí pra cima [referindo-se à região dos bairros do entorno], daí pra cima existia aí umas casas. No [bairro] Santo Antônio não existia nada – isso ali era um deserto (*sic*). Era mais da [Avenida do] Contorno pra baixo. Da contorno pra cima quase não tinha mais nada. Era isolado. Esse Córrego do Leitão, eu cansei de pegar piaba nele até no mercado. (...) Então, hoje... Essa BR, onde é que é a [Avenida] Nossa Senhora do Carmo hoje, também foi aberta na mesma época que nós viemos pr’aqui. Que existia um trilho de tropa que saía em Nova Lima<sup>324</sup>, que era dos tropeiros. Mais nada.<sup>325</sup>

---

<sup>319</sup> Ibidem.

<sup>320</sup> Ibidem.

<sup>321</sup> No importante estudo sobre o “associativismo comunitário”, no Aglomerado Santa Lúcia foi produzido recentemente pelo historiador e sociólogo Juvenal Lima Gomes são abordados outros depoimentos de lideranças comunitárias locais. Cf. GOMES, op. cit.

<sup>322</sup> Refere-se ao Museu Abílio Barreto, localizado na Avenida Prudente de Moraes, na região do Bairro Cidade Jardim.

<sup>323</sup> Mosteiro De Nossa Senhora das Graças (Monjas Beneditinas), instituído, na cidade, em 1949.

<sup>324</sup> O município de Nova Lima faz divisa com Belo Horizonte, pela parte sul da Capital. O Aglomerado Santa Lúcia está situado em região bem próxima a esta divisa.

<sup>325</sup> MOREIRA, 2010, op. cit.

Esse tipo de relato sobre a região, até meados dos anos 1950, é recorrente. Tia Neném recordou também sobre as características da Vila Estrela e entorno:

Não tinha nada, era um campo. Agora aqui virou cidade, porque nosso tempo de onde vocês moram por aí, eram frutas do campo, caju, esses cajus que vendem, papai tinha muito, caqui, uma que também a gente comia muito, doce, que a gente apanhava. Aqui onde a Santa mora, nossa senhora!!! Tinha fruta demais, tudo aí era papai que plantava, era dele. (...) <sup>326</sup>

Em consonância com as informações do Sr. José Pedro, ela afirmou:

Na Barragem era todo mundo pobre, só tinham essas três casas que eram os ricos. (...) É, muita gente trocava até fubá, milho por fubá. Tudo do outro lado do moinho. Agora na Savassi... Aí em cima tomou o nome de Morro do Papagaio, porque os granfinos lá da Savassi, vinham divertir. A diversão dos meninos deles, os ricos era soltar papagaio. E aqui é Vila Estrela por causa dos vaga-lumes [que] clareavam aí, pois naquela época não tinha luz elétrica, não tinha nada... <sup>327</sup>

Na Vila Santa Rita de Cássia (o Morro do Papagaio), no mesmo período, já estavam se organizando outras lideranças como o Sr. José Bonifácio e Dona Marta Duarte Rodrigues, que auxiliava o primeiro nas atividades de assistência às pessoas que lá chegavam em condições de extrema pobreza. Ali foi instalada, nos anos 1960, a sede da primeira associação de moradores – o Centro de Defesa Coletiva –, já como resultado de reivindicações feitas ao poder público. A construção desta “sede social” da “Vila Santa Rita de Cássia” é mencionada no Relatório do Prefeito Amintas de Barros, em 1962 <sup>328</sup>; tendo sido implantada, em um espaço onde já funcionava a associação dirigida pelo Sr. José Bonifácio, de acordo com o depoimento de Dona Marta <sup>329</sup>.

Esta Vila começara a ser povoada, segundo as lembranças de Dona Ione, em 1939:

---

<sup>326</sup> FERREIRA, 2007 op. cit.

<sup>327</sup> Ibid.

<sup>328</sup> BELO HORIZONTE. Prefeitura. **Relatório de 1962 Apresentado à Egrégia Câmara Municipal pelo Prefeito Amintas de Barros em Janeiro de 1963**. Belo Horizonte: [s.n], 1963 [1962]. 119 p. Acervo do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte.

<sup>329</sup> RODRIGUES, 2010, op. cit.

Não tinha casa... Foi indo assim, de repente. Porque com a construção do [hospital] Odilon Behrens, com a construção da BR 040 (...); porque ali tinha uma estrada de terra, uma estrada de terra [em] que passava tropa, carroça. Vinha sair quase perto da borracharia<sup>330</sup>. Onde era a BR tinha uma “vila de casinhas”, a Vila Mariana, perto do [bairro] Carmo, próximo ao [bairro] Sion. Desapropriaram, construíram a BR, depois veio a Adutora da Mutuca, que também não deixou de desapropriar pessoas. E vieram pessoas de muitos lugares. E vieram de fora também, pessoas, de outras cidades, de outros lugares também; vieram. Vinham e faziam casa de adobe. Casinhas assim, de mutirão, sabe? Se não me engano, era o Prefeito... Eu não tô lembrada o nome do prefeito... Essas casas começaram do fim de 1939 para cá. E deslanchou, naturalmente, casa lá [refere-se aos bairros] e pra cá também.<sup>331</sup>

Podemos perceber que os mesmos elementos descritos pelo Sr. José Pedro já eram notados por Dona Ione, em 1939. Dona Marta, que iniciou sua atuação como liderança na Vila Santa Rita de Cássia, ainda muito jovem, por meio da participação nas atividades culturais do grupo de Congado, recordou, em entrevista realizada em janeiro de 2010, como viviam as pessoas do lugar, cerca de vinte anos após o início do povoamento. Optamos por registrar o relato dela sobre este aspecto, aqui, quase integralmente, pela riqueza de detalhes que oferece:

Nossa! Como que eu lembro! Como se fosse hoje. (...) Eu me interessei mais por causa da cultura. Porque, na época, já tinha o Congado e eu achava aquilo muito lindo, sabe? A gente passear, andar, vestir aquelas roupa, assim... Legal. E andar. Então falei assim: “Nossa, que coisa bonita, né?! Esse negócio!” Então eu comecei a me interessar, porque eu vejo muito a cultura como uma... Eu vejo muito o Congado como uma cultura. Porque – né! Tem várias... (...) Eu comecei a participar porque o seu José Bonifácio morava ali pra cima da minha casa e eu morava pra baixo. (...) Ele mexia com Congado também. (...) Na época, ele trabalhava na Associação e mexia com Congado.

(...)

Aí eu me interessava. Quando não tinha Congado eu ia mexer com coisa da Associação. E quando não tinha coisa da Associação, nós ia mexer com o Congado. Então, era nosso distraimento, né! Mexer com coisa da Associação era a gente ajudar o pessoal que moravam aqui já. Então, o seu José Bonifácio falava assim: “Hoje a gente vai em casa de fulano. Vamô lá arrumar o terreiro, arrumar água, [...] da chuva, tirar do perigo.” Aí a gente ia. Ele conseguia doações nas... Nessas obras aí, nas carvoaria... Negócio de carvoaria. Pedia nas loja de... Tinha o Angelino, que era aqui de baixo da BR – onde que era o prédio chique –, que era

<sup>330</sup> A “Borracharia” é um ponto de referência para os moradores da Barragem Santa Lúcia e está localizada nos limites desta vila com a saída para a BR-040.

<sup>331</sup> LADISLAU, op. cit.

o Angelino; vendia carvão, vendia lenha, mas a gente preferia buscar que era melhor. Porque tinha que comprar, né, então, era meio custoso.

(...)

E ele falava assim: "Ô Marta, você que tem mais assim... experiência, mais vontade de trabalhar, isso aqui é sua tarefa hoje." Eu falava assim: "Seu José Bonifácio, eu não vou dar conta. Eu tô achando muita tarefa pra minha cabeça." "Não, cê tem até tantas horas pra me dar conta dessa tarefa." E aí eu ia. A gente ia buscava água, pedia as coisas fazia sopa. Eu ficava assim naquele lugar. Eu ficava mais assim, buscando água, carregando lenha. Que naquela época era dificuldade demais. A torneira que a gente tinha era do Divino. A famosa torneira do seu Divino, lá em cima. Então a gente tinha que buscar a água pra meninas fazer merenda, lavar vasilha. (...) A Associação junto com o seu José Bonifácio, eles conseguiram uma ajuda na época com os confrades que tinha um negócio de Conferência. (...) na época chamava os confrades e a Conferência. Aí tinha aquele regime “militar”, né: a mulher que tinha filho, que não tinha marido e que tava na Conferência não podia arrumar namorado ou... E levar lá pra dentro da casa, porque não podia fazer bagunça, porque se não ia perder o barraco; que os... A Conferência vinha e desativava... Desativava o povo. Botava pro meio da rua. Então, naquela pressão, as mulher ficava, fica com aquele medo, né! De perder o teto que era de graça, porque não tinha luz mesmo, né! Não tinha água. Só tinha mato. E as casinhas quem construiu eu creio que foi eles na época; foi os confrades. E depois capinava. Que tinha muita gente que tinha casinha pra morar, que era criado em sapé, o adobe e o barro. Mas tinha muita gente na época que não tinha isso, né. E o fogãozinho de lenha lá, o fogãozinho de lenha lá. Caminha era aquela assim: o pau fincado no chão, com uma esteira e ali era o nosso colchão. (...) A gente tinha assim, a nossa caminha com aquela esteira tecida, aquilo ali era nosso, mas os lençóis muito alvejadinhos. Porque na época, a minha mãe pelo menos, era muito caprichosa, né. Forrinho de cama, tudo direitinho. O chão era de chão (*sic*), mas era muito limpinho – que ela ensinava a gente o asseio. Muito bom. E tinha aqueles papel, jornal: a minha mãe fazia, assim, um corte lindo, que eu não esqueço, tipo assim umas estrelinhas pra colocar na parteleira. E a gente vinha com aquelas painéis de ferro que a gente ariava na mão com a areia. Não tinha bucha não. Era pano. A bucha que tinha era que a gente toma banho até hoje aí. Aquela na cerca. Que dava a zói...<sup>332</sup>

Em contraponto com as representações que emergem do discurso público dos gestores da cidade, no mesmo período – e nas quais a favela é abordada como “organismo amorfo”, sem sujeitos e transformada, portanto, em alvo de extinção –, as lembranças de Dona Ione, Dona Marta e do Sr. José Pedro revelam um universo mais complexo. A expressão da memória destas pessoas evidencia percepções do Aglomerado Santa Lúcia que conectam invariavelmente elementos do lugar que se constituía como “favela” a referências identitárias dos bairros da cidade. Por meio dos elementos de memória que

<sup>332</sup> RODRIGUES, 2010, op. cit.

compõem a narrativa de Dona Marta e do Sr. José Pedro sobre a Vila Santa Rita de Cássia e a Barragem Santa Lúcia, observamos algo como que o pulsar de uma batalha constante pela vida, ante signos de patente desigualdade socioeconômica revelados, de maneira cada vez mais agressiva, pela cidade.

Perante os desafios de sobrevivência, os agentes locais articulam-se, a partir de escassos recursos disponíveis, construindo redes de solidariedade para “tirar do perigo” famílias em condição de extrema pobreza. Dialogam, também, com outros sujeitos – a Conferência São Vicente de Paula (Igreja Católica), comerciantes dos bairros vizinhos e a própria Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, no caso da Vila Santa Rita de Cássia – buscando criar condições para possibilitar a vida no lugar.

Assim, até o final da década de 1960, algumas conquistas são observadas, segundo os depoimentos dos moradores: chafarizes (torneiras), centro comunitário (sede social da associação de moradores), e um ponto de rede elétrica instalados pela prefeitura, a partir de relações marcadas por uma cultura política caracterizada por práticas paternalistas, que segundo Juvenal Lima Gomes<sup>333</sup>, estariam inseridas em um contexto em que “o direito era transformado em dádiva ou mesmo moeda de troca pelo voto”. Numa situação de direitos políticos cerceados, as lideranças apropriavam-se desta prática, a partir das necessidades locais. Contudo, aquelas “benfeitorias” eram extremamente precárias, diante das demandas cada vez maiores, decorrentes da intensificação gradativa do crescimento da população local.

Na Vila Santa Rita havia ainda, à época, uma escola, que, segundo Dona Marta, funcionava também precariamente, em um barracão de tábuas instalado em uma região próxima de onde passava a linha de bonde que servia aos bairros da antiga subseção suburbana e da ex-colônia Adalberto Ferraz e onde se localizam, atualmente, dentre outros, os bairros Sion e Anchieta<sup>334</sup>. Contudo, segundo nossa interlocutora, a escola era dirigida pela associação de moradores: “Não era nada de governo, não, menina! Nessa época, a gente nem era lembrado pelo governo, não. O governo?!...”<sup>335</sup>

---

<sup>333</sup> Op. cit., p. 47.

<sup>334</sup> Estes bairros fazem divisa com a Vila Santa Rita de Cássia pelos limites da Avenida Nossa Senhora do Carmo e sua continuação, a BR-040.

<sup>335</sup> RODRIGUES, 2007, op. cit.

Um aspecto importante, que caracteriza o perfil dos moradores do Aglomerado Santa Lúcia é evocado pelas lembranças de Dona Marta, a partir da percepção que ela explicita acerca de sua experiência particular em relação àquela escola. Trata-se da aproximação entre pertencimento étnico-racial, discriminação e acesso à educação formal, que no relato de nossa interlocutora são relacionados da seguinte maneira:

Eu luto até hoje por isso e vou continuar lutando. Eu me acho uma negra maravilhosa. Eu acho. Minha cor, assim, a cor bonita que eu tenho... Esse cabelo maravilhoso que Deus me deu. Eu acho isso a coisa mais linda. Só que na mesma hora que eu acho lindo, eu fico triste. Porque a gente é discriminado. Eu mesmo já fui muitas vezes discriminada dentro das lojas. Mas como a minha vida toda eu aprendi só a trabalhar, trabalhar, trabalhar (...). A minha vida toda eu dediquei aqui em cima<sup>336</sup>. Então, eu não tive assim a oportunidade de ir pra escola. Porque naquela época não tinha esse negócio de escola igual tem hoje. Hoje tá muito bom, né. Hoje, em vista do que era antigamente... As escola antigamente era pros rico.<sup>337</sup>

O acesso à educação foi restrito para a maioria dos moradores do Aglomerado, em uma época em que o número de escolas públicas na cidade também era escasso. Como já foi mencionado no Capítulo 1, por volta dos anos 1950 os governos municipais registraram, nos Relatórios de Prefeitos, recorrentes justificativas quanto ao descompasso entre as demandas da população que aumentava continuamente e a escassez ou precariedade da infra-estrutura de serviços e equipamentos de saúde pública, habitação e educação. As ações de assistência social são registradas naqueles documentos como feitos louváveis; e foram personalizados nas gestões dos prefeitos, que as capitalizavam evocando o argumento – em certa medida pertinente – de que elas não eram de responsabilidade do município, dado que o aumento da população e os problemas daí decorrentes deviam-se, especialmente a fatores econômicos que abrangiam a atuação do Estado e a União.

Assim, para além do Grupo Escolar “João Pessoa”, inaugurado em 1930, no Bairro Santo Antônio, e a escola da Vila Santa Rita de Cássia, as crianças e jovens do Aglomerado Santa Lúcia só podiam acessar as escolas que iam surgindo nos bairros vizinhos. Geralmente, ligadas às obras assistenciais de ordens religiosas como as Irmãs

---

<sup>336</sup> Refere-se ao que ela própria denomina como “trabalho comunitário”.

<sup>337</sup> RODRIGUES, 2007, op. cit.

Dorotéias<sup>338</sup>, no bairro Sion; ou os Pavonianos, na Vila Paris, além da Escola Estadual Antônio Carlos, ao lado da Igreja do Carmo (bairro Carmo-Sion). Somente nas últimas décadas do século XX foram instituídas outras duas unidades escolares no próprio Aglomerado – a Escola Estadual “Dona Augusta Gonçalves Nogueira”, e a Escola Municipal “Ulisses Guimarães”, na Vila Santa Rita de Cássia. Além delas, o antigo núcleo escolar a que fez referência Dona Marta, deu lugar à Escola Estadual “José Carlos de Guaraná Meneses”.

As reivindicações por equipamentos de promoção da educação formal estiveram presentes, com maior intensidade, a partir dos anos 1970 e 1980, nas lutas dos moradores do Aglomerado Santa Lúcia. Assim, ao mesmo tempo em que se articulavam para ampliar os serviços de urbanização dos núcleos existentes, lideranças antigas e novas como Dona Lourdes de Souza Lopes e Dona Miltes Maria de Jesus, mobilizavam os moradores em assembléia para discutir demandas como a criação de creches – uma das necessidades cada vez mais prementes, entre as famílias, muitas vezes referenciadas apenas pela figura feminina.

As associações locais de moradores desempenharam papel de relevância, neste sentido. Contudo, nem sempre elas eram vistas de modo consensual pelos moradores. O Sr. José Pedro apontava, em 2010, durante nossa entrevista, um particular desencanto com a incapacidade das lideranças de dialogarem e criarem projetos comuns em favor de um dos principais problemas do lugar, na atualidade – a violência urbana e ligada à expansão do tráfico de drogas – que, na opinião dele dizia respeito ao cuidado com o futuro das crianças e jovens. Nos anos 1960, contudo, o poder de articulação e o caráter combativo de

---

<sup>338</sup> Segundo consta do site do Colégio Santa Dorotéia, a Congregação das Irmãs de Santa Dorotéia foi iniciada por Paula Frassinetti, em 1834, na Itália. Em 1866 fundaram, no Brasil, sua primeira escola. Em 1962, assumiram, em Belo Horizonte, um antigo Colégio dirigido pelas “Irmãs do Sion”. A instituição existe ainda hoje, localizada no bairro Sion, vizinho do Morro do Papagaio. Desde 1963 a congregação atua junto às crianças do Morro, por meio da Obra Educacional “Paula Frassinetti”, fundada pela Irmã Fausta Caram, que é lembrada com profunda admiração por muitos moradores que com ela conviveram. Ainda de acordo com as informações do site, as Dorotéias herdaram das Irmãs de Sion duas organizações: a ASAS (Ação Social Antigas Alunas de Sion), que se transformou na Ação Social “Paula Frassinetti” e um grupo de jovens denominado “Gente Nova”, que era formado por “rapazes do Colégio Loyola” e pelas moças do Sion, que “faziam um trabalho social e de catequese no Morro do Papagaio”. Disponível em: <<http://www.santadoroteia.com.br/2008/MenuPrincipal/OColegio/OColegio.html>>. Consultado em 20 jan 2012.

lideranças como o Sr. José Bonifácio<sup>339</sup> parecia ser de tal maneira significativo que passou a ser interpretado como ameaça pelos órgãos de repressão ligados à ditadura militar. No período, a repressão às favelas passou a abranger o combate às atividades políticas de seus líderes, temidos pelos vínculos – declarados, comprovados ou não – com as tendências políticas de esquerda. Provavelmente em decorrência de seu vínculo com a Federação de Favelas de Belo Horizonte, a União de Defesa Coletiva (UDC), fundada em 1945, na Vila Santa Rita de Cássia foi fechada em 1964, pela polícia política. Uma segunda iniciativa criou, em 1967, a já mencionada Associação de Moradores da Vila Santa Rita de Cássia, que foi também fechada, segundo Gomes<sup>340</sup>, em função de dificuldades de se estabelecer, sendo reaberta em 1978.

Em 1972, quando Paulo Roberto Braga chegou à Barragem Santa Lúcia, a associação local, depois registrada como União Comunitária da Barragem Santa Lúcia estava sendo “fomentada”, de acordo com Gomes<sup>341</sup>, a partir da atuação de lideranças em torno de uma cooperativa incentivada pela religiosa Madre Garcia, em 1968. Esta associação foi fundada em 1976, tendo como presidente de sua primeira diretoria, o Sr. José Pedro Moreira e como vice-presidente o Sr. João Régio dos Santos, um dos antigos funcionários da olaria. Os principais desafios da associação estavam relacionados com a criação de condições básicas de saneamento, abertura de ruas e provisões de redes de água e energia elétrica, como ocorria em outras favelas da cidade.

O testemunho de Paulo Roberto é elucidativo quanto às condições do espaço, naqueles anos:

O lugar aqui... O Aglomerado era tranquilo. Quando eu mudei para o Aglomerado não tinha violência (...). Na época que eu mudei pr’aquí, era muito tranquilo, igual mesmo cidade patrimônio do interior, que o pessoal... As mulher saía, não tinha luz, a água era também buscada no chafariz, as mulher buscava na cabeça a lata d’água, aquela coisa. Tinha aquelas pessoas que gostavam de fazer serenata, né? A gente ficava prá berada das ruas, porque não tinha muito... Quando você não ia na casa das pessoas buscar as pessoas, aí às vezes, muitas pessoas ficava na porta das casas, invés de te convidar pra você entrar. Ai sentava do lado de fora, porque não tinha calçamento, não tinha nada... (...) Era tudo de terra. Era um bequinhos

<sup>339</sup> GOMES, op. cit., p. 60.

<sup>340</sup> Ibidem, p. 54.

<sup>341</sup> Ibidem.

que no interior é conhecido como trilho, né? Aqui no aglomerado era parecido com o interior, umas casa mais em cima da outra e as ruas não tinha... era tudo estrada de terra mesmo, o esgoto corria tudo a céu aberto né, porque o esgoto era... Mas não tinha torneira, aqui não tinha água, as pessoas pegava... A gente falava esgoto, mas na verdade não é esgoto, era água que sobrava, que o pessoal não usava. Depois é que começou, o pessoal em casa, aos poucos, a fazer os banheiros, colocar o encanamento e aquela coisa... Jogar pra rua, aí começou [o esgoto] a céu aberto... E aos poucos o pessoal também cobrando do governo. Aos poucos iniciou o processo de urbanização, que demorou, foi depois de dez anos que eu estava aqui que iniciou isso, né?<sup>342</sup>

Percepção semelhante teve Dona Lourdes de Souza Lopes, que chegou à Barragem em 1975, oriunda de uma família residente na região dos bairros Belvedere e Alto Santa Lúcia.

Parece que era mesmo um... Uma missão – num sei –, que eu tinha; que eu vim parar aqui. E, no início eu... Estranhei muito porque achava até impossível as pessoas sobreviver aqui, daquele jeito, porque não tinha água encanada, em casa nenhuma. (...) Tinha luz elétrica era só na Rua Principal, era umas torneira, é... Comunitária, né. De distância em distância tinha uma torneira comunitária. As mulher carregava água na cabeça... E não tinha banheiro. Ninguém tinha banheiro – era fossa. Os barracões eram quase todos de adobe. E aquilo me... Me deixava preocupada, confusa. Eu... Não sabia como que podia as pessoas sobreviver aqui daquele jeito. Aí, logo depois que eu vim aqui só era aberta a Rua Principal<sup>343</sup>, até lá na BR.

(...)

E então, era aquele... Era aquela luta. A gente via sempre a luta das pessoas. Aqui, essa rua [Copérnico Pinto Coelho] já era aberta. Tinha rua só [até] aqui. O pessoal vinha... Aqui tinha uma cisterna, o pessoal vinha pegar água aqui... E carregava, quase o dia todo pra poder encher os tambor. Pra depois lavar, no outro dia, poder lavar roupa. E, aquilo me encucava!... E, e luz também era assim: tinha luz aqui na frente, aí o povo punha um relógio aqui na frente da rua e... Subia o morro acima, com os outros postes, levando.<sup>344</sup>

Dona Lourdes, diferentemente da grande maioria dos moradores vindos de

<sup>342</sup> BRAGA, Paulo Roberto. **Movimentos Sociais no Aglomerado Santa Lúcia**. Entrevistadora: Josemeire Alves Pereira. Belo Horizonte. Arquivo Digital (78min.). Áudio. 07.fev.2010.

<sup>343</sup> Esta rua, segundo os moradores mais antigos, constituía um “trilho”, que iniciava na região do Córrego do Leitão, próximo à antiga Cerâmica Santa Maria e ao Casarão da Barragem (na parte baixa do terreno onde está localizado o Aglomerado), e percorria toda a Barragem Santa Lúcia, findando na BR040 (antiga BR-3). Acreditamos, pela correspondência dos marcos topográficos, que se trate da antiga “estrada” que passava pela Fazenda do Cercadinho, iniciando na região do Córrego do Leitão e levando à Fazenda Bom Sucesso, à qual nos referimos anteriormente.

<sup>344</sup> LOPES, Lourdes de Souza. **Movimentos Sociais no Aglomerado Santa Lúcia**. Belo Horizonte. Entrevistadora: Josemeire Alves Pereira. Arquivo Digital (166 min.). Áudio. 02.fev.2010.

outras cidades do Estado, possuía o olhar de quem observava a partir de outras referências socioeconômicas, as condições de vida precária das pessoas com as quais passara a conviver, ao se mudar para a favela; condições das quais passava a partilhar. Seu envolvimento com os movimentos sociais, contudo, deu-se com maior intensidade, somente alguns anos depois, a partir da atuação de seu filho mais velho, Eli, que se destacava como jovem liderança na Barragem e na cidade.

Dona Lourdes foi uma das participantes ativas das Comunidades Eclesiais de Base – CEB's, experiência ligada à ala progressista da Igreja Católica, cujo lema era a indissociabilidade entre “fé e vida”. Muitas lideranças locais ampliaram sua atuação política na comunidade, a partir da participação nas CEB's.

No tempo em que Dona Lourdes se mudou para a Barragem, havia intensa disputa da associação local por melhorias, implicando no enfrentamento direto dos interesses e do poder político dos moradores de bairros vizinhos, conforme recordou o Sr. José Pedro:

Foi o Raimundo Gil, com o [Prefeito] Jorge Carone que conseguiu as torneiras. Mas luz não tinha. Porque aqui existia uma briga, que aqui do outro lado, na Vila Paris, depois que eles criaram essa Vila Paris aí, que eles criaram lá uma associação. E na associação lá da Vila Paris, tinha três deputados. Tinha três deputados e três vereadores que era membro da associação lá. Então, alegavam que aqui, a Barragem, fazia muito barulho, que eles não tinha sossego lá. Então, toda benfeitoria que era pra entrar aqui na Barragem, eles barravam. Era uma intenção deles... Era não entrar nada aqui, pro pessoal desanimar (*risos*) e ir embora daqui. Então, foi na minha época que eu consegui, através do PRODECOM, programa do governo que existia, que trazia dinheiro da AVIS e do GTZ para aplicar em Belo Horizonte.

(...)

E aí, nós conseguimos. Ia lá, implorava lá, de pinicar a mão. Foi ond'é que ele conseguiu abrir essa... Essa Rua Principal. Abrir algumas ruas, pra entrar rede de água e luz aqui. Porque não entrava, que não tinha como entrar e o pessoal não deixava.<sup>345</sup>

Com efeito, já em 1957, observamos a iniciativa da gestão do Prefeito Celso de Mello Azevedo de se aproximar desses grupos, promovendo, segundo consta do Relatório daquele ano, “reuniões e conselho com os moradores de bairros e de vilas para o fim de

---

<sup>345</sup> MOREIRA, 2010, op. cit.

conhecer aspirações e obter sugestões práticas, algumas de excelentes resultados”<sup>346</sup>. O mesmo documento registra, ainda, que:

Quando do desfavelamento da bacia do Santa Lúcia e do levantamento cadastral das favelas existentes a Cidade, notável foi a cooperação dos habitantes interessados, como por exemplo, o de moradores dos bairros Sagrado Coração e Santa Lúcia, consubstanciada na organização do Departamento Municipal de Habitação e Bairros Populares e seu Conselho Técnico-Consultivo.<sup>347</sup>

A remoção de parte dos primeiros moradores da Barragem, que haviam se instalado nos arredores imediatos da antiga Cerâmica, ocorreu por ocasião da construção de uma barragem, nos primeiros anos da década de 1950. O desfavelamento da bacia do Santa Lúcia, mencionado pelo Relatório, refere-se a este episódio. Parte dos moradores removidos seriam transferidos para o Conjunto Habitacional Santa Maria. Contudo, inicialmente, segundo o Relatório de 1957, foram construídas “40 moradias provisórias, 28 de madeiras (*sic*) e 12 de tijolos.” O projeto da barragem não foi levado a cabo, tendo sido retomado por mais três vezes, desde então, até ser incorporado no projeto do Parque Jornalista Eduardo Curi, inaugurado em 1996. Contudo, o intento de desfavelamento daquela região foi executado, embora sem o efeito desejado: o número de moradores aumentou vertiginosamente, a partir dali, a despeito da forte repressão, conforme vimos pelo depoimento do Sr. José Pedro.

Assim, desde a chegada dos primeiros moradores até meados dos anos 1980, as relações entre a comunidade<sup>348</sup> que se formava e a prefeitura, são marcadas por elementos de tensão e de negociação, a depender dos interesses políticos e da capacidade de poder de articulação dos envolvidos nestas disputas. As estratégias de combate às favelas, não foram, de modo geral, empregadas com sucesso pelo poder público e pelos grupos de moradores dos bairros vizinhos que se mobilizavam em prol da erradicação do Aglomerado Santa Lúcia. Combatendo, do outro lado dessa relação de forças, os moradores, representados por lideranças distintas, criavam formas de enfrentamento que abrangiam desde o mutirão e a

---

<sup>346</sup> BELO HORIZONTE, 1957, op. cit., p. 16.

<sup>347</sup> Ibidem.

<sup>348</sup> O termo é aqui utilizado segundo expressão corrente entre os moradores, em especial as lideranças.

solidariedade das “mães crecheiras”<sup>349</sup>, assim como as reivindicações diretas por melhorias, junto ao poder público, até a negociação direta com gestores públicos e enfrentamento do poder público quando se entendia como necessário.

Nos anos 1980, Dona Lourdes esteve envolvida em mobilizações que resultaram na instalação de diversos serviços/equipamentos públicos na Barragem. Depois de conseguir recursos de distintos parceiros – poderes públicos, igrejas vizinhas e moradores que atuavam como voluntários – para a criação da Creche “Madre Garcia”<sup>350</sup>, a primeira da Barragem, ela continuou a articulação em torno da criação do Posto de Saúde:

Aí a creche ficou funcionando beleza. Mas aí eu não sosseguei. Por quê? A creche tava funcionando, eu achava que já tinha... A gente já tinha dado um avanço. Já tinha entrado luz n'alguns lugar e a COPASA<sup>351</sup> aceitou (...) subir por aí a fora pondo padrão d'água, né. Mas eu num tava... Não sosseguei, não. Não tava sossegada, não. Aí eu juntei, uma... (...) Quando elegeu a Associação<sup>352</sup>, eu fiquei na... Era do Conselho Fiscal e fiquei também com a Comissão de Saúde. Que eu entendia assim: que através da saúde a gente luta por moradia, luta por... Lazer, luta por educação, luta por, né, cidadania, é... Englobava tudo, né. Então, eu fiz um cursinho também, ali no [Posto de Saúde] Tia Amância, com a enfermeira que tinha ali. Ela ensinou a gente a aplicar injeção, ensinou a avaliar a criança, pra gente perceber o quê que a criança tinha, se tava muito mal. O adulto também, se tava mal ou muito mal, ou podia esperar marcar médico e tudo. E nós, fundamos a Comissão de Saúde. Aí, eu fiquei sendo a presidente da Comissão de Saúde, porque o pessoal... Quando (...) me elegeu pra presidente da Creche, eles acharam assim, como que eu tinha muita disposição de sair, de lutar, então eles... Eu fiquei como presidente da Comissão de Saúde. Também porque num tinha salário, num tinha ordenado, a gente tinha que lutar mesmo, né? Com as perna da gente. E aí, chegou... Eu achei que... Que tava na hora da gente pedir um Posto pr'aquí. Aí eu... juntamos todo mundo... Nessa época, era o Zé Maria Borges que era o Secretário lá na Prefeitura e ele é comunista, né. Eu aproveitei disto e peguei no pé dele. E aí eu... Contava coisa aqui do Morro. (...) E ele ficava horrorizado com aquilo. Aí, um dia nós fomos (...) cinco pessoas lá, pra pedir ele verba pra construir o Posto. Aí ele falou comigo assim: "Dona Lourdes, mas eu não posso. Eu não posso liberar essa verba, não. Ainda mais lá. Porque, né! Bairro, né?! Coisa assim... Tem muita gente... O interesse de muita gente... (...) Ainda mais lá! Eu não posso liberar

<sup>349</sup> As “mães crecheiras” constituíam alternativa à ausência de creches, especialmente na década de 1980. Algumas mulheres disponibilizavam-se a cuidar dos filhos de outras, recebendo pelo serviço de acordo com a disponibilidade das mães, que precisavam recorrer a este recurso durante o tempo em que estavam no trabalho.

<sup>350</sup> O nome da creche é uma homenagem à religiosa que participou de diversas ações de assistência social e mobilização social na Barragem durante os anos 1950. Cf. LIMA, op. cit.

<sup>351</sup> A Companhia de Saneamento de Minas Gerais – COPASA-MG foi instituída em 1974, por meio do da Lei 6.475, de 14 de Novembro de 1974.

<sup>352</sup> Refere-se à segunda gestão da diretoria da União Comunitária da Barragem Santa Lúcia.

essa..." Eu falei: "Ah, cê vai liberar, porque senão, nós vamos juntar e vamos ficar naquela Prudente, ali – porque ele morava aqui no São Bento – na hora que ocê passar nós vamos furar o seu pneu". (*Risos*) Falava brincando, mas ele... Sentia uma ponta de ameaça, né? Aí ele... ele falou: "Só se eu fizer assim, eu vou ligar para o... O Valfrido"<sup>353</sup> – era o Secretário de Planejamento. Falou assim: "Só que eu vou conversar com o Valfrido, porque se eu transferir... Eu tô com um dinheiro aqui, que é pra reformar o Laboratório da Rua São Paulo" – aquele prédio que tem na Rua São Paulo –. "Eu vou conversar com o Valfrido, que se eu conseguir transferir esse dinheiro da Secretaria de Planejamento pra Secretaria de Ação Comunitária, aí a gente pode liberar o dinheiro, mas aí ocês têm que construir. Porque nós não podemos pagar... Nós vão dar é material, nós não vão poder pagar a mão-de-obra, não." Eu falei: "Ah, nós se viramos lá, nós construímos." Aí ele... Isso foi em julho. Em julho ele liberou esse dinheiro. (...).<sup>354</sup>

As lideranças da União Comunitária da Barragem Santa Lúcia articulavam-se a partir de parcerias com diversas instituições:

Quando foi... Passou oitenta e seis o... a Associação conseguiu uma verba... O Eli, era o vice-presidente. Conseguiu uma verba com o Newton<sup>355</sup>. Foi lá, marcou audiência com ele, conseguiu a verba com ele, mas ele falou que só dava a verba pra Barragem, se tivesse um... Dava a verba se tivesse um contra-posto. Por exemplo, eles puseram cinco mil, a gente tinha que arranjar outra pessoa ou outra instituição pra... Pra pôr outro tanto. É meio a meio, né? Aí ele... Ele doou esse dinheiro, que abriu essas ruas tudo aí. Abriu depois esses beco tudo e não... a Ação Comunitária, através da UFMG, ajudou... O PRODECOM também ajudou, tinha uma... Um projeto da UFMG que era um projeto assim: eles doou umas fôrma e doava cimento, pó de pedra, e aqui as pessoa fazia tijolo tipo um... Não é tijolo não... (...) bloco. E aí construiu uma porção de coisa. E a Igreja, nesta época também, a Igreja fez um projetim e... E a gente arrecadou bastante dinheiro aí pra reformar as casas, que tava caindo. (...).<sup>356</sup>

O perfil de atuação das lideranças da União Comunitária da Barragem Santa Lúcia, ao final dos anos 1980, caracterizava-se, em geral, pela mobilização de recursos materiais e pela articulação dos moradores nos processos de decisão política e para a execução de mutirões. Explicitavam-se também divergências ideológicas entre as

<sup>353</sup> Valfrido dos Mares Guia, ex-Diretor do Sindicato dos Estabelecimentos Particulares de Ensino de Minas Gerais, atuou como Secretário Municipal do Planejamento de Belo Horizonte, entre 1983 e 1985, durante a gestão do Prefeito Hélio de Carvalho Garcia. Entre 1991 e 1994 foi Secretário da Educação do Estado de Minas Gerais, durante o Governo do mesmo Hélio Garcia. Renunciou ao cargo de ministro das Relações Internacionais, em 2007, depois de acusado pela Procuradoria Geral da República de envolvimento no episódio do "Mensalão".

<sup>354</sup> LOPES, op. cit.

<sup>355</sup> Newton Cardoso, ex-governador do Estado de Minas Gerais, entre 1987 e 1991.

<sup>356</sup> Ibidem.

lideranças, como as que levaram à substituição da primeira diretoria da União Comunitária da Barragem Santa Lúcia pela de um grupo cujos membros eram ligados à Igreja Católica e aos movimentos políticos de esquerda<sup>357</sup>.

Essas divergências advinham desde o período da Ditadura Militar, em que, como aponta Gomes<sup>358</sup>, algumas lideranças logravam ser poupadas e até apoiadas por representantes dos órgãos de repressão, em função de apresentarem-se como “não-comunistas” e contrários a essa ideologia:

(...) aí nós fomos lá em um Coronel (...), o Coronel então ele era nosso amigo ele pegou e arrumou os papéis todos para nós e quando veio o comunismo, vieram os comunistas para tomar os trem tudo (...). Aí nós fomos lá e o Coronel não deixou, o Coronel liberou para nós (...). Então o comunismo aqui invadiu essas vilas todas, dos bairros todos daqui, ficou invadido, tomado. O serviço que a gente fazia no movimento, negócio de os documentos, os documentos foram tomados, mas o nosso aqui não tomou porque o Coronel aí mais nós, ele liberou e não deixou. Aí veio ele com os comunistas todos chegaram para poder tomar o trem, mas nós não deixamos, não aceitamos, não quisemos. Então o comunismo não pode se alastrar aqui e tomar as coisas e nós não aceitamos o comunismo aqui não. Nós não aceitamos o comunismo, aí quando veio tomar as coisas da associação, aí eles não tiveram forças para tomar, porque nós não aceitamos, aí o Coronel, esse Coronel de lá, ali da Serra, ele chegou, olhou assim e falou “estou fechando os postos todos da associação”(…) e ia mas, quando chegou aqui que ele foi olhar os documentos. “Há (...), vocês aqui não aceitaram o comunismo aqui não?” Eu disse, “nós não, nós estamos mexendo com o que é nosso, estamos mexendo com o que é nosso aqui”, aí eles “Há (...) então esses daqui nós não vamos tomar não”, aí deixou, não tomou nada não, ficou tudo conosco.<sup>359</sup>

Esta postura garantiu a sobrevivência destas instituições, em um contexto no qual, como já indicamos, as associações de moradores eram fortemente combatidas pelas forças da Ditadura. Entretanto, de acordo com o estudo de Gomes, as formas do associativismo no Aglomerado Santa Lúcia, durante aquele período, caracterizavam-se também pela criatividade na busca de formas de “burlar” a proibição à atividade associativa. Destaca-se, neste sentido, a experiência Liga Desportiva da Barragem Santa Lúcia, que servia de “esconderijo” para as atividades própria União Comunitária da

<sup>357</sup> A logomarca da União Comunitária da Barragem Santa Lúcia traz a insígnia “Lutar e Crer”, lema das Comunidades Eclesiais de Base – CEBs.

<sup>358</sup> Op. cit.

<sup>359</sup> Entrevista Manoel Ferreira dos Santos, 25/07/2010 apud GOMES, 2011, op. cit., p. 64-65.

Barragem Santa Lúcia, em suas origens.<sup>360</sup>

Já em 1991 foi eleita nova diretoria, na qual Paulo Luís da Silva atuava como Presidente. Esta foi a gestão que encaminhou, à Secretaria Municipal de Cultura, um dossiê solicitando o tombamento do Casarão da Barragem. Esta ação assinala, de acordo com o que pudemos observar durante a análise das formas de organização social do Aglomerado Santa Lúcia, a emergência de uma ampliação da percepção das lideranças locais acerca dos direitos dos moradores de favela.

Não podemos nos esquecer de que se tratava do período imediatamente posterior à abertura política que marcou o fim da Ditadura Militar. Naquele tempo, os chamados “novos movimentos sociais”<sup>361</sup>, que marcam a cena política do país desde os anos 1980, adquirem novos matizes, dentre os quais se destaca o debate sobre os direitos culturais. A solicitação do tombamento do Casarão da Barragem, em nosso entendimento, resultou desse debate, que perpassava, certamente, as relações das lideranças do Aglomerado Santa Lúcia nos diversos fóruns políticos na cidade.

No próximo tópico discutiremos a atuação de algumas instituições locais, a partir dos anos 1990, buscando compreender as concepções das lideranças acerca da memória e do patrimônio, no âmbito de suas participações nesse debate cultural.

### **2.3.2 Do Mutirão à Memória: Por outras representações da favela**

Como visto na sessão anterior, frente à repressão dos órgãos públicos, a produção do espaço do Aglomerado Santa Lúcia foi possível, em grande medida, em função das diversas formas de organização dos moradores, que não tinham alternativa de habitação na cidade. Esta organização foi inicialmente baseada em comportamentos de auxílio mútuo. Foi a partir desta experiência de mutirões que se formaram as primeiras lideranças, dentre as quais o Sr. José Bonifácio, Dona Marta, Sr. José Pedro, Dona Lourdes, dentre outras/os.

Entre os anos 1940 e 1970 criaram-se associações de moradores que atuavam

---

<sup>360</sup> GOMES, op. cit., p. 65-66.

<sup>361</sup> Cf. GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

prestando assistência local em questões ligadas, especialmente, à alimentação, moradia e saúde. Algumas delas se articulavam em parceria com a Sociedade São Vicente de Paula e outras ordens religiosas da Igreja Católica – os Carmelitas, Dominicanos, as Dorotéias, ou associações de leigos –; partidos políticos diversos, e lideranças de outras favelas da cidade.

A partir dos anos 1980, essas demandas passaram a ser atendidas, por meio de dois projetos de urbanização, aos quais já fizemos referência neste estudo: o Programa Municipal de Regularização de Favelas em Belo Horizonte (PROFAVELA) e, posteriormente, o Programa de Desenvolvimento de Comunidades (PRODECOM).<sup>362</sup> Além deles, a atuação das lideranças granjeando parcerias, inclusive junto ao poder público, garantiu a conquista de equipamentos essenciais como Posto de Saúde, instalação das redes de energia elétrica e de saneamento básico, bem como a ampliação do número de escolas e creches. Entretanto, mesmo com as melhorias, em 1995, o Aglomerado Santa Lúcia foi classificado como “o pior lugar para se morar, em Belo Horizonte”, de acordo com o Índice de Qualidade de Vida Urbana (I.Q.V.U.), devido à precariedade da urbanização e à escassez de equipamentos públicos e serviços, em comparação com os bairros vizinhos.<sup>363</sup>

Nesse período eram comuns as manchetes de jornal que vinculavam o Morro do Papagaio (Aglomerado Santa Lúcia) à criminalidade. O aumento vertiginoso da população do lugar, que em 1955 era de 7.733 e em 2003, de 16.014 habitantes<sup>364</sup>, revelou, para além das dificuldades de sobrevivência, o agravante surgimento e recrudescimento dos problemas decorrentes do tráfico de drogas. A violência afetava, de maneira fatal, predominantemente os jovens.

Problema complexo, que agregava às representações mais usuais sobre a favela – patologia e miséria –, a da violência. Este é um estigma ainda bastante presente nas representações que orientam as percepções e as práticas relacionadas ao Morro do Papagaio/Aglomerado Santa Lúcia. Um episódio em certa medida pitoresco o explicita bem: durante o levantamento de fontes sobre o Aglomerado, para a realização desta

---

<sup>362</sup> Cf. a respeito, BELO HORIZONTE, Prefeitura Municipal. **Profavela: o morro já tem vez**. Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, 1988; GUIMARÃES, Berenice. **Favelas em Belo Horizonte: tendências e desafios**. Análise & Conjuntura, Belo Horizonte, v.7, n.2 e 3, maio/dez. 1992.

<sup>363</sup> BELO HORIZONTE, 2003b, op. cit., p. 22.

<sup>364</sup> MINAS GERAIS, 1955, op. cit.; BELO HORIZONTE, 200b, op. cit.

pesquisa, ao solicitar informações sobre a existência de documentação referente ao lugar, nos foi dito, em uma das instituições que visitadas, que havia uma pasta com muitos recortes de jornal sobre o Morro do Papagaio, mas que a funcionária responsável resolvera excluir este material do acervo de impressos porque “só continha notícias sobre violência e morte”.

Como afirma Sílvia Regina Lorenzo Castro:

Um jovem que mora em uma favela terá tratamento diferenciado ao preencher uma ficha para emprego, se comparado a um que mora em bairro. Assim como um jovem negro e um branco, embora morando na mesma favela, terão tratamento diferenciado, se o empregador preferir lançar mão do eufemístico “aparência melhor” na hora de contratá-los. Da mesma forma, mulheres ainda recebem tratamentos desqualificantes que variam da invisibilidade ao estigma. E as desigualdades seguem a todos/a que pertencem a grupos historicamente em desvantagem.<sup>365</sup>

Os estigmas que orientam as relações entre moradores e não-moradores de favela, operando nos comportamentos de discriminação racial e/ou social, fazia com que os moradores, em geral, criassem artifícios para não serem identificados como “favelados”. A omissão do nome do bairro e substituição deste pelo de um dos bairros do entorno, por exemplo, bem como a substituição da expressão “beco” por “rua”, poderia garantir, muitas vezes, um emprego. Táticas individuais que sinalizam para a necessidade de adaptação de um grupo social submetido a relações de poder hierarquizadas, na luta cotidiana pela sobrevivência. Mas que também evidenciam a possibilidade de subversão das condições de subalternidade, a partir da criação de alternativas que envolvem, não raro, a adesão a ações, como os mutirões e as assembléias comunitárias promovidas pelas associações e outros grupos, em torno de reivindicações coletivas.

Não obstante, a perpetuação dos estigmas negativos acerca da favela e dos favelados perpassa diversas dimensões da vida social, afetando também aquela do que poderíamos designar como “existência simbólica” do lugar e das pessoas. A escassez de referências à história do Aglomerado nas instituições públicas, que havíamos observado

---

<sup>365</sup> CASTRO, Sílvia Regina Lorenzo. Narrativas da Memória: Juventude Negra e Direitos Humanos em Belo Horizonte/MG. **Estudos Universitários – Revista de Cultura da Universidade Federal de Pernambuco**, Recife, v. 26 n. 7, p. 65-72, Dez. 2010, p. 68.

quando da experiência do Projeto Memória, foi notada também pela jornalista Márcia Maria da Cruz, por ocasião de pesquisa realizada em arquivos da cidade, para a composição de um livro de memórias sobre o lugar, publicado recentemente. Assim registrou ela, na apresentação do livro “Morro do Papagaio”:

Ao buscar informações oficiais sobre o morro, constatei que são escassos os registros a respeito do processo de ocupação da região, bem como da luta da comunidade em prol dos seus direitos e de uma melhor qualidade de vida. A despeito da inexistência de registros oficiais, o Morro do Papagaio se consolida como parte expressiva de Belo Horizonte.<sup>366</sup>

A partir dos anos 1990, observamos, com a emergência do debate sobre direitos humanos, associado às atividades de mobilização social no Aglomerado, a intensificação da problematização desses estigmas e das práticas discriminatórias que afetam os moradores de favela. Entre 1996 foi criada a Comissão de Direitos Humanos do Aglomerado Santa Lúcia, por iniciativa de jovens lideranças, que formaram, em torno dela, um fórum permanente, integrado pelos diversos grupos sociais, culturais, políticos e/ou religiosos locais. Os seminários, palestras, gincanas e projetos culturais promovidos pela Comissão constituíam espaços fecundos de debate sobre a especificidade da condição dos moradores da favela.

Márcia Cruz, uma das integrantes da Comissão, registrou a respeito:

Naquela época, os policiais entravam nas casas de madrugada, sem apresentar mandado de busca e apreensão. Jovens eram assassinados sem que fossem abertos inquéritos para investigar as circunstâncias do crime. Os moradores passavam por revistas humilhantes e a relação entre a polícia e a comunidade era quase sempre conflituosa. Em virtude de muitas denúncias e de cursos de formação promovidos pela comissão, as pessoas foram aos poucos percebendo e identificando os abusos cometidos.<sup>367</sup>

Atuando por meio de uma gestão horizontalizada<sup>368</sup>, a Comissão enfrentava também resistência de muitos moradores, que expressavam a crença propagada nos meios

---

<sup>366</sup> CRUZ, Márcia Maria da. **Morro do Papagaio**. Belo Horizonte: Conceito, 2009 (Coleção BH. A cidade de cada um).

<sup>367</sup> Ibidem, p. 70.

<sup>368</sup> Ibidem, p. 69.

de comunicação de que “direitos humanos só protege bandidos”, assim como divergências de outras lideranças locais. Os participantes da Comissão compreendiam, contudo, que era necessário construir formas de enfrentamento da discriminação racial e social que afetava aos favelados. A própria ressignificação dos termos “favela” e “favelado”, historicamente associados a representações negativamente estereotipadas, passou integrar a perspectiva de valorização dos moradores enquanto cidadãos, aos quais não podia ser negado o direito à cidade.

Sílvia Regina Lorenso Castro, outra integrante da Comissão, em artigo intitulado “Narrativas da Memória: Juventude Negra e Direitos Humanos em Belo Horizonte/MG”, também aborda a experiência recuperando a trajetória desta instituição, ressaltando a relevância da atuação da juventude para a criação e consolidação da Comissão. Naquele tempo, o Grupo de jovens JUBA – Juventude Unida da Barragem mobilizava, anualmente, entre 5 a 7 mil pessoas no evento denominado “Gincana Cultural”<sup>369</sup>. Os participantes dividiam-se em “equipes, torcedores e observadores” e contribuíam para estimular a formação e o reconhecimento de artistas locais. Segundo Castro, “o percurso de amadurecimento dos jovens envolvidos na gincana e o ambiente de violência e violação de direitos a que a população da favela está submetida”<sup>370</sup>, estimularam a opção dos organizadores por incluir o tema ‘direitos humanos e cidadania’, na orientação das tarefas da gincana, em 1995.

As equipes eram incentivadas a produzir esquetes, letras de música, painéis a serem espalhados pelos muros das casas em toda a comunidade, com mensagens verbais, visuais ou sincréticas, nas quais se divulgava o conteúdo da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Meses após a Gincana, os painéis decoravam os labirintos do Morro e suscitavam calorosos debates ente moradores.<sup>371</sup>

A Comissão de Direitos Humanos surgiu a partir da decisão de jovens que participaram de uma das atividades daquela Gincana, em parceria com a Coordenadoria de Direitos Humanos da Prefeitura Municipal.

---

<sup>369</sup> CASTRO S, 2010, op. cit.

<sup>370</sup> Ibidem, p. 65.

<sup>371</sup> Ibidem, p. 66.

A notícia da existência de uma Coordenadoria de Direitos Humanos da Prefeitura de Belo Horizonte – PBH, na então gestão do prefeito Patrus Ananias, levou a coordenação da gincana a procurar a então coordenadora D. Helena Greco a fim de buscar orientação para desenvolver o tema junto às equipes e à comunidade. Desse contato, resultou um programa de formação no qual seriam desenvolvidos, sob a ótica dos direitos humanos, os temas sugeridos pela própria juventude. Por unanimidade, no primeiro momento, venceu o tema da violência policial, pois havia um significativo número de relatos de casos de espancamento, tortura e/ou extorsão<sup>372</sup>.

A decisão de criar um coletivo para trabalhar com as demandas dos moradores em torno dos Direitos Humanos foi tomada pelos jovens participantes desse programa de formação, que teve duração de seis meses e ocorria semanalmente, aos sábados, em um centro comunitário local, com programação aberta para toda a comunidade. Castro destaca a importância da “postura ética” da equipe da Coordenadoria de Direitos Humanos – PBH, como “elemento essencial para a atuação do grupo de maneira mais orgânica”, considerando que os assessores incentivaram “um pensamento autônomo e crítico nos participantes”, o que “fomentou o espírito de auto-gestão para garantir os passos seguintes de acordo com as demandas locais.”<sup>373</sup>

A autora observa ainda:

Não raro, coordenadores e/ou assessores de projetos sociais – de órgãos públicos, ONGs ou do setor privado – dirigem-se às comunidades de favela como se elas fossem o local da falta, da carência, do vazio a ser preenchido pelos sentimentos humanitários. Assim, o trabalho dura apenas enquanto tal ou qual assessor está por perto. Nesse sentido, reitera-se a favela apenas como o laboratório experimental, como objeto de dissertações e teses como estímulo a financiamentos nacionais e internacionais para ações de caráter assistencial que pouco ou nada contribuem para avanços na comunidade. A experimentação assistencialista projeta seus mentores como aqueles/as que trabalham para os pobres, e não com eles. E eles são ainda parabenizados pela “coragem em subir o morro”, mesmo que muitas vezes algum morador tenha que buscá-lo(s)/a(s) onde termina o asfalto.<sup>374</sup>

A atuação da Comissão envolvia denúncias e encaminhamento de procedimentos pertinentes junto aos órgãos públicos, em relação aos inúmeros casos de

---

<sup>372</sup> Ibidem.

<sup>373</sup> Ibidem.

<sup>374</sup> Ibidem. p. 66-67.

violações de direitos dos moradores que procuravam a instituição – violência doméstica e abuso de poder e violência policial, dentre os mais abundantes. Concomitantemente, o grupo promovia diversas atividades que resultaram no que Castro identificou como uma “cultura de direitos humanos e cidadania no cotidiano do Aglomerado Santa Lúcia.”<sup>375</sup> Castro, que incorpora ao texto suas próprias memórias enquanto moradora e participante daquela experiência, acrescenta:

Para a polícia era muito estranho encontrar, pelas ruas do morro, jovens negras e negros citando artigos da Constituição, solicitando ao policial que não escondesse sua etiqueta de identificação, anotando placas de viaturas e indagando sobre a truculência com que as “batidas” eram realizadas. Não é de se estranhar que ao ser questionados quanto à atuação distorcida, no quesito segurança pública, muitos policiais teimavam em anunciar prisões por desacato à autoridade, deslegitimando o direito de ir e vir dos moradores.<sup>376</sup>

Além da Comissão de Direitos Humanos e repercutindo as questões suscitadas pela atuação dela, tiveram lugar, nesse período, diversas iniciativas de caráter cultural e/ou educacional, tais como o “Réveillon da Barragem”, e os projetos do Grupo do Beco e da Associação dos Universitários do Morro. Tinham em comum a preocupação de projetar socialmente, outras imagens sobre a favela.

Observamos nos discursos projetados pelas lideranças, durante essa fase de atuação dos movimentos sociais do Aglomerado Santa Lúcia, a percepção, denúncia e problematização da violência simbólica que perpassa as práticas de violação de direitos dos moradores de favela.

A nosso ver, o próprio tombamento do Casarão da Barragem insere-se neste contexto de luta por direitos, que, no início dos anos 1990, já se enunciava a partir da reivindicação ao poder público de que reconhecesse e garantisse aos moradores, o exercício de seus direitos culturais. Evocando as idéias e o sentido da atuação do líder negro norte-americano Martin Luther King, Sílvia Lorenso Castro explicita bem a compreensão dos moradores que se articulavam, naquele momento, em torno desse tipo de reivindicação:

---

<sup>375</sup> Ibidem. p. 67.

<sup>376</sup> Ibidem.

(...) nós não queremos alguns direitos. Nós queremos todos os direitos. Nós não temos que nos mudar para um bairro para ter acesso aos nossos direitos. Nós queremos nossos direitos aqui, em nossa casa, em cada beco, em cada rua, na entrada e na saída da favela, na cidade toda. E, finalmente, nós não queremos esperar mais 20 anos. Nós queremos todos os direitos e nós os queremos aqui, já, neste momento. É disso que estamos falando.<sup>377</sup>

Já em 1992, encontramos entre as pessoas que assinaram o abaixo-assinado que acompanhou o ofício de solicitação do tombamento do Casarão, 20 integrantes do mesmo grupo de jovens JUBA. Além deles, figuravam participantes de grupos diversos: Rádio Popular, Grupo de Oração – Igreja Católica, integrantes das gincanas promovidas pelo JUBA, administração da Paróquia Nossa Senhora do Morro, Conselho Local de Saúde, além de moradores não vinculados a nenhum grupo. Estes dados revelam uma significativa mobilização em torno de uma ação que, em princípio evidenciava um interesse da comunidade pela memória do lugar, já desde o início dos anos 1990. O tema enunciado por ocasião do tombamento voltará a tomar força em meados dos anos 2000, quando por ocasião dos trabalhos do Projeto Memória. Nesta ocasião é que ocorre uma “redescoberta” do Casarão tombado e esquecido.

No próximo capítulo, partindo da percepção dos gestores públicos sobre a memória da cidade na mesma época do tombamento do Casarão da Barragem, analisaremos a trajetória das políticas públicas municipais de preservação, em diálogo com as iniciativas de outras instâncias de governo – em especial, o governo federal. O objetivo deste percurso é o de conhecer o contexto que propiciou o tombamento do Casarão, buscando compreender o “lugar” da memória das favelas nas concepções e práticas de preservação em Belo Horizonte evidenciadas nessa trajetória.

---

<sup>377</sup> Ibidem.



## CAPÍTULO 3

# A MEMÓRIA DAS FAVELAS E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO EM BELO HORIZONTE

*Os patrimônios são (...) instrumentos de constituição de subjetividades individuais e coletivas, um recurso à disposição de grupos sociais e seus representantes em sua luta por reconhecimento social e político no espaço público.*  
(José Reginaldo Santos Gonçalves)



Figura 8: Vista parcial do Casarão da Barragem, 2010  
Foto: Catharina Rocha

Em meados dos anos 1990, no advento do centenário da transferência da capital do Estado de Minas Gerais, de Ouro Preto para a nova cidade construída sobre o Arraial do Curral Del Rei, proliferaram nos discursos públicos referências à memória de Belo Horizonte. Diversas publicações apresentavam resultados de pesquisas acadêmicas que traziam para o debate os elementos que circunstanciaram o acontecimento de 1897.

Em 1996, por exemplo, uma iniciativa do Centro de Estudos Históricos e Culturais da Fundação João Pinheiro, órgão vinculado ao Governo do Estado de Minas Gerais, em parceria com a Secretaria Municipal de Cultura de Belo Horizonte, viabilizou a reedição da principal obra do jornalista, funcionário público e historiador Abílio Barreto. Trata-se do livro “Belo Horizonte: memória histórica e descritiva”, a que já nos referimos e que teve seu primeiro volume subtítulo “História Antiga”, lançado em 1928 e que diz respeito ao Arraial do Curral Del Rei; e o segundo, “História Média”, lançado em 1936, abordando as primeiras décadas da história da Capital. O trabalho de Barreto era celebrado, na edição de 1995, como obra de vital importância e ineditismo. Executado por iniciativa do historiador, que não contou com outros recursos que não os do próprio esforço para realizar a pesquisa e a escrita, o empreendimento denotava a preocupação do autor em criar um livro de história, “que fosse, ao mesmo tempo, ‘um lugar de memória’”.<sup>378</sup> Analisando o segundo volume da obra, Heliana Angotti Salgueiro assinala o intuito de Barreto em criar uma “história-fonte”, por mostrar-se “inquieto (...) com a dispersão dos arquivos locais”<sup>379</sup>. Assim, a história produzida por Abílio Barreto, a partir de referencial metodológico da chamada história positivista, caracteriza-se “pela narração, enumeração e relação de minúcias factuais em linguagem *descritiva*”, e constitui, ao mesmo tempo, “impressão, reminiscência, lembrança, *memória*”<sup>380</sup>.

Trata-se então de um livro que transcreve documentos e que tem por objetivo se tornar ele mesmo um documento: obra “coletora”, com função de “repositório” destinada aos leitores “do futuro”. Em relação ao problema da memória (que é também o da preservação), assim descreve Barreto quando Belo Horizonte tinha apenas quarenta anos: “tão precioso cabedal documentário”, já desbaratado e dividido arbitrariamente em arquivos de instituições diferentes (...).<sup>381</sup>

Salgueiro, corroborando a percepção de Barreto, ressalta ainda: “Sabe-se que o problema da memória só se coloca quando se percebe a sua ausência. E hoje, diante do desaparecimento de textos fundadores da cidade, alguns documentos citados por Barreto

<sup>378</sup> BARRETO, 1996, v. 2, op. cit.

<sup>379</sup> Ibidem, p. 36.

<sup>380</sup> Ibidem. Grifo da autora.

<sup>381</sup> Ibidem.

fazem com que sua obra revista-se de valor igual ao de uma fonte primária”.<sup>382</sup>

O “problema da memória”, em Belo Horizonte, entretanto, enquanto preocupação coletiva, só se apresentou a partir dos anos 1970. Até então, registrava-se quase que exclusivamente a partir da preocupação individual de Barreto. Das referências ao trabalho do historiador, tanto nos textos dos comentadores da edição de 1995 de “Memória Histórica...”, quanto em uma publicação elaborada, em 2003, por ocasião das comemorações dos 60 anos do Museu Histórico Abílio Barreto<sup>383</sup>, deriva a imagem de um funcionário público que se dedica, de maneira intensa e abnegada, à tarefa de criação de mecanismos de “preservação” de uma memória da cidade cujo surgimento e desenvolvimento ele acompanhara desde a infância. Sua atuação constituía, ao que parece, ação pioneira e única, num cenário em que ações em prol da “uma memória da capital”, eram praticamente inexistentes no âmbito da administração pública municipal.

As dificuldades vivenciadas por Barreto no trabalho de constituição da “memória da cidade”, entre os anos 1930 e 1940, contudo, não eram particularidade de Belo Horizonte. Com efeito, a instituição de uma política de proteção ao patrimônio, em âmbito federal, encontrava-se em franco processo de consolidação, desde a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), em 1936, em caráter provisório<sup>384</sup>, e da instituição do Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, que passou a regular a proteção do patrimônio no país. Não obstante, no âmbito dos estados e municípios, as iniciativas eram, ao que se sabe, praticamente inexistentes. Somente a partir de fins dos anos 1970 e início dos 1980, é que observaremos um movimento paulatino de

<sup>382</sup> Ibidem.

<sup>383</sup> Cf. BELO HORIZONTE, 2003a, op. cit.

<sup>384</sup> O Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) foi instituído, em definitivo, pelo Decreto-lei nº 25, que também regulamenta o instituto do tombamento como o principal instrumento de preservação. Em 1946, a instituição passou a ser denominada Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN), que se tornou Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), em 1970. A partir daquela década a instituição sofreu diversas transformações, como a criação de outros mecanismos de proteção, como o Programa de Reconstrução das Cidades Históricas (PCH) e o Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), em 1973 e 1975, respectivamente, além da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) e da Fundação pró-Memória (FNPM), no âmbito do MEC, tendo prevalecido a denominação IPHAN, vigente na atualidade. (Cf. FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em Processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ; IPHAN, 1997, p. 83-204). Em nossas referências a esta instituição, ao longo deste capítulo, utilizaremos a sigla correspondente ao período que estiver sendo tratado.

descentralização das políticas de preservação.<sup>385</sup>

A mudança deu-se em contexto de crise do regime militar, quando emergiram diversas manifestações públicas que expressavam demandas de diferentes grupos da sociedade civil pela ampliação e consolidação de um estado de direito. Tratava-se de um ambiente de intensa mobilização social em torno de temas como liberdade de expressão, combate ao racismo e à discriminação racial, ampliação dos direitos das mulheres, preservação ambiental, moradia e reforma urbana – em relação ao qual, aliás, não podemos ignorar a participação do movimento dos favelados e que repercutiu na Emenda popular sobre reforma urbana, apresentada à Constituição de 1988<sup>386</sup> –, dentre outros. Em meio a essa efervescência de reivindicações, que expressava o anseio da sociedade brasileira por mudanças políticas, em Belo Horizonte teve lugar, ainda, a emergência de movimentos específicos – como o movimento ambientalista, que se posicionava contra a ação das mineradoras e, representavam também um manifesto contra a ditadura militar –, capitaneados posteriormente como sendo embriões do movimento de patrimonialização. De todo modo, a pauta teria gerado uma progressiva sensibilização da sociedade e dos poderes públicos locais – que passavam a conquistar, gradativamente, maior autonomia administrativa na gestão do espaço urbano, em relação à esfera federal<sup>387</sup> –, pela adoção de mecanismos de proteção de edifícios caros à memória da cidade.

A seguir, tomando por referência o discurso de intelectuais e administradores públicos sobre o tema, trataremos mais detidamente, dos principais acontecimentos que teriam suscitado essa articulação em defesa do patrimônio na capital mineira e seus desdobramentos. Temos ciência de que o assunto demanda pesquisa mais aprofundada – o que, por ora, não é possível atender, dentro dos limites do presente trabalho. Nosso intento é o de identificar como emergem, nesse discurso, as expectativas em relação à preservação

<sup>385</sup> Cumpre ressaltar a existência dos museus nacionais que não contavam, contudo, com mecanismos mais eficazes de preservação de seus acervos; e a criação, durante os anos 1920, de Inspetorias Estaduais de Monumentos Históricos em Minas Gerais (1926), na Bahia (1927) e em Pernambuco (1928). (Cf. FONSECA, op. cit. p. 102).

<sup>386</sup> FERNANDES, Edésio; ROLNIK, Raquel. Law and Urban Change in Brasil. In: FERNANDES, E.; VARLEY, A. *Illegal Cities: Law and urban change in developing countries*. London; New York: Zed Books, 1998, p. 146.

<sup>387</sup> Cf. MIRANDA, André de Souza. *A gênese da preservação do patrimônio de Belo Horizonte: movimentos sociais e a defesa da Praça da Estação*. 2007. Dissertação (Mestrado em Arquitetura). Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte. 2007; FERNANDES; ROLNIK, op. cit., p. 147.

e de que modo elas repercutiam a noção de “memória coletiva”, na cidade, à época. O intuito de preservação que teria mobilizado a sociedade naquele momento dialogava com as mesmas perspectivas de Abílio Barreto nos anos 1930 e 1940? De que modo? A que imagem de cidade reporta a memória coletiva expressa nestas duas experiências? E, finalmente, nos esforços de construção de uma “memória para a cidade”, a partir da defesa da proteção ao patrimônio, qual tem sido o espaço dos grupos historicamente negligenciados nas narrativas sobre a cidade – tal como depreendemos a partir das percepções dos moradores do Aglomerado Santa Lúcia, tratados no Capítulo anterior?

### 3.1 ADVENTO DA POLÍTICA DE PROTEÇÃO AO PATRIMÔNIO NA CIDADE

As questões acima suscitadas nos remetem à necessidade de revisitar, ainda que sem pretensões mais abrangentes, a trajetória da criação da política federal de preservação do patrimônio no Brasil, com vistas a perceber suas possíveis conexões com as práticas de preservação em Belo Horizonte.

Quando da criação das primeiras ações de proteção ao patrimônio, no Brasil, as experiências de políticas públicas de preservação ao patrimônio já mobilizavam, desde o século XIX, na Europa, intenso debate em torno de conceitos e procedimentos concernentes ao tema<sup>388</sup>. Também nos Estados Unidos da América, que, na mesma época, segundo Françoise Choay, “foram os primeiros a proteger seu patrimônio ambiental”<sup>389</sup>, observamos a instituição do que o arquiteto Leonardo Castriota<sup>390</sup> denomina por “movimento preservacionista”, caracterizado pela atuação preponderante da sociedade civil

---

<sup>388</sup> Cf. CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. 3. ed. São Paulo: Estação Liberdade:unesp, 2006 [2001]; FONSECA, op. cit.

<sup>389</sup> CHOAY, op. cit., p. 14.

<sup>390</sup> CASTRIOTA, Leonardo Barci. **Patrimônio Cultural**: conceitos, políticas, instrumentos. São Paulo: Anablume; Belo Horizonte: IEDS, 2009, p. 65-70.

organizada<sup>391</sup>. Como assinala Castriota<sup>392</sup>, as práticas de preservação, desde o século XIX, estiveram vinculadas “à busca de uma identidade nacional unificadora”, em diversos países das Américas, inclusive nos Estados Unidos.

No Brasil, portanto, ocorreu fenômeno similar, embora esse movimento por aqui tenha se fortalecido, somente a partir das primeiras décadas do século XX, em consonância com as transformações políticas advindas da instituição do regime republicano. Destarte, as medidas de proteção ao patrimônio empregadas, no país, a partir dos anos 1930, durante o governo de Getúlio Vargas, constituíram-se como uma política de Estado<sup>393</sup>, destinada a “salvar” os vestígios do passado da nação e a proteger monumentos e objetos de valor histórico e artístico<sup>394</sup>. Esta política resultou, em grande medida, de um contexto matizado pelo intenso debate acerca dos projetos de nação, que, desde as primeiras décadas do século XX, sensibilizava diversos intelectuais, e no qual o tema da “identidade nacional” ocupava lugar central.

Entre os anos 1920 e 1940, em especial, estes intelectuais se voltaram, sobretudo, para a análise da história do país, buscando compreender, cada um a partir de uma perspectiva singular, o processo pelo qual se teriam configurado as características do Brasil, tais como observadas por eles, à época. A partir desta busca, explicitavam-se críticas à experiência liberal brasileira, sendo tomados como referência, não obstante, ideais de progresso e modernização para se pensar o desenvolvimento nacional. As críticas

---

<sup>391</sup> Françoise Choay acrescenta, no entanto, que os Estados Unidos “pouco se interessavam em conservar aquele [patrimônio] constituído pelas edificações, cuja proteção é recente e começou por levar em conta as residências individuais das grandes personalidades nacionais.” (Cf. CHOAY, op. cit.). Numa interpretação distinta, e enfatizando a especificidade da atuação da iniciativa privada como principal característica do “movimento preservacionista” norte-americano, Castriota afirma que os esforços em busca de uma “identidade nacional unificadora” direcionaram “grande parte do interesse dos agentes envolvidos para os sítios históricos relacionados com os primeiros assentamentos europeus ao longo da costa atlântica ou ligados ao processo da independência em relação à Grã-Bretanha (...)” Reconhece-se, contudo, que o Governo daquele país, durante muitas décadas, “manifestou pouco ou nenhum interesse e não aportou nenhum apoio nem reconhecimento oficial a esses sítios”. (Cf. CASTRIOTA, op. cit. p. 65-66).

<sup>392</sup> Cf. CASTRIOTA, op. cit. p. 65.

<sup>393</sup> Maria Cecília Londres Fonseca propõe uma distinção entre “política estatal” e política pública”, em que a primeira teria suas ações concentradas e conduzidas no interior do aparelho do Estado; e a segunda se caracterizaria por estar articulada, “inclusive por mecanismos formais, aos interesses múltiplos da sociedade” (Cf. FONSECA, 1997, p. 21).

<sup>394</sup> Cf. CASTRIOTA, op. cit. p. 71.

envolviam desde o argumento de Oliveira Vianna<sup>395</sup> acerca da inadequação da implementação do liberalismo entre nós, dado o despreparo das classes políticas para instaurá-lo; até o lamento de Gilberto Freyre<sup>396</sup>, quanto à desagregação dos laços das relações familiares patriarcalistas, promovida pela emergência dessas ideias liberais e da crescente urbanização a elas inerente.

Não obstante, havia também quem apostasse no liberalismo e, especialmente, na urbanização, como caminho para o desenvolvimento nacional. Era o caso de Sérgio Buarque de Holanda, para quem, a urbanização, a despeito de seus limites, emergia como força que poderia eliminar as heranças consideradas negativas da colonização ibérica, responsáveis pelos “males de origem” do Brasil:

Os velhos proprietários rurais tornados impotentes pelo golpe fatal da Abolição e por outros fatores não tinham como intervir nas novas instituições. A República, que não criou nenhum patriciado, mas apenas uma plutocracia, se assim se pode dizer, ignorou-os por completo. Daí o melancólico silêncio a que ficou reduzida a casta de homens que no tempo do Império dirigia e animava as instituições, assegurando ao conjunto nacional certa harmonia que nunca mais foi restaurada. Essa situação não é mais efeito do regime monárquico do que da estrutura em que este assentava e que desapareceu para sempre. A urbanização contínua, progressiva, avassaladora, fenômeno social de que as instituições republicanas deviam representar a forma exterior complementar, destruiu esse esteio rural, que fazia a força do regime decaído sem lograr substituí-lo, até agora, por nada de novo (*sic*).<sup>397</sup>

Para Holanda, a democracia liberal constituiria uma alternativa ao país, embora, na compreensão do autor, este modelo prescindisse da superação do traço personalista que marca inelutavelmente o caráter, a personalidade do brasileiro, impedindo-o de entregar-se ao exercício de relações sociais baseadas em laços de solidariedade mais abrangentes, que ultrapassassem o âmbito das relações familiares e interpessoais em geral.

Para autores de tendências mais conservadoras, como Oliveira Vianna, no

<sup>395</sup> OLIVEIRA VIANNA, Francisco José de. **O ocaso do Império**. 3a. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 19-- [1959].

<sup>396</sup> FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala**. 6a. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1950 [1933]; **Sobrados e Mucambos**. Decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano. 5a. ed. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: INL, 1977 [1936].

<sup>397</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. 26a. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1936 [1995], p. 176.

entanto, era preciso estabelecer um regime político mais adequado às características próprias da sociedade brasileira. Para Vianna, contra as tendências à fragmentação política que se observava na história do país, fazia-se necessário o emprego de um Estado forte. Cabe sublinhar, que nesse tipo de interpretação, o exercício das atividades políticas é claramente definido como função das elites. A população não aparece como constituída de sujeitos capazes de exercer papel político relevante, sendo vista como atrelada aos interesses dessas elites. Mesmo nas análises de Caio Prado Jr.<sup>398</sup>, considerado o “primeiro marxista brasileiro” – e que era, não obstante, oriundo das mesmas elites políticas e econômicas do país –, não se identifica a representação do “povo” como sujeito político.

Em todas essas leituras, aliás, prevalece uma noção de que o Brasil era uma nação ainda por ser construída, uma nação inconclusa. Os olhares que se lançavam sobre sua história identificavam um “povo” ou uma sociedade degradada, quase degenerada, formada por seres marcados pelos vícios da “melancolia”, da “luxúria”, da “cobiça”<sup>399</sup>, ou pelo personalismo e pela cordialidade que os tornavam incapazes ao exercício da democracia; e também pela miscigenação.

A miscigenação é considerada, em geral, ora como mácula, ora como possibilidade de constituição de uma identidade original para país<sup>400</sup>. Dentre as perspectivas que se nuançam este último caso<sup>401</sup>, a leitura da miscigenação proposta por Gilberto Freyre, tende a uma exaltação das diferenças étnicas – compreendidas tanto pelo aspecto cultural quanto pelo racial, embora não a partir da mesma perspectiva racista que vigorou no pensamento social entre as últimas décadas do século XIX e as primeiras do XX<sup>402</sup>. O que este autor valoriza, entretanto, é o caráter homogeneizador da miscigenação tornada possível, no seu entender, graças às habilidades plásticas do colonizador português. Por meio delas é que teria sido viável a empresa colonial; assim como seria a partir delas que

<sup>398</sup> PRADO JR., Caio. **Evolução política do Brasil e outros estudos**. 4a. ed. São Paulo: Brasiliense, 1933[1963].

<sup>399</sup> PRADO, Paulo. **Retrato do Brasil**: ensaio sobre a tristeza brasileira. 9a. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1928 [1997].

<sup>400</sup> Cf. OLIVEIRA VIANNA, Francisco José de. **Evolução do Povo Brasileiro**. 4a.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1923 [1956]; RODRIGUES, Raimundo Nina. **Os Africanos no Brasil**. São Paulo, SP: Nacional, 1932 [1905], para a primeira tendência.

<sup>401</sup> Ver, especialmente: RAMOS, Arthur. **O negro brasileiro**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1940.

<sup>402</sup> Cf. a respeito das chamadas teorias racistas: SCHWARCZ, Lília K. Moritz. **O espetáculo das raças**. 7ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1993 [2008].

estaria se forjando uma identidade para o país, caracterizada pela “originalidade” da ausência dos conflitos de raça.

É importante considerar que, enquanto desde o final do século XIX as grandes metrópoles europeias tomavam a diversidade, representada pela pobreza e pelo pobre, como indício da crise da modernidade, e enquanto tal, problema a ser resolvido<sup>403</sup>; por aqui, de modo similar, nossos pensadores lidavam, amiúde, com a diversidade cultural e étnica, buscando enquadrar, também a partir dela, uma solução viável ao futuro de um país que aspirava a modernizar-se. De modo geral, para nossos intelectuais, as soluções que se apresentavam ante o desafio, não passavam por uma valorização da multiplicidade. Antes, buscava-se ora na eliminação, ora na fusão dessas diferenças, uma identidade nacional singular.

A solução, assim, poderia dar-se por meio de um processo de branqueamento da população – considerado, por Oliveira Vianna como forma de eliminar a mácula da influência cultural e racial de índios e negros. Este intento já estivera em prática entre fins do século XIX e as primeiras décadas do XX, como vimos, por meio do incentivo à imigração prioritária de europeus, por parte do Estado<sup>404</sup>. O empreendimento estivera associado aos ensaios de modernização dos modos de produção, no país, desde as últimas décadas do século XIX. A partir de seus estudos produzidos nos anos 1920<sup>405</sup>, Oliveira Vianna avalia e defende esta tendência, enquanto política de Estado em prol do aprimoramento da raça. A perspectiva, já havia sido anunciada, em 1911, por ocasião do I Congresso Universal das Raças, em Londres, pelo único representante latino-americano, o brasileiro João Batista Lacerda. A expectativa, segundo Lacerda, era a de que, em aproximadamente cem anos, já não existissem traços dos grupos originais de negros, mestiços e indígenas, na população brasileira.

---

<sup>403</sup> Cf. a respeito: BRESCIANI, 1982, op. cit; ENGELS, Friedrich. As **grandes cidades**. In: **A situação da classe trabalhadora inglesa**. 2a. ed. São Paulo: Ed. Global, 1986 [1975] e STORCH, 1985, op. cit.

<sup>404</sup> Cf. AGUIAR, op. cit. Ver também: SEYFERTH, Giralda. Construindo a Nação: Hierarquias Raciais e o Papel do Racismo na Política de Imigração e Colonização. In: MAIO, Marcos Chor (Org). **Raça, ciência e sociedade**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/CCBB, 1996; RAMOS, Jair de Souza. Dos Males que Vêm com o Sangue: as Representações Raciais e a Categoria do Imigrante Indesejável nas Concepções sobre Imigração da Década de 20. In: MAIO, op. cit.

<sup>405</sup> Cf. a respeito: OLIVEIRA VIANNA, Francisco José. **Populações meridionais do Brasil**: história, organização, psicologia. Rio de Janeiro, RJ: Monteiro Lobato, 1920.

Projeção distinta, a partir de uma perspectiva culturalista, orientava-se pela valorização da miscigenação; que representaria, sob o ponto de vista de Gilberto Freyre e de Arthur Ramos, a possibilidade de posituação da cultura brasileira, por evidenciar uma capacidade de evitar conflitos decorrentes das diferenças étnicas, singularizando o Brasil, no conjunto das nações, num momento em que o mundo vivenciava experiências efetivas ou a eminência de conflitos caracterizados por expressões de intolerância à diversidade étnica e racial. A resposta do país, no “concerto das nações”, neste contexto, seria a de tornar viável a constituição de uma nacionalidade baseada em um discurso de harmonia entre as raças, o que se contrapunha às noções de nacionalidade baseadas em pureza étnica e racial, vigentes até então<sup>406</sup>.

### 3.1.1 Patrimônio e Identidade Nacional

A incorporação do debate sobre identidade nacional na política de preservação instituída a partir dos anos 1930 deu-se por meio da participação de setores progressistas da intelectualidade, dentre os quais, aqueles que participavam do movimento modernista, empenhados com a ideia de “modernização social e cultural do país”<sup>407</sup>. O tema era caro a quase todos os grupos de modernistas, que segundo Maria Cecília Londres Fonseca, “se expressavam, através de suas manifestações mais elaboradas (...), através de uma visão crítica do Brasil europeizado e da valorização dos traços primitivos de nossa cultura, até então tidos como sinais de atraso.”<sup>408</sup> Para Lia Motta<sup>409</sup>, estes intelectuais e artistas, determinados a construir uma “feição brasileira para marcar uma civilização nacional”, identificaram esta “feição” no “abrasileiramento” da cultura trazida da metrópole. Nesta interpretação, os modernistas valorizavam um “Brasil mestiço”, compreendido a partir de um olhar que perscrutava a dinâmica do processo de colonização, que teria engendrado uma “cultura própria” dos brasileiros, que não teriam se limitado à “mera importação de estilos e

---

<sup>406</sup> A partir dos anos 1940, passava a fortalecer-se internacionalmente, a imagem do Brasil como um “laboratório das raças”. (Cf., dentre outros, SCHWARCZ, op. cit.).

<sup>407</sup> CASTRIOTA, op. cit.

<sup>408</sup> FONSECA, op. cit., p. 89.

<sup>409</sup> MOTTA, Lia. Cidades mineiras e o IPHAN. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi (Org.). **Cidade: história e desafios**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002. 296p. (p. 124-139), p. 127.

técnicas da metrópole”. No discurso dos intelectuais responsáveis pela política de preservação, essa cultura gerada a partir do “abrasileiramento” das referências culturais européias era identificada, em especial, nas cidades mineiras do período colonial.

Com efeito, desde os anos 1920, notavam-se, na imprensa, manifestações de denúncia quanto ao “abandono das cidades históricas e a destruição irremediável dos ‘tesouros da Nação’”<sup>410</sup>; o que já anunciava que o tema da preservação tornava-se politicamente importante. Foi a partir de denúncias desse teor, feitas por intelectuais que apontavam o problema como uma “perda irreparável para as gerações futuras, pela qual as elites e o Estado seriam chamados a responder, inclusive perante as nações civilizadas”<sup>411</sup>, que o tema passou a frequentar os debates institucionais, além do Congresso Nacional, os governos estaduais e a imprensa.

Em 1924, um grupo de artistas que havia participado da Semana de 1922, visitou, juntamente com o poeta suíço Blaise Cendrars, algumas dessas antigas cidades mineiras formadas durante o ciclo minerador, a partir do século XVII, dentre as quais Ouro Preto. Na busca por elementos de uma identidade nacional “genuína”, a cidade – que fora preterida como sede administrativa do estado de Minas Gerais, após a Proclamação da República, em favor de uma nova capital, traçada sob o signo da “modernidade” e do progresso –, passava a ser, então “redescoberta” justamente por aquilo que fora considerado símbolo de um passado com o qual parte das elites econômicas e políticas desejavam romper: sua feição barroca e que remetia ao período colonial. Na visão dos modernistas, ela passava a representar, por meio de sua arquitetura, as raízes de uma “possível civilização brasileira”.<sup>412</sup> Como assinala Castriota:

(...) o barroco local, que durante muito tempo fora considerado excêntrico e sem importância, é revalorizado pelos modernistas, que o vêem como uma síntese cultural própria, esboçada por uma sociedade no interior do País, que, isolada, retrabalhara à sua maneira as diversas influências culturais.<sup>413</sup>

A concepção de identidade nacional em questão, era assumida, por essa via,

<sup>410</sup> Ibidem.

<sup>411</sup> Ibidem., p. 85.

<sup>412</sup> CASTRIOTA, op. cit.

<sup>413</sup> Ibidem.

como a síntese entre o novo – a modernidade – e a tradição, onde estariam as raízes de uma expressão cultural própria da “nação brasileira”. Diferenciando-se do tipo de modernização da expressão artística que no contexto europeu caracterizava-se pelo “rompimento radical” com o passado, os modernistas brasileiros compreendiam que, no Brasil, não havia uma tradição com a qual romper – na verdade, por aqui, ela ainda estava por ser construída. Assim, em países de formação recente, como o nosso, “a adesão imediata ao novo descaracterizaria a produção artística no que ela teria de particular – o seu caráter (*sic*) nacional – perdendo assim também o seu valor universal enquanto arte.”<sup>414</sup> Outra distinção brasileira, em relação às vanguardas europeias ante as culturas ditas primitivas e as culturas africanas, era o fato de que, enquanto para os artistas europeus estas culturas constituíam realidades temporal e espacialmente distantes, para os modernistas brasileiros, tratava-se de manifestações vivas no presente, ainda que negadas ou mitificadas. Assim, os modernistas brasileiros consideravam como “missão social” a construção de uma “tradição brasileira autêntica”, ao mesmo tempo em que se devotavam à criação de uma nova linguagem estética, que marcava a ruptura com o que consideravam “passadismo”, na arte produzida no país até então. Tratava-se do imperativo de “reelaborar o passado” e construir uma “tradição brasileira a partir de uma postura autônoma, crítica e liberta de uma ‘visão patriótico-sentimental’ (...).”<sup>415</sup>

Muitos daqueles intelectuais se engajaram, assim, durante os anos 1930, nos esforços de criação de uma política cultural para o país, que, embora já estivesse sendo engendrada a partir dos interesses específicos do Governo Vargas, constituiu um espaço de atuação dos modernistas, com a participação de Gustavo Capanema no Ministério da Educação e Saúde (MES).<sup>416</sup>

Alguns modernistas tomaram parte, especificamente, da instituição da política federal de proteção ao patrimônio. De acordo com Fonseca, foram eles “que elaboraram, a partir de suas concepções sobre arte, história, tradição e nação, essa idéia na forma do

---

<sup>414</sup> FONSECA, op. cit, p. 96.

<sup>415</sup> Ibidem. p. 98.

<sup>416</sup> Em 1953, com a criação do Ministério da Saúde, o MES passou a ser denominado Ministério da Educação e Cultura (MEC), não respondendo mais pelas atividades ligadas à saúde pública e assistência médico-social.

conceito de patrimônio que se tornou hegemônico no Brasil e que foi adotado pelo Estado, através do SPHAN.”<sup>417</sup>. Foi o caso de Mário de Andrade, a quem foi confiada a elaboração do anteprojeto que orientou a criação do próprio SPHAN, em 1937, e de Carlos Drummond de Andrade, que, a convite de Rodrigo Melo Franco de Andrade, participou da Diretoria de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, a partir de 1945. Mais tarde, o poeta atuou como chefe da Seção de História, na Divisão de Estudos e Tombamentos, entre 1953 e 1962 do mesmo órgão.

Fonseca ressalta a autonomia de que gozavam estes intelectuais junto ao Ministério da Educação e Cultura (MEC), durante as primeiras décadas de atuação do SPHAN. Respaldados por sua hegemonia no meio intelectual, eles conseguiram equalizar habilmente “a dicotomia entre o que consideravam seu papel enquanto “homens de cultura a serviço do ‘interesse público’ e sua inserção na administração de um governo autoritário”.”<sup>418</sup> Essa autonomia resultou na instituição de uma política de preservação estável, durante as primeiras décadas, mesmo diante das transformações políticas que redundaram no fim do Estado Novo e na instauração de um governo democrático após 1945.

A autora considera que essa estabilidade denotava, entretanto, a relativa “desimportância que os regimes pós-Estado Novo e seus opositores deram à questão do patrimônio histórico e artístico nacional.” Em outras palavras, prossegue, “nestes 45 anos, a questão do patrimônio raramente se transformou numa ‘arena’ importante no jogo ideológico, político e econômico nacional.”<sup>419</sup> Constituiu, contudo, curiosamente, um espaço de concretização do projeto modernista, que funcionou até mesmo à margem dos propósitos de “exortação cívica” do Ministério da Educação e Saúde, ao qual estava vinculado, na origem, o SPHAN<sup>420</sup>.

Em relação a este aspecto, contudo, consideramos importante observar que o conhecido esforço de Rodrigo Melo Franco de Andrade e seus companheiros pela consolidação da política de patrimônio logrou efeito político significativo ao projetar, como

---

<sup>417</sup> FONSECA op. cit. p. 86.

<sup>418</sup> Ibidem, p. 15.

<sup>419</sup> Ibidem, p. 157.

<sup>420</sup> Ibidem, p. 106.

expressão de uma identidade nacional específica, uma representação homogeneizante da “cultura nacional”. Esta representação tornou-se referência predominante nas práticas de preservação nas esferas federal, regionais e locais, desde sua instituição. Como afirma Lia Motta<sup>421</sup> “o que foi selecionado como patrimônio nacional [a partir daquele período] estabeleceu um padrão de patrimônio em geral”. Esse padrão, fundamentado na concepção da arquitetura colonial como “primeira expressão ‘autenticamente’ brasileira, orientou a prevalência do critério de monumentalidade e, eventualmente, o da excepcionalidade para o tombamento dos bens que passariam a compor o patrimônio nacional.

Como afirma José Reginaldo Santos Gonçalves<sup>422</sup>, os patrimônios culturais, mais que mera “coleção de objetos e estruturas materiais” existindo por si mesmas, podem ser tomados como gênero de discurso. Para este autor, os diversos grupos, instituições, categorias sociais e indivíduos, dispondo de discursos diferenciados, dialogam entre si, por meio de discursos, e é por essa via que se constituem como sujeitos. É por meio dessa relação discursiva, “que elaboramos nossas formas de autoconsciência individual e coletiva”<sup>423</sup>. Os patrimônios culturais seriam também categorias constituídas discursivamente, e podem ser encontradas em todas as sociedades nacionais modernas.

(...) florescem nos meios intelectuais e são produzidos e disseminados por empreendimentos políticos e ideológicos de construção de “identidades” e “memórias”, sejam de sociedades nacionais, sejam de grupos étnicos, ou de outras coletividades. Esses discursos podem estar associados a grupos dominantes e centrados em valores tais como “civilização” e “cultura”, pensados como valores espirituais e imateriais, ou a grupos e categorias situados nos estratos inferiores da sociedade e centrados em valores que podem ser reinterpretados a partir daqueles e baseados em dimensões materiais e corporais da existência.<sup>424</sup>

São discursos que se articulam como narrativas por meio das quais se registra a história de determinada coletividade, enfatizando sujeitos, acontecimentos e, em especial,

<sup>421</sup> Op. cit., p. 126.

<sup>422</sup> GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Monumentalidade e cotidiano: patrimônios culturais como gênero de discursos. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi (Org.). **Cidade: história e desafios**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002. 296p. (p. 108-123).

<sup>423</sup> Ibidem, p. 110.

<sup>424</sup> Ibidem.

“os objetos que ‘testemunharam’ esses acontecimentos”<sup>425</sup>. Quem narra essa história, ainda de acordo com Gonçalves, o faz “sob a autoridade da nação, ou de outra coletividade qualquer, cuja memória e identidade são materialmente representadas pelo patrimônio.”<sup>426</sup>

Tendo em vista as questões que nos interessam neste estudo, entendemos, como Gonçalves, que a categoria “discursos”, independentemente da forma como eles se apresentem, diz respeito, às “visões de mundo”<sup>427</sup> que integram as diferentes linguagens por meio das quais eles são expressos. E, neste sentido, não existem visões de mundo, “formas de pensamento, separadas dos discursos que as veiculam”<sup>428</sup>. Assim, a compreensão dos patrimônios culturais enquanto “gêneros de discurso” implica, para o autor, em seu reconhecimento enquanto “um modo de representar o mundo”<sup>429</sup>.

À luz destas considerações podemos afirmar que o discurso engendrado a partir da narrativa produzida pelos intelectuais responsáveis pela instituição da política de patrimônio no Brasil, até os anos 1960, colocou em relevo a interpretação das elites políticas e econômicas do país acerca do passado, legitimando seus interesses quanto à ordem social do país. O padrão discursivo produzido pelo SPHAN/DPHAN, nessa época, foi preponderantemente construído a partir do eixo da “monumentalidade”. Este convivia com um segundo padrão discursivo, identificado por Gonçalves como o do “cotidiano”. No registro da monumentalidade, o passado é considerado “hierarquicamente superior ao presente”<sup>430</sup>, sendo a “tradição” a mediação inerente à relação entre esse passado e o presente. Esta última noção é tão cara ao discurso da monumentalidade quanto o de “civilização”. Assim, nesse tipo de narrativa, o patrimônio histórico e artístico brasileiro assinala uma relação de continuidade com a civilização cristã ocidental, integrando o país nesta civilização<sup>431</sup>:

---

<sup>425</sup> Ibidem. p. 111.

<sup>426</sup> Ibidem.

<sup>427</sup> Ibidem.

<sup>428</sup> Ibidem.

<sup>429</sup> Ibidem. p. 112. O autor considera, neste caso, a concepção de Mikhail Bakhtin, para quem a noção de “gêneros de discurso” diz respeito a um “campo de percepção valorizada, um modo de representar o mundo” (BAKHTIN, 1981, p. 28 apud GONÇALVES, 2002, p. 112).

<sup>430</sup> Ibidem. p. 117.

<sup>431</sup> Ibidem. p. 118.

Para tornar-se civilizado, o Brasil teria de relembrar seu passado ou tradição e, nesse processo, monumentos e obras de arte desempenham um papel especial. Monumentos barrocos coloniais eram exemplos privilegiados para inspirar a vida de homens e mulheres no presente. Considerados monumentos no sentido clássico do termo, isto é, pela sua exemplaridade cultural e estética, eles materializavam a “tradição”, fonte segura de uma identidade nacional.<sup>432</sup>

No discurso do cotidiano, o presente é enfatizado, enquanto o passado é relativizado, tornado uma “referência”, a ser utilizada pragmaticamente “no processo de produção cultural e na garantia de continuidade da trajetória histórica da nação”. Esse passado não é mais acessível por meio de uma tradição, uma vez que, nesta narrativa, passam a existir “tantos passados e, conseqüentemente, tantas memórias quantos são os grupos sociais”.<sup>433</sup> A nação não é mais concebida como uma “totalidade homogênea”, tal como no registro da monumentalidade, mas a partir da heterogeneidade das experiências cotidianas desses grupos e de indivíduos.

Estas duas modalidades discursivas do patrimônio no Brasil, de acordo com Gonçalves, conviveram desde a origem das políticas de preservação no país. A primeira predominou durante a chamada “fase heróica”, que corresponde principalmente às três primeiras décadas de atuação do SPHAN, e a segunda passou a ganhar espaço na gestão de Aloísio Magalhães, nos anos 1970. É importante considerar, entretanto, como ressalta Lia Motta, que a valorização do critério estético-artístico, característico da referência à monumentalidade, prevaleceu na política federal de preservação, mesmo com as transformações ocorridas a partir dos anos 1970. Analisando o assunto e considerando as dificuldades de caráter administrativo – ausência de profissionais diversificados que viabilizassem uma abordagem múltipla do patrimônio; pouco avanço nos métodos de identificação, valoração e seleção dos bens – que permearam, em diversos momentos, a consolidação da política de preservação, Motta observa que,

Mesmo em momentos em que houve uma maior dotação orçamentária e contratações, não foi priorizada a estruturação de uma prática que contemplasse a diversidade cultural e os aspectos documentais no que se refere ao patrimônio urbano. Assim sendo, poucas ações buscaram selecionar um patrimônio

---

<sup>432</sup> Ibidem.

<sup>433</sup> Ibidem. p. 119.

observando outras características além das estético-estilísticas e de excepcionalidades já consagradas. Predominaram os métodos de inventário e de atribuição do valor cultural que empregavam o critério de observação dos aspectos estilísticos segundo o gosto educado dos arquitetos.<sup>434</sup>

Cabe salientar, que a criação do SPHAN, a partir das determinações do Decreto-lei nº 25, negligenciou, em função dos acordos necessários à sua aprovação, pelo Congresso, grande parte das proposições do ante-projeto apresentado por Mário de Andrade<sup>435</sup>. Assim, por exemplo, a pouca valorização do “popular”, que na concepção de patrimônio de Mário constitui um traço marcante. Se para o autor do anteprojeto era preciso considerar a possibilidade de inscrição de “todas as obras de arte” – tanto as eruditas e as chamadas Belas-Artes, quanto as chamadas “populares”, arqueológicas, ameríndias e as aplicadas –, nas ações do SPHAN elas foram contempladas somente por meio das primeiras publicações. Uma vez que se considerava não haver instrumentos de preservação apropriados para o tombamento de toda e qualquer expressão cultural, preconizou-se a valorização da chamada “civilização material”, da qual abundavam vestígios da influência portuguesa.

Na prática dos tombamentos (...), a prioridade foi dada aos remanescentes da arte colonial brasileira, justificada pelos agentes institucionais como decorrência do processo de urbanização, que já se acelerava, e do saque e comercialização indevidos de bens móveis, que eram vendidos por antiquários brasileiros a colecionadores, sobretudo estrangeiros.<sup>436</sup>

Do mesmo modo, foi preterida a perspectiva de Mário quanto à importância da valorização da participação popular nos processos decisórios com respeito à política de preservação. Ainda de acordo com Fonseca:

(...) Tinha-se plena convicção não só do caráter pioneiro da criação do SPHAN, como também do fato de que sua importância só era evidente para um grupo restrito de pessoas, basicamente das camadas mais cultas. Nesse sentido, os intelectuais do SPHAN consideravam legítimo o exercício dessa autoridade, na medida em que cabia ao Estado, naquele momento, o papel de intérprete e

---

<sup>434</sup> MOTTA, 2002 op. cit., p. 133.

<sup>435</sup> FONSECA, op. cit.

<sup>436</sup> Ibidem, p. 117.

guardião dos valores culturais da nação, uma vez que a sociedade ainda não tinha alcançado a consciência desses valores.<sup>437</sup>

A partir da concepção monumentalista e do caráter discursivo que assume, no caso da política de preservação no Brasil, prevaleceu, então, a prerrogativa de valorização dos elementos barrocos como expressão da cultura brasileira. Em Minas Gerais, já entre 1938 e 1941, foram tombados, dentre outros, os conjuntos urbanos e arquitetônicos de cidades como Ouro Preto, Congonhas, Serro, Diamantina e Mariana. Capelas e igrejas matrizes predominam no conjunto destas obras, sendo inclusos, em geral, também seus acervos<sup>438</sup>. Este padrão se perpetuará nas décadas seguintes, caracterizando a política de preservação, naquele estado, que possuía, em 2009, o segundo maior número de bens tombados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – 204 tombamentos em 49 municípios.<sup>439</sup>

### 3.1.2 Políticas de Preservação em Belo Horizonte

Em contraste com as cidades formadas durante o ciclo do ouro, em Minas Gerais, Belo Horizonte não figurava enquanto referência para a narrativa de memória que se desejava construir para o país. A atuação do órgão federal de preservação, naquela cidade, ocorreu de modo pontual, por meio do tombamento de seis bens, entre 1947 e 1997: a Igreja de São Francisco de Assis e suas obras de arte, em 1947; a Casa da Fazenda do Leitão, sede do atual Museu Histórico Abílio Barreto, em 1951; o Conjunto Paisagístico do pico e da parte mais alcantilada da Serra do Curral, em 1960; o Lavatório da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Boa Viagem, em 1960; o Presépio do Pípiripau, em 1984 e o Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Pampulha, em 1997<sup>440</sup>. Trata-se de obras isoladas – à exceção do Conjunto da Pampulha –, que se destacam, em geral – poderíamos dizer –, por

<sup>437</sup> Ibidem. p. 121.

<sup>438</sup> Cf. BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Bens móveis e imóveis inscritos no Livro do Tombo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: 1938-2009**. 5. ed. Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC, 1994 [2009]. Org. Francisca Helena Barbosa Lima et. al., p. 36-55. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=1356>>. Acesso em: 20 jan. 2012.

<sup>439</sup> Ibidem, p. xxxi. O estado com maior número de tombamentos, de acordo com o mesmo documento, é o Rio de Janeiro, com 224 bens, em 23 municípios.

<sup>440</sup> BRASIL, 1994 [2009], op. cit., p. 37.

seu valor de excepcionalidade e não tanto enquanto monumentos, no sentido atribuído às cidades barrocas; muito embora a conquista de seu tombamento também explicita esforço por instituir e legitimar valores.

Dentre estes bens, cabe considerar a Igreja de São Francisco de Assis, na Pampulha, tombada apenas três anos após sua inauguração. A valorização do caráter “excepcional” desta obra parece justificar o tombamento, a partir do critério de estético-estilístico; além disso, havia, segundo Leonardo Castriota, uma tendência dos arquitetos modernistas de efetuar aproximações entre as afinidades estruturais das técnicas construtivas do período colonial e os princípios da arquitetura modernista<sup>441</sup>. A Igreja foi construída durante a gestão de Juscelino Kubitschek na prefeitura de Belo Horizonte, a partir de projeto arquitetônico de Oscar Niemeyer e com a participação de diversos profissionais, dentre os quais Cândido Portinari e Paulo Werneck que assinam os painéis internos e externos.

Além dela, a Casa da Fazenda do Leitão, construída no século XIX, no antigo Arraial do Curral Del Rei, e que está relacionada aos desdobramentos da atuação de Abílio Barreto. A Casa – que foi construída a partir da linguagem arquitetônica das construções do período colonial<sup>442</sup> – abriga, desde 1943, o Museu da Cidade, criado em 1941, por ato do prefeito. De acordo com a Diretora da instituição, em 2003, Taís Veloso Cougo Pimentel, a inauguração do Museu foi assim recebida, à época:

Fato bizarro, se considerada a juventude da urbe. À época, muitos estranham, outros se comovem. E a instituição se implanta como espaço privilegiado da memória da ainda tão jovem capital. Nos primeiros anos, o interesse pela casa velha da Fazenda do Leitão mantém viva a idéia de que belorizontinos precisavam conhecer as origens de tudo. Demolido, o Curral Del-Rei poderia ser saudosamente lembrado em óleo sobre telas, fotos, objetos, maquetes. E Belo Horizonte passava a ser compreendida como um feito de homens que ousavam pensar o presente e imaginar o futuro.<sup>443</sup>

<sup>441</sup> Segundo o autor, “é muito comum na época identificar-se uma espécie de correspondência entre essa arquitetura colonial e a arquitetura moderna, ressaltando-se os seus traços comuns: simplicidade, austeridade, pureza, bom uso dos materiais.” (Cf. CASTRIOTA, op. cit. p. 73).

<sup>442</sup> Cf. a respeito PEDERSOLI, Aurora. Uma releitura. In: BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. **MHAB: 60 anos de história**. Belo Horizonte, Prefeitura Municipal de Belo Horizonte / Museu Histórico Abílio Barreto, 2003a (Caderno I).

<sup>443</sup> BELO HORIZONTE, 2003a op. cit., p. 12.

O Museu, que constituía uma das poucas iniciativas da administração municipal, até o início dos anos 1980, em favor da memória da cidade, passou chamar-se “Museu Histórico Abílio Barreto”, em 1967, “em homenagem ao seu idealizador e primeiro diretor”.<sup>444</sup>

No que concerne à política estadual de proteção ao patrimônio, somente a partir de 1971, quando foi criado o Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA)<sup>445</sup>, a cidade passou a ser contemplada com o tombamento de imóveis. Neste caso, trata-se da proteção de conjuntos arquitetônicos e paisagísticos de praças, avenidas e da região da Pampulha, além de bens isolados, sedes de instituições políticas, de lazer e educativas, totalizando 36 bens tombados, nos quarenta e um anos do IEPHA<sup>446</sup>.

Como afirmamos anteriormente, a gradativa expansão das políticas de preservação abrangendo os estados e municípios, no Brasil, ocorreu concomitante aos processos de abertura política, no contexto de fins da Ditadura Militar. Ao final dos anos 1970, quando o regime militar já começava a apresentar sinais de crise<sup>447</sup>, a política nacional de patrimônio sofreu uma inflexão que resultou na crítica profunda ao modelo de preservação até então praticado pelo IPHAN e que passou a ser considerado elitista<sup>448</sup>. Tornava-se necessário, a partir daí, promover mecanismos de democratização da política de preservação e a valorização do que os gestores e intelectuais da época denominavam como “cultura popular”.<sup>449</sup> Segundo Fonseca, durante os anos 1970 e 1980, a orientação da política cultural desenvolvida no nível federal voltava-se para “ampliar a noção de patrimônio e estimular a participação social, propondo uma relação de colaboração entre

---

<sup>444</sup> Ibidem, p. 11. Entre os anos de 1993 e 2002, o espaço físico do Museu foi revitalizado e reformulado, sendo criado um edifício anexo ao antigo casarão, que se tornou a principal peça do acervo. (Cf. BELO HORIZONTE, 2003b, op. cit.).

<sup>445</sup> Doravante, IEPHA.

<sup>446</sup> MINAS GERAIS. Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico. Bens culturais tombados. **Base de Dados**. [ca. 2009]. Disponível em: <<http://www.iepha.mg.gov.br/bens-protegidos/bens-culturais-tombados>>. Acesso em: 08 fev. 2012.

<sup>447</sup> FONSECA, op. cit. p. 17.

<sup>448</sup> Ibidem, p. 147-204.

<sup>449</sup> Ibidem, p. 147-182.

Estados e sociedade.”<sup>450</sup>

Nos anos 1970, foram adotadas algumas medidas, como a criação do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), a Fundação Pró-memória (FNPM) e a unificação da política federal de preservação, por meio da fusão dos principais órgãos responsáveis pela execução desta política, no âmbito do Governo Federal. Contudo, embora algumas delas tenham se revelado promissoras e relativamente bem sucedidas, como a do próprio CNRC – que, conforme sugere Fonseca, estabeleceu uma nova orientação que teria deixado marcas “no sentido de propiciar uma democratização da política federal de patrimônio”<sup>451</sup> –, tais iniciativas não lograram suplantar a antiga prática de restringir a política de preservação ao chamado “patrimônio de pedra e cal”, que resulta, nas palavras da autora, em um patrimônio valioso, porém “pesado e mudo”:

Pesado porque mudo, na medida em que, ao funcionar apenas como símbolo abstrato e distante da nacionalidade, em que um grupo muito reduzido se reconhece, e referido a valores estranhos no imaginário da grande maioria da população brasileira, o ônus de sua proteção e conservação acaba sendo considerado como um fardo por mentes mais pragmáticas. (...)

“Protegidos”, a maior parte do tempo, do acesso do público que, em geral, vê a preservação como uma atividade “cult”, própria dos países civilizados, esses bens parecem guardar a sete chaves, para a grande maioria da população, as informações, sentidos e valores que teriam justificado sua inclusão no patrimônio histórico e artístico nacional. A distância entre as tradições culturais, as diferentes identidades coletivas, entre a pluralidade cultural da nação e a memória nacional construída pelo Estado, fica, desse modo, mais aguda, assim como os limites dessa política estatal, enquanto política pública.<sup>452</sup>

A crítica direcionada por Fonseca à política pública de preservação soa bastante pertinente ao contexto dos anos 1990, em que era apresentada, e no qual despontava o desafio da ampliação efetiva da democratização do acesso à cultura e ao direito à memória, no país.

No âmbito internacional, o aumento do interesse pelo tema no final do século XX, era marcado também pela emergência do conceito de “patrimônio intangível” ou

---

<sup>450</sup> Ibidem, p. 16.

<sup>451</sup> Ibidem, p. 16.

<sup>452</sup> Ibidem, p. 18.

“imaterial”, que passava a recomendar o instrumento da salvaguarda de “práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhe são associados – que em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural”<sup>453</sup>. Desde então, surgem também estudiosos interessados em compreender esse fenômeno de súbito interesse pelo passado que as sociedades ocidentais apresentavam<sup>454</sup>. Emergiram análises que avaliam criticamente a “patrimonialização ‘galopante’”<sup>455</sup>; ou o “neo-historicismo” que surge “em contexto de apagamento ou dissolução do passado, pelo instante e, ao mesmo tempo, ascensão da museificação, da *heritage*, do ‘passado como espetáculo’”<sup>456</sup>.

Em Belo Horizonte, foi nesse mesmo contexto que caracteriza as últimas décadas da política de patrimônio no âmbito nacional e internacional, que se iniciou a construção de uma política de proteção. Ali, a despeito da sensível ausência de maior envolvimento da população com as políticas de patrimônio, mesmo ante as experiências política e conceitualmente inovadoras dos anos 1970 e 1980, em âmbito nacional<sup>457</sup> –, a instituição de uma política municipal de preservação do patrimônio foi construída a partir da mobilização de um discurso que enfatiza a mobilização de setores da sociedade preocupados com a intensificação do processo de destruição de imóveis antigos, em função dos interesses do mercado imobiliário e das demandas de remodelamento urbano.

Estes últimos empreendimentos haviam se intensificado entre as décadas de 1930 e 1950, quando o poder público passou a implementar “uma série de mudanças modernizantes no espaço urbano e [alterou] significativamente sua imagem”<sup>458</sup>. Cabe assinalar, uma vez mais, que, nas duas décadas seguintes, o desenvolvimento do processo de metropolização, a partir do crescimento do parque industrial desencadeou a ampliação

<sup>453</sup> UNESCO. **Convenção para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial**. Paris, 2003. Em 1989 a UNESCO divulgou a “Recomendação sobre salvaguarda da cultura tradicional e popular”. (Cf. UNESCO, op. cit. p. 1)

<sup>454</sup> Cf. HUYSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia**. 2 ed. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2004 [2000].

<sup>455</sup> Cf. HARTOG, François. Tempo e Patrimônio: Temporality and Patrimony. **Varia Historia**, Belo Horizonte, v. 22, n. 36, p.261-273, jul./dez. 2006. Semestral. Tradução José Carlos Reis.

<sup>456</sup> SARLO, Beatriz. **Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva**. São Paulo (SP); Belo Horizonte: Companhia Das Letras: UFMG, 2005 [2007].

<sup>457</sup> FONSECA op. cit., p. 213.

<sup>458</sup> Cf. **Patrimônio Cultural nas Cidades Contemporâneas: o caso de Belo Horizonte**. Belo Horizonte: Escola de Arquitetura da UFMG, 1991. 83 p. (Relatório), p. 20.

das desigualdades urbanas, no que diz respeito a infra-estrutura e serviços, e o aprofundamento da segregação social do espaço. O processo de periferização dos assentamentos e loteamentos e o crescimento acentuado do mercado imobiliário apresenta desdobramento até os dias atuais.<sup>459</sup>

A partir de meados dos anos 1970, emergiram manifestações de insatisfação popular contra a ação de mineradoras que, por meio de práticas predatórias de exploração do solo, colocavam em risco os contornos da Serra do Curral, considerada uma das referências identitárias da cidade e que, como mencionamos, já tivera parte de seus elementos tombados pelo DPHAN, em 1960. O contexto mobilizou o Instituto dos Arquitetos do Brasil, seção Minas Gerais (IAB-MG), que, em 1977 enviou manifesto ao Governador do Estado de Minas Gerais, Aureliano Chaves, cobrando providências com a finalidade de “neutralizar os impactos ambientais negativos devidos à mineração da MBR<sup>460</sup>, na Serra do Curral”.<sup>461</sup>

Em 14 de agosto 1976, foi publicado no Jornal do Brasil o poema “Triste Horizonte”, de Carlos Drummond de Andrade, direcionando forte crítica à degradação de espaços e elementos caros à memória da cidade:

POR QUE não vais a Belo Horizonte? A saudade ciciza  
contínua e branda: Volta lá  
Tudo é belo e cantante na coleção de perfumes  
Das avenidas que levam ao amor,  
Nos espelhos de luz e penumbra onde se projetam  
Os puros jogos do viver.  
Anda! Volta lá, volta já.  
E eu respondo carrancudo: Não  
Não voltarei para ver o que não merece ser visto.  
Não o passado de cores fantásticas,  
Belo Horizonte sorrindo púbere núbil sensual sem malícia,  
Lugar de ler os clássicos e amar as artes novas,  
lugar muito especial pela graça do clima  
E pelo gosto que não tem preço,  
de falar mal do Governo no lendário Bar do Ponto.  
Cidade aberta aos estudantes do mundo inteiro,  
inclusive Alagoas,

<sup>459</sup> Ibidem.

<sup>460</sup> Minerações Brasileiras Reunidas, que atua no município de Nova Lima, limítrofe a Belo Horizonte.

<sup>461</sup> MIRANDA, op. cit., p. 47.

“maravilha de milhares de brilhos, vidrilhos”  
mariodeandradecelebrada.  
Não, Mário, Belo Horizonte não era uma tolice como as outras.  
Era uma província saudável, de carnes leves pesseguíneas  
[...]  
Esquecer, quero esquecer é a brutal Belo Horizonte  
Que empavona sobre o corpo crucificado da primeira.  
Quero não saber da traição de seus santos.  
Eles a protegiam. Agora protegem-se a si mesmos.  
São José, no centro da cidade,  
Explora estacionamento de automóveis.  
São José dendroclasta não deixa de pé sequer um pé-de-pau  
Onde amarrar o burrinho numa parada no caminho do Egito.  
São José vai entrar feio no comércio de imóveis,  
Vendendo seus jardins destinados a Deus.  
São Pedro instala supermercados.  
Nossa Senhora das Dores,  
Amizade da gente na Floresta  
(vi crescer sua igreja à sombra do Padre Artur)  
Abre caderneta de poupança,  
Loja de acessórios para carros,  
papelaria, aviário, pão-de-queijo.  
Terão endoidecido esses meus santos  
e a dolorida mãe de Deus?  
Ou foi em nome deles que pastores deixam de pastorear para faturar?  
[...]  
Fujo  
Da ignóbil visão de tendas obstruindo as alamedas do Senhor.  
Tento fugir da própria cidade, reconfortar-me em seu austero píncaro serrano.  
De lá verei uma longínqua purificada Belo Horizonte  
Sem escutar os rumos dos negócios abafando a litania dos fiéis.  
Lá o imenso azul desenha ainda as mensagens  
De esperança nos homens pacificados – os doces mineiros  
que teimam em existir no caos e no tráfico.  
Em vão tento a escalada.  
Cassetetes e revólveres me barram a subida  
que era alegria dominical de minha gente  
Proibido escalar. Proibido sentir  
o ar de liberdade destes cimos,  
proibido viver a selvagem intimidade destas pedras  
que se vão desfazendo em forma de dinheiro.  
Esta serra tem dono.  
Não mais a natureza a governa.  
Desfaz-se, com o minério  
uma antiga aliança, um rito da cidade.  
Desiste ou leva bala.  
Encurralados todos,  
a Serra do Curral, os moradores  
cá em baixo.

Jeremias me avisa:  
“Foi assolada toda a serra;  
de improviso derrubaram minhas tendas,  
abateram meus pavilhões.  
Vi os montes, e eis que tremiam.  
E todos os outeiros estremeciam.  
Olhei a terra e eis que estava vazia,  
Sem mais nada nada nada.  
Sossega minha saudade. Não cicies outra vez  
o impróprio convite.  
Não quero mais, não quero ver-te,  
Meu Triste Horizonte e destroçado amor.”<sup>462</sup>

A nostalgia entristecida do poeta ante a desfiguração da cidade que ele aprendera a amar na juventude<sup>463</sup> ecoou nacionalmente, reverberando as tensões que começavam a se estabelecer, em função do que era concebido como descaso do poder público para com a destruição de elementos arquitetônicos e naturais tomados como referências identitárias para a cidade.<sup>464</sup> Na Ata da reunião do *Sabadoye* – o encontro costumeiro de “literatos, homens e mulheres de letras, aos sábados, na casa de Plínio Doyle, no Rio de Janeiro”<sup>465</sup> – Péricles Madureira registrou:

(...) Devemos festejar o poema de Drummond hoje publicado no Jornal do Brasil. “Triste Horizonte” é lamentação que os mineiros de Minas receberão como ato de amor. Os boatos de que lhes fecharão as fronteiras não poderão ser confirmados. Liberdade e poesia foram sempre privilégio daquelas montanhas. Deus nos ouça.<sup>466</sup>

A julgarmos a partir do que repercute, ainda recentemente na memória de antigos participantes dos movimentos que emergiram no período, “Tristes Horizontes” foi apropriado como importante manifesto que traduzia as inquietações e os anseios de

<sup>462</sup> ANDRADE, Carlos Drummond. Confissões de Minas. In: \_\_\_\_\_. Poesia e Prosa, 1983, p. 923 apud DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Memória, história e representações literárias. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Vol. 43, Nº 2. Belo Horizonte. Jul/dez 2007 p. 159-175.

<sup>463</sup> Carlos Drummond de Andrade viveu em Belo Horizonte em 1916, em função dos estudos. Em 1920 retornou à cidade com a família, ali permanecendo entre 1920 e 1934, quando se mudou para o Rio de Janeiro, devido ao convite para atuar no Gabinete de Gustavo Capanema no então Ministério da Educação e Saúde Pública.

<sup>464</sup> MIRANDA, op. cit. p. 80.

<sup>465</sup> PIOVESAN, Grace Kely. Para além do sábado: cartas entre Pedro Nava e os Sabadoylanos. **Emblemas**, v. 7, n. 1, 157-176, Jan-Jun, 2010.

<sup>466</sup> SENNA, Homero. **Sabadoye**: histórias de uma confraria literária. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2000.

estudantes, arquitetos, historiadores, dentre outros intelectuais envolvidos posteriormente nas lutas em prol da criação e do fortalecimento de mecanismos de proteção ao patrimônio da cidade, mas cujas manifestações representavam, notadamente, à época, repúdio à ingerência do governo ditatorial. Segundo um dos entrevistados de André de Sousa Miranda, o arquiteto Ricardo Samuel de Lana, o poema foi resultado de um intenso movimento que já estava se desenvolvendo durante os anos 1970:

(...) o que foi que houve, que pra mim é realmente um marco de uma atitude diante de um desmando, de uma violência contra a cidade foi a questão da Igreja de São José; que aconteceu logo no início dos anos 70. Quando os padres cortaram as árvores, nos fundos da Igreja São José, tiraram todas as árvores para fazerem aquela coisa hedionda, aquele prédio que dá pra Rua Rio de Janeiro. Houve uma reação, a Escola de Arquitetura se manifestou, houve protesto, tentou-se impedir de toda a forma que o prédio fosse construído, houve uma campanha enorme e culminou com o “Triste Horizonte” de Carlos Drummond de Andrade, que é uma maravilha. Ele fez por conta daquilo ali. E aí ele mexeu em um monte de coisa. ... E o poema do Drummond virou um trem assim: caiu, o Brasil inteiro tomou conhecimento disso! E já ficou essa questão assim... (...) <sup>467</sup>

O episódio a que o arquiteto faz referência e cujo impacto podemos sentir por meio da crítica de Drummond, foi um dos acontecimentos decisivos na mobilização social em torno da defesa do patrimônio em Belo Horizonte. Assim como a destruição da Serra do Curral – que já sensibilizava parte da população, por tratar-se da ameaça de destruição da principal referência da paisagem que envolvia a cidade –, a atitude dos padres redentoristas da Igreja São José foi duramente combatida. Entretanto, os religiosos efetuaram, contra os anseios populares, a venda de parte do terreno, para uma empresa que construiu no local um estacionamento.

Em 1981, a cidade assistiu a um acontecimento inédito: a realização do *I Encontro pela Revitalização da Praça da Estação*, que compreendia o conjunto de algumas das primeiras construções da nova Capital, no entorno da Estação Central – a “porta de entrada” principal da cidade, durante as primeiras décadas do século XX. Ante o risco de destruição da Praça, em função da realização de obras para a instalação do metrô de superfície, a proposta de revitalização foi defendida pelos organizadores e participantes do

---

<sup>467</sup> LANA, 2007 apud MIRANDA, op. cit., p. 81.

*Encontro*, como uma maneira de mediar a intervenção das obras em questão, garantindo o reconhecimento do valor histórico do lugar.<sup>468</sup>

Dois anos depois, outro processo de mobilização social em defesa do patrimônio foi desencadeado pela ameaça de destruição do edifício que abrigara nos anos 1940, o Cine Metrópole, e que se tornara uma referência significativa para a memória de várias gerações na cidade. O antigo prédio em estilo eclético, instalado na Rua da Bahia (região central), em 1906, como sede do Teatro Municipal fora reformado em 1939, adquirindo feições *art-decô*, típicas da linguagem arquitetônica da época. Em 1983 o imóvel foi adquirido pelo Banco Bradesco que, mesmo diante de amplo protesto da sociedade civil, o demoliu, construindo em seu lugar, uma agência.

O processo mobilizou representantes do IEPHA, além dos grupos já mencionados, que argumentavam em favor da manutenção do prédio, por sua importância histórica e arquitetônica. O máximo que se conseguiu foi um acordo por meio do qual o banco responsabilizar-se-ia pela construção de outro espaço cultural – o Teatro Klauss Vianna, que está localizado no alto da Avenida Afonso Pena. A solução apresentou-se ineficaz, pois não substituiu a lacuna que passou a constituir, para a cidade, a perda de uma de suas referências identitárias mais significativas.

Este episódio traumático habita a memória dos que participaram das mobilizações à época, como um dos principais acontecimentos que impulsionaram a articulação da sociedade pela criação dos instrumentos legais que passaram a reger, desde então, as políticas municipais de proteção ao patrimônio.

---

<sup>468</sup> Cf. MIRANDA, op. cit.

### 3.2 “SALVANDO” MEMÓRIAS

Em 12 de janeiro de 1986, o Jornal “Estado de Minas” noticiava:

Situações como a do Cine Metrópole, jogado ao chão apesar do protesto da população, não acontecerão mais em Belo Horizonte e o futuro de áreas paisagísticas, como a lagoa do Nado (*sic*), não correrão mais riscos. Quem garante isto é o vereador Arthur Vianna, autor da lei no. 3.802, já aprovada na Câmara Municipal, que organiza a proteção de todo o patrimônio cultural da cidade e a torna a segunda capital do País, após Curitiba, a adotar tais providências.<sup>469</sup>

A matéria, publicada cinco dias antes da instituição do Decreto No. 5.531, que “aprova o Regimento do Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte”<sup>470</sup>, denota a amplitude das mobilizações pela preservação do patrimônio em Belo Horizonte; mas também evidencia as dificuldades de implementação das políticas relativas ao tema, no âmbito do município.

Grande conquista deste processo, a Lei Municipal 3802/84 que “Organiza a proteção do patrimônio cultural do Município de Belo Horizonte”<sup>471</sup>, fora promulgada no dia 6 de julho de 1984. Apesar disso, como é possível depreender da matéria publicada no Estado de Minas, um ano e meio depois, a Lei ainda prescindia de mecanismos eficazes para começar a funcionar.

Dentre as determinações do instrumento, estava a criação de um Conselho Deliberativo e, incorporando os principais aspectos da legislação federal e estadual sobre o assunto, a instituição do tombamento, como principal medida de proteção ao patrimônio. A referida Lei compreendia como “patrimônio cultural” do município, “o conjunto de bens móveis e imóveis existentes, cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história, quer pelo seu valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico, artístico ou documental.”<sup>472</sup> Estes bens só passariam a ser considerados parte

<sup>469</sup> APROVADA LEI QUE PROTEGE O PATRIMÔNIO DA CIDADE. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 12 jan. 1986. 1º Caderno, p. 12.

<sup>470</sup> BELO HORIZONTE. **Decreto No 5.531** de 17 de dezembro de 1986. Aprova o Regimento do Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte. Belo Horizonte, 1986.

<sup>471</sup> MINAS GERAIS, 1984, op. cit.

<sup>472</sup> Ibidem.

do patrimônio do município, porém, após serem incluídos em um dos quatro livros do tomo a serem criados – Livros do Tombo: Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; Histórico; das Belas Artes; e das Artes Aplicadas<sup>473</sup> –, o que dependeria, naturalmente, da aplicação da lei.

Na ocasião da matéria veiculada pelo “Estado de Minas”, o Vereador Arthur Vianna cobrava do poder executivo, o início da implementação das ações previstas na Lei:

A importância desta lei, segundo seu autor, é que ela torna Belo Horizonte um foro privilegiado para discutir tais questões, não ficando mais dependente do Estado e da União, como vinha acontecendo até então. “O que falta, porém”, disse Arthur Vianna, “é o executivo utilizá-la logo, criando o Conselho e cadastrando o patrimônio cultural que ainda resta de pé na cidade. É a única maneira que temos de preservar o que queremos e interessa à memória, à própria vida e fisionomia da capital.”<sup>474</sup>

A matéria informa, ainda, sobre a existência da Lei Nº 3.640, de autoria do mesmo vereador e que havia sido aprovada em 08 de novembro de 1983. Esta Lei visava estimular a participação da sociedade em favor da política de preservação, ao instituir incentivos fiscais e construtivos para a preservação de imóveis tombados pelos órgãos de proteção do Patrimônio Histórico e Artístico, do município.

É notório o empenho do vereador Arthur Vianna, para que se criassem condições de cumprimento da Lei. Em ofício ao Presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte, em 18 de dezembro de 1985, o vereador solicitava:

Requeiro a V. Exa., ouvida a Casa, em regime de urgência e com dispensa dos pareceres das Comissões Técnicas, seja encaminhada, para exame e consideração do Excelentíssimo Senhor Prefeito, uma INDICAÇÃO ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal, Dr. Ruy Lage, no sentido de fazer aplicar a Lei Municipal 3802/84, (...), a fim de salvar, entre outros monumentos de nossa memória, o conjunto arquitetônico da Praça da Estação ora ameaçado.<sup>475</sup>

<sup>473</sup> Ibidem, p. 82.

<sup>474</sup> APROVADA..., op. cit.

<sup>475</sup> BELO HORIZONTE. Câmara Municipal. Indicação Nº 9622/85, 1985. **Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte**: Legislação, Belo Horizonte, MG, [s.n.] [ca. 1990]. (Biblioteca da Escola de Arquitetura da UFMG) (Grifos no original).

Aprovado, um ano depois, o Decreto que regulamentou a Lei de 1984 estabelecia as condições para a constituição do Conselho do Patrimônio, cuja atuação, entretanto passamos a observar apenas a partir dos anos 1990. Ao longo dos últimos anos da década de 1980 e durante a de 1990 observamos alterações nos instrumentos legais, visando o aprimoramento de sua aplicação. Uma destas, por exemplo, foi proposta pela Secretária Municipal de Cultura Berenice Menegale, à Câmara Municipal de Belo Horizonte, em 03 de agosto de 1989, por meio de um projeto de revisão e atualização da Lei Municipal 3802/84, quanto ao tombamento<sup>476</sup>. Tratava-se de alterar a constituição e o número de membros do Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município e adequá-lo à nova estrutura da Administração municipal. A Secretária ressaltava, ainda que os demais instrumentos tinham sua aplicação “condicionada à aprovação de outros de caráter mais geral, como o Plano Diretor do Município, ora em elaboração.”<sup>477</sup> E finalizava ressaltando a urgência e relevância de que a Administração Municipal iniciasse, efetivamente, as “ações de preservação de seu patrimônio cultural”:

A menos de uma década de seu centenário, Belo Horizonte, capital de um Estado rico em tradições e cioso de sua história, está a se transformar em uma cidade sem memória, onde os documentos se perdem e as edificações históricas e os monumentos artísticos se descaracterizam ou são destruídos, face à acelerada e desordenada transformação de seus hábitos e de sua fisionomia urbana.<sup>478</sup>

O trabalho de valorização do patrimônio, no município se daria, segundo a Secretária, da seguinte maneira:

(...) Adequado programa de preservação, apoiado na experiência e metodologia técnica de organismos similares nacionais e internacionais e com a colaboração de

<sup>476</sup> A Secretaria Municipal de Cultura de Belo Horizonte havia sido criada no mesmo ano, por meio da Lei N° 5.562, de 31 de maio de 1989, adquirindo, então, autonomia em relação aos outros organismos da administração municipal, aos quais estava submetida desde os anos 1970. Dentre as diretrizes básicas de atuação da Secretaria, foi eleita como prioritária a “Política de Preservação e Revitalização do Patrimônio Histórico e Artístico do Município, a ser desenvolvida por meio de diversos programas (...)” Cf. BELO HORIZONTE. Secretaria Municipal de Cultura. Ofício à Câmara Municipal, 1989. **Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte**: Legislação, Belo Horizonte, MG, [s.n.] [ca. 1990]. (Biblioteca da Escola de Arquitetura da UFMG).

<sup>477</sup> Ibidem.

<sup>478</sup> Ibidem.

instituições representativas da vida política, econômica e cultural da cidade, haverá de promover, dentro de ampla e moderna conceituação do fato histórico e com efetiva participação comunitária, a salvaguarda para o futuro da consciência histórica do presente.<sup>479</sup>

É esta, portanto, a perspectiva – nuançada mesmo por uma “retórica da perda”<sup>480</sup> mas ancorada em uma perspectiva de “participação comunitária” e de atualização conceitual, em sintonia com as perspectivas nacionais e internacionais –, que marca o início da atuação do Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte. Contudo, talvez devido ao caráter de urgência das demandas, nos primeiros anos de consolidação da política municipal de patrimônio, as ações de tombamento padeceram, em alguns casos, por exemplo, do aprimoramento dos procedimentos técnicos pertinentes.

Assim, pela análise do Processo de Tombamento do Casarão da Barragem, percebemos que a decisão careceu, por exemplo, de estudo técnico para subsidiar a avaliação do pedido de tombamento enviado pelos moradores da Barragem. Como mencionado, os estudos efetuados pela Prefeitura Municipal sobre o Casarão tiveram início apenas em 1993, por meio de parceria com a Escola de Arquitetura da UFMG. Estudos posteriores, aos quais também já fizemos referência, foram realizados em 1997 e 1998, depois que a proprietária do Casarão dirigiu-se à Secretaria Municipal de Cultural para que viabilizasse obras de restauração do imóvel, cujas condições de degradação colocavam em grande risco a vida das pessoas que o habitavam. Aliás, pareceres anteriores à Proposta de Restauro e Agenciamento para Uso do Espaço, já davam conta da condição precária do imóvel. A partir de vistoria realizada em setembro de 1996, um parecer técnico datado de 02 de outubro do mesmo ano registrava:

(...) foi constatado que a edificação encontra-se em estado extremamente precário e apresentando risco de desabamento do telhado e conseqüentemente risco de vida para os moradores do local (...). A pavimentação da Avenida Arthur Bernardes naquele local provocou deslizamento de terra, o que abalou a estrutura da edificação, resultando no aparecimento de trincas e rachaduras por todos os cômodos. A alvenaria de tijolos de adobe já divide espaço com os tijolos cerâmicos industriais em pequenos reparos ocorridos. O telhado, o engradamento, as

---

<sup>479</sup> Ibidem.

<sup>480</sup> GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/IPHAN, 1996. 156p.

esquadrrias originais encontram-se totalmente comprometidos e descaracterizados. A construção de acréscimo no terreno vem comprometendo toda a configuração original da edificação.<sup>481</sup>

Em 22 de novembro seguinte, em função do pedido de D. Izabel, outro parecer, elaborado pelo arquiteto Leonardo Barci Castriota, que atuava, à época, como membro do Conselho do Patrimônio, atesta novamente o estado de alto grau de degradação do imóvel, constatado a partir do levantamento realizado no âmbito do estudo realizado pela Escola de Arquitetura, em 1994, e agravado, conforme informação do parecer supramencionado. A este respeito, afirma o arquiteto:

Hoje, dois anos depois – e mais de seis meses após o pedido por parte da proprietária – verificou-se, com uma visita ao local, um quadro ainda mais alarmante, com o avanço do processo de degradação e o desabamento parcial da cobertura, o que faz necessária **imediate intervenção** para impedir tanto a destruição total do bem tombado, quanto o agravamento da situação de risco em que se encontram seus moradores, entre os quais várias crianças.<sup>482</sup>

Contudo, no momento da decisão pelo tombamento, este aspecto das condições degradadas do Casarão da Barragem não é mencionado. Na Ata da reunião em que o Conselho decidiu pelo tombamento, em 22 de outubro de 1992<sup>483</sup>, o que os registros nos permitem perceber é que a solicitação dos moradores não foi alvo de debate mais aprofundado. A decisão do tombamento foi assim registrada:

O Conselheiro José Adolfo Moura comunicou que a União Comunitária dos Moradores da Barragem Sta. Lúcia encaminhou material em que solicita o tombamento de edificação localizada na Avenida Arthur Bernardes, número 3.120, onde pretendem instalar um centro cultural. Leu o ofício enviado pela

---

<sup>481</sup> BELO HORIZONTE, 1996d, op. cit.

<sup>482</sup> BELO HORIZONTE. Prefeitura. Fundação Municipal de Cultura. Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte. Parecer sobre edificação tombada localizada à Av. Arthur Bernardes, 3120. 1996b. **Processo 01 004 713 9649 – Casarão da Barragem Santa Lúcia**, op. cit. (Grifos do autor).

<sup>483</sup> Na reunião estavam presentes os Conselheiros Lúcia Avelar Estanislau, que ficou responsável por secretariar o encontro; Maurício Andrés Ribeiro, Ismaília de Moura Nunes, Ederson Bustamente, Marina Ewelín Wasner Machado, Ricardo Samuel de Lana, Letícia Julião, Ruth Villamarin Soares, José Adolfo Moura e Maria Elisa Batista, substituindo a Presidente do Conselho, a Secretária Municipal de Cultura Berenice Menegale.

associação que vem seguido por um abaixo-assinado dos moradores da região. A Conselheira Lídia Avelar Estanislau observou que a casa pode não ter valor arquitetônico, mas tem valor histórico e afetivo. O Conselheiro Ricardo Samuel de Lana complementou dizendo que esse pedido representa um anseio da comunidade local. O Conselheiro João Bosco Senra sugeriu que seja encaminhada consulta à Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte (URBEL) sobre a possibilidade de uma negociação coma família que reside nesse imóvel para o seu assentamento em outro local. O Conselheiro José Adolfo Moura comunicou que será feito esse contato com a URBEL, passando em seguida à votação do tombamento do imóvel localizado à Avenida Arthur Bernardes, número 3.120 Barragem Santa Lúcia, o qual foi aprovado por unanimidade.<sup>484</sup>

Comparado aos casos mais polêmicos de tombamento, que demandavam enfrentamento mais incisivo do Conselho e da Prefeitura, ante a força dos interesses mercadológicos, o tombamento do Casarão da Barragem não parecia apresentar, em princípio, grandes desafios. Além disso, tratava-se de um pedido inusitado por constituir demanda da própria comunidade e este foi o principal argumento que parece ter orientado a decisão dos conselheiros.

Cabe notar que a Conselheira Lídia Avelar Estanislau – que participava do Conselho, naquele momento, como representante do IPHAN, referendou a solicitação, afirmando que ainda que a casa não tivesse valor arquitetônico – o que, entretanto, não havia sido mensurado até então –, a edificação da Barragem possuía “valor histórico e afetivo”. Em outros documentos constantes do Processo de Tombamento do Casarão da Barragem, observamos que as intervenções dela, no Conselho, são sempre pautadas pela valorização do sentido histórico e cultural atribuído aos bens avaliados como objetos de tombamento. Esta postura diferencia-se, de acordo com a documentação analisada, da tendência predominante do Conselho, à época, de priorizar o “valor arquitetônico” nas avaliações dos imóveis. Assim, na mesma reunião do dia 22 de outubro de 1992, tendo em pauta uma solicitação da Associação de Moradores do Bairro Floresta (AMAFLOR) para que se realizasse o inventário de bens culturais da região, a conselheira argumentou: “(...) independente da qualidade arquitetônica, o simples fato de uma associação de moradores

---

<sup>484</sup> BELO HORIZONTE. Prefeitura. Fundação Municipal de Cultura. Ata da Reunião do Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte. 1992b. **Processo 01 004 713 9649 – Casarão da Barragem Santa Lúcia**, op. cit.

do bairro encaminhar um pedido ao Conselho é suficiente para se considerar o assunto.”<sup>485</sup>

Em outra reunião, ocorrida em 16 de dezembro do mesmo ano, ocasião em que se aprovou a ata da reunião do dia 22 de outubro, a conselheira considerou o mesmo argumento para defender o tombamento do prédio que abrigava o conhecido Colégio Promove, na região central da cidade. Além desse caso do Colégio Promove, na mesma reunião foi discutido o tombamento do edifício do Colégio Sacré Coeur de Marie, para o qual foi também utilizada argumentação igualmente baseada na relevância do valor histórico-cultural da edificação. A despeito das mencionadas “lacunas existentes nos dossiês decorrentes das dificuldades de acesso às informações e de vistoria”, o tombamento foi aprovado “por unanimidade com a seguinte redação: reconhecendo o seu relevante valor histórico-cultural para o município delibera tomar o edifício principal em ‘U’ e o edifício de residência das irmãs do Colégio Sagrado Coração de Maria, situado na rua Estêvão (*sic*) Pinto, 400.”<sup>486</sup>

A documentação informa também, não obstante, sobre aspectos gerais dos enfrentamentos que o Conselho e a Prefeitura travavam à época, contra as intervenções dos proprietários dos imóveis tombados ou em processo de tombamento. Foi o caso do edifício localizado à Av. Assis Chateaubriand, 273, no bairro Floresta: “conhecida como Solar Canaã, foi objeto de início de demolição, tendo sido as obras embargadas pela Administração Regional Centro Sul (ARCS), foi feita a paralisação com lacre e fiscalização diária, tendo a edificação ficado bastante danificada.”<sup>487</sup>

Havia também conflitos de competência entre órgãos da própria Prefeitura, quanto à aplicação da Lei Municipal 3802/84 e da Lei de Uso e Ocupação do Solo, explicitando a necessidade da articulação entre as duas para aperfeiçoar os mecanismos de proteção do Patrimônio e da Paisagem. Para a Conselheira Ruth Villamarin Soares,

(...) quando o Conselho, agindo dentro de sua competência, define uma área tombada e o entorno, ele automaticamente altera a Lei de Uso e

<sup>485</sup> Ibidem.

<sup>486</sup> BELO HORIZONTE. Prefeitura. Fundação Municipal de Cultura. Ata de Reunião do Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte. 1992c. **Processo 01 004 713 9649 – Casarão da Barragem Santa Lúcia.**

<sup>487</sup> Ibidem.

Ocupação do Solo; já que cria novas posturas para aquela área, instalando aí, um conflito de competências.<sup>488</sup>

No mesmo debate, a Conselheira Lídia Avelar Estanislau argumentou em favor da necessidade de “o Executivo encaminhar à Câmara Municipal, um projeto de alteração da Lei de Uso e Ocupação do Solo”<sup>489</sup>.

De todo modo, ainda que carecendo do aprimoramento dos mecanismos de proteção, o novo contexto propiciou a transformação do Casarão da Barragem em ícone da memória, não apenas de um tempo passado ligado exclusivamente aos tempos do Arraial do Curral Del Rei, mas como “testemunho” da ação de grupos sociais distintos no tempo e no espaço. Ainda que à época de sua inserção no conjunto dos bens culturais da cidade, não se conhecesse de modo mais abrangente sua história.

Com efeito, enquanto signo arquitetônico, ele remete, inicialmente, à sociabilidade e aos modos de vida das elites mineiras, representadas nas figuras de José Cleto da Silva Dinis e dos herdeiros de sua falecida esposa, D. Luisa M. Carvalho. Estes, como vimos, consentindo com o projeto da Nova Capital, disponibilizaram as terras da Fazenda do Cercadinho ao novo empreendimento. Mas o Casarão diz respeito, ainda, aos proprietários que ocuparam parte das terras onde ele estava instalado, durante o período da Colônia Afonso Pena, e que legaram aos primeiros habitantes do Aglomerado, além das referências arquitetônicas que atravessara o tempo, a Olaria abandonada, marco do início da ocupação da Barragem.

Mas, é preciso reconhecer ainda, que a “Casa da Fazendinha” traz também referências à formação do Aglomerado Santa Lúcia. As apropriações que dele fizeram os “favelados” estão também inscritas em sua forma atual; compõem as transformações de sua arquitetura. E, neste sentido caberia indagar sobre a pertinência do conceito de “reconstrução” proposto nos Projetos de Restauro e Agenciamento para Uso do Espaço, que estudamos anteriormente: eliminar as intervenções dos moradores mais recentes naquele espaço não seria, uma vez mais, eliminar a existência simbólica deles nas narrativas sobre a cidade? Há que se reconhecer também que, não fosse a resignificação daquele espaço

---

<sup>488</sup> Ibidem.

<sup>489</sup> Ibidem.

pelos mesmos moradores do Aglomerado Santa Lúcia – considerado um dos símbolos da “negação” dos projetos de modernidade almejados para a cidade –, as ruínas ainda habitadas do Casarão continuariam provavelmente ignoradas pela cidade.

### **3.2.1 Políticas e memória nos anos 1990: concepções e desafios**

O episódio do relançamento da obra de Abílio Barreto, em 1996, por meio do qual iniciamos este capítulo, é especialmente significativo, por evidenciar em si próprio e por meio dos textos que acompanham esta nova edição, percepções de políticos, intelectuais e gestores envolvidos nas ações de preservação e memória na cidade, durante os anos 1990, período em que teve lugar a ampliação de tais políticas na cidade.

Assim, poucos anos depois do tombamento do “Casarão da Barragem” e de outros bens, observamos que o debate sobre a memória da cidade apresentava-se cada vez mais em evidência. Na ocasião da reedição da obra de Barreto, o então prefeito da cidade, Patrus Ananias, assim se expressou:

Sempre que tenho oportunidade de falar no centenário de Belo Horizonte insisto no fato de que, ou a celebração dos 100 anos é uma ocasião imperdível para instituímos nesta cidade uma espécie de dignidade da memória, ou não será quase nada. É nossa tarefa quase civilizatória opor à devastação dos lugares, à destruição da memória dos [que] aqui trabalharam, à liquidação dessa espessura vivida do tempo histórico, a essa sombria unidimensionalidade na apreensão do que seja o presente da cidade (que faz dele uma pura mercadoria no balcão de espaços urbanos), a atenção permanente diante da memória dos que viveram em Belo Horizonte, a defesa e a proteção dos lugares, dos grupos culturais, das associações comunitárias, das tradições, nas quais essas lembranças encontraram um jeito de sobreviver. Alguém já disse: o passado não é passado. Sequer passou. Conferir-lhe dignidade é uma das nossas principais tarefas às vésperas do primeiro século da cidade.<sup>490</sup>

A própria Secretária Municipal de Cultura, à época, Antonieta Antunes Cunha ressaltava, no mesmo documento, como um dos programas principais da Secretaria, “o de Memória e Patrimônio Cultural”<sup>491</sup>. Este empenho já havia resultado na criação do

---

<sup>490</sup> BARRETO, 1996, op. cit.

<sup>491</sup> Ibidem. Cf. textos de apresentação à obra.

Departamento de Memória e Patrimônio<sup>492</sup>, para subsidiar os trabalhos do Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município. Além disso, afirmava a Secretária, estavam em curso iniciativas de reforma, restauração e revitalização dos “espaços institucionais de memória, tais como museus, arquivos, bibliotecas e teatros”, sob a responsabilidade administrativa da Secretaria. Dentre estes espaços, o Museu Histórico era destacado por Antonieta como “trabalho arrojado de Abílio Barreto a favor da preservação da história da cidade”. Por isto, a Secretaria Municipal de Cultura buscava potencializá-lo como “centro cultural de referências da memória e da identidade belo-horizontina”, dotando-o de uma “concepção de história que entenda a memória da cidade como expressão da diversidade e da pluralidade, cuja preservação deve buscar o desenvolvimento de uma consciência crítica sobre o passado e o presente urbano.”<sup>493</sup>

A diretora do Centro de Estudos Históricos e Culturais, Eleonora Santa Rosa, acreditava que as ações em prol da memória da cidade, “caracterizada durante anos por um intenso e voraz processo de desfiguração e desenraizamento, cujos traços e símbolos principais foram quase que completamente apagados ou destruídos”<sup>494</sup>, poderiam modificar aquele cenário. Para ela, “ainda que sofrendo revezes por parte de alguns setores, que parecem caminhar na contramão da história, a cidade vai redescobindo, aos poucos, o gosto pelo seu passado, pela trajetória e memória de seus inúmeros e multifacetados cidadãos.”<sup>495</sup>

De fato, os últimos anos haviam testemunhado, em Belo Horizonte, como vimos, o florescimento de movimentos que resultavam na incorporação das questões culturais e, no bojo destas, as que diziam respeito à memória, às práticas políticas e administrativas da cidade. A valorização da memória coletiva, por meio do fortalecimento de uma política pública de proteção ao patrimônio, visava o combate à destruição do que era considerado por um grupo específico de cidadãos – estudantes, intelectuais e

---

<sup>492</sup> Este Departamento fora precedido, na estrutura administrativa da PBH, pelo Serviço de Bens Culturais (Cf. ARROYO, Michele Abreu. A política de proteção do patrimônio histórico em Belo Horizonte. In: CASTRO, Maria Angela Reis de (Org.). **Bens Tombados de Belo Horizonte**. Belo Horizonte: PBH, 2006, p. 9).

<sup>493</sup> BARRETO op. cit.

<sup>494</sup> Ibidem.

<sup>495</sup> Ibidem.

funcionários públicos –, elemento de identidade comum à cidade. Entretanto, e a despeito do entendimento de alguns gestores acerca da necessidade de atenção ao caráter plural das formas de expressão da memória coletiva da cidade – bem traduzido nas palavras do prefeito: a valorização da “memória dos que viveram em Belo Horizonte”, e a necessidade de proteção de lugares, grupos culturais, associações comunitárias, tradições, “nas quais essas lembranças encontraram um jeito de sobreviver” – notamos, no período, a predominância de ações que ainda não contemplavam plenamente aquele intuito.

As ações do Conselho do Patrimônio direcionavam-se predominantemente, à época, ao tombamento de bens imóveis, como podemos concluir da análise do Guia de Bens Tombados de Belo Horizonte<sup>496</sup>. Ademais, observando as características arquitetônicas desses bens e dos discursos que justificam a sua inserção no rol dos bens tombados da cidade, percebemos que eles são inseridos em uma narrativa de memória que evidencia, predominantemente, a legitimação da participação de determinados sujeitos, dentre os quais quase não figuram, por exemplo, os moradores de favela, as mulheres, os negros, dentre outros.

No mesmo Guia, a Diretora de Patrimônio da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, Michelle Abreu Arroyo, nos lembra de que, desde os anos 1990, vigora na cidade “uma concepção plural de bem cultural, baseada na diversidade das formas de viver na cidade que foi incorporada à política de proteção do patrimônio histórico municipal”<sup>497</sup>. Essa tendência pode, de fato, ser percebida na postura comprometida de alguns profissionais que atuam no Conselho do Patrimônio e nos órgãos responsáveis pela gestão da política de preservação, ao longo do processo de construção e consolidação desta política. Contudo, analisando a relação de bens tombados da cidade, é ainda notável a escassez de referências a esses grupos, destacando-se, contudo, que alguns bens culturais como o Terreiro de Candomblé Ilê Wopô Olojukan e o próprio Casarão da Barragem tenham sido objeto de tombamento isolado, tendo reconhecida “sua importância dentro do contexto histórico da cidade como fortes referências para a comunidade.”<sup>498</sup> Note-se, a

---

<sup>496</sup> CASTRO M, 2006, op. cit.

<sup>497</sup> ARROYO, Michele Abreu. A política de proteção do patrimônio histórico em Belo Horizonte. In: CASTRO M, 2006, op. cit., p. 9.

<sup>498</sup> Ibidem, p. 10.

propósito, que diferentemente do que ocorre com a maioria dos bens que se tornaram objeto de preservação, estes últimos apresentaram-se como demandas dos grupos interessados.<sup>499</sup>

Em geral, foram consagradas, por meio da patrimonialização dos estilos eclético, *art déco*, protomoderno e moderno<sup>500</sup>, as referências culturais dos imigrantes europeus<sup>501</sup>, que se destacam como principais construtores; e também os valores de quem utilizou tais construções com fins habitacionais, políticos e ou econômicos, ou seja, prioritariamente os valores das diversas gerações daquelas que se instituíram, em diferentes momentos, enquanto elites locais.

Neste ponto, cabe ressaltar que não se trata, em definitivo, de desconsiderar a legitimidade do valor desses bens que predominam como alvo do reconhecimento de seu valor cultural e histórico para a cidade. Entretanto, o sensível negligenciamento da experiência de outros sujeitos que atuaram e atuam na construção do espaço e das identidades de Belo Horizonte merece atenção, uma vez que no próprio discurso institucional é sinalizada a relevância da incorporação da pluralidade cultural da cidade às práticas de promoção da memória e do patrimônio. Esse “descompasso” explicitado nas práticas de preservação em Belo Horizonte, ademais, evidencia novamente, um desafio para os gestores do patrimônio: o de ampliar efetivamente o reconhecimento das diferentes expressões da participação dos diversos grupos sociais na cidade, tomando-as, assim como àquelas já legitimadas nos atos de tombamento, como fontes de conhecimento, referências da história, da memória e da identidade, “fundamentais ao exercício da cidadania”.<sup>502</sup>

A esse respeito, a arquiteta Lia Motta, assinala que a ampliação e consolidação dos referenciais estético-estilístico e de excepcionalidade, característicos das práticas do SPHAN, verificam-se para além da ação dos arquitetos, tendo se “incorporado aos valores de uma comunidade mais ampla, envolvendo representantes comunitários, cidadãos

<sup>499</sup> É o mesmo caso da solicitação de reconhecimento da favela da Pedreira Prado Lopes, recentemente apresentada ao órgão municipal de proteção ao patrimônio, pela comunidade. Cf. a respeito: ARROYO, Michele de Abreu. **A diversidade cultural na Cidade Contemporânea: o Reconhecimento da Pedreira Prado Lopes como Patrimônio Cultural**. 2010. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2010.

<sup>500</sup> CASALARDE, Flávio de Lemos. Notas sobre os estilos dos edifícios de Belo Horizonte. In: CASTRO M, 2006, op. cit., p. 15.

<sup>501</sup> Idem, p. 19. Cf. especialmente o item 3. “Indicações para leitura do Guia”, onde são relacionadas, dentre as demais, as influências europeia dos estilos arquitetônicos das construções tombadas em Belo Horizonte.

<sup>502</sup> MOTTA, op. cit. p. 137.

independentes e políticos, que frequentemente assinam as solicitações de tombamento.”<sup>503</sup> Esta nos parece ser uma das nuances que configuram a prática de preservação em Belo Horizonte. Em 1992, por exemplo, conforme indicamos pela análise do Processo de Tombamento do Casarão da Barragem, associada à “retórica da perda”, há o predomínio do critério estético-estilístico – ou de acordo com os termos recorrentes nos documentos, do “valor arquitetônico”. Diante deste valor, segundo Motta, as cidades, são em geral,

(...) recortadas para a delimitação de áreas de preservação, formando polígonos para incluir a “boa arquitetura”, sem considerar o contexto mais geral da cidade e outras características que referenciam a ocupação dos espaços, como, por exemplo, a do traçado e de ocupação do território, o que não tem beleza aos olhos dos arquitetos, os lugares de vivência etc.<sup>504</sup>

No caso de Belo Horizonte, o esforço por superar esta prática parece denotar-se na incorporação da noção de conjunto arquitetônico como baliza para as práticas de preservação. Não obstante, “o que não tem beleza aos olhos dos arquitetos” segue negligenciado, constituindo, quando muito, para alguns gestores um desafio.

Aqui cabe considerar que, de acordo com as concepções que regem nossa política de patrimônio, desde sua instituição no país, à “cultura material” das chamadas “culturas populares” raramente é atribuído reconhecimento enquanto objeto de valor patrimonial tangível. Em geral, o lugar do “popular” passa a ser quase que exclusivamente, e a partir dos anos 1970, o do patrimônio imaterial, conceito que envolve, não obstante, o relevante debate acerca da necessidade de democratização das políticas culturais e de valorização da memória. Note-se, ainda, que a amplitude alcançada nos últimos anos por este mesmo debate, no Brasil, repercutiu gerando um aumento do interesse das instâncias governamentais de estados e municípios, bem como da sociedade organizada, pelo reconhecimento de bens culturais intangíveis, como patrimônio.<sup>505</sup>

Entretanto, mesmo nas críticas efetuadas a partir da gestão de Aloísio Magalhães no IPHAN à política de tombamentos referenciada nos bens imóveis (“pedra e

---

<sup>503</sup> Ibidem, p. 135.

<sup>504</sup> Ibidem.

<sup>505</sup> BRASIL, 1997, op. cit.

cal”), característica da primeira fase de atuação da instituição, o que se percebe é uma separação entre estes bens e os chamados, a partir de então, “novos objetos de patrimônio” – os “bens móveis”, “vivos”, os “fazeres culturais”<sup>506</sup>. Como observou Lia Motta, esta divisão denota que os sítios urbanos não são percebidos como fazeres culturais, e que tampouco seus imóveis são valorizados enquanto “referências da dinâmica cultural brasileira”<sup>507</sup>. Segundo a autora: “Nessa separação, apenas os novos objetos seriam capazes de representar a produção popular, as diversas etnias e modos de vida do cotidiano, os modos de apropriação do território, etc.”<sup>508</sup>

É nesse sentido que entendemos casos como o do Casarão da Barragem Santa Lúcia, enquanto desafiantes para as práticas de gestão da política de patrimônio em Belo Horizonte. Em sua singularidade, eles problematizam o “lugar” conferido a sujeitos cuja experiência só tinha sido possível acessar, na construção da memória da cidade, a partir das lacunas ou das entrelinhas. Esse “lugar” seria, nesse sentido, o da não-lembrança, ao qual tendem a ficar confinados, nas relações de poder, os elementos não privilegiados nas narrativas de memória que se pretendem hegemônicas.

### **3.2.2 “Aventureiros, desclassificados e malfetores”**

Em busca de identificar signos desses sujeitos outros na construção da memória da cidade, vale retomar, aproximando-a da experiência do movimento de preservação dos anos 1970-1980, a atuação de Abílio Barreto em favor da memória da cidade, na primeira metade do século XX. Em ambas as experiências, observamos a preocupação de instituir medidas de preservação dos “vestígios” da história da cidade, ante o risco da destruição desses sinais. No final dos anos 1920, Barreto já se apresentava atento à ausência de cuidados com os documentos que remetiam à construção da capital. Nos anos 1970, com vimos, é o acelerado processo de renovação urbana que suscita o interesse de parte da população pela preservação de referenciais arquitetônicos caros à história da cidade. Em ambos os casos, nota-se um significativo empenho das pessoas e grupos envolvidos com a

---

<sup>506</sup> FONSECA, op. cit.; MOTTA, op. cit. p. 134.

<sup>507</sup> MOTTA, op. cit. p. 134.

<sup>508</sup> Ibidem.

defesa de uma memória para a cidade.

No caso específico de Abílio Barreto, sua dedicação à construção dessa história, a partir do final dos anos 1920, ocorre mesmo antes da instituição da política federal de patrimônio, cujas diretrizes conceituais estavam circunscritas, como vimos, à ênfase aos referenciais do barroco. Mais tarde, contudo, Barreto chegará a empreender viagem ao Rio de Janeiro, estabelecendo contato com os órgãos federais de gestão do patrimônio, com vistas a buscar referências para a instituição do Museu Histórico da Cidade, nos anos 1940.<sup>509</sup>

O principal registro de memória produzido pelo historiador foi a obra a que já nos referimos, e à qual o autor buscava instituir, ao mesmo tempo, enquanto memória e documento. De fato, a narrativa que compõe os dois volumes de “Belo Horizonte: Memória Histórica e Descritiva” é constituída a partir de um entrecruzamento de informações advindas de fontes diversas, incluindo documentos administrativos – dentre os quais muitos documentos da Comissão Construtora da Nova Capital – e também relatos de moradores antigos, que haviam testemunhado inclusive os tempos do Arraial do Curral Del Rei.

Esta narrativa, como as narrativas históricas predominantes à época, confere um tom de monumentalidade às ações dos “grandes personagens” e seus feitos considerados notáveis na vida política e administrativa do Arraial e da nova cidade. Dela emerge, não obstante, e ainda que em posição secundária e pontual – quase pitoresca –, em relação aos temas principais, a referência aos trabalhadores que afluíam para a capital:

Correndo célebre por toda parte a notícia das rendosas obras que se encetavam em Belo Horizonte, com perspectivas sedutoras de ganho abundante e fácil, crescia vertiginosamente a população local, com a chegada contínua de operários e outros elementos adventícios de ambos os sexos e de todas as nacionalidades, em maioria italianos, muitos turbulentos, de reputação duvidosa, que iam improvisando cafuas e barracões para suas moradias, sendo que alguns vadios ficavam mesmo perambulando pelas ruas, dormindo ao relento, dada a impossibilidade absoluta de encontrarem abrigo.<sup>510</sup>

Apoiado nos documentos da Comissão Construtora da Nova Capital, o autor

---

<sup>509</sup> Cf. a respeito, GOMES, Leonardo José Magalhães. Abílio Barreto e o Museu Histórico de Belo Horizonte. In: BARRETO, op. cit. p. 51-53.

<sup>510</sup> BARRETO, op. cit. p. 347.

remete ao registro de depoimento do Padre F. Martins Dias, que informa sobre o aumento vertiginoso da população da cidade e os problemas que os novos habitantes, em especial, os pobres e trabalhadores, passam a representar para os administradores; fazendo referência, ainda, às soluções de que lançava mão o Engenheiro-Chefe Aarão Reis :

(...) informava o padre F. Martins Dias que a Comissão admitia progressivamente os operários recém-chegados, à proporção do desenvolvimento dos seus serviços; e como estes progrediam extraordinariamente, também de dia para dia aumentava a população que, de 2.600 almas, que era até março de 1894, subiu a 3.500 até dezembro do mesmo ano; a 5.000. Até dezembro de 1895 e a 6000, até dezembro de 1896, quando a localidade apresentava uma movimentação intensa de centro adiantado.

Conseqüentemente ao crescimento da população a vida local tornava-se cada vez mais complicada e perigosa, reclamando a ação de uma autoridade enérgica, criteriosa e previdente, que reprimisse os delitos e mantivesse a ordem e a tranquilidade indispensáveis para o bom andamento dos trabalhos da construção da cidade.

Daqui, as providências tomadas pelo Dr. Aarão Reis para a vinda de um escolhido sub-delegado de polícia. Correspondendo-se com o governo a respeito, recaiu a escolha acertadamente no então delegado especial de Sabará, capitão Antônio Lopes de Oliveira, consoante noticiou *O [Jornal] Contemporâneo* de 16 de maio de 1894, dizendo que desde a semana passada se achava em Belo Horizonte um destacamento composto de algumas praças ao mando do delegado de polícia daquela cidade, que era o referido oficial da Brigada Policial, cujos méritos realçava.<sup>511</sup>

O Capitão Lopes, a quem já nos referimos no Capítulo 2, era até então delegado especial da antiga Comarca de Sabará, tendo sua jurisdição ampliada até Belo Horizonte até 15 de janeiro de 1895, quando foi efetivado como subdelegado no arraial, tomando posse a 07 de fevereiro e assumindo, então, o policiamento integral de Belo Horizonte, “onde permaneceu como autoridade inflexível até a inauguração da capital.”<sup>512</sup>

---

<sup>511</sup> Ibidem.

<sup>512</sup> Ibidem. p. 350.

Durante todo aquele período, era ele dentro do arraial, com poderes quase discricionários, toda uma polícia e toda uma justiça em seus múltiplos desdobramentos.

Alto, moreno-escuro, corpulento, desempenado, calmo, voz suave, sempre risonho, muito amável, prudente, prestimoso e de uma energia férrea, com o pequeno destacamento de que dispunha e que não passaria de 10 praças, instalado com a sua delegacia em uma casinha velha sita à Rua General Deodoro, em frente ao Escritório Central da Comissão, o seu rigorismo policial fazia lembrar um Javert. Movia-se, entretanto, com sabedoria, critério e firmeza inflexível dentro do âmbito das suas atribuições e, assim, conseguiu, desde o princípio, popularizar-se, fazendo-se estimado pela melhor sociedade e temido pela gente mal procedida.<sup>513</sup>

O funcionário público Abílio Barreto, posicionando-se claramente enquanto defensor das ações dos gestores públicos às quais ele deseja fazer conhecer e perpetuar, estabelece uma estratégia narrativa para descrever e justificar a atuação do Capitão Lopes, enquanto representante do poder policial e judicial. Após apresentar o Capitão, Barreto faz emergir o testemunho do próprio policial, por meio da transcrição de um ofício que este último havia enviado ao secretário da Agricultura, solicitando o aumento do número de praças<sup>514</sup>. Em seguida, a narrativa descreve a atuação do policial, destacada como heróica ante o desafio da manutenção da ordem, ameaçada pela “suburra da cidade”, que habitava as favelas do Leitão e da Estação. Pela preciosidade do relato, pedimos licença para transcrevê-lo, o mais fielmente possível, a despeito de sua extensão:

O reforço do destacamento foi feito imediatamente, mas apenas quanto a soldados de infantaria. Somente mais tarde veio o reforço de cavalaria pedido, sob o comando do valente e famoso sargento Félix (Felão) e sob as ordens do capitão Lopes, quando já iam surgindo os turbulentos bairros provisórios de cafuas e barracões – *Córrego do Leitão* e *Favela* ou *Alto da Estação*, aglomerações humanas justamente consideradas a suburra da futura cidade. (...) Nesses dois bairros onde fermentavam todos os maus instintos das camadas mais ínfimas da sociedade, as desordens eram freqüentes, mas o capitão Lopes controlava admiravelmente e anulava com vantagem os arremessos brigões do populacho, agindo com inexorável rigidez para com os refratários aos imperativos legais e aos bons costumes, jamais praticando a menor violência com a gente ordeira e morigerada.

Se às vezes se excedia na punição dos maus elementos é porque bem compreendia

---

<sup>513</sup> Ibidem.

<sup>514</sup> Ibidem.

que, sem se fazer temível e temido, ser-lhe-ia impossível manter a ordem naquele meio excepcional de Belo Horizonte, com os seus 5.000 operários de todas as nacionalidades, muitos desacompanhados de suas famílias e outros tantos que não as tinham, além de crescido número de aventureiros, de desclassificados e de malfeitores de toda espécie.

Ora, aqueles homens que, durante o dia, brandiam as ferramentas, esplanando o solo e construindo a cidade que aqui hoje admiramos, mal a noite caía, ajuntavam-se nas tavernas, que proliferavam por toda parte como cogumelos, e aí bebendo, fumando, jogando, discutindo, armavam freqüentes distúrbios. Mas bastava que surgisse ali o temido capitão Lopes e tudo serenava, pois ele, sem nada temer, entrava nas tascas, entre os brigões prendia-os entregava-os aos soldados. Os raros que se revoltavam contra a sua energia pagavam caro a ousadia: recolhia-os ao xadrez de sua delegacia, depois de fazê-los saborear as *doçuras* dos marmeleiros de seu quintal... Por fim, até os mais valentões se submetiam à sua autoridade, passivamente, a fim de evitar a *marmelada*...

E era assim que ele, à noite, enquanto a população ordeira dormia tranquilamente, percorria as tascas, dando ordens, repreendendo, mandando fechar portas, sempre respeitado e temido, dando margem a que os construtores da cidade pudessem trabalhar despreocupados em relação ao delicado problema da ordem pública.<sup>515</sup>

O autor não nos oferece maiores informações acerca da população alvo da repressão do Capitão Lopes. Contudo, há uma distinção que se insinua no relato acima, entre os operários imigrantes – com ou sem famílias – e os “aventureiros, desclassificados e malfeitores de toda espécie”. Quem seriam estes? De onde vinham? Por que, exatamente, eram identificados dessa forma?

As respostas demandariam, certamente, uma investigação mais aprofundada e abrangente – o que não cabe à proposta deste estudo. Contudo, não seria de todo precipitado considerar que, se eles habitavam as primeiras favelas da cidade, conforme sugerem as informações de Barreto, é possível que se tratasse de ex-escravos ou nascidos após a Abolição, no próprio Arraial do Curral Del Rei ou em outras regiões do Estado, que teriam migrado para a cidade, em busca de emprego. É o que nos sugerem as trajetórias dos familiares de Dona Ione e Tia Neném, conforme tratamos no Capítulo 2. Dona Ione, por exemplo, recordou de que seu avô, o Sr. Nominato – que certamente nascera na segunda metade do século XIX – trabalhou na construção do Reservatório do Cercadinho, levada a cabo pela Comissão Construtora da Nova Capital:

---

<sup>515</sup> Ibidem. p. 151. Grifos do autor.

Agora, os primeiros anos, carregar água, era um chafariz do lado de fora da COPASA<sup>516</sup>, garrado no muro da COPASA, ali em direção à (rua) Antônio Dias. Ali é que buscava água. Era a Caixa d’Água da COPASA.

Engraçado... E tinha uns tanques todo murado... Até que vovô até trabalhou ali – por isso que eu falo que vovô veio bem pra cá antes, o pai do papai. Trabalhou de ajudante de servente [na construção?] desse muro, no muro da COPASA, que hoje é da COPASA – já não é o mesmo mais né, [risos] –, mas tinham uns tanques, e os tanques eram descobertos, imensos, uma metragem imensa, sabe?(...)<sup>517</sup>

Ao contrário dos trabalhadores estrangeiros, cuja referência é sempre registrada nos relatos de memória da cidade, quase não se conhece sobre aqueles que foram descritos como “aventureiros, desclassificados e malfeitores”. Pelas informações de Barreto, contudo, sabemos que já nos primeiros anos da cidade, estes últimos compunham a massa amorfa, o “organismo nocivo” da favela, que os administradores desejaram desde sempre extirpar...

Além do “moreno-escuro” Capitão Lopes, o autor nos deixa uma pista sobre as ocupações dos trabalhadores negros na cidade em construção. Ao registrar suas lembranças sobre aspectos da cidade em 1895, ano em que ele ali chegara, menciona – neste caso, de modo bem menos glorificante que na narrativa sobre o Capitão – um “pretinho” que trabalhava em uma das sessões da Comissão Construtora da Nova Capital:

(...) Foi numa daquelas noites que ali chegando, como de costume, amável e bonachão, o notável desenhista da Comissão, Sr. Edgard Nascentes Coelho, perguntou-lhe o Abreu como ia de plantas e desenhos lá pela sua seção.

Muito bem, respondeu o Sr. Edgard. Tem-se trabalhado a valer, pois, como sabe, o Bicalho<sup>518</sup> é exigente e metucioso e o Dr. Adalberto anda sempre naquele *corre-corre*, que é um deus-nos-acuda... Mas, vai tudo bem. Só o que me tem desgostado ultimamente é a malandragem do pretinho, contínuo da minha seção, que agora deu pra chegar tarde, deixando as mesas sem espanar, tudo sujo, atrapalhado, um inferno! Hoje reclamei, como em outros dias, e ele desculpou-se dizendo que atrasara um pouco porque estivera cantando no coro da [Igreja Matriz de] Boa Viagem.

---

<sup>516</sup> As instalações da Companhia de Saneamento de Minas Gerais – COPASA-MG localizam-se no antigo reservatório do Cercadinho, à rua Mar de Espanha, no Bairro Santo Antônio.

<sup>517</sup> LADISLAU, op. cit.

<sup>518</sup> Francisco de Paula Bicalho, que assumiu a chefia da Comissão Construtora, após a saída de Aarão Reis, em 1895.

- Ora essa! - voltou o Abreu. Então o pretinho agora deu pra cantar?!  
- Ora, se deu... Canta e... Entoa – explicou o Sr. Edgard. Mas veja você, mestre Abreu, como está este mundo de pernas para o ar: antigamente o couro é que cantava no negro, ao passo que, hoje em dia, o negro é que canta no coro...

Uma gostosa gargalhada dos componentes da 'roda' festejou aquele trocadilho, talvez o primeiro perpetrado em Belo Horizonte...<sup>519</sup>

Guardadas as devidas especificidades das duas experiências de produção de memória em Belo Horizonte, observamos que, no que diz respeito às trajetórias de “pretinhos” como aquele – do qual sequer o nome se sabe e cuja agência inspira nos demais personagens da história um misto de revolta e nostalgia dos tempos da escravidão –, não constituíram objeto de interesse.

Nos anos 1930, na capital que se erguera sob o signo dos novos tempos da República e no período Pós-Abolição, aquelas pessoas que ajudaram a construí-la, salvo raras exceções como o Capitão Lopes, permaneciam anônimas e silenciadas nos discursos identitários que se desejavam instituir para a cidade. Quarenta anos depois, sua experiência permanecia negligenciada nas práticas de preservação, ainda que o discurso público, incorporando as tendências contemporâneas, reafirmasse as intenções de compromisso dos gestores com a valorização da “diversidade”.

---

<sup>519</sup> Ibidem. p. 379.



Construção do reservatório do Cercadinho, depois denominado reservatório do Carangola. Hoje, sede da empresa, no bairro Santo Antônio, em Belo Horizonte. (Foto: Acervo Copasa)

Figura 9: Construção do Reservatório do Cercadinho [s/d] / [S/A]  
Fonte: Acervo COPASA.



Figura 10: Morador da Vila Santa Rita de Cássia ao lado de parte da rede da Adutora da Mutuca. Fonte: Acervo do Projeto Memória [Foto: Rodolfo Fonseca, 05/12/2005]



Figura 12: Casarão do Museu Abílio Barreto [ca. 2000]  
Fonte: PBH.



Figura 11: Igreja São Francisco de Assis (Pampulha) [ca. 2000]  
Fonte: PBH.



Figura 13: Detalhe do Prédio da Estação Central [ca. 2008]  
Fonte: PBH

Figura 14: Igreja de São José - Belo Horizonte [ca. 1970]

Fonte: <http://img63.imageshack.us/img63/3636/img056u.jpg>



Figura 15: Teatro Municipal, 1906

Fonte: [http://marcio.avila.blog.uol.com.br/images/Cine\\_Metropole\\_350px.jpg](http://marcio.avila.blog.uol.com.br/images/Cine_Metropole_350px.jpg)

Figura 16: Demolição Cine Metrôpole, 1983

Fonte: <http://marcio.avila.blog.uol.com.br/images/demolicaoocinemetrropole.jpg>





## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tomado como referência em nosso estudo, o tombamento do “Casarão da Barragem Santa Lúcia” possibilitou observar um aspecto importante da produção do espaço urbano em Belo Horizonte – a agência de moradores de favela em seu esforço pelo direito à cidade. Dentre os elementos que compõem os embates que travaram com os poderes públicos, destaca-se o campo das representações.

Aqui, é importante ter presente que o imaginário e representações sobre pobres, negros e favelados que se reproduz em Belo Horizonte, ao longo de sua história, mantém estreita sintonia com aqueles que se forjaram em tempos e lugares diferentes: tanto nas abordagens sobre os pobres nas principais cidades europeias do século XIX, ou no tratamento dispensados aos negros do Rio de Janeiro e de outras cidades brasileiras do Pós-Abolição, quanto aos favelados desta mesma cidade, de Salvador e São Paulo: no advento dos processos de industrialização e de formação dos grandes centros urbanos tornam-se todos “populações estrangeiras” em sua própria terra. Ao observarmos a trajetória do discurso sobre elas, identificamos a mesma tendência de classificá-las como ameaçadoras da ordem urbana e dos projetos de modernização econômica das elites nacionais. Não por acaso, nas ações de planejamento urbano das cidades brasileiras, a eliminação física e simbólica da presença dessas populações é patente, como bem podemos aferir dos trabalhos de estudiosos como Raquel Rolnik<sup>520</sup>, Nabil Bonduki<sup>521</sup>, dentre outros já mencionados ao longo desta dissertação.

No caso de Belo Horizonte, em diversos momentos da pesquisa que resultou no texto ora apresentado, ao investigarmos a maneira como o poder público municipal refere-se às favelas e seus habitantes, percebemos uma singularidade: o caráter ideológico do discurso público que explicita e produz segregação, sem afirmá-lo diretamente, operando a naturalização de injustiças sociais e contribuindo para a sua reprodução. Aqui também as

---

<sup>520</sup> ROLNIK, 1997, Op. Cit.

<sup>521</sup> BONDUKI, Nabil. **Origens da habitação social no Brasil**: Arquitetura Moderna, Lei do Inquilinato e Difusão da Casa Própria. São Paulo: Editora Estação Liberdade; FAPESP, 1998 [4. ed, 2004].

“classes perigosas”, curiosamente não aparecem explicitamente racializadas, como poderíamos esperar – em especial nos períodos em que as características raciais e étnicas da população brasileira constituíam uma constante nos debates sobre os projetos para a nação. Na linguagem predominante nos relatos administrativos da municipalidade, observamos, contudo, que aquela população é subsumida no organismo amorfo que, de acordo com a interpretação do poder público, ameaça a saúde da cidade e deve ser, portanto, “extirpado”.

Note-se que, embora os relatos administrativos analisados durante o Capítulo 1 não ofereçam elementos que nos permitam caracterizar as pessoas que compõem o tal “organismo”, elas se fazem apresentar por meio de outros indícios. É o que nos revelam as trajetórias dos moradores do Aglomerado Santa Lúcia, que integram a narrativa do Capítulo 2. Através delas identificamos, nestas populações, migrantes de diversas regiões do estado de Minas Gerais – não raro famílias negras, que ante as crises locais que acompanham o advento da industrialização viram-se, em geral, obrigadas a deixar suas cidades de origem, vislumbrando na capital, oportunidades aparentemente melhores de trabalho e acesso a serviços de saúde, educação e moradia.

É preciso considerar, ainda, que, partindo do debate intelectual das primeiras décadas do século XX, ocorre uma paulatina substituição da noção de raças pela de cultura e desenvolvimento, na interpretação das questões nacionais; o que pode ter reverberado na forma como os governos passam a se referir a estas populações. Com efeito, ao longo do século XX, há como que um apagamento do discurso baseado na racialização, concomitantemente à adoção do discurso público que louva a nação como fusão das “três raças” (antes tristes) formadoras. Contudo, nessas narrativas, a empresa bem sucedida da colonização, assim como a perspectiva de progresso futuro, segue sendo atributo do elemento branco (portugueses e imigrantes europeus) tidos como “trabalhadores” e “mais desenvolvidos”. Os lugares sociais dos negros, indígenas e mestiços continuavam restringindo-os, tanto no imaginário quanto nas práticas sociais, à pobreza, à marginalidade, à subcidadania.

Não obstante, se no discurso e nas ações políticas a condição das populações indesejadas deixa de ser explicitamente racializada, a prática dos poderes públicos não se torna imune à força das representações transformadas em dogmas sobre os pobres, negros –

as “classes perigosas”. Antes, pelo que é possível compreender analisando o tratamento dispensado às favelas de Belo Horizonte, tanto a negligência quanto determinadas práticas políticas dos poderes públicos para com este segmento da população, durante décadas, tenderam a contribuir para perpetuar a condição de subcidadania dessas pessoas na sociedade.

Cabe ressaltar uma vez mais, que a referência constante às favelas associando-as ao universo das “patologias sociais” não está dissociada destas práticas, mas a nosso ver alimenta-as continuamente, tendendo a tornarem-se inócuas, contudo, ao serem confrontadas com outras representações, produzidas a partir da agência dos diferentes sujeitos que habitam a cidade.

Constituindo o discurso público sobre essas regiões estigmatizadas, desde as origens da Capital, as representações sociais da favela e do favelado explicitam-nos como alteridade indesejada na sociedade e que deve ser, portanto, eliminada do “tecido urbano”. Nas últimas décadas, contudo, iniciativas de valorização da produção cultural e da memória local anunciam-se como uma das formas de auto-expressão dos moradores de favela. Em meio à diversidade de perspectivas que caracteriza a atuação das lideranças do Aglomerado Santa Lúcia, a apropriação da memória social desponta, desde os anos 1990, enquanto instrumento de luta pela existência simbólica – que passa a ser considerada, para estes sujeitos, tão relevante quanto as lutas do passado e do presente pelas condições materiais de vida na cidade, frente à percepção da força dos estigmas e dos preconceitos contra as favelas. É possível percebê-lo no contexto de mobilização pelo tombamento da “Casa da Fazendinha”.

Em nosso atendimento, trata-se de um esforço que se projeta enquanto elemento de subversão herética, já que repercute na problematização de representações consideradas negativas pelos moradores, além de comunicar à cidade a rejeição dos favelados à negação de sua cidadania.



---

## FONTES E REFERÊNCIAS

### FONTES

#### ADMINISTRATIVAS

BELO HORIZONTE. Prefeitura. Fundação Municipal de Cultura. **Processo 01 004 713 9649 – Casarão da Barragem Santa Lúcia**. Acervo Diretoria de Patrimônio Cultural Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (DIPC-PBH).

BELO HORIZONTE. Comissão Construtora da Nova Capital. Tombamento da casa e terreno do viúvo e herdeiros de Luiza M. Carvalho – Fazenda do Cercadinho. Belo Horizonte, 1894. Coleção **Comissão Construtora da Nova Capital (1894-1897)**. Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte.

BELLO HORIZONTE. Prefeitura. **Relatórios Anuais da Prefeitura de Belo Horizonte (1899-2000)**. Acervo do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte.

#### RELATÓRIOS, MAPA, ESTUDOS, BASE DE DADOS

BELO HORIZONTE, Prefeitura Municipal. **Profavela: o morro já tem vez**. Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, 1988.

BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. **MHAB: 60 anos de história**. Belo Horizonte, Prefeitura Municipal de Belo Horizonte / Museu Histórico Abílio Barreto, 2003a (Caderno I).

BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. **Plano Global Específico – PGE / Levantamento de Dados Aglomerado Santa Lúcia**. Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, 2003b.

BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. **Histórias de Bairros [de] Belo Horizonte: Regional Centro-Sul**. Prefeitura Municipal de Belo Horizonte/Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte, 2008.

BELLO HORIZONTE. Prefeitura. Planta Geral da cidade de Bello Horizonte, organizada pela 1ª Seção da Subdiretoria de Obras em 1928/1929. Belo Horizonte, 1929a. Escala 1:5.000. apud AGUIAR, T. F. R. **Vastos Subúrbios da Nova Capital: formação do espaço urbano na primeira periferia de Belo Horizonte**. 2006. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2006.

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Bens móveis e imóveis inscritos no Livro do Tombo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: 1938-2009**. 5. ed. Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC, 1994 [2009]. Org. Francisca Helena Barbosa Lima et. al. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=1356>>. Acesso em: 20 nov. 2011.

MINAS GERAIS. **Levantamento da População Favelada de Belo Horizonte**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1966.

MINAS GERAIS. Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico. Bens culturais tombados. **Base de Dados**. [ca. 2009]. Disponível em: <<http://www.iepha.mg.gov.br/bens-protegidos/bens-culturais-tombados>>. Acesso em: 08 fev. 2012.

## CARTAS, LEIS, DECRETOS E AFINS

BELLO HORIZONTE. **Decreto Nº 1435** de 27 de junho de 1900. Regulamento sobre Mendigos. Prefeitura da Cidade de Minas. Bello Horizonte, Imprensa Oficial do Estado de Minas Geraes, 1911.

BELLO HORIZONTE. **Decreto Nº 10**, 24 de junho de 1925. Bello Horizonte. Imprensa Oficial, 1925.

BELO HORIZONTE. **Portaria Nº 0557** de 2 de abril de 1955b.

BELO HORIZONTE. **Lei Nº 0557** de 10 de agosto de 1956. Estrutura o Departamento Municipal de Habitação e Bairros Populares.

BELO HORIZONTE. **Decreto Nº 0513** de 11 de setembro de 1956. Aprova o Regulamento do Departamento Municipal de Habitação e Bairros Populares.

BELO HORIZONTE. **Lei Nº 0572** de 12 de setembro de 1956. Altera as multas impostas por infração ao regulamento de construções quando houver exploração de favelas e dá outras providências.

BELO HORIZONTE. **Decreto Nº 1369** de 7 de dezembro de 1965. Cria a Coordenação Municipal de Órgãos e Serviços para Superintender as Providências Relativas ao Problema de Desfavelamento de Áreas e Logradouros Públicos da Capital.

BELO HORIZONTE. **Lei Nº 1996** de 22 de setembro de 1971. Cria a Coordenação de Habitação Social de Belo Horizonte – CHISBEL – e dá outras providências.

BELO HORIZONTE. **Decreto Nº 2932** de 10 de setembro de 1976. Reorganiza a Coordenação de Habitação de Interesse Social de Belo Horizonte – CHISBEL –, regulamenta as suas atribuições e dá outras providências.

BELO HORIZONTE. **Lei No. 3532**, de 06 de janeiro de 1983. Autoriza o Executivo Municipal a criar o Programa Municipal de Regularização de Favelas – PROFAVELA e dá outras providências.

BELO HORIZONTE. **Decreto Nº 4651** de 23 de fevereiro de 1984. Aprova o Regimento Interno do Departamento de Habitação Popular da Secretaria Municipal de Ação Comunitária – SMC e fixa atribuições ao seu Diretor.

BELO HORIZONTE. **Decreto Nº 4845** de 8 de novembro de 1984. Delimita as áreas que constituirão os Setores Especiais-4 (SE-4) definidos na Lei Municipal Nº 3.532.

BELO HORIZONTE. Câmara Municipal. Indicação Nº 9622/85, 1985. **Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte**: Legislação, Belo Horizonte, MG, [s.n.] [ca. 1990]. (Biblioteca da Escola de Arquitetura da UFMG).

BELO HORIZONTE. **Decreto No 5.531** de 17 de dezembro de 1986. Aprova o Regimento do Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte. Belo Horizonte, 1986a.

BELO HORIZONTE. **Decreto Nº 5542** de 23 de dezembro de 1986b. Atribui à Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte – URBEL a coordenação das ações necessárias à implantação do programa municipal de regularização de favelas – PROFAVELA – e dá outras providências.

BELO HORIZONTE. **Resolução Nº 0982** de 12 de novembro de 1987. Aprova convênio que entre si celebram a Secretaria de Estado do Trabalho e Ação Social e a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, através da Superintendência de Limpeza Urbana – SLU e da Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte – URBEL.

BELO HORIZONTE. **Resolução Nº III13** de 28 de março de 1988. Aprova o termo de cooperação técnico-financeira Nº 13/87, que celebram o Governo do Estado de Minas Gerais, através da Secretaria de Estado do Trabalho e Ação Social, a Associação Voluntários para o Serviço Internacional (AVSI), a Sociedade Mineira de Cultura – SMC e a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, através da Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte (URBEL).

BELO HORIZONTE. Secretaria Municipal de Cultura. Ofício à Câmara Municipal, 1989. **Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte**: Legislação, Belo Horizonte, MG, [s.n.] [ca. 1990]. (Biblioteca da Escola de Arquitetura da UFMG).

BELO HORIZONTE. **Portaria Nº 3459** de 20 de junho de 1996. Cria o Conselho Municipal de Habitação e dá outras providências.

BELO HORIZONTE. **Lei Nº 7165** de 27 de agosto de 1996. Institui o Plano Diretor do Município de Belo Horizonte.

BELO HORIZONTE. **Lei Nº 8923** de 27 de julho de 2004. Institui a Semana Municipal de Luta pela Melhoria da Qualidade de Vida do Morador de Favela e dá outras providências.

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Carta de Fortaleza**. Brasil, 1994.

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Carta de Mar Del Plata sobre Patrimônio Intangível**. Argentina, 1997.

MINAS GERAIS. Lei No 3802 de 6 de Julho de 1984. Organiza a proteção ao patrimônio cultural do município de Belo Horizonte. **Lex**: coletânea de legislação e jurisprudência: edição Minas Gerais, Belo Horizonte, v. 21, p. 81-86, 1984. Legisl. Do Est. De Minas Gerais – Município de Belo Horizonte.

UNESCO. **Convenção para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial**. Paris, 2003.

## DOCUMENTOS SONOROS E VÍDEO

### **I Entrevistas**

ARROYO, Michele de Abreu. **Políticas Públicas de Patrimônio em Belo Horizonte**. Belo Horizonte. Entrevistadora: Josemeire Alves Pereira. Arquivo Digital (71min.). Áudio. 02.mar.2010.

BRAGA, Paulo Roberto. **Movimentos Sociais no Aglomerado Santa Lúcia**. Entrevistadora: Josemeire Alves Pereira. Belo Horizonte. Arquivo Digital (78min.). Áudio. 07.fev.2010.

FERREIRA, Izaltina da Silva. **Entrevista à Revista da Laje – Projeto Memória**. Entrevistadores: Josemeire Alves Pereira; Juvenal Lima Gomes. Belo Horizonte. Arquivo Digital (60 min. Aprox.). Áudio. 28.nov.2007.

GODOY, Arnaldo Augusto de. **Políticas Públicas de Patrimônio em Belo Horizonte**. Entrevistadora: Josemeire Alves Pereira. Belo Horizonte. Arquivo Digital (28min.). Áudio. 27.jul.10.

LADISLAU, Ione Pires. **História de Vida**. Belo Horizonte. Entrevistadora: Josemeire Alves Pereira. Arquivo Digital (124 min.). Áudio. 22.ago.2007.

LOPES, Lourdes de Souza. **Movimentos Sociais no Aglomerado Santa Lúcia**. Belo Horizonte. Entrevistadora: Josemeire Alves Pereira. Arquivo Digital (166 min.). Áudio. 02.fev.2010.

MAGALHÃES, Izabel Rocha. **Entrevista concedida à equipe do Projeto Memória**. In: CASA da Fazendinha. Produção: Projeto Memória, Oficina de Imagens, et. al. Belo Horizonte: Projeto Memória, 2005. DVD (7min.), son. color. In: KIT Memória. Belo Horizonte: Projeto Memória, 2005.

MOREIRA, José Pedro. **Entrevista concedida à equipe do Projeto Memória, durante a atividade Cortejo da Memória**. Entrevistador: Nil César. Belo Horizonte. Arquivo Digital. Áudio. 5.out.2005.

\_\_\_\_\_. **Movimentos Sociais no Aglomerado Santa Lúcia**. Entrevistadora: Josemeire Alves Pereira. Belo Horizonte. Arquivo Digital (85 min.). Áudio. em 29.jan.2010.

RODRIGUES, Marta Duarte. **Movimentos Sociais no Aglomerado Santa Lúcia**. Entrevistadora: Josemeire Alves Pereira. Belo Horizonte. Arquivo Digital (67 min.). Áudio. 23.jan.2010.

SILVA, Paulo Luiz da. **Movimentos Sociais no Aglomerado Santa Lúcia**. Belo Horizonte. Entrevistadora: Josemeire Alves Pereira. Arquivo Digital (83min.). Áudio. 01.mar.2010.

## 2 Vídeo

CASA da Fazendinha. Produção: Projeto Memória, Oficina de Imagens, et. al. Belo Horizonte: Projeto Memória, 2005. DVD (7min.), son. color. In: KIT Memória. Belo Horizonte: Projeto Memória, 2005.

## MÍDIA IMPRESSA

APROVADA LEI QUE PROTEGE O PATRIMÔNIO DA CIDADE. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 12 jan. 1986. 1º Caderno, p. 12.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### Obras citadas

ADELMAN, Jeffry. Urban planning and reality in republican Brazil: Belo Horizonte, 1890-1930. 1974. 276 p. Tese (Doutorado em História) – Indiana University, Bloomington. Acervo Biblioteca da Escola de Arquitetura/UFGM. Apud AGUIAR, T. F. R. de. **Vastos Subúrbios da Nova Capital**: formação do espaço urbano na primeira periferia de Belo Horizonte. 2006. 443 p. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2006 – p. 310-311.

AGUIAR, Tito Flávio Rodrigues de. **Vastos Subúrbios da Nova Capital**: formação do espaço urbano na primeira periferia de Belo Horizonte. 2006. 443 p. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

ALVES, Josemeire. As histórias de vida das mulheres do Aglomerado Santa Lúcia: representações sociais e identidade coletiva. In: LIBÂNIO, Clarice de Assis (Org.). **Pensando as favelas de Belo Horizonte**. Belo Horizonte: Favela é Isso Aí, 2007 (Coleção Prosa e Poesia no Morro – Vol. 4 – Ensaios).

ANDRADE, Carlos Drummond. Confissões de Minas. In: \_\_\_\_\_. Poesia e Prosa, 1983, p. 923 apud DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Memória, história e representações literárias. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Vol. 43, Nº 2. Belo Horizonte. Jul/dez 2007 p. 159-175.

ARROYO, Michele Abreu. A política de proteção do patrimônio histórico em Belo Horizonte. In: CASTRO, Maria Angela Reis. **Guia de Bens Tombados de Belo Horizonte**. Prefeitura Municipal de Belo Horizonte/Gerência de Patrimônio: Belo Horizonte, 2006, p. 9-11.

BARRETO, Abílio. **Belo Horizonte**: memória histórica e descritiva. ed. atual. rev. e anotada. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1996. 2v., 447 p. e 916 p. Publicado originalmente em 1928 (v. 1) e 1936 (v. 2) (Coleção Mineiriana. Série Clássicos).

BONDUKI, Nabil. **Origens da habitação social no Brasil**: Arquitetura Moderna, Lei do Inquilinato e Difusão da Casa Própria. 4 ed., São Paulo: Editora Estação Liberdade; FAPESP, 1998 [2004].

BOURDIEU, Pierre. **A Economia das Trocas Lingüísticas**: o que Falar Quer Dizer. (Prefácio Sérgio Miceli). 2 ed., São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996 [2008] (Clássicos: 4).

BRESCIANI, Maria Stella M. **Metrópolis**: a face do monstro urbano (as cidades no Século XIX). Rev. Brasileira de História. São Paulo. v. 5 No. 8/9 setembro/1984 – abril/1985.

CAPELATO, Maria Helena Rolim; DUTRA, Eliana. Representação Política: reconhecimento de um conceito na historiografia brasileira. In: CARDOSO, C. F.; MALERBA, J. (Orgs.). **Representações**: Contribuição a um debate transdisciplinar. Campinas/SP: Papirus, 2000.

CASALARDE, Flávio de Lemos. **Patrimônio Cultural nas Cidades Contemporâneas**: o caso de Belo Horizonte. Belo Horizonte: Escola de Arquitetura da UFMG, 1991. 83 p. (Relatório) (Biblioteca da Escola de Arquitetura da UFMG).

\_\_\_\_\_. Notas sobre os estilos dos edifícios de Belo Horizonte. In: CASTRO, Maria Angela Reis. **Guia de Bens Tombados de Belo Horizonte**. Prefeitura Municipal de Belo Horizonte/Gerência de Patrimônio: Belo Horizonte, 2006, p. 13-19.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. **Patrimônio Cultural**: conceitos, políticas, instrumentos. São Paulo: Anablume; Belo Horizonte: IEDS, 2009.

CASTRO, Maria Angela Reis. **Guia de Bens Tombados de Belo Horizonte**. Prefeitura Municipal de Belo Horizonte/Gerência de Patrimônio: Belo Horizonte, 2006.

CASTRO, Sílvia Regina Lorenso. Narrativas da Memória: Juventude Negra e Direitos Humanos em Belo Horizonte/MG. **Estudos Universitários – Revista de Cultura da Universidade Federal de Pernambuco**, Recife, v. 26 n. 7, p. 65-72, Dez. 2010.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. 10ª ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2001 [2008].

CERTEAU, Michel De. **A invenção do cotidiano**: As artes de fazer. 16. ed. Tradução Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994 [2009]. v. I

CESTARO, Lucas R. **A SAGMACS e o estudo da “Estrutura Urbana da Aglomeração Paulistana”**. 2009. Dissertação (Mestrado em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo). Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Engenharia de São Carlos – Universidade de São Paulo. São Paulo. 2009.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril**: cortiços e epidemias na Corte Imperial. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.

CHARTIER, Roger. Introdução. In: **A História Cultural: entre práticas e representações**. Tradução Maria Manuela Galhardo. 2.ed. Algés/Portugal: Difel, 1988 [2002].

\_\_\_\_\_. O mundo como representação. São Paulo. ESTUDOS AVANÇADOS II(5), 1991, p. 173-191.

CHAUÍ, Marilena. O discurso competente. In: **Cultura e Democracia: O discurso competente e outras falas**. São Paulo: Cortez, 2007.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. 3. ed. São Paulo: Estação Liberdade: Unesp, 2006 [2001]. 288 p.

CRUZ, Márcia Maria da. **Vozes da Favela na Internet: disputas discursivas por estima social**. 2007. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social). Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte. 2007.

\_\_\_\_\_. **Morro do Papagaio**. Belo Horizonte: Conceito, 2009 (Coleção BH. A cidade de cada um).

CUNHA, Álisson. **A favela Cabana do Pai Tomás: a ocupação consentida Memória e História**. 2003. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia-MG. 2003.

DAMASCENO, Karine Teixeira. **Mal ou bem procedidas: cotidiano e transgressão das regras sociais e jurídicas em Feira de Santana, 1890-1920**. 2011. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual de Campinas – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, 2011.

DEPAULE, Jean-Charles e TABALOV, Christian. A cidade através de suas palavras. In: BRESCIANI, Maria Stella Martins (Org.). **Palavras da Cidade**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2001.

DIAS, Alexandre Dolabela. **Análise da atuação de órgãos públicos em áreas faveladas**. Monografia (Arquitetura e Urbanismo). 1987. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 1987.

FALCON, Francisco J. Calazans. História e Representação. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; MALERBA, Jurandir (Orgs.). **Representações: Contribuição a um debate transdisciplinar**. Campinas/SP: Papirus, 2000.

\_\_\_\_\_. História das Ideias. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História**. 2.ed. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 1997 [2011].

FARIA, Maria Auxiliadora. **Belo Horizonte: espaço urbano e dominação política (uma abordagem histórica)**. Revista do Departamento de História da UFMG – Belo Horizonte, Novembro de 1985.

FERNANDES, Edésio; PEREIRA, Helena Dolabela. Legalização das favelas: qual é o problema de Belo Horizonte? **PLANEJAMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS**. Brasília/DF, n.34, jan./jun. 2010.

\_\_\_\_\_; VARLEY, Ann. Law, the city and citizenship in Developing Countries: an Introduction. In: FERNANDES, E.; VARLEY, A. **Illegal Cities**: Law and urban change in developing countries. London;New York: Zed Books, 1998.

\_\_\_\_\_; ROLNIK, Raquel. Law and Urban Change in Brasil. In: FERNANDES, E.; VARLEY, A. **Illegal Cities**: Law and urban change in developing countries. London;New York: Zed Books, 1998.

FERRON FILHO, Milton Lopes. **Situação da regularização fundiária em vilas e conjuntos habitacionais populares em Belo Horizonte**. 1999. Monografia. Escola de Arquitetura e Urbanismo / Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. 1999.

FISCHER, Brodwyn M. **A poverty of rights**: Citizenship and Inequality in Twentieth-Century Rio de Janeiro. California (USA): Stanford University Press, 2008.

FLORES, Maria Bernadete Ramos; CAMPOS, Emerson César. Carrosséis urbanos: da racionalidade moderna ao pluralismo temático (ou territorialidades contemporâneas). **Revista Brasileira de História**, vol. 27, nº 53, p. 267-296 – 2007.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em Processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ; IPHAN, 1997. 316p.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala**. 6a. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1950 [1933].

\_\_\_\_\_. **Sobrados e Mucambos**. Decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano. 5a. ed. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: INL, 1977 [1936].

GINZBURG, Carlo. Representações: a palavra, a idéia e a coisa. In: **Olhos de Madeira**: nove reflexões sobre a distância. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia Das Letras, 2001. Cap. 3, p. 85-103.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

GOMES, Juvenal Lima. **Condições de vida do passado, conquistas do presente**: a luta das associações comunitárias do Aglomerado Santa Lúcia por cidadania. 2011. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade de Coimbra. Coimbra/Portugal, 2011. Disponível em: <<https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/15729/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Juvenal%20Lima%20Gomes.pdf>>. Consultado em: 15 jan. 2012.

GOMES, Marco Aurélio A. de Filgueira; LIMA, Fábio José Martins de. Pensamento e prática urbanística em Belo Horizonte. In: LEME, M. C. S. (Org.). **Urbanismo no Brasil 1895-1965**. 2a.ed. Salvador: Edufba, 1999 [2005].

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Monumentalidade e cotidiano: patrimônios culturais como gênero de discursos. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi (Org.). **Cidade: história e desafios**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002. 296p. (p. 108-123).

\_\_\_\_\_. **A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/IPHAN, 1996. 156p.

GUIMARÃES, Berenice. **Cafuas, Barracos e Barracões**: Belo Horizonte, cidade planejada – 1894-1945. 1991. Tese (Doutorado em Sociologia). Rio de Janeiro/RJ, 1991.

\_\_\_\_\_. Favelas em Belo Horizonte: tendências e desafios. **Análise & Conjuntura**, Belo Horizonte, v.7, n.2 e 3, maio/dez. 1992.

\_\_\_\_\_. A concepção e o projeto de Belo Horizonte: a utopia de Aarão Reis. In: RIBEIRO, Luiz César de Queiroz; PECHMAN, Robert (Orgs.). **Cidade, povo e nação**: Gênese do urbanismo moderno. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996a.

\_\_\_\_\_. As vilas e favelas em Belo Horizonte: o desafio dos números. In: RIBEIRO, Luiz César de Queiroz e PECHMAN, Robert (Orgs.). **Cidade, povo e nação**: Gênese do urbanismo moderno. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996b.

GUNN, Philip e CORREIA, Telma de Barros. O urbanismo: a medicina e a biologia nas palavras e imagens da cidade. In: BRESCIANI, Maria Stella Martins (Org.). **Palavras da Cidade**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2001.

HARTOG, François. Tempo e Patrimônio: Temporality and Patrimony. **Varia Historia**, Belo Horizonte, v. 22, n. 36, p.261-273, jul./dez. 2006. Semestral. Tradução José Carlos Reis.

HAUAISS, Antônio et all. **Dicionário Houiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro, RJ: Objetiva, 2009. 1986 p.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. 26a. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1936 [1995].

HOLSTON, James. **A cidade modernista**: uma crítica de Brasília e sua utopia. Tradução Marcelo Coelho. São Paulo, Companhia das Letras, 1993.

HUYSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória**: arquitetura, monumentos, mídia. 2 ed. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000 [2004]. 116p.

- LEME, Maria Cristina da Silva. A formação do pensamento urbanístico no Brasil: 1895 – 1965. In: \_\_\_\_\_, M. C. S. (Org). **Urbanismo no Brasil: 1895-1965**. 2. ed. Salvador: Edufba, 2005.
- LIMA, Gisele Oliveira de. **Movimento Baixa do Marotinho: a luta pela moradia em Salvador (1974-1976)**. 2009. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Bahia. Salvador. 2009.
- MARTINS, José de Souza. O cativo da terra. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979. Apud ROLNIK, Raquel. **A cidade e a lei: legislação, política urbana e território na cidade de São Paulo**. São Paulo: Studio Nobel: Fapesp, 1997(Coleção cidade aberta).
- MELLO, Ciro Flávio Bandeira de. A noiva do trabalho – uma capital para a República. In: DUTRA, Eliana Regina de Freitas. **BH – Horizontes Históricos**. Belo Horizonte: Ed. C/Arte, 1996.
- MIRANDA, André de Souza. **A gênese da preservação do patrimônio de Belo Horizonte: movimentos sociais e a defesa da Praça da Estação**. 2007. Dissertação (Mestrado em Arquitetura). Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte. 2007.
- MOTTA, Lia. Cidades mineiras e o IPHAN. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi (Org.). **Cidade: história e desafios**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002. 296p. (p. 124-139).
- OLIVEIRA, Samuel Rodrigues. **“A favela vem à cidade e não é para sambar”**: o movimento de favelas de Belo Horizonte (1959 – 1964). 2008. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2008.
- OLIVEIRA VIANNA, Francisco José. **Populações meridionais do Brasil: história, organização, psicologia**. Rio de Janeiro, RJ: Monteiro Lobato, 1920.
- \_\_\_\_\_. **Evolução do Povo Brasileiro**. 4a.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1923 [1956].
- \_\_\_\_\_. **O ocaso do Império**. 3a. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1959 [19--].
- OSTOS, Luciana Moreira Barbosa. Vilas e favelas: planejamento e representações. In: LIBÂNIO, Clarice de Assis (Org.). **Pensando as favelas de Belo Horizonte – Ensaios**. Belo Horizonte: Favela é isso Aí, 2007.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. **Revista Brasileira de História**, vol. 27, nº 53 (Abertura) – 2007.
- PIMENTA, José Augusto de Mattos. Para a remodelação do Rio de Janeiro – discursos pronunciados no Rotary Club do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1926. Apud VALLADARES, Licia do Prado. **A invenção da favela: do mito de origem à favela.com**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005, p. 36.

PINHO, Osmundo Araújo dos Santos. **Descentrando o Pelô**: Narrativas, Território e Desigualdades Raciais no Centro Histórico de Salvador. 1996. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1996.

PIOVESAN, Grace Kely. Para além do sábado: cartas entre Pedro Nava e os Sabadoylianos. **Emblemas**, v. 7, n. 1, 157-176, Jan-Jun, 2010.

PRADO, Paulo. **Retrato do Brasil**: ensaio sobre a tristeza brasileira. 9a. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1928 [1997].

PRADO JR., Caio. **Evolução política do Brasil e outros estudos**. 4a. ed. São Paulo: Brasiliense, 1933[1963].

RAMOS, Arthur. **O negro brasileiro**: ethnographia religiosa e psicanálise. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1934.

RAMOS, Jair de Souza. Dos Males que Vêm com o Sangue: as Representações Raciais e a Categoria do Imigrante Indesejável nas Concepções sobre Imigração da Década de 20. In: MAIO, Marcos Chor (Org). **Raça, ciência e sociedade**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/CCBB, 1996.

RODRIGUES, Raimundo Nina. **Os Africanos no Brasil**. São Paulo, SP: Nacional, 1905 [1932].

ROLNIK, Raquel. **A cidade e a lei**: legislação, política urbana e território na cidade de São Paulo. São Paulo: Studio Nobel: Fapesp, 1997(Coleção cidade aberta).

SALGUEIRO, Heliana Angotti. A "volta" da história. In: BARRETO, Abílio. **Belo Horizonte**: memória histórica e descritiva. ed. atual. rev. e anotada. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1996. 2v., 447 p. e 916 p. Publicado originalmente em 1928 (v. 1) e 1936 (v. 2) (Coleção Mineiriana. Série Clássicos).

\_\_\_\_\_. **Engenheiro Aarão Reis**: O Progresso Como Missão. Belo Horizonte: Ed. Fundação João Pinheiro. Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1997. (Col. Centenário).

\_\_\_\_\_. **O Pensamento Francês na Fundação de Belo Horizonte**. In: \_\_\_\_\_ (Org). **Cidades Capitais do Século XIX**: Racionalidade, Cosmopolitismo e Transferência de Modelo. São Paulo: Edusp, 2001.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado**: cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo (SP); Belo Horizonte: Companhia Das Letras: UFMG, 2005 [2007]. 129 p.

SENNA, Homero. **Sabadoye**: histórias de uma confraria literária. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2000.

SEYFERTH, Giralda. Construindo a Nação: Hierarquias Raciais e o Papel do Racismo na Política de Imigração e Colonização. In: MAIO, Marcos Chor (Org). **Raça, ciência e sociedade**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/CCBB, 1996.

SILVA, Regina Helena Alves da. Da cidade-fluxo à cidade do possível. In: Encontro Anual da COMPOS, 11., 2002, Rio de Janeiro. **Anais**. Rio de Janeiro, [S. n.], 2002. Disponível: <[http://www.compos.org.br/data/biblioteca\\_746.pdf](http://www.compos.org.br/data/biblioteca_746.pdf)>. Acesso em: 20 mar. 2010.

\_\_\_\_\_; SILVEIRA, Anny Jackeline Torres. **Cenas de um Belo Horizonte**. Belo Horizonte, Prefeitura Municipal de Belo Horizonte – PBH, 1994.

SÍLVIA, Vereadora. **Sobre Lei 8923 – Qualidade de Vida em Vilas e Favelas de Belo Horizonte** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <[josemeire@gmail.com](mailto:josemeire@gmail.com)> em 11 abr. 2012.

SOMARRIBA, Maria das Mercês; VALLADARES, Maria Gezica; AFONSO, Mariza Rezende. Lutas urbanas em Belo Horizonte. Petrópolis; Belo Horizonte: Vozes: Fundação João Pinheiro, 1984. Apud. SILVA, Regina Helena Alves da.; SILVEIRA, Anny Jackeline Torres. **Cenas de um Belo Horizonte**. Belo Horizonte, Prefeitura Municipal de Belo Horizonte – PBH, 1994, p. 93.

SOUZA, Cristiane Santos. **Percepção e produção estética**: configuração do modo de vida em Novos Alagados no Subúrbio Ferroviário de Salvador. 2002. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2002.

STORCH, Robert D. O Policiamento do Cotidiano na Cidade Vitoriana. **Rev. Brasileira de História**. São Paulo. v. 5 No. 8/9setembro 1984/ abril/1985.

TASSINI, Raul de. Verdades históricas e pré-históricas de Belo Horizonte: antes Curral del Rei. Belo Horizonte: [S.n.], 1947 apud BARRETO, Abílio. **Belo Horizonte**: memória histórica e descritiva. ed. atual. rev. e anotada. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1996. 2v., 447 p. e 916 p. Publicado originalmente em 1928 (v. 1) e 1936 (v. 2) (Coleção Mineiriana. Série Clássicos).

VALLADARES, Licia do Prado. **A invenção da favela**: do mito de origem à favela.com. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

---

### Bibliografia Geral

ARROYO, Michele de Abreu. **A diversidade cultural na Cidade Contemporânea: o Reconhecimento da Pedreira Prado Lopes como Patrimônio Cultural**. 2010. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2010.

BAKHTIN, Mikhail. *The Diagonal imagination*. University of Texas Press: Austin/TEXAS, 1981, p. 28, apud GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Monumentalidade e cotidiano: patrimônios culturais como gênero de discursos. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi (Org.). **Cidade: história e desafios**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002. 296p. (p. 108-123).

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos**. 3 ed. São Paulo: Cia. das Letras, 1979 (1994).

BRESCIANI, Maria Stella Martins. **Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

CASTORIADIS, C. **A instituição imaginária da sociedade**. São Paulo: Paz e Terra, 1982.

COELHO, Marco Antonio. A favela como patrimônio da comunidade (Entrevista com Enrico Novara). São Paulo. **ESTUDOS AVANÇADOS** 17(48), 2003, p. 124-129.

CORREA, Mariza. **As Ilusões da Liberdade: a Escola Nina Rodrigues e a Antropologia no Brasil**. 2a.ed. Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 2000.

CORREIA, Angelo Mendes. Heloísa Buarque de Hollanda e o longo caminho da academia para as periferias. **VERBO 21**, Ano 11, n.13, outubro 2010.

DAVIS, Mike. **Planeta Favela**. Tradução Beatriz Medina. São Paulo: Boitempo, 2006.

DULCI, Otávio Soares. **Política e Recuperação econômica em Minas Gerais**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Ed. Global, 1986. (Col. Bases 47).

FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Org.). **Usos & Abusos da História Oral**. 8 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996 (2006). 304 p.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006. Tradução Beatriz Sidou. 222p.

JACQUES, Paola Berenstein. *Learning from Favelas*. In: NUNES, Brasilmar Ferreira (Org.). **Sociologia de capitais brasileiras**: participação e planejamento urbano. Brasília: Líber Livro Editora, 2006.

MATTOS, Rômulo Costa. **As favelas na obra de Lima Barreto**. URBANA, ano 2, nº 2, 2007. Dossiê: Cidades, Imagem, História e Interdisciplinaridade. CIEC/UNICAMP.

\_\_\_\_\_. **Pelos pobres! As campanhas pela construção de habitações populares e o discurso sobre as favelas na Primeira República**. 2008. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense. Niterói. 2008.

PEDERSOLI, Aurora. Uma releitura. In: BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. **MHAB: 60 anos de história**. Belo Horizonte, Prefeitura Municipal de Belo Horizonte / Museu Histórico Abílio Barreto, 2003a (Caderno I).

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz (Org.). **O futuro das metrópoles**: desigualdade e governabilidade. Rio de Janeiro: Ed. Renavan: FASE, 2000.

\_\_\_\_\_. Transferências, empréstimos e traduções na formação do urbanismo no Brasil. In: \_\_\_\_\_; PECHMAN, Robert (Orgs). **Cidade, povo e nação – Gênese do urbanismo moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

\_\_\_\_\_ e CARDOSO, Adauto Lúcio. Da cidade à nação: gênese e evolução do urbanismo no Brasil. In: \_\_\_\_\_; PECHMAN, Robert (Orgs). **Cidade, povo e nação – Gênese do urbanismo moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

RIBEIRO, Núbia Braga (Coord.). (et al.). **Becos da Memória, desenhos da cidadania – Pedreira Prado Lopes**: a vila no trajeto de sua história oral. Belo Horizonte, Centro Universitário de B.H: 2002.

SALGUEIRO, Eliana Angotti (Org.). **Cidades Capitais do Século XIX**: Racionalidade, Cosmopolitismo e Transferência de Modelo. São Paulo: Edusp, 2001.

SCHWARCZ, Lília K. Moritz. **O espetáculo das raças**. 7ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1993 [2008].

UN-HABITAT. **The Challenge of Slums**: Global Report on Human Settlements. Londres, Earthscan, 2004.

## ANEXOS

## ANEXO 1 – TABELA E GRÁFICO

**Tabela 1**

Aglomerado Santa Lúcia – Dados Gerais

| Núcleo                    | Área                  | Nº Domicílios (1955) | População (1955) | Nº Domicílios (2003) | População (2003) | Tempo aprox. de Ocupação |
|---------------------------|-----------------------|----------------------|------------------|----------------------|------------------|--------------------------|
| Aglomerado                | 460.000m <sup>2</sup> | 1.601                | 7.733            | 3.848                | 16.014           | 100 anos                 |
| Barragem Santa Lúcia *    | 83.908m <sup>2</sup>  | 805                  | 3.856            | 1.998                | 8.783            | 70 anos                  |
| Vila Estrela              | 152.642m <sup>2</sup> | 456**                | 2.251            | 330                  | 1.450            | 100 anos                 |
| Vila Santa Rita de Cássia | 223.450m <sup>2</sup> | 340                  | 1.626            | 1.520                | 6.681            | 90 anos                  |

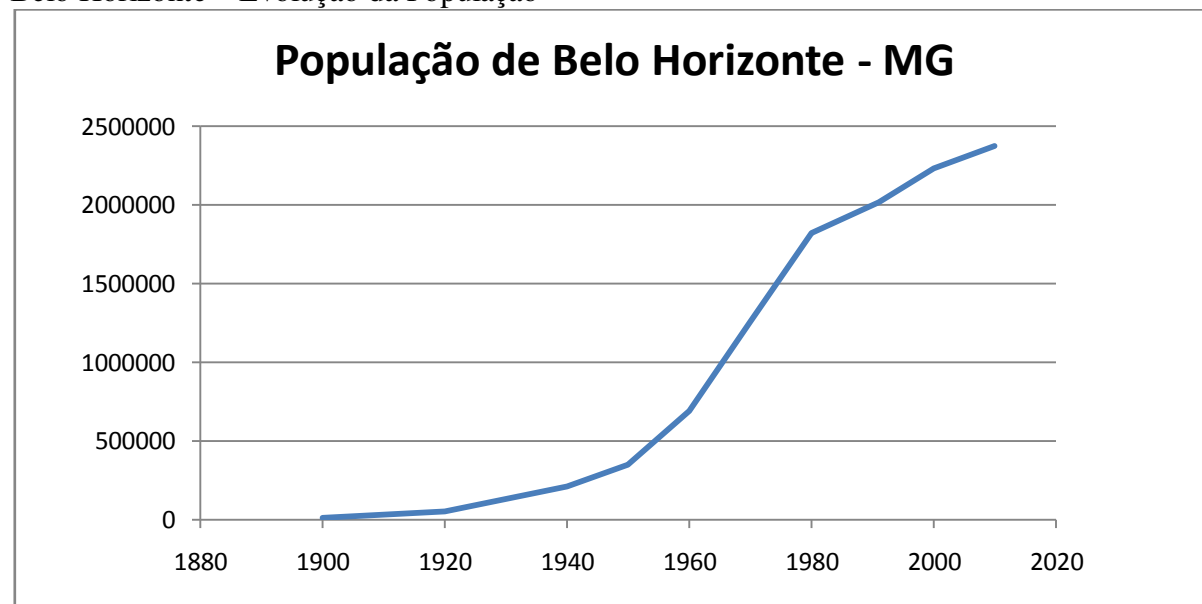
Fontes: MINAS GERAIS, 1955; BELO HORIZONTE, 2003b

(\*) Em 2004, abrange a Vila Esperança (Bicão) e a Vila São Bento, para efeitos dos estudos de planejamentos realizados no âmbito do Plano Global Específico – PGE.

(\*\*) Os dados do Levantamento da População Favelada, em 1955, consideravam a extinta região denominada “Mendonça”, localizada na intersecção entre os bairros Carmo-Sion, São Pedro e a Vila Estrela, à época.

**Gráfico 1**

Belo Horizonte – Evolução da População



Fonte: IBGE

## ANEXO 2 – MAPAS



Mapa I – Localização do Aglomerado Santa Lúcia

Fonte: BELO HORIZONTE, 2003b.

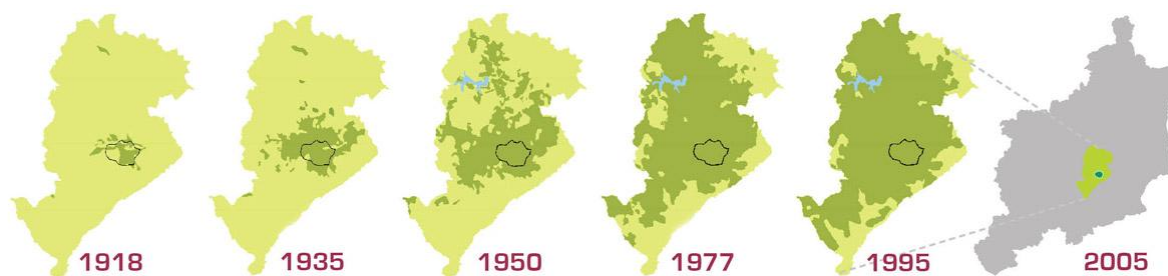


Figura I - Expansão da Mancha Urbana em Belo Horizonte – 1918-2005

Fonte: PBH

## **ANEXO 3 – MODELO ROTEIRO DE ENTREVISTA**

### **Roteiro de Entrevista com Paulo Luiz da Silva, ex-presidente da União Comunitária da Barragem Santa Lúcia**

Data: 01/03/2010

Hora: 19h

Local: Saguão do Palácio das Artes – Belo Horizonte

Entrevistadora: Josemeire Alves Pereira

#### **I – Por favor, fale sobre suas vivências e atuação como liderança no Aglomerado Santa Lúcia**

- ✓ Nasceu no Aglomerado? Quando (caso queira informar)?
- ✓ Se não, como e por quê chegou ao Aglomerado? Quando?
- ✓ Fale sobre suas percepções do lugar nessa época?
- ✓ Como se tornou liderança comunitária?
- ✓ Como percebia a relação entre a comunidade e outros interlocutores, na cidade (poder público, mídia, outros...)?

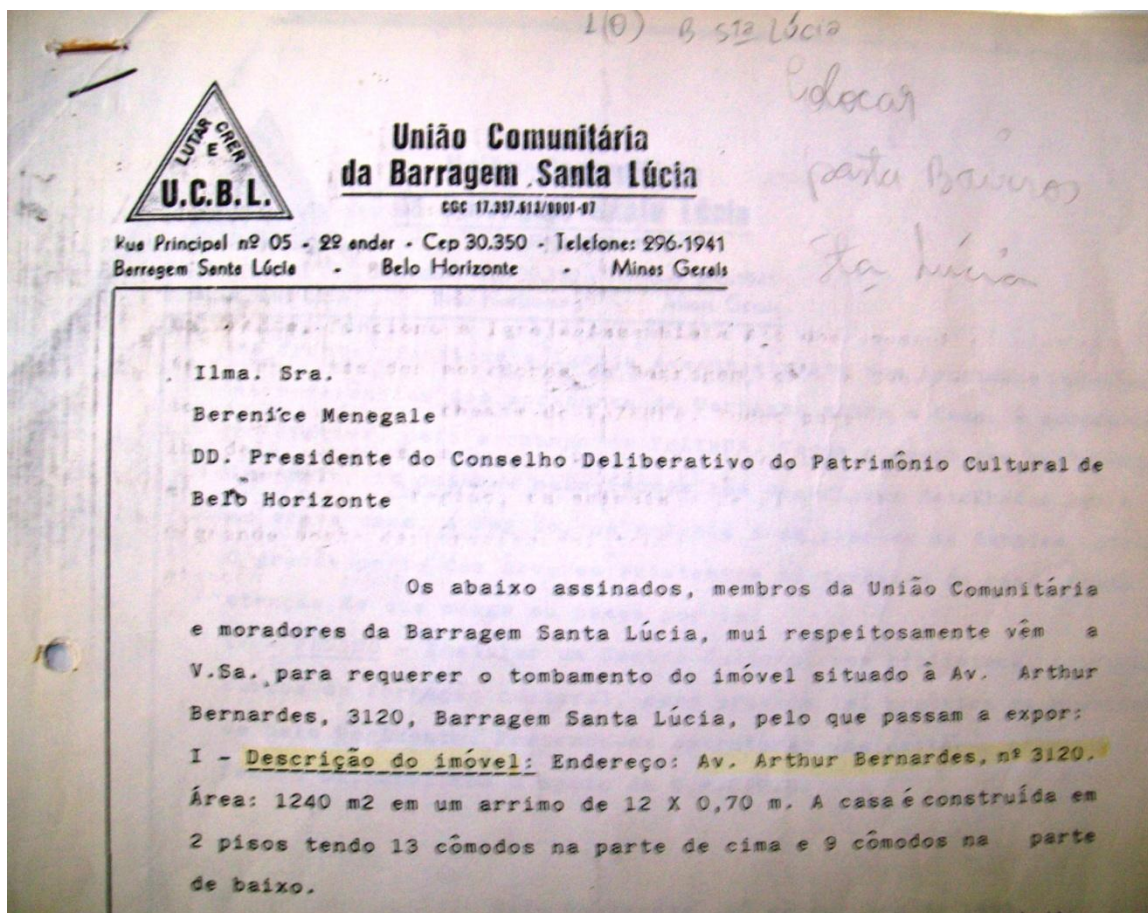
#### **II – Considerando o Ofício encaminhado pela União Comunitária da Barragem Santa Lúcia ao Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural de Belo Horizonte, em 22 de abril de 1992, solicitando o tombamento da “Casa da Fazendinha”:**

- ✓ Quem elaborou o documento?
- ✓ Como foi a mobilização? Que abrangência pretendia ter? Envolveu outras comunidades, além da Barragem? Como era a perspectiva sobre esse tipo de articulação à época (ou como era a relação com as outras comunidades à época?)
- ✓ Como surgiu a idéia de solicitar o Tombamento? E por iniciativa de quem? (ou: porque solicitar o Tombamento)?
- ✓ Havia alguma relação de algum membro da União Comunitária, com órgãos ou pessoas que atuavam na Prefeitura Municipal e/ou no Conselho do Patrimônio Cultural?
- ✓ O que sabiam sobre o Conselho?
- ✓ Como foi a relação com as estagiárias e professoras orientadoras, durante a elaboração do estudo para o Projeto de Restauração, na parceria com a Escola de Arquitetura da UFMG, em 1993?
- ✓ A que atribui o não cumprimento completo da solicitação (faltou, após o tombamento, o restauro e a construção do centro cultural)?

#### **III Quanto ao Ofício encaminhado à Presidente do Centro de Estudos e Pesquisas Extensão da Escola de Arquitetura:**

- ✓ Onde e quando foram compilados os documentos anexos? Junto ao Conselho de Patrimônio (no caso das informações históricas)?
- ✓ Parceria/articulação com a Escola de Arquitetura da UFMG – como surgiu?
- ✓ A reportagem do programa MGTV, feita pela Rede Globo em 13/11, onde localizá-la?

## ANEXO 4 – DOCUMENTO



Detalhe da Ata de solicitação do tombamento do Casarão da Barragem (1992). [Reprodução]

Fonte: Diretoria de Patrimônio – Prefeitura Municipal de Belo Horizonte